

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**CONTRADIÇÕES E DISPUTAS NO “TERCEIRO SETOR”:  
uma análise das organizações sociais que atuam no bairro de Felipe Camarão, Natal/RN.**

**NATAL/RN  
Dezembro-2015**

**LARISSA NUNES PAIVA**

**CONTRADIÇÕES E DISPUTAS NO “TERCEIRO SETOR”:  
uma análise das organizações que atuam no bairro de Felipe Camarão, Natal/RN.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Doutor Gabriel Eduardo Vitullo.

**NATAL/RN  
Dezembro-2015**

UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Catálogo da Publicação na Fonte

Paiva, Larissa Nunes.

Contradições e disputas no “Terceiro Setor”: uma análise das organizações sociais que atuam no bairro de Felipe Camarão, Natal/RN

/ Larissa Nunes Paiva. – Natal, RN, 2016.

191 f.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Eduardo Vitullo.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

1. Terceiro setor – Felipe Camarão (Natal/RN) - Dissertação. 2. Organização não governamental – Dissertação. 3. Sociedade civil – Dissertação. 4. Responsabilidade social – Dissertação. I. Vitullo, Gabriel Eduardo. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/BCZM

CDU 658.114.8(812.2)

**LARISSA NUNES PAIVA**

**CONTRADIÇÕES E DISPUTAS NO “TERCEIRO SETOR”:**

**uma análise das organizações que atuam no bairro de Felipe Camarão, Natal/RN.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Doutor Gabriel Eduardo Vitullo.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Gabriel Eduardo Vitullo**  
**(Orientador - Presidente)**

---

**Prof. Dr. Homero de Oliveira Costa**  
**(Membro Interno do Programa)**

---

**Prof. Dr. Júlio Ramon Ponte**  
**(Membro Externo ao Programa)**

*Dedico esta pesquisa ao professor Gabriel Eduardo Vitullo, pois reconheço que sem o rigor das suas orientações e correções este trabalho não haveria sido concluído.*

## AGRADECIMENTOS

Como toda pesquisa acadêmica, a realização deste estudo tornou-se possível a partir da colaboração primordial de várias pessoas. Agradeço a minha mãe e aos meus familiares pela presença em todos os momentos da minha vida, pela compreensão e constante investimento para que mais esta etapa fosse concluída. Vocês são alicerces indispensáveis em minha história.

Ao professor Gabriel Eduardo Vitullo, pela paciência, seriedade, orientação e incentivo. Pelo auxílio constante por todo o caminho desta pesquisa. Agradeço a oportunidade de aprendizagem.

Ao meu companheiro Alfran Marcos Borges Marques que durante todos os dias desta caminhada acadêmica esteve comigo, sua reflexão crítica e sempre pertinente sobre a sociedade contribuiu para a minha escrita.

Aos meus amigos do Mestrado, pelos momentos compartilhados e experiências vivenciadas, Agenor Florêncio, Eucástila Jordânia, Felipe Gameleira, Kyvia Cruz e Vanusa Maria, meu sincero agradecimento. Amigos de outros espaços: Adriana Monteiro, Ana Costa, Francinete dos Santos, Gabriela Galiza, Keila Sousa, Luzia Andressa Lira, Mário Augusto, Renata Karla e Wagner Heverton. Cada um, da sua forma foi essencial para me orientar nos momentos que mais necessitei, nesta caminhada acadêmica.

Às professoras Íris Maria de Oliveira e Irene Alves de Paiva que desde o meu primeiro ano na UFRN me ajudaram, me orientaram e foram educadoras que me inspiraram a sonhar com a carreira acadêmica. Agradeço carinhosamente por estes nove anos de ensinamentos.

Aos servidores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Jefferson Gustavo Lopes e Otávio Revoredo Costa, que sempre foram disponíveis, colaboraram com informações e eticamente desempenharam um excelente trabalho.

Aos entrevistados, especialmente os participantes dos projetos e os líderes comunitários que contribuíram com a pesquisa.

E, por fim, agradeço à CAPES pela bolsa de mestrado que tornou possível esta pesquisa cujos resultados estão a seguir descritos.

*O neoliberalismo alimenta essa ideia de que  
“temos de criar um terceiro setor”,  
como se a sociedade civil fosse alguma coisa  
situada para além do Estado e do mercado.  
Não é.  
Sociedade civil é Estado, é política.*

Carlos Nelson Coutinho

## RESUMO

Contemporaneamente, verifica-se que a relação entre Estado e sociedade civil vem sendo modificada pelos padrões do neoliberalismo que disseminam a ideologia da responsabilidade social e, conseqüentemente a expansão do “Terceiro Setor”. Assim, a partir da década de 1980 as Organizações Não Governamentais surgem no Brasil, alcançando um papel de destaque na sociedade, conforme a realização de suas atividades e projetos. Anteriormente existiam organizações, mas passaram a ser reconhecidas como ONGs nesse contexto. Foi assim que quantitativamente as organizações que se estruturavam em todo o país e suas ações tornaram-se mais relevantes. O surgimento das ONGs no Brasil está associado com a lógica liberal e neoliberal que transfere para a sociedade a tarefa de cuidar dos pobres incapazes e dos excluídos, essa ideologia tenta minimizar as carências sociais realizando apenas mudanças nos locais em que as obras do governo não chegam. Esta pesquisa objetiva compreender através da análise de entrevistas e do estudo de caso, como o “Terceiro Setor” vem influenciando a população do bairro de Felipe Camarão, Natal/RN. O principal intuito desta pesquisa é continuar o estudo e ampliar as reflexões sobre as contradições e disputas existentes entre as organizações sociais do “Terceiro Setor” que atuam no local, tendo como seleção da amostra uma associação, uma fundação e uma ONG que atuam no bairro, analisando se existe ou não uma articulação entre as organizações pesquisadas.

**Palavras-chave:** Terceiro Setor, Sociedade Civil, ONGs, Responsabilidade social.



## RESUMEN

Contemporáneamente, parece que la relación entre el Estado y la sociedad civil ha sido modificada por los patrones de neoliberalismo que se propagan a la ideología de la responsabilidad social y, por lo tanto, la expansión del “Tercer Sector”. Así, desde la década de 1980 las Organizaciones No Gubernamentales surgen en Brasil, alcanzando un papel importante en la sociedad, como la realización de sus actividades y proyectos. Anteriormente había organizaciones, pero ahora reconocidas como ONG en este contexto. Así es como cuantitativamente se estructuraron las organizaciones de todo el país y sus acciones se vuelven más relevantes. El surgimiento de las ONG en Brasil se asocia con la lógica liberal y neoliberal que transfiere a la empresa la tarea de cuidar a los incapaces pobres y excluidos. Esta ideología trata de minimizar las necesidades sociales donde las obras del gobierno no son suficientes. Esta investigación tiene como objetivo comprender a través del análisis de entrevistas y estudio de caso como el “Tercer Sector” ha influido en la población de Felipe Camarão, Natal/RN. El objetivo principal de esta investigación es continuar el estudio y ampliar las reflexiones sobre las contradicciones y los conflictos existentes entre las organizaciones del “Tercer Sector” que trabajan en el lugar, teniendo como selección una asociación, una fundación y una ONG que trabaja en el barrio, analizar si hay o no una articulación entre las organizaciones investigadas.

**Palabras-clave:** Tercer Sector, Sociedad Civil, ONG, Responsabilidad Social.

## LISTA DE SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa  
ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BNB – Banco do Nordeste  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CAERN – Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social  
CEUs – Centros de Artes e Esportes Unificados  
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil  
CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social  
COSERN – Companhia de Energética do Rio Grande do Norte  
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes  
ECO 92 – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INTERTV – RNTV – Rede de Emissora Televisiva no Rio Grande do Norte  
FASFIL – Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos  
FHC – Fernando Henrique Cardoso  
FyA – Fundação Fé e Alegria  
GIFE – Grupo de Instituições e Fundações Empresariais  
MinC – Ministério da Cultura  
NAM – Núcleo de Amparo ao Menor  
PT – Partido dos Trabalhadores  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
ONG – Organização Não Governamental  
ONGDs – Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OS – Organizações Sociais  
OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público  
OSFL – Organizações sem Fins Lucrativos  
PAIF – Proteção e Atendimento Integral à Família  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
RN – Rio Grande do Norte  
SACI – Programa Saúde e Cidadania  
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência  
SINCONV – Sistema de Convênios do Governo Federal  
SEMTAS – Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social  
SEMURB – Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo  
SEMSUR – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos  
STTU – Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana  
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>O MODELO NEOLIBERAL .....</b>	<b>21</b>
2.1	SURGIMENTO DO MODELO ECONÔMICO E DA IDEOLOGIA, BREVES CONSIDERAÇÕES .....	21
2.2	O PROGRAMA DE AJUSTE NEOLIBERAL NO BRASIL E AS SUAS IMPLICAÇÕES NA RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE CIVIL .....	26
2.3	A SOCIEDADE CIVIL E SEUS CONCEITOS .....	29
2.4	A HISTÓRIA DAS ONGS E O SEU SURGIMENTO NO BRASIL .....	31
2.5	SOCIEDADE CIVIL, “TERCEIRO SETOR” E ONGS – CONTRAPONTO .....	41
2.6	O ESTADO, A SOCIEDADE BRASILEIRA E O “TERCEIRO SETOR”: AS NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL .....	45
2.7	A EXPANSÃO DA RESPONSABILIDADE SÓCIOEMPRESARIAL .....	51
<b>3</b>	<b>PERFIL DO “TERCEIRO SETOR” NO BAIRRO DE FELIPE CAMARÃO .....</b>	<b>57</b>
3.1	HISTÓRIA DO BAIRRO .....	59
3.2	CARACTERIZAÇÃO SÓCIOECONÔMICA .....	62
3.2.1	Habitação .....	63
3.2.2	Aspectos socioeconômicos .....	64
3.2.3	Segurança .....	64
3.2.4	Aspectos da saúde .....	64
3.2.5	Educação .....	65
3.2.6	Cultura local, lazer, esporte e religião .....	65
3.2.7	Meio ambiente .....	66
3.3	APRESENTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES PESQUISADAS E DO ESTUDO DE CASO .....	67
3.3.1	Associação Terramar – Projeto Conexão Felipe Camarão .....	67
3.3.2	Fundação Fé e Alegria .....	68
3.3.3	ONG Visão Mundial – Projeto de Desenvolvimento de Área – Caminhos do Sol .....	69
<b>4</b>	<b>A PESQUISA DE CAMPO: análise das entrevistas nas organizações pesquisadas .....</b>	<b>71</b>
4.1	AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS PESQUISADAS .....	71
4.2	A PROPOSTA METODOLÓGICA .....	72
4.3	O CONTATO COM OS ENTREVISTADOS .....	72
4.4	A ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO .....	75
4.5	O RESULTADO DA IMERSÃO DE CAMPO .....	75
4.6	ENTREVISTAS NO PROJETO CONEXÃO FELIPE CAMARÃO .....	77
4.7	ENTREVISTAS NA FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA .....	78
4.8	ENTREVISTAS NA ONG VISÃO MUNDIAL .....	79
4.9	ENTREVISTAS COM OS LÍDERES COMUNITÁRIOS .....	81
4.10	A ANÁLISE DAS ENTREVISTAS E OS TEMAS SELECIONADOS .....	82

4.11	CARACTERÍSTICAS DO “TERCEIRO SETOR”: assistência, filantropia, benemerência, favores e autoajuda .....	82
4.11.1	O início da atuação das organizações sociais do “Terceiro Setor” no bairro de Felipe Camarão .....	82
4.11.2	Caracterização das ações do “Terceiro Setor”: focalizadas, específicas, fragmentadas e transitórias .....	94
4.12	OS ASPECTOS POLÍTICOS E IDEOLÓGICOS DO “TERCEIRO SETOR” EM FELIPE CAMARÃO .....	103
4.12.1	Contradições e disputas: o (não) diálogo entre as organizações sociais do “Terceiro Setor” que atuam em Felipe Camarão .....	103
4.12.2	A participação e a (não) participação política dos moradores do bairro nos projetos sociais .....	123
4.13	A LÓGICA DE FUNCIONAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E A REPRODUÇÃO DO “DISCURSO ONGUIZADOR” .....	127
4.13.1	Gestão e organização do “Terceiro Setor” .....	127
4.13.2	A linguagem dos entrevistados: apropriação, reprodução e divulgação da linguagem que favorece a ideologia do “Terceiro Setor” .....	131
4.13.3	As relações de trabalho no “Terceiro Setor”: vínculos precários e a expansão do voluntariado .....	135
4.14	OS NOVOS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA E AS SUAS EXPRESSÕES NA SOCIEDADE CIVIL .....	142
4.14.1	A apropriação e privatização da cultura popular pelo “Terceiro Setor” .....	142
4.14.2	O papel das igrejas evangélicas na expansão do “Terceiro Setor” em Felipe Camarão .....	148
4.14.3	A criação de um comitê de captação e mobilização de recursos .....	157
4.14.4	O patrocínio público e privado no “Terceiro Setor” e a ampliação da responsabilidade social empresarial .....	168
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	174
	REFERÊNCIAS .....	183
	ANEXOS .....	186

## 1 INTRODUÇÃO

O intuito desta pesquisa é analisar qual o papel das organizações do “mal chamado Terceiro Setor” no Brasil, compreendendo que este setor é formado por Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações sem Fins Lucrativos (OSFL), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Organizações Sociais (OS), fundações, associações, instituições filantrópicas, programas de responsabilidade sócioempresarial e uma infinidade de organizações sociais sem fins lucrativos que almejam assim serem classificadas.

Como bem assinala Montañó (2010), o conceito do “Terceiro Setor” é em si dotado de uma imprecisão terminológica e jurídica no qual um complexo número de organizações se inclui e se beneficia. Grande parte destas organizações sequer é cadastrada, muito menos possui um estatuto. Outra parcela das organizações que formam o “Terceiro Setor” é mapeada e filiada à Associação Brasileira de ONGs – ABONG, ao Grupo de Instituições e Fundações Empresariais – GIFE, Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos – FASFIL.

A concepção aqui adotada é a gramsciana de totalidade, ou seja, muito embora alguns defensores do “Terceiro Setor” defendam a existência de setores separados, compreende-se que a realidade social não pode ser pensada ou analisada de forma fragmentada, porque Estado, mercado e sociedade civil estão estreitamente relacionados.

Na segunda metade do século XX ocorrem importantes transformações históricas que interferem nos aspectos socioeconômicos e políticos. São mudanças tecnológicas rapidamente difundidas pelo fenômeno da globalização, notadamente, nos países de economia capitalista em crescimento econômico. Ao mesmo tempo, surgem tensões entre os interesses individuais e os interesses coletivos com a ampliação das demandas do Estado e a sua necessária intervenção para promover o equilíbrio entre as classes, objetivando manter a organização social própria à reprodução do capital.

Neste processo de disputas e de transformações sociais que caracteriza a segunda metade do século XX, em grande parte, ocasionado pelo incremento tecnológico, dissipam-se na sociedade as formas de participação política. São esses os reflexos da produção econômica que altera substancialmente a sociabilidade e estabelece outros comportamentos na coletividade. Não obstante, a democracia também foi atingida, pois, ao invés de ampliar a participação e o exercício da cidadania, verifica-se um processo de esvaziamento e de distanciamento dos espaços de participação e decisão coletiva.

Como reflete a historiadora Virgínia Fontes (2010), as décadas de 70 e 80 foram marcadas por um contexto de intensas lutas sociais. No caso específico do Brasil, os

movimentos sociais, a sociedade civil, a igreja e outras entidades de base buscavam restabelecer a democracia no país ao lutarem pelo fim da ditadura militar que minava a participação popular e a garantia dos direitos sociais. Neste período, organizações sindicais e populares foram constituídas para ampliar as lutas de resistência contra as forças repressivas.

A partir da década de 80, as ONGs surgem no Brasil, se apresentam orgulhosamente como uma novidade histórica, mas não o são, pois pretensamente buscam assumir o papel dos movimentos sociais. A denominação mais confunde do que esclarece o fenômeno (FONTES, 2010, p. 230). Apresentam no nome uma contraposição fundamental entre o governo/público e privado/empresas. São organizações que se assumem como não governamentais, contudo, dependem majoritariamente dos recursos públicos para financiarem suas atividades.

As ONGs posteriormente se propagaram e alcançaram um papel de destaque na sociedade com a ampliação da realização de suas atividades e projetos, sobretudo, pela quantidade de recursos que conseguem captar e mobilizar. O intuito dessas organizações do “Terceiro Setor” é o de gerir e controlar os recursos públicos sob o argumento de intervenção na questão social e fortemente norteadas pelo discurso gerencialista.

Já existiam organizações sociais que ofereciam serviços assistencialistas, em parte vinculadas às obras de caridade da igreja católica (ou cristãs) e à benemerência internacional. Somente no início dos anos 90, passaram a se autodenominar ONGs e aumentaram quantitativamente as organizações que se estruturavam em todo o país, tornando-as mais visíveis.

É próprio do assistencialismo atenuar as carências e focalizar as ações, como também é próprio do liberalismo e do neoliberalismo a compreensão de que a política social é um paliativo já que afirmam que é no mercado onde as pessoas resolvem suas necessidades. Ora, aqueles que não conseguem resolvê-las são classificados como incompetentes, fracos, incapazes. Portanto, afirmam em seu discurso que o Estado deve intervir menos na questão social.

Foi na década de 90 que houve a contrarreforma do Estado, como assinala Behring (2013), com a implementação de todas as estratégias do modelo econômico neoliberal norteados pelo discurso gerencialista, seguido de privatizações das grandes empresas públicas, de demissões em massa, do aprofundamento da desigualdade social e do novo trato da questão social, de maior liberdade no mercado e de diminuição do gasto público.

A contrarreforma do Estado foi marcada pela privatização de direitos sociais que, na época, eram recentemente conquistados e garantidos na Constituição Federal de 1988. Cabe

ressaltar que a democracia recente do país precisa avançar em muitos aspectos, bem mais no plano da efetivação dos direitos do que na garantia destes, já extensamente previstos.

Ao invés de se observar a efetivação dos direitos individuais e sociais previstos, a consolidação da democracia e a ampliação da participação dos movimentos sociais, o caminho tomado foi o contrário. Decisões que começaram no Governo de Fernando Collor de Mello e drasticamente aperfeiçoadas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, implantadas durante a década de 90, tornaram a economia do Brasil perfeitamente adequada ao neoliberalismo, especialmente através da abertura do mercado ao capital financeiro internacional e a privatização de empresas estatais.

No Brasil nunca houve a concretização de um estado de bem-estar social, além disso, as reformas realizadas pelos governos na década descrita ocasionaram um desmonte na estrutura estatal, que iniciava na década de 90 o processo de consolidação democrática.

Assim, nesse conjunto de contrarreformas, os direitos não foram ampliados ou efetivados devido ao processo violento de privatização iniciado e até hoje esta tendência continua se manifestando. O Estado não assumiu o papel de garantidor dos direitos fundamentais, o que levou, aos poucos, a ocupar a função de gestor de interesses privados. Outra consequência foi a despolitização, o apassivamento e o enfraquecimento dos movimentos sociais e da sociedade civil, onde vários líderes foram cooptados para órgãos governamentais ou para as organizações do “Terceiro Setor”.

No processo de desmanche do Estado de Direito Social Brasileiro, como afirma Behring (2013), a assistência social e o trato da questão social foram diretamente afetados com a destinação de poucos recursos, e a ausência ou ineficaz formulação de políticas públicas e sociais que deveriam garantir o acesso universal dos cidadãos aos serviços públicos.

Desta maneira, o capitalismo contemporâneo produziu novas relações entre o Estado, o mercado e a sociedade civil (DURIGUETTO, 2007). É nesse espaço que o “Terceiro Setor” ganha força, pois são na verdade aparelhos privados de hegemonia (FONTES, 2010, p. 242) que se mostram instrumentais e funcionais ao modelo econômico neoliberal.

Assim, na realidade brasileira a formulação da ideologia do “Terceiro Setor” tomou uma proporção de destaque nos anos 90, correspondendo ao setor que não é propriamente do Estado, mas, em parte depende dos recursos públicos para financiar os projetos e as atividades realizadas.

A concepção apresentada nessa pesquisa reflete o “Terceiro Setor” como uma ideologia, pois as organizações sociais fazem parte do Estado e não podem ser pensadas fora



dele. Existe por trás do “Terceiro Setor” um projeto político e ideológico que busca anular os atores sociais e políticos, inserindo-os no dócil discurso do voluntariado, do possibilismo, da autoajuda e do altruísmo.

Neste íterim, o estímulo da participação cidadã não se limita, pois, à “ideologia onguizadora”, bem descrita por Vitullo (2012, p. 7). Toma proporções maiores, tornando-se um “processo e discurso que invadem múltiplos e variados espaços da vida social no Brasil”.

Acompanhando esse processo de contrarreforma do Estado e de crítica à eficiência estatal, o discurso gerencial busca afirmar outras estratégias de atuação. Surge assim a Responsabilidade Social Empresarial ou a Responsabilidade Socioempresarial. Sobre o assunto os autores Maria Célia Paoli (2003) e Júlio Ramon Ponte (2012) fornecem importantes dados e reflexões que ajudam a compreender o fenômeno escondido por trás do atraente discurso das “empresas cidadãs”.

Sendo uma das expressões-chave que acompanham este fenômeno, a responsabilidade social das empresas, motivada pelo sistema neoliberal, que modifica a relação entre o Estado e a sociedade civil, na prática enfraquece e anula esta relação, colocando-os em setores supostamente separados e autonomatizados.

A responsabilidade social é uma expressão de uso comum e de fácil entendimento nas conversas que cercam o cotidiano, pois o número de sujeitos que participam com como voluntários é expressiva. A disseminação dos ideais de autoajuda, da filantropia, do altruísmo e da benemerência são amplamente recuperados, inseridos e consolidados nas mais variadas esferas sociais. Outros termos também acompanham este processo como: “solidariedade”, “cidadania empresarial”, “empreendedorismo”, “colaboradores”, “parceiros”, “amigos da criança”, “amigos da escola”.

Deste modo, as ONGs passam efetivamente a assumir responsabilidades próprias do Estado e a interferem na vida das pessoas, bem como, ocupam o território que já pertencia aos movimentos sociais e à sociedade civil. É o novo trato da mesma questão social, como bem descreve Montañó (2010, p. 152), que faz a alusão das promessas do “Terceiro Setor” ao som do canto da sereia, que “nos seduzem e nos chamam irreflexivamente para as obscuras profundezas do mar”.

São promessas enganosas de transformação social que na prática mais seduzem, enganam e inserem as pessoas em um ciclo de contradições e disputas, aprofundam as desigualdades sociais e afastam o Estado da responsabilidade que lhe é exclusiva, como por exemplo, as políticas sociais, cada vez mais esquecidas, privatizam-se direitos e transforma cidadãos em meros beneficiários.

Por isso, a responsabilidade social desenvolvida pelo “Terceiro Setor” é objeto de estudo e de controvérsia conceitual e prática. As críticas são frequentes, mais especificamente à ambiguidade de um tipo de organização que, conhecida como “não governamental”, no entanto, depende hoje fortemente de financiamento do Estado e/ou das empresas capitalistas.

Portanto, o fenômeno de crescimento do “Terceiro Setor” toma proporções grandiosas e está presente no cotidiano das pessoas em todo o país, a conhecida sociedade civil, que desempenha a “responsabilidade social” articulada através do “*marketing social*”, que em conjunto amplia largamente os lucros capitalistas e das iniciativas privadas que se autodenominam como “empresas cidadãs”.

Compreende-se que a integração, a articulação e o trabalho em rede são estratégias essenciais no âmbito das políticas sociais e no conhecimento das necessidades sociais, até porque nenhuma ação isolada consegue resolver problemas que têm diferentes dimensões. A falta do relacionamento e articulação entre as organizações sociais pode também ter relação com a negligência, parcialidade e falta de neutralidade com o trato dos problemas sociais.

Assim, o que numa análise crítica é observado como um conflito, uma disputa ou falta de diálogo entre as organizações sociais pesquisadas é, na verdade, uma estratégia intencional dessas organizações para não resolver os problemas sociais, para apenas minimizar as carências e manter a população em silêncio.

O principal intuito desta pesquisa é o de apresentar as reflexões sobre as contradições e disputas existentes entre as organizações do “Terceiro Setor” que atuam no bairro de Felipe Camarão, Natal/RN. Buscou-se analisar a existência de uma articulação ou diálogo entre as organizações pesquisadas. Refletindo, prioritariamente, sobre os seguintes questionamentos: qual a relação da organização com o público atendido? Qual a relação das ONGs entre si? Qual a visão do público atendido sobre essas organizações? O tema pesquisado é relevante para compreender o fenômeno do “Terceiro Setor” no bairro de Felipe Camarão.

Os objetivos da pesquisa foram os seguintes: primeiro, analisar as contradições e disputas entre as organizações do “Terceiro Setor” que atuam no bairro de Felipe Camarão para compreender as disputas políticas que ali ocorrem na relação com o Estado e pelo público atendido, pelo território, pelos recursos, pelos trabalhadores; segundo, examinar como se expressa no discurso dos sujeitos envolvidos com as organizações sociais (público atendido, coordenadores e trabalhadores) a ideologia do “Terceiro Setor” no qual os conceitos de participação, sociedade civil e classe social perderam o sentido original gramsciano e se tornaram funcionais ao sistema; terceiro, apresentar como a ideologia do “Terceiro Setor” se expressa no discurso dos participantes, refletindo criticamente como esse processo

deslegitima a ação coletiva, a noção de direitos sociais e civis, a concepção de Estado, cidadania e classe social.

O bairro de Felipe Camarão abriga várias organizações do “Terceiro Setor”, por isso, nesta pesquisa, delimitou-se o objeto de estudo a apenas três organizações. Será apresentada a seguir uma reflexão crítica de como a ideologia do “Terceiro Setor” tem influenciado a população do bairro de Felipe Camarão, além de entender a partir de quais critérios o público atendido é selecionado, pois o diálogo entre as organizações que prestam serviços à comunidade praticamente não existe.

Sabe-se que as configurações do Estado e da sociedade civil na ordem neoliberal foram modificadas. Antes, cabia ao Estado a responsabilidade de cuidar da questão social e direcionar diretamente recursos públicos para as políticas sociais. Hoje, no modelo neoliberal, houve uma ressignificação do papel do Estado e do que é a sociedade civil. Na ideologia apregoadada, o Estado deve investir e intervir pouco na questão social. Nesta perspectiva, os recursos podem ser direcionados a uma organização social para realizar ações sociais. Houve também uma modificação do significado do conceito de sociedade civil na perspectiva gramsciana: a sociedade civil não é mais o palco de lutas sociais, tampouco faz parte do Estado, concepção criticada e rejeitada na pesquisa aqui apresentada.

Após a realização das leituras, da pesquisa de campo e das entrevistas, expõem-se ao leitor como a população reproduz uma ideologia marcada pelos interesses de um grupo externo à comunidade, apresentando a funcionalidade e instrumentalidade do “Terceiro Setor” em Felipe Camarão.

Demonstra-se como o “Terceiro Setor” e a sua ideologia contribuem para o processo de desmobilização, apassivamento e aumento das desigualdades sociais naquele local.

A pesquisa foi descritiva e exploratória, a seguir serão apresentados os dados coletados através da pesquisa de campo que foi iniciada no segundo semestre do ano de 2013 e concluída em fevereiro de 2015, nas seguintes organizações: Fundação Fé e Alegria, Visão Mundial e Conexão Felipe Camarão.

A pesquisa qualitativa utilizou como instrumento para a coleta de dados as entrevistas compostas por questões abertas e previamente estruturadas, cujos modelos seguem em anexo. No total obteve-se 18 (dezoito) entrevistas, sendo 15 (quinze) individuais e 3 (três) coletadas coletivamente. A análise das entrevistas será apresentada no capítulo final.

Muito embora no percurso tenham ocorrido dificuldades na obtenção das entrevistas, sabia-se da sua necessidade para que fosse somada aos demais instrumentos da coleta de dados, como a pesquisa documental sobre o histórico de atuação dessas organizações, a

pesquisa de campo e o referencial teórico. Durante o processo de pesquisa todos esses instrumentos de coleta forneceram elementos para caracterizar as organizações (público alvo, parcerias, ações desenvolvidas, objetivos, finalidades, financiamento, recursos humanos).

Neste sentido, inicialmente se elaboraram três roteiros de entrevistas com perguntas direcionadas. O planejamento era entrevistar pelo menos uma pessoa de cada organização estudada. Em cada roteiro as perguntas abertas contemplam tudo o que foi preciso observar nas falas dos coordenadores, dos educadores e do público atendido. Os dados oriundos da pesquisa documental e da observação participante foram sistematizados, as entrevistas transcritas e analisadas nesta pesquisa.

O referencial teórico da presente pesquisa forneceu elementos para a compreensão e reflexão do “Terceiro Setor” no Brasil. Inúmeros autores poderiam ser consultados, contudo, buscou-se aprofundar a leitura e se apropriar dos conceitos apresentados por Carlos Montaña, que é certamente o escritor mais consultado e citado e que tive a oportunidade de conhecer pessoalmente, trocar e-mail e receber valiosas orientações, além de receber um de seus livros que ainda não foi lançado como demonstração do seu incentivo na pesquisa que realizei.

A cada leitura foi realizada a compilação de textos e passagens que pautavam sobre o tema proposto desta pesquisa com o propósito de dissertar melhor. Essa base teórica me permitiu questionar criticamente a realidade, apreendê-la em seu movimento e na sua totalidade. A revisão teórica dos autores e de outras fontes consultadas não foi encerrada, continuamente na pesquisa houve a necessidade de ampliar o debate e acrescentar novas leituras.

A estrutura dos capítulos foi assim organizada: no primeiro capítulo apresenta uma revisão teórica e conceitual exposta pelos autores acima citados. Buscando descrever o histórico de formação das ONGs no Brasil, a contextualização das reformas neoliberais que ocorreram na década de 1990, a conjuntura econômica e social de lutas sociais e de organização dos movimentos sociais nos anos 1980 e 1990. Com o aprofundamento das reflexões sobre as leituras realizadas, busca-se apresentar os principais conceitos que permitiram compreender o fenômeno do “Terceiro Setor” em nossa sociedade, as definições de sociedade civil, organizações sociais, responsabilidade social, classe social, voluntariado, cooptação de líderes dos movimentos sociais, ampliação do “Terceiro Setor”.

O segundo capítulo descreve a fundação e a organização do bairro de Felipe Camarão, seus aspectos sociais, históricos, culturais, políticos, econômicos e educacionais, tendo em vista que este é um dos bairros mais populosos da Região Oeste da Cidade de Natal/RN e que concentra atualmente várias organizações sociais do “Terceiro Setor”. O

último Censo realizado pelo IBGE/2010 divulgou que o local apresenta uma população de 50.997 mil habitantes. Além disso, também foram abordados os aspectos religiosos do bairro, pois as organizações do “Terceiro Setor” em grande parte associam suas ações às obras religiosas, ou seja, habitualmente as igrejas evangélicas, que são mais de 100 (cem) templos, que, em sua maioria, participam ativamente das obras sociais do bairro.

Atualmente existem muitas organizações do “Terceiro Setor” no local, a mais antiga com 25 (vinte e cinco) anos de atuação é a Fundação Bradesco, que também tem o maior número de pessoas participantes de seus projetos e atividades. Além disso, as outras organizações que mais se destacam são: Visão Mundial – PDA Caminhos do Sol; Fé e Alegria; Conexão Felipe Camarão – Associação Terramar; Espaço Vida e Movimento – Núcleo de Amparo ao Menor; Associação Abraçar, Projeto desenvolvido pela Igreja Presbiteriana – Financiado pela Mackenzie/São Paulo, Lar Fabiano de Cristo, Associação dos Líderes Evangélicos – ALEF, CEUs das Artes.

Por fim, o segundo capítulo também apresenta a caracterização das organizações do “Terceiro Setor” que atuam nessa localidade, descrevendo a sua fundação, sua estrutura, sua organização, a quantidade de projetos e o número de pessoas que são atendidas. Demonstra-se como historicamente as organizações sociais direcionaram suas ações para a população mais pobre, o que conseqüentemente levou à perda de efetividade das políticas sociais no local, sobretudo, à desresponsabilização do Estado em cuidar da questão social.

No terceiro capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa de campo e das entrevistas realizadas com os 18 (dezoito) participantes das três organizações pesquisadas. O principal intuito desse capítulo, que foi certamente o mais original e desafiante desta dissertação, é o de descrever, com base no referencial teórico e na análise das entrevistas realizadas, uma reflexão crítica de como se manifestam as contradições e disputas no “Terceiro Setor” ao analisar uma ONG, uma Fundação e uma Associação.

O terceiro capítulo também conta com a reflexão de como se configura o discurso e a ideologia dominante (discurso onguizador) nas três organizações estudadas - Visão Mundial, Associação Terramar e Fundação Fé e Alegria. Tais Organizações foram selecionadas estrategicamente pelos seguintes motivos: primeiro, por se localizarem na mesma área geográfica; segundo, por trabalharem com o mesmo público alvo (crianças e adolescentes); terceiro, por iniciarem suas atividades no mesmo período e até hoje permanecem no local.

Assim, busco demonstrar através da pesquisa e das entrevistas analisadas como ocorrem as relações de contradições e disputas no “Terceiro Setor” que se manifestam através da atuação das organizações em Felipe Camarão, sobretudo, refletindo como esse processo de

apassivamento ideológico promovido pelo “discurso onguizador” interfere na participação política da população e no seu reconhecimento como cidadãos.

## 2 O MODELO NEOLIBERAL

### 2.1 SURGIMENTO DO MODELO ECONÔMICO E DA IDEOLOGIA, BREVES CONSIDERAÇÕES

O modelo econômico neoliberal, entendido como um conjunto de ideias e políticas econômicas defende a menor intervenção Estatal na economia. O neoliberalismo se difundiu em países de economia capitalista, chegando a Europa e na América do Norte nos anos finais da década de 70 e início da década de 80. É um arcabouço teórico distinto do simples liberalismo clássico, pois é contrário a qualquer mecanismo que tente minimizar a liberdade do mercado. As concepções do modelo econômico foram formuladas e difundidas através da Escola Monetarista, tendo como um dos principais teóricos o economista Milton Friedman.

No panorama mundial ocorreu, a partir década de 1970, a reforma e a contrarreforma do Estado em resposta à crise do modelo societário capitalista. Isto porque o sistema de classes permanece catalisando crises periódicas, pois tem uma grande capacidade de produzi-las e aproveitar estas ocasiões para ampliar o poder da classe dominante. Este é fenômeno de revigoração que ressurge na história recente com o neoliberalismo.

Posteriormente, em 1973, ocorreu a crise do petróleo que abalou a economia mundial. Ainda nesta década a política neoliberal passou a ganhar força e disseminar sua ideologia. Um grupo de economistas e intelectuais não estava satisfeito com o caráter do Estado de bem-estar social. Mesmo antes da crise do petróleo, já se reuniam e discutiam suas ideias.

Com a crise, o mundo capitalista caiu numa profunda recessão, combinando a isso as altas taxas de inflação e os péssimos índices de crescimento. Para os neoliberais neste período, conforme assinala Perry Anderson (1995, p. 2), “[...] o remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas fraco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas”.

Os neoliberais possuem a seguinte concepção, segundo a qual os sindicatos são ameaças devido às constantes exigências que realizam pelo aumento dos salários e pelas melhores condições de trabalho, o que desequilibraria a lei da oferta e da procura. Para os neoliberais deveria haver desregulamentação das leis trabalhistas, pois o aumento do desemprego e a desarticulação dos sindicatos tornariam favoráveis a formação do exército de mão de obra barata com pouca capacidade de negociação e suscetível a qualquer imposição do mercado.

Contrariamente a esta concepção, destaca-se que, nos moldes modernos de expansão do capitalismo, a expropriação e a concentração de riquezas continuam sendo essenciais para a reprodução do capital, mas não são unicamente suficientes, pois outras formas de expropriação e acumulação estão sendo reinventadas. Neste sentido, Virgínia Fontes assevera (2010, p. 217): “A efetivação capitalista depende da reunião entre estes dois fatores, da exploração do mais-valor e do disciplinamento da produção à sua subalternização, convertendo-a massivamente em força de trabalho disponível para o capital e incorporada ao mundo mercantil”.

Com a crise, o Estado deveria também diminuir consideravelmente os gastos com as questões sociais. Os indivíduos estariam livres para interagir na economia capitalista. Pouco importa aos neoliberais se a desigualdade aumenta já que é uma característica natural das sociedades capitalistas. Neste sentido, Vitullo (2011, p. 35) nos diz: “[...] para os neoliberais, a desigualdade é não apenas um elemento inevitável da realidade social, mas continua ademais um fator positivo a ser estimulado [...]”.

Os neoliberais triunfaram por usar os recursos necessários, com brilhantes estratégias, uma linguagem que facilitou o poder de convencimento, além do uso dos meios de comunicação de massa. Ainda sobre a formação dessa doutrina, os primeiros anos não foram fáceis. Nos esclarece Vitullo (2011, p. 39) “[...] a construção da hegemonia neoliberal foi conseguida depois de uma paciente disputa ideológica entre setores formadores de opinião e uma dura batalha no campo político ao longo de várias décadas.” Um conjunto de fatores colaborou para que as mudanças planejadas pelos neoliberais fossem efetivadas nos países capitalistas. Tais fatores foram acentuados na década de 1980 e hoje o neoliberalismo é uma economia conservadora que traduz um modelo de sociedade ideal por meio da livre iniciativa e da hipertrofia mercadológicas.

O mercado capitalista não reconhece fronteiras, este fenômeno é conhecido atualmente como globalização. Para Chesnais (1996) se trata da mundialização do capital, fenômeno no qual todos os povos tendem a se submeter ao comando do mercado capitalista. Por este motivo, a crise econômica mundial ocorrida entre os anos de 2008 e 2009 afetou os países de todos os continentes e teve a característica de ser mais profunda do que as crises passadas do capitalismo tendo em vista que as suas consequências continuam repercutindo no seio da sociedade capitalista e se agrava com as contradições inerentes a este sistema econômico.

Acrescentado a isso, a lógica da financeirização dos mercados forçou a maioria dos países a aderirem ao neoliberalismo. Esse é um dos fatores que ajuda a explicar porque esta



crise econômica atingiu proporção mundial. Na prática, o modelo econômico não é universal, pois há diferenças de acordo com as particularidades locais, mas a essência da ideologia neoliberal semeia as experiências que elevam à condição hegemônica do mercado.

Para Atílio Boron (2001), as estratégias usadas pela teoria neoliberal objetivam a minimização do Estado, a privatização das empresas públicas, a terceirização dos serviços, que geram, como consequência, o aumento do desemprego e a exclusão social. Um dos maiores representantes dos neoliberais é Milton Friedman (1985) que defende a livre concorrência no mercado, a liberdade dos indivíduos para escolherem produtos e serviços, apregoa a menor intervenção do Estado na economia e a redução dos gastos públicos com as questões sociais.

Boron (2001) critica também a suposta relação positiva entre democracia e mercado. Para ele são opostos: a democracia do mercado tem um caráter enganador. Já para os neoliberais a relação entre democracia e mercado é perfeitamente possível e são até mesmo conceitos que se complementam. Segundo Friedman (1985), a liberdade econômica possibilita a liberdade política. A democracia seria então a expressão de tal liberdade.

A organização econômica desempenha um papel duplo na promoção de uma sociedade livre. De um lado a liberdade econômica é parte da liberdade entendida em sentido mais amplo e, portanto, um fim em si própria. Em segundo lugar, a liberdade econômica é também um instrumento indispensável para a obtenção da liberdade política. (FRIEDMAN, 1985, p. 1)

Deste modo, o discurso neoliberal afirma que os indivíduos podem concorrer com igualdade de condições para obter seus lucros. Por outro lado, no entendimento dos autores de perspectiva marxista, esta afirmação é falaciosa, pois a ausência de intervenção estatal em economias capitalistas geraria a concentração de lucros pela ação dos oligopólios – grandes multinacionais e grupos de empresas que oferecem serviços, parte dos serviços eram oferecidos exclusivamente pelo setor público, como saúde, segurança, educação. Estamos vivenciando a privatização de direitos sociais e a minimização da oferta de serviços públicos que deveriam ter caráter universal.

Com efeito, esses serviços, segundo a defesa neoliberal, teriam o caráter privado e poucos poderiam pagar. A realidade brasileira já expressa as contradições desse modelo econômico, pois os serviços públicos oferecidos estão cada vez mais precários, além da falta de investimentos na resolução das questões sociais mais emergentes, o que aprofunda as

desigualdades sociais e enfraquece a consciência de classe dos sujeitos inseridos nesse processo.

Outra questão de destaque é aquilo que Boron (2001) chama de “Novos Leviatãs” que são as grandes corporações multi ou transnacionais projetadas em escala planetária em significativos campos político, econômico, social e ideológico. Conforme o autor: “[...] esses Leviatãs são privados: são as grandes empresas que nas últimas décadas consolidaram seu predomínio nos mercados mundiais até limites inimagináveis há poucas décadas atrás.” (BORON, 2001, p. 197).

Estes monstros corporativos não preocupam os neoliberais porque o fundamental para eles é a liberdade econômica, não dando a devida atenção para outras dimensões da liberdade e nem se importando com o caráter monopólico ou oligopólico que assumem estas gigantescas empresas transnacionais frente ao enfraquecimento do Estado. Boron (2002, p. 64) ressalta ainda: “[...] o resultado dessa crescente presença de grandes oligopólios é a progressiva desarticulação e fragmentação do mercado como mecanismo ordenador da vida econômica no capitalismo.” O que incomoda os neoliberais são os sindicatos, os trabalhadores organizados, alvos privilegiados dos ataques destes intelectuais. Segundo eles, a organização dos trabalhadores atrapalha as regras do livre mercado, mas na verdade os movimentos contra-hegemônicos contestam a ideologia de que todos são livres, pois esta liberdade do mercado está apartada da democracia entendida na sua concepção original.

Desta maneira, a ideologia dominante procura enfraquecer o Estado, despolitizar os indivíduos, desestruturar os conceitos de cidadania e direitos, chegando a coagir os movimentos sociais organizados ou até mesmo cooptar os líderes com a estratégia da liberdade de concorrer na medida em que supostamente todos seriam livres para agir no mercado.

Porém, não ressaltam qual liberdade de fato existe, pois a liberdade não é a mesma para todos uma vez que está fortemente condicionada pela posição que os sujeitos ocupam na pirâmide social, ou seja, perfeitamente relacionada com as condições econômicas e materiais oferecidas na sociedade que exclui a maioria e privilegia uma minoria já detentora dos meios de produção.

Portanto, o sistema neoliberal exclui alguns indivíduos, aumenta o número de pobres e ideologicamente confunde as vítimas do modelo. Ainda existe o enfraquecimento das instituições representativas, dos sindicatos e a desqualificação das ideias dos movimentos sociais organizados. Os neoliberais, contudo, não rejeitam inteiramente o Estado. Isso se torna bem perceptível nas palavras de Friedman (1985):

Um governo que mantenha a lei e a ordem, defina os direitos de propriedade; sirva de meio para a modificação dos direitos de propriedade e de outras regras do jogo econômico; julgue disputas sobre a interpretação das regras; reforce contratos; promova a competição. Forneça uma estrutura monetária, envolva-se em atividades para evitar o monopólio técnico e evite seus efeitos laterais considerados como suficientemente importantes para justificar a intervenção do governo, suplemente a caridade privada, um governo teria, evidentemente, importantes funções a desempenhar. (FRIEDMAN, 1985, p. 16)

Há, portanto, questões que cabem ao Estado como garantidor último do próprio sistema capitalista: manutenção da propriedade privada, estabelecimento da lei e da ordem, assegurar a concorrência. Isto fica claro nas palavras de um dos seus maiores expoentes. Assinala Friedman (1985):

É evidente que a liberdade econômica, nela própria e por si própria, é uma parte extremamente importante da liberdade total. Vista como um meio para a obtenção da liberdade política, a organização econômica é importante devido ao seu efeito na concentração ou dispersão do poder. O tipo de organização econômica que promove diretamente a liberdade econômica, isto é, o capitalismo competitivo, também promove a liberdade política porque separa o poder econômico do poder político e, desse modo, permite que um controle o outro. (FRIEDMAN, 1985, p. 2)

Os neoliberais criticam também a intervenção do Estado nas questões sociais, para eles isso feriria a liberdade dos indivíduos. Ao defenderem essa liberdade, assinalada acima nas palavras de Milton Friedman, procuram demonizar a política e enfraquecer o papel do Estado. Acreditam ainda que a sociedade, e mais especificamente o Estado, não deve influenciar na liberdade do indivíduo, pois não se trata de uma ética geral. Friedman (1985) enfatiza que os valores relativos aos indivíduos no exercício de sua liberdade constituem o território da ética e da filosofia individual.

Os neoliberais obtiveram êxito pelas receitas que aplicaram através da descentralização, terceirização, desregulação dos mercados, flexibilização trabalhista, eliminação de barreiras alfandegárias, redução de impostos e do gasto público. Também executaram o controle da emissão monetária e privatizações.

No texto, Vitullo (2011, p. 35) pontua quais foram os principais triunfos: o controle da inflação, a redução dos salários, a fragilização dos sindicatos, o aumento da desigualdade social, a precarização no mundo do trabalho, a barbarização da vida social, a expansão dos lucros dos grandes conglomerados econômicos, a estrangeirização, a reprimarização da

economia, a financeirização, o enfraquecimento da capacidade de intervenção do Estado e a perda de autonomia do Estado na formulação das políticas públicas.

Mas, contrariamente a todos os avanços e triunfos, o modelo neoliberal está em crise, inclusive nos países da América Latina. Isso ocorreu pelo processo de rupturas em que uma parcela da população passou a se mobilizar contra o modelo dominante ao perceber que a desigualdade social e a pobreza estavam aumentando consideravelmente. A crise representa a possibilidade de mudança, no entanto, o enfrentamento ao sistema requer uma sociedade mais politizada e organizada.

A flexibilização do mercado de trabalho pregada pelos neoliberais mantém o estoque mínimo de produtos para as classes subalternas devido às mudanças nos padrões de consumo e à permanência do exército industrial de reserva. Ao mesmo tempo, a nova configuração do capitalismo gera salários baixos, contratos temporários e escassez de empregos com carteira assinada.

## 2.2 O PROGRAMA DE AJUSTE NEOLIBERAL NO BRASIL E AS SUAS IMPLICAÇÕES NA RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

Na década de 1980, o país ficou marcado por intensas lutas sociais em busca do fim da ditadura militar que negava praticamente todos os direitos do cidadão. Assim, notoriamente os movimentos sociais de esquerda e antiditatoriais se uniram e articularam lutas contra o sistema político que regia o país. A Constituição Federal de 1988, também conhecida como a Constituição Cidadã, afirmou direitos e garantias individuais para todos os brasileiros e em tese deveria orientar legitimamente as práticas dos governantes. Mas, a história e toda a conjuntura política e econômica demonstram que os avanços foram tímidos e que a todo custo tenta-se diminuir ou afastar o Estado das suas responsabilidades quanto ao trato da questão social.

Com o fim da ditadura iniciou-se o processo de redemocratização do país. Com as eleições diretas uma nova conjuntura política ampliava os sonhos de tantos brasileiros. Esse processo foi sendo consolidado no início da década de 1980 com a efetiva participação da sociedade civil, como descreve Virgínia Fontes (2010) “alguns processos históricos contribuíram para a reconfiguração da sociedade civil”.

Na década de 1990, intensas mudanças marcaram a sociedade brasileira como afirma Elaine Behring (2013): “foi nesse período que ocorreu a contrarreforma do Estado”. A ofensiva burguesa marcou o cenário econômico, político e social através da implementação do

programa de ajuste neoliberal. Nesse momento o país se adequou mais fortemente às requisições do capitalismo mundial com as seguintes características: privatizações de grandes empresas estatais e de direitos sociais, abertura do mercado, aumento do desemprego, o estabelecimento de uma nova moeda, dentre outras ofensivas neoliberais que tentam até hoje minimizar o papel do Estado e fortalecer a competição no mercado.

Ainda nos anos 90, nesse cenário de contrarreforma do Estado, os setores dominantes da economia se reorganizaram, fazendo surgir no cenário brasileiro novas formas de expropriação da classe trabalhadora e de desresponsabilização do Estado com a questão social.

Nesse contexto, o Estado efetivou massivamente programas de ajuste que permanecem em curso até hoje em prol dos interesses do capital para a ampliação dos lucros, sobressaindo a lógica do lucro pelo lucro. Nesse período, começa a se tornar mais evidente o apelo que se faz a sociedade civil que é envolvida no discurso da solidariedade. Com isso, as ONGs, OCIPs e o “Terceiro Setor” como um todo ganham espaço na sociedade, trazendo como consequência desse processo o desmonte dos direitos sociais.

Todo este processo de expropriação “envolve uma enorme expansão de formas associativas voltadas para a sua dominação” segundo Virgínia Fontes (2010, p. 217). No Brasil, essas características se tornam mais evidentes após a ditadura militar, quando ocorre a organização da dominação burguesa e reaparelhamento do Estado.

Nesse contexto, a classe econômica dominante passa a utilizar as esferas política, econômica, cultural e intelectual para afirmar suas ideias e estruturar seu projeto ideológico, disseminando-as no seio da sociedade como categorias sociológicas.

Os aparelhos ideológicos que compõem o Estado têm uma importante função no seio dessa sociedade capitalista, pois é utilizado para disseminar e reproduzir a ideologia neoliberal no Brasil. Sobre este papel do Estado moderno, apresenta-se a reflexão de Nicos Poulantzas:

O Estado tem um papel essencial nas relações de produção e na delimitação-reprodução das classes sociais, porque não se limita ao exercício da repressão física organizada. O Estado também tem um papel específico na organização das relações ideológicas e da ideologia dominante. (POULANTZAS, 2000, p. 26).

Neste sentido, destaca-se que este processo é marcado por contradições e tensões entre as classes dominantes que dentro dos seus setores apresentam disputas e conflitos. Contudo, pela diversidade e plasticidade da associação burguesa, estes conflitos são

mediados. Ora, os arranjos e mediações colaboram para que o projeto de dominação burguesa se reestruture e continue disseminando seus ideais através do Estado. Esta não é uma estratégia inovadora e sim um papel de organização fundamental desse Estado capitalista que passa por metamorfoses para continuar reproduzindo a diferença entre as classes sociais, pois, segundo Poulantzas (2000, p. 33) “O papel decisivo do Estado nas relações de produção e na luta de classes já está presente em sua formação, portando em sua reprodução.”

No Brasil, isso não poderia ser diferente. Ainda na década de 1990, houve no governo de Fernando Henrique Cardoso o apelo à sociedade civil, como por exemplo, o Programa Comunidade Solidária. Durante o governo foi desencadeada a reforma do Estado que para muitos estudiosos, inclusive a própria Behring (2013), configurou na verdade uma contrarreforma, dado seu caráter fortemente regressivo.

Desse modo, a ideologia dominante invade os aparelhos do Estado, os quais igualmente têm por função elaborar, apregoar e reproduzir essa ideologia, fato que é importante na constituição e reprodução da divisão social do trabalho, das classes sociais e do domínio de classe. Esse é por excelência o papel de certos aparelhos oriundos da esfera do Estado, designados aparelhos ideológicos de Estado. (...) (POULANTZAS, 2000, p. 27)

O Estado constituiu uma organização fundamental no processo de modernização do Brasil. Devido a este caráter estratégico, inicia-se por ele a reforma neoliberal tendo um enfoque totalizador sob a tutela do Estado. Nesses termos afirma-se que: “O atual papel do Estado não elide o fato de que ele sempre comporta limites, que se podem designar como limites estruturais da intervenção do Estado capitalista na economia.” (POULANTZAS, 2000, p. 194).

Notadamente, no Brasil verifica-se a característica de uma modernização conservadora que limita a cidadania e a democracia. Portanto, as transformações que ocorreram especialmente na década de 2001-2010, trouxeram à superfície as contradições que existem na hegemonia neoliberal.

Isso é ainda mais grave na relação entre Estado e mercado, sobretudo com o fortalecimento do mercado e das grandes corporações. Outra contradição tem a ver com a perda da autonomia e da soberania nacional com a inserção de uma nova ordem mundial que tem suas próprias leis. Além, é claro, da crescente e cada vez mais grave crise social que mina os alicerces do sistema democrático.

### 2.3 A SOCIEDADE CIVIL E SEUS CONCEITOS

Para os jusnaturalistas do século XVIII, a sociedade civil está na origem do Estado. Já para o marxismo, a sociedade civil se referencia no mercado ao se confundir com a sociedade burguesa. Para Gramsci, a sociedade civil tem a função de construção de hegemonia política, inclusive para as classes subalternas. Conforme destaca Scherer-Warren (1994):

Sociedade civil definia-se ora como a esfera de constituição da política (e do Estado), contrapondo-se à barbárie, ora como a capacidade de auto-regulamentação e determinação da esfera econômica (do mercado), em fase do individualismo e do Estado, ora ainda como potencialidade do mundo da cultura e das ideologias na construção de uma hegemonia política. (SCHERER-WARREN, 1994, p. 6).

Scherer-Warren acrescenta inicialmente no seu texto que as categorias sociológicas de “sociedade civil” e “Organização não governamental” não possuem um sentido unívoco. Primeiro, no que se refere ao conceito de sociedade civil, a história de construção desse conceito mostra significados variados. Neste sentido, a sociedade civil apresenta diferentes significados e um sentido abrangente que está cercado de ambiguidades. Segundo Ellen Wood (2011):

A concepção moderna de “sociedade civil” – uma concepção que aparece sistematicamente pela primeira vez no século XVIII – é algo muito diferente das noções anteriores de “sociedade”: sociedade civil representa uma esfera diferenciada do Estado, separada das relações e das atividades humanas, mas nem pública nem privada, ou talvez as duas coisas ao mesmo tempo, incorporando toda gama de interações sociais fora da esfera privada do lar e da esfera do mercado, a arena de produção, distribuição e troca. (WOOD, 2011, p. 206)

No Brasil, a expressão sociedade civil se difundiu tardiamente na reflexão brasileira (FONTES, 2010, p. 222). Para a melhor compreensão do conceito de sociedade civil e dos seus desdobramentos no país, é importante relacionar as lutas sociais que ocorreram intensamente nas décadas de 70 e 80 (FONTES, 2010).

Antes desse período, outras mobilizações organizadas pela sociedade começaram a expressar o inconformismo social de parte da população. O país estava marcado pelo golpe militar e por uma violenta e sangrenta ditadura que se prolongava no tempo.

Nesse contexto, assinala Fontes (2010, p. 224) que ainda na década de 1960 as reivindicações eram contra a ditadura: “no caso brasileiro, vale lembrar o incremento das lutas estudantis e populares em dois tempos, o que culmina em 1968, com o crescimento das manifestações de rua e a expansão da resistência armada”.

Nesse contexto, após o golpe militar no ano de 1964 e a partir da década de 1970, destacam-se as associações empresariais como também organizações de caráter profissional. Dentre as principais: Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), dentre outras. Como bem descreve Virgínia Fontes (2010, p. 225) essas associações tiveram um papel importante na “luta antiditatorial”, com o final da ditadura essas organizações passaram a se organizar melhor e a desempenhar outros papéis.

Em meio a este processo de dominação ideológica, as lutas sociais ocorreram intensamente no Brasil principalmente nas décadas de 70 e 80. É nesse contexto que a expressão sociedade civil passa a ser difundida no Brasil. Conforme assinala Virgínia Fontes (2010, p. 223): “A expressão sociedade civil se difundiu tardiamente na reflexão social brasileira, por volta da década de 1970. Seu ingresso no mundo acadêmico, no entanto, seria marcado por polêmicas, ilusões e muitas dificuldades”.

A autora ressalta que foi neste período que ocorreram as primeiras traduções de Gramsci no Brasil, ou seja, imediatamente no período pós-golpe de Estado:

As contradições que marcam as definições do que é a sociedade civil podem ser explicadas pelos fenômenos sociais que ocorreram, primeiro, nesse período da tradução da obra de Gramsci, o Brasil vivenciava o golpe militar, assim, muitas análises realizadas sobre a sociedade civil acentuavam principalmente a dicotomia existente entre a sociedade civil e a militar; segundo, outros fenômenos internacionais contribuíram para outras acepções sobre o termo. (FONTES, 2010, p. 223).

Nesse sentido a autora pontua que:

Enquanto na formulação original gramsciana, o crescimento da sociedade civil se dera pela intensificação das lutas subalternas, pesando sobre a organização do Estado em prol de uma efetiva socialização da política, no caso brasileiro a organização e difusão de aparelhos privados de hegemonia, ainda que respondendo a fortes lutas de classe, concentrara-se nos setores burgueses dominantes, em função da truculência social predominante no trato da questão social. (FONTES, 2010, p. 227).



Assim, podem-se apontar duas tendências dos movimentos sociais apresentando uma relação dualista. Estado *versus* sociedade, e outra tripartite, Estado/mercado/sociedade civil. Sobre isso ressalta Montañó (2010):

A realidade social não se divide em “primeiro”, “segundo” e “Terceiro Setor” – divisão que, como vimos, consiste num artifício positivista institucionalista ou estruturalista. Isto, numa primeira hipótese, estaria mostrando o debate sobre o “Terceiro Setor” para além da funcionalidade com a ofensiva neoliberal, como fundado num conceito abstrato, sem existência real. Numa segunda hipótese, esse debate setorialista oferece uma discussão sobre o social que entende de forma desarticulada o Estado, o mercado e a sociedade civil. Para ambas as hipóteses o debate ocorre de forma mistificadora do real. (MONTAÑO, 2010, p. 182-183).

A tendência bastante repercutida na sociedade capitalista aponta a sociedade civil como um setor à parte, o “Terceiro Setor” em oposição ao Estado e ao mercado. Contudo, como adverte Poulantzas (2000), essa concepção empobrece consideravelmente as pesquisas sobre o Estado ao descrever que:

A separação relativa do Estado e da economia é tomada como separação do Estado e da famosa “sociedade civil”. Esta sociedade civil, palco de necessidades e trocas entre indivíduos isolados seria representada em si como uma associação contratual de sujeitos juridicamente isolados, sendo a separação da sociedade civil e do Estado reduzida a um mecanismo ideológico localizado no âmago das relações mercantis, à feiticização-reificação do Estado a partir do famoso fetichismo da mercadoria. (POULANTZAS, 2000, p. 48).

Deste modo, as Organizações não governamentais, pela própria definição do termo, são consideradas uma esfera separada do Estado, e também sem fins lucrativos, por isso se dizem independentes do Estado. Mas, segundo a concepção crítica de Virgínia Fontes, estas ONGs são dependentes do mercado e, sobretudo, do Estado, pois pleiteiam seus recursos nessas duas esferas. Assim, o discurso dessas organizações é marcado pelas contradições do capitalismo.

## 2.4 A HISTÓRIA DAS ONGS E O SEU SURGIMENTO NO BRASIL

As Organizações Não Governamentais – ONGs surgem no Brasil em um contexto marcado por significativos desdobramentos teóricos e intelectuais. Como assinala Virgínia Fontes, ocorre o processo de ampliação das universidades, dos cursos de pós-graduação e o retorno dos exilados. Tais processos internos ocorriam no país e favoreciam a reflexão e as

pesquisas, o que aproximou os pesquisadores e os movimentos sociais, “resultante do contato militante ou da profissionalização das pesquisas” (FONTES, 2010, p. 216).

As transformações ocorridas na sociedade brasileira favoreceram o diálogo e a conexão de ideias entre os grupos que se organizavam em prol das lutas sociais e que criticavam o Estado na busca de transformações imediatas principalmente contra a repressão militar.

Apresenta-se a seguir o posicionamento de alguns autores que, em sua maioria, defendem a ideologia da necessidade da existência das ONGs e do “Terceiro Setor”. Contrariamente a este posicionamento, autores de filiação marxista criticam abertamente essas organizações e denunciam a sua funcionalidade para com o projeto neoliberal.

Em agosto de 1991, ocorreu no Rio de Janeiro o 1º Encontro Internacional de ONGs e o Sistema de Agências das Nações Unidas onde se reúnem membros de ONGs latino-americanas. A sigla ONG tornou-se popular na América Latina a partir da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente - ECO 92<sup>1</sup>, pois foi um dos principais atores no Fórum paralelo à conferência oficial que reuniu entidades do mundo todos para discutir propostas para o desenvolvimento sustentável.

Após este momento, as ONGs passaram a atuar em nível global, e ainda continuam presentes nas conferências da ONU. Scherer-Warren (1994, p. 8) destaca que o termo foi importado através das agências internacionais de financiamento (ONGs de Primeiro Mundo) “[...] para denominar as organizações intermediárias (os centros populares de educação, informação e pesquisa) nos países em desenvolvimento, responsáveis pela implementação de projetos junto a organizações de base”.

Ainda conforme a autora, a origem do termo ONG advém da ONU para caracterizar as iniciativas de entidades da sociedade civil comprometidas com a reconstrução da vida social após a Segunda Guerra Mundial.

Nos países do centro econômico do mundo denominam-se ONGDs (as Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento). Já no caso dos países latino-americanos, a terminologia adotada era a de centros populares de educação, cultura e serviços, todos ligados a iniciativas de base comunitária. Nos anos 60 e 70, marcados pela ditadura na América Latina, a atuação das ONGs ocorria junto às bases e contava com o apoio das igrejas católica e evangélica. Mesmo com o apoio de organizações tradicionais, realizavam um trabalho

---

<sup>1</sup>Conhecida também como RIO 92 foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

silencioso devido à conjuntura política do período de resistência e enfrentamento a todas as formas de opressão.

Na América Latina, as ONGs têm se associado com os movimentos populares e colaboraram com esses movimentos populares.

Em países como o Chile e o Brasil, nos períodos mais duros da ditadura, a maioria das ONGs, contando com o apoio da Igreja e das Agências externas, preferiu atividades mais localizadas, no âmbito das bases. Com a democratização, as ONGs chilenas foram ágeis no sentido de participação nos poderes locais, diferentemente das brasileiras, que se mantêm mais independentes das ações governamentais. (SCHERER-WARREN, 1994, p. 10).

Os que defendem a ideologia das ONGs afirmam que o seu surgimento está relacionado com os movimentos sociais e sindicais e com a atuação da igreja que conjuntamente estavam em oposição à política do regime ditatorial. Com o fim dos regimes militares, os debates e ações das ONGs buscaram a democratização do poder local e a participação na efetivação das políticas públicas. A luta pela democracia inicia-se na defesa dos direitos e das políticas sociais como tema central da justiça social e dos direitos humanos, mas as ações focalizadas e emergenciais das ONGs não consolidaram a democracia através da participação.

Nos anos 1980, as primeiras organizações tinham objetivos em sintonia com os movimentos sociais. O projeto era o de fortalecer politicamente a sociedade civil na defesa de seus direitos sociais e individuais. Neste período, as ONGs se diferenciavam das entidades assistenciais e das ações do Estado. Conforme Paz (1999, p. 197) “nascem com um compromisso crítico e oposicionista e investem na organização de setores populares através de um trabalho de base nas fábricas, nas periferias das cidades e no campo.”.

Na primeira metade dos anos 1980, as ONGs atuam com os novos movimentos sociais e com os sindicatos. Seus membros eram as lideranças sindicais e populares e os movimentos e manifestações da época foram apoiados por essas organizações. Por este motivo, o trabalho de educação popular realizado pelas ONGs tornou-se notório.

Ainda na mesma década, mais precisamente no ano de 1985, os setores da sociedade civil se organizaram a partir da necessidade de discutirem o quadro jurídico e institucional do país. A articulação da população ocorreu em fóruns que debatiam o conteúdo da nova constituição. Paralelo a isso, as ONGs passam a se profissionalizar com a qualificação prática

de seus agentes, e promovendo também uma especialização no debate de temas como direitos humanos, meio ambiente, questões sociais e urbanas.

Existem quatro aspectos que auxiliam no delineamento do perfil das ONGs: primeiro, como se organizam; segundo, quais suas funções; terceiro, a serviço de quem atuam; quarto, quais seus objetivos.

Segundo Scherer-Warren (1994), as ONGs são assim caracterizadas: organizações formais, ou seja, institucionalmente separadas do governo, porém com fins lucrativos; sem fins lucrativos para seus organizadores e diretoria, distinguindo-se das empresas; Autogovernadas através de procedimentos/diretrizes internos próprios “com participação voluntária de membros, pelo menos de seu corpo diretor.” (SCHERER-WARREN, 1994, p. 8).

Os campos de atuação das ONGs podem ser definidos a partir de três referenciais: a filantropia, o desenvolvimento e a cidadania. Na filantropia – do assistencialismo à solidariedade, as ONGs atuam no sentido do assistencialismo imediato, como por exemplo, no fornecimento de alimentação, abrigo e outros benefícios materiais.

Quanto ao desenvolvimento – do efeito demonstração ao desenvolvimento sustentável e justo, as ONGs priorizavam inicialmente a sustentabilidade ecológica e a justiça social como precondições do desenvolvimento, realizavam atividades direcionadas para a ação social e o desenvolvimento. Questões relativas à etnicidade, ao gênero, ao meio ambiente e a construção da cidadania recebiam especial atenção das ONGs, principalmente nos países da América do Sul que estavam no processo de redemocratização com a sua população envolvida e participando dos movimentos.

Por fim, quanto à cidadania - das lutas de libertação às lutas pela democracia, esse aspecto tem um lugar de destaque nos países da América do Sul, pois a cidadania não é apresentada de forma uniforme nesses países. Nesse processo pode-se destacar que existem as “lutas de libertação” contra o imperialismo econômico e político, como também outras lutas, por exemplo, contra as ditaduras militares.

No Brasil as ONGs assumem o papel de fiscalizar as políticas públicas do Estado como defende Scherer-Warren (1994):

[...] no Brasil, muitas conquistas sociais da Nova Constituição foram obtidas graças à pressão e apoio de ONGs e movimentos sociais. Seja na prestação de serviços ou consultorias, seja no controle do uso dos recursos públicos e políticas sociais, as ONGs vêm reforçando a sua relação com o poder público, passando a atuarem no sentido da descentralização do poder de uma

crescente participação da sociedade civil. (SCHERER-WARREN, 1994, p. 10)

É na década de 1990 que as ONGs se ampliam na América Latina e no Brasil assumindo uma forte visibilidade pública através dos meios de comunicação que divulgam seu trabalho e iniciativas. A presença das ONGs em conferências internacionais promovidas pela ONU ampliou o intercâmbio entre as organizações de diferentes locais do mundo.

As ONGs estão incluídas no mal chamado “Terceiro Setor” e inicialmente a atuação direcionava-se para a formação de identidades restritas como: mulheres, negros, homossexuais, na defesa de interesses desses grupos denominados em alguns aspectos como minorias. As ONGs apresentam tendências distintas, ou seja, se inseridas em países em desenvolvimento os trabalhos têm uma ênfase na filantropia e no altruísmo, já nos países em desenvolvidos as ações são outras, voltam-se para a construção da sociedade civil em torno de questões como cidadania, democracia, organização, justiça social.

No Brasil, a ação das ONGs confunde-se com a filantropia e a cidadania. Existem algumas características que distinguem as ONGs. Estas podem ser organizações formais, com algum grau de permanência, outras são privadas, ou seja, institucionalmente separadas do governo, mas com fins públicos e sem fins lucrativos. Estes elementos as distinguem de empresas e de organizações com voluntários.

Como destaca Rosângela Paz (1999, p. 195) “analisando o termo em si, significa que todas as organizações que não são órgãos ou instâncias do governo são ONGs”, ou seja, todas as entidades da sociedade civil sem fins lucrativos que prestam serviços a um determinado grupo ou comunidade ou desenvolvem trabalhos voltados ao enfrentamento de determinados problemas sociais.

A autora faz uma crítica à sigla por se tratar de uma definição ampla e superficial, pois conforme o perfil citado muitas entidades se enquadram e são ao mesmo tempo diferentes entre si, como por exemplo: entidades filantrópicas, assistenciais, religiosas. A definição ONG é genérica e revela pouco sobre o campo de ação das organizações. Ainda sobre o termo, quando se retira a palavra “Não”, que define realmente à sigla, tem-se Organização Governamental. Com isso Paz (1999, p. 195) “[...] revela que existe uma dificuldade de precisão do significado do conceito: as organizações são assim, por negação, uma organização não governamental”.

Ainda no que se refere à definição, no Brasil não se tem uma definição jurídica, então a legislação considera ONGs as entidades sem fins lucrativos, pois se diferenciam das empresas que têm objetivos lucrativos. Assim como as associações de moradores e entidades

filantrópicas, as ONGs têm estatuto jurídico próprio. A Lei de n. 9.790/1999 dispõe sobre as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).

O processo de democratização da sociedade brasileira gerou novas relações entre a sociedade civil e o Estado. Nesta mesma linha de defesa dessas organizações, os autores Bava e Pontes argumentam que, no novo cenário político dos anos 90, as ONGs aparecem como atores com voz própria articuladas horizontalmente com as demais instituições que lutavam por uma sociedade democrática. Assim as descrevem:

Um dos traços característicos é a autonomia, as ONGs são independentes do Estado, dos partidos políticos, das igrejas e também da cooperação internacional. Ou seja, “o perfil político das ONGs brasileiras é fruto de mais de vinte anos de trabalhos pela construção de direitos de cidadania junto aos movimentos populares e aos demais atores da sociedade civil. Seu compromisso político é um fundamento básico de sua identidade, mas sua capacidade técnica e a sua eficiência são os seus grandes desafios e o que lhes garante, ao mesmo tempo, espaço e reconhecimento tanto por parte do Estado quanto dos seus parceiros na sociedade. Critérios que têm feito o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, entre outros organismos internacionais, criarem linhas diretas de financiamento para as ONGs. ONG não é um sindicato, não representa ninguém, se afirma pelo trabalho que faz, por sua competência, ou desaparece. (BAVA e PONTES, 2002, p. 136).

O discurso disseminado na sociedade brasileira é o de defesa das parcerias público/privado, ou seja, no contexto estudado entre o Estado e as ONGs. Contudo, a ideologia do “Terceiro Setor” deixa transparecer sutilmente que a lógica é a de criticar o Estado argumentando que este é fraco e gasta muito com os setores públicos; em contraponto, para os neoliberais e para o chamado “Terceiro Setor” é um bom financiador de projetos sociais que têm iniciativa privada.

A ideologia neoliberal reproduz o discurso da menor intervenção social do Estado no mercado, pois o modelo liberal se apoia na intervenção mínima do Estado e na autorregulamentação do mercado. Assim, muitos autores justificam a existência das ONGs e de outras organizações privadas como necessárias para se enfrentar a crise social brasileira, sendo visível o crescimento de empresas e de multinacionais que se classificam pretensamente como: “empresas socialmente responsável” ou “empresas cidadãs”. Neste sentido, estes autores ainda discorrem:

As relações ONGs/Estado sempre foram delicadas. Para que elas se consolidem em parcerias e superem os limites construídos por uma cultura

autoritária é preciso que o Estado assuma um paradoxo: preocupe-se em respeitar a autonomia das ONGs e, ao mesmo tempo, se preocupe também com o fortalecimento institucional dessas organizações. Afinal, um Estado democrático depende de uma sociedade civil forte, organizada, propositiva. (BAVA e PONTES, 2002, p. 137).

O contexto de surgimento das ONGs no Brasil foi favorecido pela conjuntura da contrarreforma do Estado, no início da década de 90 com a abertura da economia e a implementação do modelo neoliberal. Nesse período, já existiam algumas políticas sociais, que haviam sido determinadas pelo texto constitucional. Contudo, a efetivação das políticas sempre ficou no plano abstrato e do planejamento. Nos anos seguintes, essas políticas sociais passaram por um processo de contínuo desmonte, orquestrados por ações dos governos de Fernando Henrique Cardoso.

Nesse contexto, após a primeira metade da década de 90, a população foi inserida em um processo de crescente pauperização e conseqüentemente se tornou um alvo fácil das ações do “Terceiro Setor”. Além disso, passou-se a utilizar a denominação de sociedade civil organizada dividida em setores, o que difere do conceito inicial de sociedade civil, mais precisamente da concepção de Gramsci que envolve a totalidade das esferas sociais.

Antes, a sociedade civil se organizava para realizar a luta política em busca da efetivação de direitos e de melhorias sociais, contudo, o desenvolvimento social ressignificou o sentido do termo (DURIGUETTO, 2007). O Estado estrategicamente implementou ações que massivamente desorganizaram e desqualificaram os movimentos sociais.

Em todo esse processo de surgimento e expansão das ONGs no Brasil estas organizações assumiram funções bem amplas que vão desde assessorias e mediações políticas, educacionais, culturais. Realizam também articulações entre a sociedade civil e o Estado, pesquisas, serviços humanitários, de preservação ambiental, a formação de redes, entre outras atividades que promovem a cidadania e a justiça social.

O campo de atuação das organizações é definido como: filantropia, cidadania e desenvolvimento. Estes campos se modificam direcionados pelo discurso e ideologia do momento.

A atuação das ONGs se amplia a partir da década de 90. Surgem as redes de movimentos, ou seja, a interação horizontal e práticas sociopolíticas entre organizações da sociedade civil, grupos e atores informais, onde todos estão engajados em projetos políticos e culturais comuns. “Os valores coletivos e individuais também são comuns, o princípio da solidariedade é considerado o fundamento ético primordial na formação das redes, a

solidariedade, neste caso, significa responsabilidade social com o bem comum”, segundo Scherer-Warren (1994, p. 10).

As redes que são formadas na América Latina e articulam as ONGs podem ser: redes temáticas, fóruns de ONGs, associação de ONGs, redes de informação, redes de reflexão, interface de experiências. As ONGs que participam destas redes incorporam-se em múltiplas redes, formando redes de redes.

As redes temáticas são organizações que em torno de uma temática se articulam e debatem entre si em fóruns, seja em diferentes países ou espaços a finalidade é a mesma. Os fóruns de redes são articulações esporádicas de ONGs que em torno de questões estratégicas exigem a manifestação ou a pressão da sociedade civil. Os fóruns são mais comuns na América Latina e incorporam-se também em outros movimentos sociais populares com a finalidade de constituir um espaço de circulação de informações e de formação de opinião.

As associações de ONGs reúnem organizações em diferentes países. Visam o fortalecimento dos membros pela promoção de intercâmbios e encontros que possibilitam a realização de ações conjuntas e solidárias entre as ONGs. No Brasil, existe uma organização que desempenha esse papel de articulação, a ABONG reúne inúmeras organizações do “Terceiro Setor”.

As redes de informações são espaços de circulação e troca de conhecimentos, mais especificamente as ONGs ligadas aos direitos humanos, onde mediante boletins, divulgam as ações realizadas e troca de experiências. A interface de experiências é a possibilidade de desenvolvimento de projetos em comum, intercâmbios e articulações em projetos que ocorrem em espaços diferentes. Contudo, Bava e Pontes (2002) ressaltam a funcionalidade das ONGs no nosso país:

As ONGs brasileiras são uma criação de agências de financiamento estrangeiras que pretendem, por intermédio dessas entidades, interferir nas questões nacionais brasileiras; as ONGs solicitam recursos para trabalhos sociais, mas gastam estes recursos em proveito próprio, garantindo a remuneração de seus técnicos sem um justo resultado efetivo do ponto de vista de seus objetivos sociais declarados. (BAVA e PONTES, 2002, p. 134).

Os autores acima mencionados acrescentam que pela repercussão das ONGs a Associação Brasileira de ONGs elaborou, juntamente com outras entidades de caráter nacional, uma proposta de legislação para regulamentar o campo das atividades sem fins lucrativos.



Os defensores desta ideia argumentam que a legislação específica sobre as ONGs colaboraria para tornar o controle social mais efetivo e garantir a transparência nas atividades, além disso, outro objetivo da proposta é o de garantir o acesso aos fundos públicos.

Contrariamente aos autores que defendem a ideologia das ONGs, Virgínia Fontes, critica essas organizações, segundo ela:

A denominação ONG mais confunde do que esclarece o fenômeno, uma vez que usa como critério de classificação o pertencimento institucional ou não de uma entidade, o que envolve dois problemas graves: esquece o fato de que a contraposição fundamental a governo/público é privado/empresa e em seguida, decreta essa diferenciação unicamente por decisão nomeadora, sugerindo uma existência idealizada, apartada tanto da propriedade privada (mercados) quanto da política. Se a etiqueta ONG não é inocente, bem menos inocentes são os que procuraram justificar tais entidades através de argumentos angelicais. (FONTES, 2010, p. 231).

Grande parte da população brasileira vive em condições de miserabilidade. Neste terreno, carente de ações governamentais, as ONGs encontram um sentido para atuar e assistir a estas pessoas. De forma imediata, buscam pretensamente suprir as necessidades básicas ao dispor de alimentos, abrigo e outros materiais fundamentais para a sobrevivência dos mais necessitados. Contudo, oferecem ações focalizadas voltadas para o assistencialismo, que não modifica substancialmente as condições de vida. A população atendida não é ensinada a reivindicar seus direitos básicos e com isso reproduzem as práticas do assistencialismo.

É certo que contemporaneamente a filantropia tem um sentido plural com um discurso direcionado para o desenvolvimento e para a construção da cidadania. Pelo menos esta é a defesa de algumas autoras como Scherer-Warren (1994), Paz (1999) e Ferrarezi (1997), como se denota, os textos foram escritos na década de 90, quando o “Terceiro Setor” se expandiu no Brasil com muita rapidez. O processo histórico talvez tenha influenciado a perspectiva de escrita das autoras.

No entanto, o posicionamento de Carlos Montañó (2010), Lúcia Neves (2010) de Virgínia Fontes (2010), Gabriel Vitullo (2012) difere substantivamente, pois eles tecem fortes críticas ao papel que vem sendo desempenhando pelas ONGs, sobretudo ao discurso do “Terceiro Setor”. Atualmente estas Organizações Não Governamentais, que não fazem parte do Estado, mas dependem fortemente de seus recursos, se colocam como legítimos representantes da sociedade civil ou do “Terceiro Setor”, cuja função primordial é a de minimizar os impactos da oposição às reformas neoliberais.

Como se sabe, tais ações são voltadas para o assistencialismo, o que não modifica substancialmente as condições de vida. A população atendida não é ensinada a modificar suas práticas. O processo de educação, conscientização e emancipação cidadã não é priorizado. Hoje, dada a naturalização da presença dessas organizações do “Terceiro Setor”, poucos são os que questionam a solidariedade que não visa à educação para a libertação, que somente reproduz práticas que solidificam o controle ideológico das classes dominantes. Ressaltando que no Brasil as ONGs direcionam suas atividades e projetos para a ajuda emergencial dos que historicamente continuam sendo excluídos do sistema. Isto legitima até hoje a concepção da filantropia burguesa que tão somente colabora com a autoajuda, pois a transformação social nunca foi um objetivo estratégico.

No contexto inicial de seu desenvolvimento as ONGs receberam apoio financeiro das agências que funcionavam na América do Norte, que passaram a estimular projetos de treinamento e de assistência técnica em comunidades carentes situadas na América Latina.

As Agências Internacionais de Cooperação Não Governamental são os financiadores internacionais das ONGs. Países como Canadá e Estados Unidos direcionam recursos para o desenvolvimento de ações nos países em desenvolvimento. Expõem-se aqui a visão de autores que defendem o “Terceiro Setor”. A pesquisa desenvolvida na dissertação apresenta uma perspectiva crítica contra a ideologia disseminada pelo “Terceiro Setor” e as ONGs.

Esse modelo entrou em crise e recebeu muitas críticas, assim, mais uma vez, a ideologia estratégica do “Terceiro Setor” repensou sua atuação. Então passaram a direcionar suas ações para outro eixo visando a sustentabilidade ecológica e a justiça social como requisitos fundamentais para o desenvolvimento dos países, o que atraiu substancialmente novos financiamentos que não se limitaram às Agências Internacionais, pois agora os recursos públicos do Estado são usados erroneamente para a manutenção desses projetos.

Desde o seu surgimento as ONGs estabeleceram relação com os setores populares. Inicialmente a relação foi essencialmente política, conforme destacam Bava e Pontes:

[...]pois buscava-se fortalecer os múltiplos atores sociais coletivos, que na sua relação com o Estado, expressavam demandas pelo reconhecimento de direitos, por medidas concretas que atendessem suas necessidades de saúde, educação, moradia, etc. Na linguagem atual da ciência política as ONGs têm como seu principal motivo de existência o *empowerment* dos setores sociais excluídos ou discriminados, de toda forma, privados de seus direitos. (BAVA e PONTES, 2002, p. 134).

Este é o discurso do modelo neoliberal que justifica a mínima intervenção do Estado na economia por considerá-lo fraco, falido e ineficaz para resolver as questões sociais. Argumentando que somente o mercado com a sua lógica é capaz de alocar adequadamente os recursos, o posicionamento desses autores é de defesa das ONGs, pois justificam que são independentes do Estado e se auto-organizam. Mas, contraditoriamente a este discurso, argumenta-se que essas organizações dependem de recursos públicos para realizarem suas ações, evidenciando que não estão à parte do Estado já que dependem diretamente dele.

Contemporaneamente, as ONGs contam com importantes parceiros como o Banco Mundial, PNUD e BID, entre outros organismos internacionais que financiam os projetos. Bava e Pontes (2002) são autores que defendem a autonomia das ONGs.

Contrariamente à defesa das ONGs, apontam-se outras características dessas organizações no país e quais são os principais investidores dessas ações sociais. Este espaço filantrópico que hoje conhecemos, defendido por muitos estudiosos, pelos investidores e até mesmo pela sociedade civil que diretamente é beneficiada pelo “Terceiro Setor”, é mantido pela responsabilidade social das empresas nos marcos de uma cultura de participação largamente disseminada no Brasil no início da década de 1990 onde os empresários nacionais e as empresas multinacionais destinam recursos privados e passam a interferir nas questões sociais.

A responsabilidade social empresarial se propõe como ação civil e voluntária, buscando assim suprir as necessidades da população carente. Os maiores bancos e empresas nacionais desenvolvem iniciativas na área social através de projetos e até mesmo na criação e manutenção de fundações e institutos, revelando uma contradição aparente entre o discurso e a prática, pois nas atividades diárias a lógica do lucro prevalece, tanto na relação com os clientes quanto no trato dispensado aos funcionários (estes trabalham longas horas e vivem constantemente os riscos da demissão).

## 2.5 SOCIEDADE CIVIL, “TERCEIRO SETOR” E ONGS – CONTRAPONTO

Em contraponto às ideias dos defensores da “ideologia onguizadora”, autores de filiação marxista como Elaine Behring (2013), Carlos Montaña (2010) e Virgínia Fontes (2010) ressaltam a importância de compreender os conceitos, sempre com uma interpretação que observe a dimensão da totalidade. Para Behring (2013), é preciso conhecer aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais de toda e qualquer formação econômico-social dada a sua complexidade. Existem diversos processos sociais que não podem ser reduzidos a uma

única categoria, como hoje costuma acontecer com o conceito de sociedade civil tomado como um setor distinto ou isolado da sociedade.

Para refletir sobre o Brasil, Behring (2013) se apoia na relação entre teoria e história a partir de Marx. Aponta que hoje a teoria crítica da luta social e da transformação do mundo é imprescindível. O pensamento de Marx e suas observações sobre história, classes e bases materiais das relações políticas são elementos importantes para o estudo e a reflexão das mudanças sociais que operam na contemporaneidade.

Na mesma linha, Marco Aurélio Nogueira (2003) afirma que o conceito de sociedade civil que está sendo disseminado largamente no senso comum perdeu sua precisão em que coisas distintas recebem o mesmo nome. Para ele, hoje convivemos com diferentes conceitos de sociedade civil.

Em Gramsci, sociedade civil é um conceito complexo e sofisticado com o qual se pode entender a realidade contemporânea. Mas, é também um projeto político, abrangente e igualmente sofisticado com o qual se pode tentar transformar a realidade, assinala o mesmo autor. Neste sentido, Virgínia Fontes também concorda com este conceito e assim o descreve:

Em Gramsci, a sociedade civil não pode ser seccionada ou amputada da totalidade na qual emerge: responde a uma extensão da socialização do processo produtivo, mas não atua apenas nos espaços produtivos. Compõe-se de aparelhos privados de hegemonia que, ao mesmo tempo em que procuram diluir as lutas de classes, expressam e evidenciam sua difusão e generalização no conjunto da vida social. A sociedade civil, para Gramsci, é parte integrante do Estado e somente por razões analíticas pode dele ser destacada. (FONTES, 2010, p. 216).

Ainda neste sentido, Fontes, defensora do conceito gramsciano de sociedade civil, tece duras críticas à ideologia das ONGs. Segundo ela, estas organizações se apresentam como uma novidade histórica, mas, em seu cerne, as ONGs podem ser definidas, de acordo com a categorização de Gramsci, “como aparelhos privados de hegemonia e que seu papel, de conservação ou de transformação, deriva de sua atuação orgânica com as classes sociais em luta.” (FONTES, 2010, p. 231).

Virgínia Fontes (2010) destaca que a organização inicial das ONGs no Brasil foi protagonizada por ex-exilados que retornaram ao país e receberam financiamento internacional para organizar-se, sobretudo estas não estavam ligadas a partidos políticos ou a um projeto social e político comum. Assim, desde a sua criação, as demandas dessas organizações eram específicas, pois estavam norteadas pela filantropia internacional, de criação dessas organizações, construção e financiamento de seus projetos. Ainda nesse

contexto, ela ressalta que muitas organizações estavam diretamente vinculadas e se sustentavam com o apoio da Igreja Católica ou dos cristãos.

Virgínia Fontes informa que apenas uma parcela ínfima dessas organizações expressava uma tentativa de luta anticapitalista. Segundo a autora, a princípio as ONGs realizavam trabalhos de assessoria, nas áreas de educação e de organização dos setores populares. Como já foi descrito acima, estas organizações estavam também vinculadas à Igreja Católica, por isso possuíam uma relação institucional privilegiada.

Uma reflexão sobre as ONGs no Brasil permite assinalar que estas organizações têm um importante papel para a funcionalidade do capitalismo, para a reprodução dos seus ideais, pois, utilizando-se da expressão capital-imperialismo, verifica-se que a atuação dessas organizações e a ideologia disseminada do voluntariado e da autoajuda existem para consolidar o projeto econômico e político da dominação burguesa através da responsabilização dos indivíduos e da menor intervenção do Estado nas demandas sociais.

A funcionalidade das ONGs para com o projeto neoliberal pode ser também apresentada através da fragmentação das lutas sociais, pois, com o fenômeno das ONGs e de sua expansão, elas passaram a colaborar para modificar e redirecionar o sentido das lutas sociais. Comumente nos deparamos com incontáveis organizações que são criadas com o pretenso discurso da responsabilidade social.

Contudo, estas organizações tentam ocupar o papel do Estado e responder a problemas sociais, mas, devido a sua atuação focalizada em determinada área, realizam atividades fragmentadas e atendem um público selecionado. Em suma, desenvolvem atividades que são incapazes de mudar a realidade social e, sobretudo, não apresentam propostas contra-hegemônicas.

Ainda na década de 1980, esse processo de crescimento das ONGs, dessa dita “onguização”, passou a incomodar grupos e associações que estavam diretamente vinculadas a entidades populares, pois antes os militantes estavam nas ruas, se organizavam em prol de um objetivo comum a sua classe social, vislumbravam um projeto contra hegemônico. No entanto, o processo de crescimento das ONGs trouxe consigo a profissionalização da questão social. Já nesse contexto, os militantes são cooptados pelas ONGs e se transformam em técnicos engajados e especializados em captar recursos, em elaborar projetos sociais. Esse era apenas o início da profissionalização da questão social e da sua mercantilização – “conversão mercantil filantrópica” segundo Fontes (2010).

A expansão das ONGs e de outros aparelhos privados de hegemonia ocorre nas décadas de 70 e 80. Sobre esta expansão Virgínia Fontes relata que:

A sociedade civil apresenta-se como riquíssima arena de luta de classes, ainda que muitos não quisessem mais pensar nesses termos. Boa parte dos setores populares se debatiam com dificuldades de organização, sobretudo quanto a recursos, o que favorecia a expansão das ONGs, atuando através da captação de recursos externos e, em seguida, de fundos públicos. (FONTES, 2010, p. 250).

Após as reflexões precedentes é possível apontar diversas consequências dessa profissionalização que repercutiram nos interesses da militância. Antes se viam como militantes engajados nas lutas sociais contra a ideologia por acreditarem que sem lutas o sistema se consolidaria, tentavam fugir da ideologia burguesa e das classes dominantes. Posteriormente, os mesmos militantes que foram cooptados pelas ONGs se autodenominavam como técnico-assessores de projetos sociais. A militância nas organizações se tornou emprego com boa fonte de renda que influenciava e também exigia desses técnicos uma crescente especialização para a captação de recursos a nível nacional e, sobretudo, a nível internacional. Como assevera Virgínia Fontes, estes são “os agenciadores”:

Pela mesma brecha em que a filantropia se imiscuía na militância, nesse deslizamento da “luta social” para estar “a serviço de”, desaparecia do horizonte a contradição óbvia entre fazer filantropia militante e ser remunerado por essa atividade. Modificava-se a própria forma da política no Brasil, aproximando-se celeremente dos padrões dominantes no cenário internacional, de cunho capital-imperialista. (FONTES, 2010, p. 237)

Com isso, Fontes (2010) enfatiza que no contexto da década de 1980, em meio a este processo de multiplicação das ONGs, o discurso predominante nos movimentos sociais era o da concepção da autonomia por um projeto contra-hegemônico, mas, contrariamente a isso, com o desenvolvimento dessas organizações pertencentes ao Terceiro Setor, a concepção de autonomia perdeu a acepção original do termo e passou a expressar sinônimo da variedade de grupos organizados.

Virgínia Fontes afirma ainda que, no contexto do seu surgimento, observa-se que as ONGs, que pretensamente tentam cuidar do social, defendem a moradia, a escola, a saúde, ao mesmo tempo, não realizam reflexões de cunho classista, ou seja, deixam de lado o debate da contradição que existe entre as classes sociais. O tema da autonomia foi secundário nas ONGs, pois tais organizações, marcadas por contradições, não podiam se opor, uma vez que dependiam e até hoje dependem de financiamento para a sua funcionalidade.

A contradição das ONGs é visível, pois foram criadas e até hoje operam para a funcionalidade dos interesses burgueses, já que não podem contestar os grupos que as mantêm, ou seja, em sua maioria, os financiadores dos projetos sociais são empresas, empresários que se dizem preocupados com as questões sociais, são os mesmos que criticam abertamente o Estado, que assegura direitos sociais, e agora se intitulam responsáveis socialmente, apregoam o discurso da responsabilidade social empresarial. Convém ressaltar que o Estado tem se tornado um importante financiador dessas organizações e de projetos sociais quando investe os recursos públicos em iniciativas privadas.

A história brasileira demonstra que sempre foram direcionados e limitados serviços básicos como saúde, educação, segurança, previdência social, entre outros; ou seja, no Brasil o Estado de bem-estar social não foi efetivado porque não estava no centro de suas preocupações o investimento nos serviços públicos.

A efetivação da universalidade desses serviços públicos ainda é almejada até hoje. Mas, por outro lado, seguindo as metamorfoses do capitalismo no seu modelo econômico atual, o neoliberalismo, continua este processo de contrarreforma do Estado brasileiro disseminando a ideologia do “Terceiro Setor” através das ONGs e da responsabilidade social empresarial. Em tese, eles apregoam que todos são iguais, capazes e suficientemente fortes para vencer no mercado. Disseminam a ideologia do voluntariado, do assistencialismo privado e de que juntos podemos mais. De todo modo, o cerne dessa ideologia continua reproduzindo as contradições entre as classes sociais na medida em que divide a sua estrutura organizativa em dirigentes e executantes, tal como ocorre nas outras esferas da sociedade de classes.

## 2.6 O ESTADO, A SOCIEDADE BRASILEIRA E O “TERCEIRO SETOR”: AS NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A sociedade brasileira expressa hoje uma complexidade de interesses em que seus indivíduos buscam, sobretudo, a afirmação dos seus direitos, sendo que, hodiernamente, o que se anseia é a efetividade da justiça e dos direitos consagrados constitucionalmente.

No final da década de 1980, o país vivenciava a redemocratização, assim, surge no seio da sociedade a necessidade de garantir os direitos sociais previstos na Constituição de 1988. Nesse cenário social e político, as organizações sociais da sociedade civil e os movimentos sociais começam a se articular e conjuntamente exigem do Estado respostas e

novos instrumentos para o enfrentamento das desigualdades sociais que marcam a vida de muitos brasileiros.

Nesse contexto, as Organizações Não Governamentais – ONGs começam a se reproduzir e o crescente aumento no número dessas organizações no Brasil resultou numa consequência marcante: a interferência dessas organizações em ações que deveriam ser de inteira responsabilidade do Estado.

Hoje, existem inúmeros estudos acadêmicos que estão voltados sobre a temática com o objetivo de compreender o fenômeno que se tornou o “Terceiro Setor”, suas organizações e a responsabilidade social que as empresas desempenham na sociedade. Estes estudos buscam compreender os efeitos nas posições e no entendimento dos sujeitos dentro desse processo. Além disso, para se compreender esse fenômeno social de ampliação dessas organizações da sociedade civil, é preciso, antes de tudo, entender a evolução histórica dos direitos sociais na Constituição Federal e a organização do Estado brasileiro.

A Constituição Federal de 1988 representou um marco jurídico e também político no Brasil ao permitir o resgate dos direitos e garantias individuais e fez nascer uma nova ordem jurídica constitucional.

Desde o final da década de 1990 é visível o aparecimento de uma nova relação entre o poder público e as organizações da sociedade civil que estão incumbidas de atuar na área social. Como foi descrito, a formação do Estado brasileiro, após a Constituição de 1988, tomou outros rumos, como por exemplo, a reforma da estrutura administrativa do Estado que fez surgir as Organizações Sociais (OS) e as Organizações da Sociedade de Interesse Público (OCIPs).

As ONGs passam a assumir responsabilidades próprias do Estado e interferem na vida das pessoas. A responsabilidade social desenvolvida pelo “Terceiro Setor” é objeto de estudo e de controvérsia conceitual e teórica. As críticas são frequentes, mais especificamente à ambiguidade de um tipo de organização que, conhecida como “não-governamental”, no entanto, depende hoje fortemente de financiamento do Estado e/ou das empresas capitalistas. A Constituição estabeleceu os princípios fundamentais como um conjunto de regras basilares que irradiam essas inspirações nos direitos sociais e na ordem social.

Reconhece-se que a democracia recente do país precisa avançar em muitos aspectos, bem mais no plano da efetivação dos direitos do que na garantia destes, já extensamente previstos. Hoje, tenta-se afirmar a ideologia de uma sociedade civil que se denomina sociedade civil organizada, separada da esfera estatal que, em suma, vem tentando assumir novas formas de participação, afastando-se do conceito de sociedade civil na concepção



gramsciana de totalidade. O “Terceiro Setor” está tomando uma proporção de grande destaque e de referência para os membros dessa sociedade civil organizada, contudo, este modelo deve ser criticado, pois suas ações pouco modificam a sociedade e somente reproduzem um discurso que legitima a pobreza e a miséria.

Destaca-se mais uma vez que as ações do “Terceiro Setor” são fragmentadas e focalizadas ao se relacionarem com determinado público ou grupos da sociedade que estão em situações precárias. O público selecionado para as atividades pertence às camadas mais pobres da população e que não estão assistidas pelo poder público, vulneráveis a qualquer oferta, por isso são alvos preferidos do “Terceiro Setor”.

Não se pode pensar esse processo de crescimento econômico do país sem deixar de retratar, mesmo que sucintamente, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), quando historicamente, depois de perder sucessivas campanhas para o cargo em 2002, Luís Inácio da Silva, mais conhecido como Lula, se torna eleito presidente do país. A eleição de Lula é histórica porque pela primeira vez um homem de pouco estudo, oriundo das classes populares, nascido no Nordeste, mais precisamente no Estado de Pernambuco, metalúrgico, sem curso superior e militante de esquerda, um dos ícones do Partido dos Trabalhadores – PT é eleito para o cargo de presidente.

O governo do PT desenvolveu muitas políticas sociais e destaca-se principalmente a de transferência de renda, como por exemplo, o bolsa família, programa governamental que abrange milhões de cidadãos brasileiros que estão ainda abaixo da linha de pobreza (REGO e PINZANI, 2013, p. 11-12). O bolsa família não é o único programa governamental que existe, mas é sem dúvida o mais conhecido e o que massivamente é criticado pela classe média e alta, pois no ideal neoliberal - é o de focalizar, o Estado não deve se preocupar com os problemas sociais, nem investir na garantia de direitos e em políticas públicas.

Com o fim do Governo Lula e posteriormente a eleição e reeleição da Presidente Dilma Rousseff, ocorreu tão somente uma transmissão de cargo, pois o mesmo partido continuou no poder e os programas já realizados na gestão passada prosseguiram.

No decorrer desta década, os movimentos sociais foram sendo desarticulados. É importante refletir que o modelo neoliberal implantado no Brasil repercutiu nas diferentes áreas da sociedade quando o capitalismo também determinou os rumos dos movimentos e de suas lideranças. Assim, as lideranças dos movimentos e muitos de seus membros foram sendo cooptados através da “ideologia onguizadora”.

Nas duas últimas décadas (1990 e 2000), os líderes dos movimentos sociais foram cooptados para trabalharem em órgãos do governo. Para isso, mudaram seus discursos e suas

práticas, saíram do combate, da luta e da reivindicação. Os movimentos sociais foram sendo domesticados, os movimentos populares saíram das ruas, o processo de politização e de luta foi enfraquecido, além disso, o grande capital com seus interesses alienou a população com sua lógica consumista e mistificou o processo de luta de classes no seio da sociedade.

Ao longo destes dez últimos anos do governo PT, as classes populares e subalternas não foram chamadas para irem às ruas. O mais gritante foi a perda de diálogo com as bases, com os movimentos, pois o partido classificado de esquerda fez novas alianças antes de chegar ao poder. Essa forma de governabilidade e de alianças do PT desmobilizou os movimentos sociais, ora, as alianças com o PTB, PMDB e com Paulo Maluf não deram espaço para o povo ir para as ruas. O PT pactuou primeiro com a burguesia, com os interesses do capital, esquecendo que o governo deveria atuar em nome do povo e das classes populares.

É certo que os grandes setores da sociedade brasileira, formado pelos empresários e proprietários das empresas, estavam felizes com os acordos e com a aliança realizada pelo PT para o apassivamento das classes sociais e da sociedade civil. Mas eles esqueceram que a luta de classes ainda existia, bem mais que isso, que essa luta é permanente e em um determinado momento da história os conflitos e contradições se expressam. A esse respeito é necessário refletir que a sociedade civil, entendida em sentido amplo, na totalidade de seu conceito “se apresenta como uma riquíssima arena de luta de classes, ainda que muitos não quisessem pensar nesses termos”, como afirma Virgínia Fontes (2010, p. 250).

Retomando as reflexões sobre o “Terceiro Setor”, observa-se que o crescente aumento no número de ONGs está produzindo uma consequência marcante: a interferência dessas organizações em ações que deveriam ser de inteira responsabilidade do Estado, como por exemplo, a prestação de serviços públicos para a sociedade.

A história brasileira demonstra que os serviços públicos sempre foram direcionados e limitados para uma determinada classe social, ou seja, para os que já detinham recursos financeiros ou estavam inseridos legalmente no mercado de trabalho. Somente posteriormente ocorreu a ampliação dos serviços básicos.

O Brasil nunca desenvolveu em sua plenitude o Estado de bem-estar social, já que ao longo de todo o seu processo de formação história ocorreu no país a exploração das classes mais pobres, a manutenção de interesses de uma minoria, a ausência de uma democracia efetiva, novas formas de exploração foram constantemente realizadas. Além disso, o longo período de ditadura militar retirou os direitos dos cidadãos que sequer possuíam liberdades básicas.

A realização de ações sociais esteve e ainda permanece vinculada à filantropia e com a focalização das ações, só que esta relação era mais estreita antes da Constituição de 88. Primeiro, o Estado não tem como meta ou ideal a proteção social da população carente, a formação da sociedade brasileira fica marcada pela exclusão dos pobres, pela sua exploração e pela reprodução durante gerações do aumento da pobreza e da desigualdade social. Segundo, as ações desenvolvidas pelo Estado não são caracterizadas como direitos, ou seja, a ideia de descrever legalmente a proteção, as políticas públicas e a assistência social como direitos e de responsabilidade do Estado é recente. Terceiro, a igreja e outros grupos sociais, financiados por organizações internacionais ou por pessoas que pertencem a classes mais abastadas, estão relacionadas com a ideia de assistencialismo e benemerência, pois não são contestadas pela população atendida e o sentimento de gratidão e favor são transmitidos. Quarto, é recorrente a realização de ações sociais desenvolvidas pelas prefeituras que aproveitavam a situação para manter o eleitorado e a reproduzir uma lógica clientelista, não por acaso, a esposa de muitos prefeitos, até recentemente, era responsável por cuidar da assistência social e até mesmo geriam sem nenhuma legitimidade os recursos públicos.

Recentemente as políticas públicas foram consagradas como direitos sociais que devem ser de inteira responsabilidade do Estado, devem abranger a universalidade de cidadãos e podem ser exigidas. Nesse sentido, é importante esclarecer dois conceitos que por várias vezes são usados como sinônimos e que geram uma confusão conceitual no que se refere à política pública e à política social.

As políticas públicas são ações desenvolvidas pelo Estado que possuem caráter geral e são universais, ou seja, seu alcance é amplo e todos podem ser contemplados. Já a política social é uma política pública e também um direito de cidadania.

A lógica do mercado passou a interferir diretamente nas decisões políticas, a lógica privada influenciou a administração pública, ou seja, o modelo gerencial de administração, antes estabelecia as regras na esfera privada, nos interesses dos particulares, sempre regidas pela busca do lucro.

Durante a década de 1990 e até os dias atuais, a administração pública passou a incorporar e a realizar a administração gerencial. Todo esse processo interfere diretamente nas políticas públicas, tenta-se, sobretudo, retirar a responsabilidade do Estado e passa-se a transferir, mesmo que precariamente, essa tarefa para a iniciativa privada, na qual organizações sociais instituídas por particulares se dizem preocupadas com as questões sociais. Transfere-se uma atribuição que só competia ao Estado para o “Terceiro Setor”.

O conceito do “Terceiro Setor” em si é equivocado, com falta de precisão teórica e metodológica, pois vários tipos de associações se enquadram dentro do “Terceiro Setor”: fundações, organizações não lucrativas e não governamentais, ONGs, instituições de caridade, entidades sem fins lucrativos, ações solidárias, ações voluntárias, organizações mantidas por políticos profissionais, atividades pontuais e informais, e até mesmo locais que prestam serviços pagos.

Com isso, os direitos sociais que são previstos em lei e que em tese devem ser garantidos pelo Estado estão sendo transferidos para outra esfera que se diz pública, porém não estatal. É nesse contexto de contrarreforma do Estado, ou seja, de diminuição da intervenção estatal na resolução dos problemas sociais, da retirada de investimentos públicos e da crescente responsabilização do indivíduo, que o “Terceiro Setor” ganha força norteadado pelos ideais neoliberais, se diz um legítimo representante da defesa da questão social.

O que se percebe é um desajuste social, pois os direitos sociais estão previstos, porém a sua efetividade é diariamente contestada. Isso reflete diretamente na precária elaboração de políticas públicas e até mesmo na diminuição do seu alcance. Os desafios na concretização dessas políticas impõem ao Estado repensar sua intervenção, já que o novo trato da questão social, norteadado pelo discurso gerencial da administração pública, trouxe consigo sérias consequências para a sociedade, aumentou as desigualdades sociais, aprofundou a pobreza e colocou os cidadãos à própria sorte, fazendo com que as práticas do assistencialismo, da filantropia e da benemerência ganhassem força em uma sociedade que está em desenvolvimento e que se afirma democrática. Enquanto isso, os direitos sociais, que foram historicamente conquistados, estão sendo privatizados, passam a ser geridos por particulares e pedem a dimensão de direitos, seja pela falta de políticas públicas ou por sua precária elaboração. Em suma, o Estado transferiu parte da sua responsabilidade, pelo menos na esfera social, para o “Terceiro Setor”.

O “Terceiro Setor”, formado pelas organizações não governamentais – ONGs, OCIPS, pelas fundações, associações, entidades da sociedade civil, entre outras organizações que se autodenominam assim, desenvolvem ações que antes eram de responsabilidade do Estado, algumas delas eram delegadas à igreja católica. Agora, pretensamente, o “Terceiro Setor” se propõe a gerir os recursos públicos através do discurso da responsabilidade social.

Em síntese, o “Terceiro Setor”, através das ações das ONGs, vem assumindo pretensamente atividades e responsabilidades que deveriam ser de inteira responsabilidade do Estado, usam os recursos públicos para desenvolverem ações que não conseguem abranger a

universalidade das pessoas, o que diminui o entendimento do que é uma política pública que tem o caráter universalizador como objetivo enfrentar os problemas sociais.

## 2.7 A EXPANSÃO DA RESPONSABILIDADE SÓCIOEMPRESARIAL

O modelo neoliberal e os seus principais idealizadores acreditam que o mercado com a sua lógica é capaz de gerenciar adequadamente os recursos, inclusive buscam gerir os recursos públicos com mais planejamento e eficácia.

De um lado, o Estado é responsável por desempenhar suas funções, cumprir com as obrigações e acima de tudo garantir direitos aos cidadãos. Além disso, deve garantir políticas sociais de caráter universal e por isso investe os recursos públicos nessas políticas; do outro lado, está o mercado com a ideologia da competição, individualismo, lucro, que busca pretensamente se apropriar de recursos públicos para cuidar do social. Nesta lógica antagônica de interesses, a voz do capital sobressai ao grito dos oprimidos, colaborando para que o discurso do capital seja implementado através da assim denominada responsabilidade social empresarial.

Então, desde a década de 1990, vêm ocorrendo o novo trato da questão social através da responsabilidade social empresarial. Esta é uma grande contradição, pois supõe que algo está errado na sociedade brasileira, expressa que a nossa burguesia, que as empresas e os detentores do capital passaram a se dedicar despreziosamente em cuidar dos problemas sociais, que são sensíveis com os pobres e decidiram mudar a realidade. Ora, nesse discurso, nesse reino das boas práticas, do cuidado da grande empresa, existe um campo disputado de interesses, ideologia e, acima de tudo, de recursos públicos que são direcionados segundo os interesses da classe burguesa (OLIVEIRA, 1985).

As organizações do “Terceiro Setor” que criticam abertamente o Estado, que até se confundem em sua própria definição, precisam e buscam recursos públicos para desenvolver seus projetos. As organizações acreditam que essas ações, que são na verdade focalizadas, fragmentadas, que não mudam a realidade social e nem se propõem a isso, acabam gastando sem controle específico e sem fiscalização os recursos públicos, promovendo o nome das empresas na lógica da cidadania privada. Estas entidades não estão a parte do Estado já que dependem diretamente dele e especificamente dos seus recursos. Retoma-se o debate do modelo de sociedade civil defendido pelos neoliberais de que cada setor separadamente atua na sociedade. Contrariamente a isso, sabe-se que a sociedade civil não pode ser pensada separadamente do Estado.

Este espaço filantrópico que conhecemos hoje, defendido por muitos estudiosos, pelos investidores e até mesmo pela população atendida que diretamente é beneficiada pelo “Terceiro Setor”, é mantido pela responsabilidade social das empresas nos marcos de uma cultura de participação largamente disseminada no Brasil no início da década de 1990 em que os empresários nacionais e as empresas multinacionais destinam recursos privados e passam a interferir nas questões sociais.

A responsabilidade social empresarial se propõe como ação civil e voluntária buscando suprir as necessidades da população carente. Os maiores bancos e empresas nacionais desenvolvem iniciativas na área social através de projetos e até mesmo por meio da criação e manutenção de fundações e institutos, revelando uma contradição aparente entre o discurso e a prática. Por exemplo: a Fundação Bradesco, patrocinada pelo Banco Bradesco; a Fundação Itaú Social, mantida pelo Banco Itaú, o Banco Santander que desenvolve projetos sociais, além de outras empresas que direcionam recursos para iniciativas sociais.

Através da responsabilidade social empresarial as empresas e seus empresários destinam recursos de origem privada e também conseguem captar recursos públicos, assim desenvolvem ações que atendem um público alvo, pessoas específicas que se enquadram dentro dos seus projetos. O que se verifica é a privatização de direitos sociais, a diminuição de políticas sociais públicas e o esvaziamento do conceito de cidadania.

Na verdade, o dinheiro investido pelos empresários nas organizações sociais do “Terceiro Setor” em boa parte é fruto de deduções tributárias que antes eram pagas ao Estado. Mais uma vez, os interesses privados são sobrepostos ao interesse público, o que limita de fato o exercício da cidadania e privatiza os direitos. O volume de recursos públicos que é direcionado para ser gerido pela iniciativa privada é preocupante, pois não existe uma legislação específica que regule, não há interesse em fiscalizar como esses recursos são gastos, porém, o que mais preocupa é a propagação da ideologia da autoajuda, do assistencialismo e de divisão da realidade social, com a diminuição da atuação do Estado.

Segundo Paoli (2003), o que ocorreu foi a privatização da esfera pública e a publicização dos interesses privados. Como bem assinalou a autora, essa lógica de desresponsabilização do Estado e de repasse de suas obrigações trouxe consequências nefastas para a população, em específico para a mais carente que fica sendo o público alvo dessas ações pouco substanciais e que ajudam a promover o assistencialismo e a benemerência. Ao invés de viverem a efetividade de direitos sociais, hoje os cidadãos estão sofrendo com a privatização destes direitos, ou seja, a saúde não é somente a pública, existem os planos de saúde; na segurança, o que antes era pública passa a ser privada, tudo isso para quem possui

condições de pagar, os demais devem se conformar com os favores oferecidos por alguma organização social.

Com tudo isso, verifica-se que a ideologia da responsabilidade social busca controlar os recursos que seriam públicos, os empreendedores e as grandes empresas acreditam que a lógica gerencial de administração é mais eficiente. Retira-se o papel da esfera pública, de recolher os tributos e conseqüentemente de investir nas políticas públicas, o que leva ao aumento da desigualdade social e da pobreza. A grande reflexão é sobre a funcionalidade e instrumentalidade do “Terceiro Setor” para o projeto neoliberal, pois o problema deste sistema é mais amplo do que escolher ou eleger uma ONG boa ou ruim. O ponto central do debate é no campo ideológico, em que ocorrem as disputas e como se reproduzem as práticas para as demais classes sociais.

As políticas públicas devem ser de caráter universalizador e somente podem ser realizadas pelo Estado, mas, hoje estão sendo erroneamente substituídas por ações focalizadas, fragmentadas, privatizadas, filantrópicas e mercantilizadas, desenvolvidas pretensamente pelo “Terceiro Setor”. Este setor legitima a filantropia empresarial e seu discurso, promovendo uma redefinição entre o público e o privado, mas esta tem certo alcance e um limite, pois não discute as causas do drama social brasileiro. A tendência é de criticar fortemente o papel do Estado e a sua ingerência. O discurso do “Terceiro Setor” é de criticar o Estado e de valorizar a iniciativa privada. Sobre isso, nos diz Ponte (2007):

Na esteira da responsabilidade social do Terceiro Setor, as demandas sociais são transferidas da solidariedade social mediada pelo Estado para o âmbito da solidariedade social privada. Cabendo às ONGs e às empresas socialmente responsáveis decidir quanto à destinação das ações sociais, segundo seus critérios de seleção. (PONTE, 2007, p. 6)

O empresariado pensa a sua maneira sobre a questão social, aliás, alega que realiza ações em nome da solidariedade, contudo, as empresas em nome da responsabilidade social colaboram para que o assistencialismo aos mais pobres seja mantido. Visualiza-se com isso o enfraquecimento da cidadania, o esvaziamento desse conceito que foi historicamente conquistado, assim a vez e voz garantida através da participação social se torna cada vez mais distante e sequer é ouvida, pois os movimentos sociais, as organizações sociais e a sociedade civil passaram por um longo processo de desorganização e de despolitização.

Estamos diante a perda da possibilidade de uma comunidade política de participação, como bem ressalta Virgínia Fontes. Com o esvaziamento do conceito de cidadania e da sua falta de efetividade na realidade social brasileira, os excluídos do sistema

antes participavam dos movimentos sociais, estavam nas lutas por direitos, buscavam a democracia. Hoje a cidadania apregoa mais a privatização dos direitos do que a sua efetividade, o sistema os tornou nisso:

[...] sujeitos a serem natureza descartável pelo próprio desmonte do setor público e pelo menosprezo à universalidade dos direitos de cidadania, sujeitos a todas as formas de violência, separados e hierarquizados pelas barreiras da passagem do privado ao público, resta-lhes a esperança de serem capturados pelas políticas compensatórias e localizadas da filantropia social organizada no âmbito dos grupos da sociedade civil. (PAOLI, 2003, p. 389)

Com essa lógica da responsabilidade social empresarial, é mais difícil pensar em ações contra-hegemônicas. Torna-se um desafio a construção de projetos políticos que consigam pelo menos abranger boa parte das necessidades da sociedade, hoje o cidadão que é atendido, ou melhor, é beneficiário de um projeto social – como é chamado, está envolvido neste processo. A ideologia do “Terceiro Setor” é funcional aos interesses do capital, pois através de um processo de apassivamento dos cidadãos é realizado um controle social para fragmentar e fragilizar as lutas contra hegemônicas. Cidadãos passivos e domesticados pela ideologia da autoajuda chegam até a acreditar que não existem classes sociais ou conflitos entre as classes, o que é um absurdo dessa ideologia a tentativa de restringir a complexidade das relações sociais.

As ações empresariais fazem do cidadão um mero beneficiário, esse é mantido propositalmente longe dos antagonismos e do debate político. Desmobilizados e fragilizados tendem a permanecerem no ciclo de exploração e de vulnerabilidade social. Essas são algumas das consequências das ações pulverizadas do “Terceiro Setor” que a cada dia renovam suas estratégias e usam os recursos necessários para manter seus interesses privados. Assim descreve Maria Célia Paoli (2003):

É possível perceber, de um lado, o possível potencial inovador que a mobilização responsável empresarial dirige ao transbordamento da pobreza e das oportunidades de vida da população carente. De outro lado, é visível que esta mobilização oculta as políticas que aprofundam a exclusão social e desorientam politicamente a própria sociedade brasileira, além de ocupar vantajosamente, em termos de seus interesses particulares, o próprio espaço que abre como ação civil para um público. (PAOLI, 2003, p. 379)

As ações desenvolvidas pela responsabilidade social vêm para legitimar a ideologia neoliberal. Assim, as ONGs e o “Terceiro Setor” representam a funcionalidade e instrumentalidade do projeto neoliberal de ofensiva ao Estado e à cidadania. Os cidadãos até pensam erroneamente que ao se mobilizarem como voluntários estão, dessa forma,



participando de ações democráticas, contudo, o que se verifica é a continuidade das relações de exploração, de minimização dos direitos e de reprodução do assistencialismo.

Essa nova forma de organização é positiva em parte para o Estado, aumenta-se com isso a desresponsabilização social. “[...] novo setor “público não estatal”, passaria agora a se ocupar dos excluídos e deserdados que povoam a paisagem brasileira.” (PAOLI, 2003, p. 379). Cresce a cada ano o número de pessoas que se dizem voluntários. Eles são de diferentes classes sociais e idades, acreditam que estão ajudando a construir um mundo melhor, só que na verdade contribuem para a desresponsabilização do Estado, para o enfraquecimento da cultura participativa cidadã e colaboram para que as empresas promovam a baixo custo o marketing social empresarial. Esta mesma autora, assinala ainda que:

[...] por mais inovadora e tecnicamente competente que seja a proposta de investimento sistemático empresarial privado na redução das carências mais básicas de parcelas da população brasileira, a face mais conservadora da solidariedade privada, contraditoriamente, mostra-se por inteiro na própria instituição da filantropia empresarial: a de retirar da arena política e pública os conflitos distributivos e a demanda coletiva por cidadania e igualdade. (PAOLI, 2003, p. 379)

Com isso a autora evidencia a desmistificação do conflito entre as classes sociais, propondo uma reflexão sobre a função da cidadania empresarial em matéria política e ideológica na sociedade brasileira. Nesta forma organizativa, o Estado é o mero árbitro, pois defende que os procedimentos privados de gestão são melhores e mais baratos, se afasta assim o debate político das ações sociais, não se discute a causa da questão social, os defensores do chamado “Terceiro Setor” buscam tão somente as alternativas, pouco substantivas, para atender os carentes.

Para Maria Célia Paoli (2003), a ação responsável empresarial legitima-se no interior do “Terceiro Setor”, reivindicando um modelo de gestão e regulamentação social supostamente mais eficaz que o Estado. Esta é a lógica gerencial do modelo neoliberal que está sendo implantada no aparato estatal. A autora ressalta ainda:

[...] na expansão do Terceiro Setor, propõe-se de fato outro modelo para a resolução da questão social – centrado na generalização de competências civis descentralizadas, exercidas pelo ativismo civil voluntário em localidades específicas – e, portanto, outra relação com a capacidade de concentrá-lo. (PAOLI, 2003, p. 380)

A empresa se torna mais solidária quando aumenta as “doações”, representando a sua generosidade e preocupação com as causas sociais, pelo menos isso é o que transparece para os consumidores que, ao tentarem realizar uma faxina na consciência, acreditam que estão contribuindo conjuntamente com a empresa para mudar a realidade social.

Hoje, a sociedade brasileira aumentou seu poder de compra e, por conseguinte, o poder de consumo, a cada dia as pessoas buscam novos produtos, além disso, existe o convencimento da mídia para que todos consumam mesmo o que não tem utilidade, a circulação de bens e serviços é notória. Com isso, as empresas que se autodenominam “empresas cidadãs” buscaram uma boa estratégia de *marketing* para vender, com a competição acentuada e a proximidade de preços, “as empresas cidadãs” viram na responsabilidade social empresarial um mercado para aumentar seus lucros.

Aliado a isso, a expansão da filantropia pode ser uma boa oportunidade para os negócios, basta perceber as propagandas que evidenciam as ações financiadas pelas empresas, existem premiações e certificação. Estamos diante a afirmação do poder social das empresas, o trabalho social virou produto, perdeu a dimensão de promover mudanças e melhorias na vida dos cidadãos.

A filantropia empresarial é um bom negócio e pode ser entendida como um “diferencial na competitividade”. Verifica-se que as pessoas passam a consumir bens e usar os serviços de empresas que afirmam ser socialmente responsáveis. Trata-se de uma grande jogada de “*marketing* social”. As empresas que colaboram com os projetos sociais têm uma melhor imagem, conseguem fazer a propaganda dos seus produtos, a dedução de impostos e fazem o seu *marketing* a baixo custo.

A ação social é um bom negócio para os empresários por supostamente fazer uma boa propaganda e divulgação da marca, sobretudo, pelas certificações que recebem. Essa é a instrumentalidade das ações e da ideologia disseminada através da responsabilidade social empresarial, os empresários almejam exercer o controle no espaço mercantil e social, que se propõe a cuidar do social com a lógica gerencial. Vivemos com menos justiça social e proporcionamos mais lucros ao empresariado brasileiro, uma cidadania policlassista tomando conta da questão social.

### 3. PERFIL DO “TERCEIRO SETOR” NO BAIRRO DE FELIPE CAMARÃO

As Organizações Não Governamentais que realizam seus projetos em Felipe Camarão, bairro da Cidade de Natal/RN, norteadas pelo discurso da responsabilidade social, podem influenciar no entendimento dos sujeitos dessa comunidade a respeito de seus direitos sociais. Bem como colaboram para que a população reproduza uma atitude individualista e passiva. Isso resulta na redução de cidadania e na capacidade de mobilização e reivindicação. Ou seja, a população permanece silenciosa e naturaliza a extrema desigualdade social, promovendo um maior distanciamento entre a sociedade e o Estado. Conforme o que foi apresentado no capítulo anterior, o discurso dos neoliberais preconiza a iniciativa privada e individual contra a suposta ineficiência burocrática do Estado e a politização dos conflitos sociais.

Como foi descrito na introdução desta pesquisa, busco refletir como se configura no discurso dos participantes a ideologia dominante (discurso onguizador) nas três organizações estudadas Associação Terramar, Fundação Fé e Alegria e ONG Visão Mundial. As organizações foram selecionadas estrategicamente, pelos seguintes motivos. Primeiro, por se localizarem na mesma área geográfica. Segundo, por trabalharem com o mesmo público alvo (crianças e adolescentes). Terceiro, por iniciarem suas atividades no mesmo período e até hoje permanecem no local.

O que me chamou a atenção foi ausência de diálogo e de participação entre as organizações do “Terceiro Setor”. Coordenadores, funcionários e até participantes dessas organizações tendem a não manter nenhuma aproximação.

No terceiro capítulo será apresentado o resultado das entrevistas realizadas, ao total 18 (dezoito) pessoas que aceitaram participar e cada um a seu modo expôs aspectos que serão analisados a seguir.

O bairro de Felipe Camarão pelo seu contexto histórico de formação populacional é conhecido nas estatísticas policiais como um dos bairros mais violentos da Cidade de Natal/RN. Assim, várias organizações sociais direcionam suas atividades para os moradores desse local. É um campo fértil para as iniciativas do “Terceiro Setor” se expandir e reproduzir a ideologia do possibilismo.

Como foi descrito, o interesse em compreender o funcionamento do “Terceiro Setor” no bairro foi iniciado em 2008, desde então, as seguintes organizações foram identificadas: Fundação Fé e Alegria (FyA), Programa de Desenvolvimento de Área Caminhos do Sol – ONG Visão Mundial, Conexão Felipe Camarão – Associação Terramar, Associação de

Juventude Construído Sonhos, Estação Digital, Fundação Bradesco, Espaço Vida, Núcleo de Amparo ao Menor – NAM – Espaço Vida e Movimento, Lar Fabiano de Cristo, Casa Ágape, Fundação Maria Neuzelides, Voluntariado Amigo Cristão, Instituto Betel. Além do Movimento pela paz, que se apresenta como um movimento político no bairro.

Com a finalização da pesquisa de Mestrado, identificaram-se no período de 2013-2015 as seguintes organizações: ONG Visão Mundial – PDA Caminhos do Sol; Fundação Fé e Alegria; Fundação Bradesco, Conexão Felipe Camarão; Espaço Vida e Movimento - NAM<sup>2</sup>; Associação Abraçar, Instituto Reforma - Projeto desenvolvido pela Igreja Presbiteriana – Financiado pela Mackenzie/São Paulo, Projeto Atitude e Cooperação<sup>3</sup>, Lar Fabiano de Cristo, ALEF – Associação dos Líderes Evangélicos, CEUs das Artes – Manoel Marinheiro, Transfortatame e Tropa Trupe de Teatro.

Verifica-se que uma parcela das organizações sociais continua no local desenvolvendo os projetos sociais. Outra parcela finalizou as atividades e até mesmo deixou de existir. Pelo surgimento e pela renovação das organizações é possível perceber que não é um problema para o “Terceiro Setor” encontrar novas estratégias para a atuação. Para a população atendida, essa descontinuidade, fragmentação e polarização das atividades repercutem no acesso aos direitos sociais, além de contribuir para o processo de apassivamento e desmobilização social.

O interesse dos projetos sociais no local é conhecido pela população, o nível de participação nas atividades pode ser considerado grande, assim são várias as organizações, que através dos projetos colaboram para o desenvolvimento da responsabilidade social empresarial.

Através da participação em determinadas atividades desse projeto, percebeu-se, nas falas, nas atitudes comportamentais e de todo um convívio, que o público atendido pelo projeto é um grupo selecionado da comunidade que atende aos requisitos estabelecidos pela organização social.

É importante destacar que essas ações são focalizadas e fragmentadas, pois atendem uma pequena parcela dos moradores do bairro, especialmente as crianças e adolescentes. Os participantes passam a entender que o projeto desenvolvido pelas organizações sociais do “Terceiro Setor” é um benefício, um favor, por isso devem ser gratos e não devem contestar os possíveis erros e até fatos desagradáveis que ocorram.

---

<sup>2</sup> Projeto mantido por um grupo de empresários, especialmente pelo Grupo Capuche.

<sup>3</sup> A ONG “Atitude e Cooperação” é patrocinada pelo Grupo Unimed. São desenvolvidas atividades culturais e teatrais, no local também existe uma biblioteca comunitária. Essa organização encontra-se localizada numa parte limite do bairro, parte de seus participantes são de Felipe Camarão e outra parte do bairro do Bom Pastor.

Considera-se que as organizações estudadas são as mais notórias, seja pela localização, pelo alcance de suas ações no bairro ou pela quantidade do público atendido. Pretende-se explicar quais as consequências dessa intervenção das organizações pesquisadas em um bairro periférico da capital, para se expor a influência do discurso reproduzido pela ideologia onguizadora.

O bairro de Felipe Camarão tem como característica a presença de projetos sociais que visam promover a comunidade. Existem no momento inúmeras organizações que selecionam a seu modo a forma de participação nas suas atividades e qual a faixa etária deverá ser atendida, pois os coordenadores dessas ONGs devem atingir metas, assim sendo deve-se limitar a quem está atendendo. O discurso então de que se está atendendo a comunidade pode ser contestado, na verdade atendem “uma parcela especial da comunidade”.

Cabe citar que o período que compreendeu a pesquisa e o levantamento dos dados foi iniciado em 2013, se estendendo até o final do presente estudo. Durante este tempo algumas organizações citadas deixaram de realizar seus projetos ou não existem mais, demonstrando mais um aspecto deste setor. Os projetos têm um prazo definido para atuarem e quando cumprem suas metas se afastam da comunidade, de tal modo, em setembro de 2015, poucos meses após a apresentação desta pesquisa, a ONG Visão Mundial encerrará suas atividades.

### 3.1 HISTÓRIA DO BAIRRO

Inicialmente as terras do bairro de Felipe Camarão pertenciam à viúva Machado, comumente conhecida na história do bairro, ele era uma proprietária tradicional de terrenos no Município de Natal, era também esposa do comerciante Manoel Duarte Machado. Um dos primeiros registros dessas terras data ao ano de 1933, segundo dados do Patrimônio da União.

No início de 1920, o bairro hoje conhecido como Felipe Camarão era habitado por uma pequena comunidade de pescadores, geograficamente estavam situados na margem direita do Rio Potengi.

De acordo com Cavalcante e Lima (1995), o bairro de Felipe Camarão, situado Zona Oeste da Cidade de Natal-RN, tem a sua história associada ao Rio Potengi, assim como teve, a Cidade de Natal, no início do século XX. Para saber o motivo de tantas organizações no bairro, deve-se observar o contexto histórico de formação da população local.

Inicialmente recebeu o nome de peixe-boi, pois conta à história que se encontrou um peixe-boi morto nessa localidade e por este fato essas terras ficaram conhecidas como Sítio Peixe-boi. Assim, nas décadas seguintes de 1940 e 1950, o bairro era pouco povoado.

Somente em 1962, parte das terras, entre os bairros Guarapes e Felipe Camarão, foi vendida pela viúva Machado, parte das terras foi adquirida pelo empresário Raimundo Paiva; a outra, pela empresa GERNA - Agropecuária e Indústria Limitada. Em 1964, o empresário Gerold Geppert, alemão, naturalizado brasileiro, registrou o terreno, criando o Loteamento Reforma.

Segundo os dados da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo -SEMURB, este empresário esperava e planejava que se utilizasse o terreno de uma nova forma, diferente da ocupação que se verificava em outros locais da cidade, na época, a Cidade de Natal começava a enfrentar problemas pelo não ordenamento do espaço. A pretensão de Gerold Geppert, que possuía um loteamento que atingia 10% da área total do Município e abrangia as terras dos seguintes bairros: Guarapes, Planalto, Quintas do Vigário e Peixe-Boi, era de construir um loteamento, que segundo dados oficiais foi o maior já registrado no Rio Grande do Norte. Como cita Cavalcanti e Lima (1995):

O loteamento Reforma, que deu origem ao bairro de Felipe Camarão, ocorreu desta maneira [sem planejamento]. Situada às margens do Rio Potengi, distante do centro da cidade, a área foi loteada na década de 60 e somente incluída no perímetro urbano na década de 80. (CAVALCANTI; LIMA, 1995, p. 18)

O referido loteamento não obteve as metas planejadas, os lotes foram distribuídos em ruas e avenidas largas, mas devido falta de planejamento urbanístico que orientasse a ocupação e o uso adequado do solo, as vendas não foram efetivadas. O loteamento foi pensado para a moradia de uma população de alto poder aquisitivo.

Neste período começaram as ocupações por famílias que vinham do interior do Estado em busca de novas perspectivas. Como não encontravam moradia nas áreas mais centrais da cidade viram os grandes lotes ainda desocupados e passaram a se estabelecer neles. É certo que alguns terrenos foram vendidos, mas certamente a maioria da área foi simplesmente adquirida pela posse.

Ainda nas décadas de 50 e 60 as terras do atual bairro compreendiam uma zona rural da cidade, pela dificuldade de acesso do transporte e pelo tímido povoamento. Somente nos anos seguintes incorpora-se na zona urbana a região situada na periferia da cidade. Importante registrar, que já na década de 50, esta área já contava com um trabalho de um grupo de padres e leigos preocupados com a miséria na periferia de Natal.

Segundo o relatório da Secretaria do Meio Ambiente da Cidade de Natal, a ocupação efetiva da área se deu por meio da venda de terrenos. Assim, transformaram-se as terras em

lotes de modo a vendê-las, tanto à vista, como a prazo. A grande maioria dos compradores desses lotes constituía-se de pessoas físicas, de origem humilde, que tinham como objetivo estabelecer moradia no local. Cabe citar ainda que, dos lotes de terras disponíveis, alguns teriam sido adquiridos por uma empresa de transportes; outra parte, entregues à Igreja Católica e ao Instituto Histórico e Geográfico como doação.

Apenas em 22 de agosto de 1968, Felipe Camarão recebe o título de bairro, sendo na década de 80 incorporado à região metropolitana da Cidade de Natal. Esse nome homenageia o índio Poti Felipe Camarão, que bravamente lutou contra a ocupação holandesa no Rio Grande do Norte.

De acordo com Cavalcante e Lima (1995), na década de 70 se deu o grande salto na ocupação do bairro. Ocorridas de forma distinta, as várias ocupações demonstram a diversidade da composição de Felipe Camarão. Na primeira etapa de povoamento, vieram os imigrantes do interior para trabalhar na cidade, como eram mão-de-obra barata e recebiam baixos salários, compravam pequenos lotes ou somente se apossavam da terra. Estes últimos adquiriram a garantia definitiva de posse através da usucapião.

Na segunda etapa, os programas institucionais de iniciativa do governo e da prefeitura municipal na época destinaram essas terras para a população de baixa renda, na verdade foi mais uma tentativa do poder público de afastar a miséria dos locais mais nobres e centrais da cidade. Removeu então várias favelas e destinaram a população para Felipe Camarão, que já era visto como um bairro periférico.

Na terceira etapa, na área conhecida como Km 6, surgiram muitas favelas que continuam até hoje. E, por fim, granjas de proprietários diversos passaram a se instalar na mesma região. Em Felipe Camarão existem alguns conjuntos habitacionais, seja de iniciativa pública ou privada, aumentando consideravelmente a população do local. Alguns equipamentos sociais começaram a ser construído no ano de 1976 em Felipe Camarão, nesse período o bairro tem seu primeiro conselho de moradores.

Assim, a comunidade Felipe Camarão é construída a partir da povoação que ocorreu com o deslocamento de diversas favelas, durante os anos 80. Podem-se citar algumas favelas para lá transferidas: favela do Tororó, antes localizada no bairro de Lagoa Seca; e favelas antes localizadas nas proximidades da Avenida Lima e Silva, do bairro de Lagoa Nova; além de outras. No total, foram mais de sete favelas, acrescentam esses dados Cavalcante e Lima (1995).

Ainda nessa década, mais precisamente em 1983, na administração de José Agripino Maia, o bairro foi contemplado com um projeto do Governo Federal, conhecido como Pró-

Morar<sup>4</sup>. Com isso, iniciou-se a construção de casas populares, com uma estrutura mínima de água e luz, com cômodos pequenos, o grande objetivo foi priorizar uma habitação para os antigos moradores das favelas.

Em 1993, por força da Lei de nº 4.330, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 07 de setembro de 1994, Felipe Camarão ganhou o status de bairro, tendo seus limites redefinidos. Isto veio complementar a série de transformações pelas quais o bairro e o seu povo passaram, deixando-o com as características encontradas na atualidade.

Convém destacar que a Cidade de Natal é setorizada, dividida nas seguintes zonas: sul, leste, oeste e norte. Esta organização não é apenas geográfica, a divisão da cidade é também baseada em critérios socioeconômicos, enquanto nas zonas sul e leste estão os bairros mais nobres, que são habitados pela classe média e alta; nas zonas oeste e norte estão os bairros mais populares, neles mora a população mais carente.

Felipe Camarão está situado na Zona Oeste, que compreende os bairros mais periféricos e populosos, além das favelas e habitações irregulares.

Tabela 1: População da Zona Oeste da Cidade

<b>Especificação</b>	<b>Censo 1980</b>	<b>Censo 1991</b>	<b>Censo 2000</b>	<b>Censo 2010</b>
Norte	40.479	146.822	244.743	303.453
Sul	92.415	145.274	155.882	166.491
Leste	142.663	128.772	116.106	112.725
Oeste	141.474	185.906	195.584	218.405
<b>Total</b>	<b>417.031</b>	<b>606.556</b>	<b>712.315</b>	<b>801.164</b>

Esta zona é composta por 10 dos 36 bairros da cidade, Quintas, Nordeste, Bom Pastor, Dix-Sept-Rosado, Nossa Senhora de Nazaré, Cidade da Esperança, Cidade Nova, Guarapes e Felipe Camarão. Sua área é de 35,75 km<sup>2</sup>, representando 21,22% da cidade, o total de Natal é de 168,50 km<sup>2</sup>. Seu bairro mais populoso é Felipe Camarão com aproximadamente 75 mil habitantes, corresponde a 6,37% da população de Natal.

### 3.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Passa-se agora a abordar os aspectos estatísticos de Felipe Camarão. De acordo com o Censo Demográfico, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano 2000, esse bairro possuía uma população de 45.907 habitantes, numa área de 663,40 hectares. Nesse sentido, o Censo Demográfico (2010) contabilizou a população de 50.997

<sup>4</sup>O Conjunto Habitacional Morada Nova.



habitantes, quando pela estimativa dos líderes comunitários e das organizações sociais, a população de Felipe Camarão é de aproximadamente 75 mil pessoas.

Tabela 2: população do bairro – Censo 2000

Dados populacionais	Número de habitantes
População residente em 2000	45.907
População residente em 2007	51.169
Estimativa da população residente em 2008	53.567
Estimativa atual da população em 2015	75.000

Fonte: Dados adaptados do IBGE (2000 e 2010) e estimativas da Prefeitura do Natal

A população de Felipe Camarão continuou crescendo desordenadamente. Isso fica evidenciado pelos dados apresentados na tabela acima. Mesmo com o aumento da população, os serviços públicos oferecidos não conseguem atingir as demandas, assim o tráfico, a criminalidade e os homicídios que ocorrem no bairro são notícias de destaque nos jornais policiais da cidade.

Existem ainda no bairro assentamentos precários. As favelas também constituem uma área de habitação. As pessoas dessas localidades vivem em péssimas condições. Um bairro populoso e carente de políticas públicas que se torna alvo dos projetos sociais, isso se torna visível, pois muitas organizações do “Terceiro Setor” estão no local, como já foi citado anteriormente.

### 3.2.1 Habitação

Pelo crescimento desordenado da população, as condições de moradia são precárias em sua maioria. Muitas casas e barracos são construídos nas encostas dos morros. As favelas se ampliam e com isso crescem os problemas. Pelo afastamento do Estado, o mundo do tráfico dita suas regras e com isso envolve os jovens na criminalidade e nas drogas. Outro fator que precisa ser destacado é a quantidade de pessoas que habita a mesma casa, famílias com um número superior ao de cinco pessoas vivem em pequenos cômodos, sem nenhum conforto. É certo que no bairro também existem casas e apartamentos com uma boa estrutura, que são ocupados por uma pequena parcela da população e nas áreas mais centrais.

### **3.2.2 Aspectos socioeconômicos**

Verifica-se que os fatores de formação do bairro contribuíram decisivamente na vida dos seus moradores. Em sua maioria recebem baixos salários, estão inseridos no mercado informal ou em subempregos. Nesse contexto, existe uma parcela que não tem ao menos uma renda formal. Os dados do IBGE (2000) explicam melhor a desigualdade existente entre as zonas da cidade. A grande maioria da população de Felipe Camarão (72,47 %) recebe até 1 ou de 1 a 3 salários mínimos enquanto que na zona sul da capital a maioria da população ganha acima de 3 salários e chega até 20 salários.

### **3.2.3 Segurança**

A 14ª Delegacia do bairro representou um importante avanço para a segurança pública. Felipe Camarão, como dito acima, é conhecido como um dos locais mais violentos da cidade, pelo alto índice de homicídios, em específico de jovens e adolescentes, do sexo masculino que se envolvem com as drogas. As formas de violência são: contra a mulher, assaltos/furto/roubo, brigas de torcidas organizadas e acima de tudo a violência infanto-juvenil. Os moradores ainda contam com um posto e uma base policial. Mesmo assim, o número de policiais e de viaturas é pequeno e não consegue oferecer a segurança necessária que o povo deseja.

A imagem transmitida pela mídia do bairro é a que gera medo. Isso prejudica o bem-estar dos que ali vivem e afeta também os que procuram empregos e sofrem com a discriminação, pelo fato de morarem em um bairro considerado violento e periférico.

### **3.2.4 Aspectos da saúde**

Felipe Camarão, pela sua dimensão territorial e populacional, dispõe de três unidades de saúde, uma delas é também maternidade. Também é realizado no local o Programa Saúde e Cidadania – SACI. Contudo, esses equipamentos públicos não suprem as necessidades dos moradores, seja pela crescente demanda, ou seja, pelo pouco número de profissionais da saúde. O sistema de saúde local não consegue prevenir as doenças. As ações são focadas na prática curativa. Destaca-se também a falta de funcionamento das unidades de saúde em virtude da falta de equipamentos básicos, de medicamentos e até de profissionais.

### **3.2.5 Educação**

No que se refere à educação, o bairro tem creches, escolas estaduais, municipais, particulares e filantrópicas. A grande parcela da população tem sua formação em escolas da rede pública. Os problemas da educação local são estruturais, causados pela falta de professores e pelas condições de estudo nas salas de aula. Outro fator que contribui com a falta de interesse pelos estudos é a pequena quantidade e a baixa qualidade de escolas da rede estadual. Assim quem deseja concluir o ensino médio busca instituições sediadas fora do bairro. As escolas filantrópicas atendem seletivamente a população

O grau de escolaridade dos responsáveis pelos domicílios revela dois fatores, um econômico e outro social. Sabe-se que os anos de estudo se refletem nos salários recebidos. Assim parte da população (32,39%) estudou de 4 a 7 anos. Isso é, nem ao menos concluiu o ensino fundamental. Por isso estão inseridos em subempregos e recebem baixos salários. Socialmente verifica-se que o menor tempo de estudo da população revela também que continuar na escola não é uma prioridade, pois existem outras necessidades mais urgentes para essa população, que logo deixa a escola e procura trabalhar para suprir as necessidades.

### **3.2.6 Cultura local, lazer, esporte e religião**

No que se refere ao lazer, o bairro não dispõe de áreas adequadas para a sociabilidade de seus moradores, pois somente recentemente foi construída uma praça pública que fica na parte central do bairro. Assim, boa parte da comunidade não frequenta o espaço, seja pela distância ou até mesmo pelas características locais, onde a população demonstra poucos vínculos sociais, no que se refere a reuniões em espaços públicos. Existem ainda alguns campos de futebol, que não dispõem de uma estrutura mínima como grama ou muros que preservem o acesso.

A população de Felipe Camarão é em sua maioria formada por jovens e adolescentes que têm poucos locais de lazer. A opção mais atrativa são as festas, os bares locais e subir no morro. No bairro, a característica marcante são as conversas nas calçadas durante as tardes.

Em relação à cultura local, Felipe Camarão ficou conhecido nacionalmente pela arte dos mestres Manoel Marinheiro e Chico Daniel, ícones da cultura do boi de reis e

mamulengo<sup>5</sup>. Além disso, existem também quadrilhas, grupos culturais de teatro e dança, o artesanato e os grupos musicais.

O bairro também comemora datas importantes. No aniversário do bairro realiza-se em conjunto a Caminhada pela paz, cultos ecumênicos, apresentações culturais e a exposição dos principais problemas locais para a comunidade. No local, ocorrem outros eventos como as festividades da igreja católica e das igrejas evangélicas. Tem-se também o desfile cívico de todas as escolas do bairro, no mês de setembro.

Sobre a expressão religiosa em Felipe Camarão, as igrejas evangélicas são predominantes. Estima-se que hoje existem mais de 100 (cem) templos, sendo expressiva a quantidade dos que professam essa crença nas mais variadas localidades do bairro. Eles até mesmo se organizaram e formaram a Associação dos Líderes Evangélicos de Felipe Camarão - ALEF.

### **3.2.7 Meio ambiente**

O bairro não demonstra apenas características da pobreza e exclusão social, Felipe Camarão abriga duas importantes áreas de preservação ambiental: uma compreende o morro e outra o mangue. Mas convém salientar que mesmo com as boas características ambientais, estas não são devidamente cuidadas, pois existe o afastamento do poder público e também a pouca consciência ambiental da população.

Hoje, grandes danos são causados ao meio ambiente. Primeiro, a ocupação exagerada nos morros. O crescimento populacional no local ocorreu de forma desenfreada, nem mesmo as encostas dos morros foram poupadas, muitas casas e barracos estão levantados. Isso além de se tornar em um dano ambiental é também uma ameaça à vida das pessoas que estão em péssimas condições de moradia, convivendo diariamente com o risco de desabamento. Segundo, o mangue é um ecossistema de suma importância e está sendo desmatado e poluído, devido ao aterramento excessivo, ao lixo que é jogado nas suas margens, à construção de empresas e, ainda, aos resíduos líquidos que são jogados em suas águas sem qualquer preocupação. A população local está desmobilizada e pouco interfere para modificar esta situação que agrava ainda mais as doenças e contribui para uma péssima qualidade de vida.

---

<sup>5</sup> Mamulengo é um tipo de fantoche típico do nordeste brasileiro.

### 3.3 APRESENTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES PESQUISADAS E DO ESTUDO DE CASO

#### 3.3.1 Associação Terramar – Projeto Conexão Felipe Camarão

A Associação Terramar foi fundada por Vera Santana, que até hoje permanece como coordenadora. Esta Associação desenvolve o Projeto Conexão Felipe Camarão desde o ano de 2002. Os principais parceiros e patrocinadores são: COSERN, Petrobras, Banco do Nordeste – BNB, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Ministério da Cultura - MinC, Ministério da Educação, Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF e escolas municipais situadas em Felipe Camarão.

O Projeto Conexão funciona desde 2002. Esta organização objetiva o desenvolvimento sócio-cultural-educativo de crianças, adolescentes e jovens que morem no bairro. O fundamento básico é a cultura local representada pelo Mestre Manoel Marinheiro (*in memoriam*), que realizou suas obras culturais nesse mesmo bairro onde permaneceu até a sua morte.

Manoel Lopes Galvão nasceu em Goianinha/RN, sendo mais conhecido como Mestre Manuel Marinheiro. Foi cantor, compositor e viveu boa parte da sua vida em Felipe Camarão. Dedicou-se quase 60 anos às danças e tradições culturais, este ainda pequeno aprendeu com seu pai as danças do boi de reis, trata-se na verdade de uma tradição familiar onde seu pai aprendeu com avó do Mestre citado. Manoel Marinheiro ensinou sua arte para a filha e outras pessoas da comunidade que demonstraram o interesse e curiosidade em aprender. Foi Mestre aos 16 anos, recebeu este título do seu irmão mais velho. Os ensinamentos perduraram durante anos e quando o seu boi de reis começou a ter visibilidade, ele veio a falecer.

A obra de Manuel Marinheiro foi reconhecida como patrimônio imaterial pelo MinC, através do Projeto Canta Meu Boi, patrocinado pelo Programa - Petrobrás de Música.

Destaca-se também o valor cultural desenvolvido por Chico de Daniel (*in memoriam*) e o Cícero da Rabeca, ícones da cultura do bairro. O projeto tornou-se conhecido pelas atividades de incentivo à cultura local que resgata o patrimônio de danças folclóricas dos mestres citados acima, os maiores representantes e influenciadores, que são homenageados nas atividades.

O público alvo são crianças, adolescentes e jovens, na faixa etária entre 3 e 24 anos. A organização afirma que atende cerca de 400 pessoas. São desenvolvidas na sede da

organização oficinas culturais e artísticas que buscam valorizar a cultura local e preservar o patrimônio deixado pelos mestres. O eixo das oficinas é o da educação, arte e cultura.

A equipe desta organização inclui profissionais de diversas formações: cientista social, historiador, contador, pedagogo, músico, arte educador, advogado, assistente social, capoeirista, técnico em comunicação, entre outros. No entanto, cabe ressaltar que muitos profissionais já estão trabalhando em outras organizações e não mais fazem parte do projeto. A administração e coordenação permanecem com Vera Santana desde sua formação, sendo esta a idealizadora do projeto e principal representante.

Das organizações pesquisadas o Projeto Conexão Felipe Camarão se destaca na mídia local e nacional. No RNTV, jornal local transmitido pela INTERTV Cabugi<sup>6</sup>, as atividades já foram apresentadas em diversas ocasiões, especialmente no encerramento das atividades anuais do projeto, quando ocorre uma programação cultural que conta com a participação de artistas populares de diferentes locais do país. Além disso, não se pode deixar de retratar a capacidade de articulação da coordenadora com a mídia nacional, o Projeto já foi apresentado no Jornal da Record. Além da sua participação na Rede Globo nos programas Jornal Hoje, Ação e no Encontro com Fátima Bernardes.

Como foi descrito, a coordenadora do Projeto sabe como apresentar as atividades e com isso consegue notoriedade no bairro. Contudo, como será no terceiro capítulo apresentado, o Conexão Felipe Camarão é uma das organizações que menos dialoga com outras organizações do “Terceiro Setor” que atuam no bairro, permanece desenvolvendo um trabalho de forma individual, ao menos busca estabelecer parcerias ou participar de atividades com o conselho comunitário. Imagine se a articulação da coordenadora fosse usada também para o estabelecimento de ações coletivas em Felipe Camarão, certamente a realidade seria outra.

### **3.3.2 Fundação Fé e Alegria**

A Fundação Fé e Alegria (FyA) atua em Natal desde o ano de 1995 e em Felipe Camarão desde 2000, desenvolve atividades educativas e de leitura para crianças e adolescentes, se caracteriza e atua como uma fundação, mantida com recursos da Companhia de Jesus e do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS. É a única

---

<sup>6</sup> Afiliada à Rede Globo de Televisão no Estado do Rio Grande do Norte.

organização pesquisada que possui sede própria, recém construída no bairro. A organização é coordenada por Raimunda Cadó, bem como por Emanuel.

Inicialmente foi realizado um mapeamento na cidade para identificar quais as regiões e os bairros mais carentes. Assim, a Fundação foi instalada em Felipe Camarão e, posteriormente no Loteamento Boa Esperança, na Zona Norte de Natal. Esses bairros apresentam características socioeconômicas semelhantes, por isso foram escolhidos pela Fundação.

As atividades desenvolvidas pela Fé e Alegria são educacionais e culturais, a sede é organizada e estruturada para receber os participantes. Essa organização consegue estabelecer parcerias e diálogos com outras instituições, especialmente com a ONG Visão Mundial, já existem atividades planejadas conjuntamente, o que representa um avanço.

### **3.3.3 ONG Visão Mundial – Projeto de Desenvolvimento de Área – Caminhos do Sol**

A Visão Mundial é uma Organização Não Governamental Cristã – humanitária, tendo como objetivo primordial o desenvolvimento. Foi criada em 1950 e hoje encontra-se presente em aproximadamente 100 países. No Brasil, sua história se inicia em 1975, tendo as suas ações voltadas para o enfrentamento da pobreza e da exclusão social.

Esta organização iniciou suas atividades em Felipe Camarão em agosto de 2005. Previamente foi realizado um diagnóstico no local, em 2004, e verificou-se a necessidade de atuação de uma organização social. Já antes disto, discutia-se em um seminário no bairro de Mãe Luiza sobre as condições e a realidade deste bairro. Devido a isso o projeto foi destinado para os habitantes.

O estudo procurou conhecer os fatores que influenciavam o local e como estava organizada a comunidade, para entender os problemas sociais que incomodam os habitantes e criavam, já na época, uma repercussão negativa dos que ali vivem, sendo alvo fácil da discriminação. A ONG prioriza em seus programas o atendimento às crianças e aos adolescentes, com idade entre 0 a 14 anos, que vivem em comunidades pobres e em situação de vulnerabilidade. O intuito desta organização, segundo seus dirigentes, seria o de promover o bem-estar das pessoas e que não se consagre o assistencialismo, comum nas obras sociais.

No ano de 2014 houve uma redução do número crianças e adolescentes inscritas no projeto, que antes do anúncio do encerramento das atividades, possuía o cadastro de cerca de 2 mil inscrições. A ONG já teve aproximadamente 5.486 cadastros, os cortes nos recursos

recebidos e ainda a rotatividade dos participantes, podem ter sido fatores que contribuíram para a redução dos participantes do projeto.

Os inscritos podem se envolver em diversas oficinas e em outras atividades formativas, tais como as oficinas de dança, de teatro, de capoeira, baú de leitura, artes (pintura e desenho em tela), além das aulas de futebol e a brinquedoteca<sup>7</sup>. Na realidade, uma pequena parcela dos inscritos participa assiduamente das atividades, pois o número de inscritos não necessariamente representa a participação efetiva das crianças e adolescentes.

Para atingir a proposta, esse projeto desenvolve as ações supracitadas, bem como procura estabelecer parcerias com lideranças locais e entidades públicas e/ou privadas de modo a viabilizar a continuidade do trabalho de promoção e de desenvolvimento dessa comunidade.

A ONG é composta por uma equipe de educadores formados em: ciências sociais, pedagogia, licenciado em letras, além dos educadores populares e de um instrutor de capoeira. A coordenação dessa organização, desde o início desta pesquisa, já foi substituída três vezes. Alguns profissionais que formavam o quadro da ONG não mais fazem parte dela, pois foram demitidos ou não tiveram os contratos renovados. No ano de 2014, foram contabilizados cerca de 2 mil inscritos, já que o projeto encerrará as atividades em setembro de 2015. Atualmente os educadores sociais estão trabalhando para “desligar” os participantes inscritos. As atividades somente são desenvolvidas com outras organizações parceiras, especialmente com as igrejas evangélicas, em um processo de direcionamento do público atendido para outras organizações.

---

<sup>7</sup>Oficina destinada para crianças com até 6 anos de idade, envolve brincadeiras e a leitura de histórias.



#### **4 A PESQUISA DE CAMPO: análise das entrevistas nas organizações pesquisadas**

As entrevistas foram realizadas nos anos de 2014 e 2015 com os participantes das organizações sociais do “Terceiro Setor” e com as lideranças comunitárias do bairro de Felipe Camarão. A maioria dos entrevistados é jovem participa desses projetos sociais desde a infância e permanece agora como instrutor ou voluntário desses projetos.

Em um levantamento inicial, ainda no ano de 2012, quando se apresentou o projeto de pesquisa de mestrado, verificou-se a existência das seguintes organizações: Visão Mundial – PDA Caminhos do Sol; Fundação Fé e Alegria; Fundação Bradesco; Conexão Felipe Camarão; Espaço Vida e Movimento – Núcleo de Amparo ao Menor; Fundação Maria Neuzelides, Lar Fabiano de Cristo e ALEF – Associação dos Líderes Evangélicos.

Em 2013 iniciou-se a pesquisa sobre as organizações sociais que atuavam em Felipe Camarão. No primeiro ano foi selecionada a bibliografia que discute o tema do “Terceiro Setor” no Brasil, sobretudo na área das Ciências Sociais e do Serviço Social que critica o surgimento e a expansão do “Terceiro Setor”, principalmente na década de 90, com a implementação do modelo econômico neoliberal e as suas consequências para a sociedade brasileira.

Ainda em 2013 realizou-se a observação de campo nas seguintes organizações: ONG Visão Mundial, Fundação Fé e Alegria e no Projeto Conexão Felipe Camarão, sendo estas as principais organizações estudadas.

Posteriormente, em 2014, permaneceu-se com a observação de campo e após diversas tentativas obteve-se as primeiras entrevistas, sendo oito entrevistas neste ano e em 2015, nos dois primeiros meses, as dez entrevistas finais.

##### **4.1 AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS PESQUISADAS**

Como foi assinalado acima, o bairro de Felipe Camarão abriga muitas organizações sociais do “Terceiro Setor”, que são definidas como ONGs, associações, fundações ou institutos.

Priorizando realizar uma análise qualitativa dos dados obtidos, bem como pesquisa de campo, através da observação participante e de entrevistas com perguntas abertas, selecionou-se apenas três organizações que notadamente são as que atuam em uma área geográfica mais próxima, que foram criadas ou implantadas no local no mesmo período de

tempo, e, além disso, são as que inicialmente, apesar de desenvolver as mesmas atividades e com o público semelhante, não estabeleciam diálogos ou troca de experiências.

Em face disso, selecionou-se a ONG Visão Mundial, que desde o ano de 2005 atua com o Projeto de Desenvolvimento de Área – PDA Caminhos do Sol; a Fundação Fé e Alegria que atua desde o ano de 2003, e, por último, o Projeto Conexão Felipe Camarão da Associação Terramar, iniciado em 2002. Assim, uma ONG, uma fundação e uma associação foram pesquisadas e observadas no ano de 2013 até o mês de fevereiro de 2015.

Durante o desenvolvimento da pesquisa observou-se a necessidade de entender a relação dessas organizações estudadas com as lideranças locais, especificamente com o Conselho Comunitário, que constantemente desenvolve atividades no bairro voltadas para o incentivo da participação comunitária e política, mas pouco dialogava com as organizações sociais ou recebia ajuda das mesmas para a organização das atividades.

Além disso, na observação participante, verificou-se a presença e a relação próxima dos líderes evangélicos/igrejas com os projetos desenvolvidos pelas organizações sociais do “Terceiro Setor”.

#### 4.2 A PROPOSTA METODOLÓGICA

No percurso do trabalho de campo, houve momentos de abertura e de aceitação da pesquisadora participando das atividades e observando o cotidiano das organizações. Contudo, houve momentos de dificuldade, que, sobretudo se limitaram à realização das entrevistas com os participantes e com as lideranças comunitárias. Mesmo assim, priorizou-se a pesquisa qualitativa, que teve como base as entrevistas abertas, em sua maioria individual e apenas três coletivas. As entrevistas foram gravadas, posteriormente transcritas em sua totalidade para serem analisadas e apresentadas nesta pesquisa.

É importante destacar que os dados apresentados foram obtidos por meio de informações públicas, do trabalho de campo, de documentos e de relatos dos participantes e coordenadores dos projetos sociais que atuam em Felipe Camarão.

#### 4.3 O CONTATO COM OS ENTREVISTADOS

Nessa etapa da pesquisa, optou-se pelas entrevistas abertas, semi estruturadas, conduzindo-as inicialmente com o mínimo de intervenção, de modo a facilitar o discurso livre dos entrevistados. No primeiro momento, introduziam-se perguntas e temas da pesquisa,

posteriormente, caso os temas não fossem abordados de forma espontânea, o entrevistado era incentivado a falar, refazendo a pergunta ou uma reflexão sobre o tema, ou seja, não foi restrita uma única estratégia de pergunta.

O contato inicial com os entrevistados ocorreu, em parte, com o início da observação de campo. A maioria dos entrevistados são conhecidos pelas pessoas que moram no bairro. Inicialmente os primeiros entrevistados seriam os participantes dos projetos, os coordenadores e educadores sociais, selecionando-se pelo menos três pessoas de cada uma das organizações pesquisadas.

Ao longo da pesquisa, outros possíveis entrevistados foram surgindo, quando se verificou a dificuldade em agendar uma entrevista com as pessoas previamente escolhidas.

Assim, percebeu-se que os líderes comunitários e também os responsáveis pelo conselho comunitário estavam também afastados dessas organizações sociais. Primeiro buscou-se compreender como ocorria esse processo de participação entre as organizações sociais, o conselho comunitário e os líderes comunitários. Segundo, pela disponibilidade e interesse em participar da pesquisa, os seguintes líderes foram ouvidos: Marcos Raimundo, atual presidente do conselho comunitário; Gilmar, vice presidente do conselho comunitário; Cirilo, líder comunitário e ex presidente do conselho comunitário; Paulo Lira, idealizador e coordenador da Tribo de Índios, artista local e ex-presidente do conselho comunitário; João Maria, líder comunitário e coordenador da Caminhada pela Paz.

Como foi descrito na parte introdutória da pesquisa, a pesquisadora mora no mesmo bairro onde realizou a pesquisa de campo, já foi voluntária e estagiária de uma ONG e também continua participando de reuniões e atividades comunitárias locais. Desde o começo da pesquisa já conhecia e mantinha alguma forma de contato com os entrevistados, por isso, a etapa inicial de escolher os possíveis entrevistados foi definida com facilidade.

Contudo, apesar de se conhecer e conversar com os entrevistados selecionados, em sua maioria, quando se solicitava o agendamento do dia e o horário da entrevista, nesse aspecto surgia o problema. Várias entrevistas foram constantemente adiadas, outros possíveis entrevistados sequer respondiam ou justificavam a ausência, após muita insistência e a visita permanente na organização, pelo menos uma vez por semana, somente assim algumas entrevistas foram possíveis.

Recorreu-se até ao vínculo de amizade existente entre os entrevistados, para que pudessem convencer outras pessoas a participarem da pesquisa, para que transmitissem confiança e todas as perguntas fossem respondidas. Em parte, esta estratégia funcionou, como por exemplo, na ONG Visão Mundial, na qual a pesquisadora foi voluntária e estagiária, no

local houve mais facilidade em agendar as entrevistas e em selecionar os entrevistados, pois todos que ali trabalhavam já eram conhecidos, isso facilitou a obtenção dos dados necessários.

Por mais que desde o início da pesquisa fosse explicado aos entrevistados o objetivo do trabalho, o compromisso acadêmico assumido e a sua vinculação à Universidade, boa parte dos entrevistados desconfiavam da pesquisa, no que se refere a se comprometerem com afirmações e depois até serem prejudicados no ambiente de trabalho. Essa é uma das explicações para o adiamento de algumas entrevistas. Outros entrevistados simplesmente não desejavam participar da pesquisa, outra minoria, adiou até os últimos dias, para finalmente conceder a entrevista.

Outro obstáculo verificado era quanto ao entendimento do entrevistado sobre alguns temas perguntados. Mais adiante, da leitura das entrevistas transcritas, é possível verificar que são cometidos erros de português nas falas, bem como dificuldade no ordenamento das palavras e ideias que eram expressas, aspectos relacionados ao grau educacional dos entrevistados e de formação.

Por isso, prezou-se na transcrição das entrevistas em manter a linguagem do entrevistado, como ele organizou e expressou suas ideias, sem efetiva correção gramatical e semântica das falas transcritas, para conferir maior naturalidade e veracidade ao que foi exposto. Evidenciando, nesse sentido, como o discurso do “Terceiro Setor” consegue facilmente ser disseminado e reproduzido como verdadeiro entre as pessoas que participam direta ou até mesmo indiretamente dessas organizações, comprovando-se que as consequências da “ideologia onguizadora” são brutais e limitam a capacidade de pensar e refletir sobre as problemáticas sociais.

As entrevistas, em sua maioria, foram feitas de forma individual, mas, como será adiante explicado, em alguns momentos ocorreram entrevistas coletivas. O objetivo inicial era prezar pela obtenção das entrevistas individuais e, somente algumas coletivas - utilizando-se a metodologia de grupos focais. Entretanto, em nenhuma entrevista foi usado o grupo focal. Somente três entrevistas foram coletivas, a primeira com três jovens participantes do Projeto Conexão Felipe Camarão; a segunda, na sede do conselho comunitário com a liderança do local; a terceira com Raimunda Cadó e Emanuel, ambos da Fundação Fé e Alegria. Além disso, pela dinâmica de funcionamento das organizações sociais estudadas, era difícil agendar o dia e um horário único para reunir várias pessoas que se dispusessem a participar do grupo focal.

#### 4.4 A ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

Com a finalização da pesquisa de campo e da observação participante em algumas organizações que atuam no bairro, especialmente, após a conclusão das entrevistas gravadas e transcritas, foram selecionados temas que, a nosso ver, dão sustentação e colaboram para a compreensão de como ocorrem os conflitos e as contradições nas organizações sociais do “Terceiro Setor”, como se expressa essa competição pelo público atendido, pelos recursos, a falta de diálogo entre organizações que atuam com a mesma temática e no mesmo espaço geográfico.

Nesse sentido, as análises das entrevistas associadas ao referencial teórico estudado são de suma importância para expressar como a expansão do “Terceiro Setor” e como o fenômeno da “onguização” são instrumentais e funcionais à reprodução do projeto neoliberal, pois reafirmam o apassivamento social, a crítica ao Estado, a reprodução do discurso gerencial, a diminuição de políticas sociais e públicas, o esvaziamento da noção de direitos e do exercício efetivo da cidadania.

Nessa análise, busca-se enfatizar as questões que mais se destacaram nas falas dos entrevistados, associando a pesquisa de campo, contrapondo-os, em grande parte ao referencial teórico selecionado, que em sua maioria é de crítica e enfrentamento ao modelo gerencial de trato da questão social amplamente disseminado pelo “Terceiro Setor”.

#### 4.5 O RESULTADO DA IMERSÃO DE CAMPO

As entrevistas foram realizadas com os participantes dos projetos sociais que inicialmente demonstraram abertura e disponibilidade em participar. Os seguintes entrevistados foram os líderes comunitários, quando se verificou durante a pesquisa de campo o distanciamento entre as organizações sociais do “Terceiro Setor” e as lideranças comunitárias. Por último, entrevistaram-se os coordenadores e educadores sociais desses projetos.

Cabe destacar que as coordenadoras e os educadores sociais de maior destaque dentro das organizações foram os entrevistados mais relutantes em concordar em participar da pesquisa. Outra dificuldade foi encontrar na agenda deles, o dia e o horário mais conveniente que não atrapalhasse o andamento das atividades e o funcionamento do projeto.

Foram entrevistadas 18 pessoas, sendo 15 entrevistas individuais e 3 entrevistas coletivas. Os participantes da pesquisa são: jovens atendidos pelos projetos, coordenadores,

instrutores e educadores sociais, líderes comunitários e representantes do conselho comunitário e de um líder evangélico.

Os locais onde ocorreram as entrevistas foram bastante diversos, dependia da abertura do entrevistado e da sua disponibilidade. As entrevistas foram obtidas na sede das organizações pesquisadas, na casa de um entrevistado, na sede do conselho comunitário. As entrevistas com Vera Santana, do Conexão Felipe Camarão, e com Raimunda Cadó e Emanuel, da Fundação Fé e Alegria, ocorreram no escritório das respectivas organizações que participam, que se localizam no centro da cidade, em um prédio comercial. O local da entrevista era escolhido pelo entrevistado.

Inicialmente ocorria uma conversa, explicava-se novamente ao entrevistado os objetivos da pesquisa, a finalidade acadêmica do trabalho e a importância da participação para compor um registro sobre o bairro. Tomou-se o cuidado de deixar tudo muito claro para o entrevistado, sobre quem eu era e como pretendia usar os dados coletados. Isso certamente possibilitou que os entrevistados que não me conheciam, especificamente esses, que ficassem mais a vontade e respondessem todas as perguntas de forma “natural”, próxima da realidade, ampliando a relação de confiança entre o entrevistado e o entrevistador. Essas estratégias e pequenos cuidados foram cruciais para o desenvolvimento da pesquisa e para a obtenção dos dados.

Previamente havia sido elaborado um questionário com perguntas abertas, mediante o qual, buscou-se saber o entendimento e o posicionamento dos entrevistados sobre alguns temas. Algumas vezes não se seguiu manter a ordem das perguntas que estavam no questionário, outras vezes o próprio entrevistado já começava a falar sem ser questionado sobre a temática seguinte, sempre era observado momento propício para questionar, dependia muito de como o entrevistado se comportava, alguns falavam demais, outros apresentaram respostas sucintas.

Algumas vezes abordava-se o entrevistado por meio de citações e afirmações que ele já havia feito, para retornar ao tema ou desenvolver melhor a resposta. Sempre ao final de cada entrevista era aberto um espaço de tempo para que, se desejasse, o entrevistado pudesse expor sua opinião ou explicar algo que julgou importante ao longo da entrevista. Na maioria dos casos, o entrevistado falava que não havia nada a ser acrescentado.

Os entrevistados também eram previamente informados que a entrevista seria gravada, através do uso de um gravador e que posteriormente seriam transcritas e analisadas na pesquisa. Além disso, também foi elaborado o Termo de Consentimento, assinado pela pesquisadora e pelos entrevistados, autorizando a divulgação dos depoimentos.

Como foi descrito, apesar de ter sido informado sobre a gravação das entrevistas, observou-se que, na maioria das vezes, a presença do gravador inibia inicialmente as falas. Ao longo da entrevista, que tinha sempre um tom de conversa, o entrevistado já esquecia que o equipamento estava ligado e algumas respostas eram ampliadas. O desconforto pelo uso do equipamento, em regra, se limitava ao contato inicial.

É certo que quando se desligava o gravador e concluíam-se as perguntas, sempre continuava a conversa e algumas falas se tornaram importantes para as reflexões aqui estudadas. Esses relatos, ainda que informais, também foram registrados, anotações que contribuíram para a interpretação dos dados. Notadamente, em situações menos formais os entrevistados se dispunham a falar mais, a comentar situações que para eles, naquele momento, eram normais e cotidianas, práticas que já faziam parte do modo como trabalhavam e atuavam dentro das organizações.

A pesquisa de campo estendeu-se desde o contato inicial com as organizações sociais do “Terceiro Setor” que foram estudadas, até a finalização das entrevistas. Sempre se tomava o cuidado de anotar o que era observado, para não inibir os participantes e não interferir no que costumeiramente ocorria no funcionamento do projeto social.

#### 4.6 ENTREVISTAS NO PROJETO CONEXÃO FELIPE CAMARÃO

As entrevistas com os participantes e instrutores do Projeto Conexão Felipe Camarão ocorreram na sede do projeto, no dia de sábado, geralmente no horário da manhã e no começo da tarde. Habitualmente, o Projeto Conexão Felipe Camarão estabelece suas atividades através de parcerias com as escolas municipais do bairro. Assim, na maioria dos dias a organização permanece fechada, sendo a segunda-feira o dia destinado para o planejamento e para as reuniões. Sexta e sábado, eram os dias de funcionamento e de abertura do local para as crianças atendidas.

Por isso, as entrevistas com os participantes ocorreram nos sábados, em uma das salas. O maior inconveniente para a obtenção dos dados era o barulho constante produzido no local. Isso, de certa forma, pode ter atrapalhado ou interferido nas respostas dos entrevistados.

Apesar de o ambiente não ser o mais propício, era o único espaço no qual os entrevistados estavam com mais regularidade, pois, no sábado os vários participantes do projeto se reúnem na sede da organização, que é de fato um galpão, dividido em três salas. Naquele local ocorrem várias oficinas, especialmente as de música, por isso, a todo o momento existe alguém tocando um instrumento musical diferente.

Realizaram-se as seguintes entrevistas nesse projeto. A primeira com Alisson, que já trabalha no projeto há muito anos. Ele desenvolve a função de instrutor de capoeira e outras atividades administrativas. Sua entrevista foi uma das mais extensas, contudo, em grande parte da sua fala, o entrevistado se confunde com as perguntas. Ressalta-se que este foi um dos primeiros entrevistados que se dispôs a participar e que não apresentou nenhuma reserva.

O segundo entrevistado foi Ozawa, que desde criança participa da organização. Atualmente é instrutor de música no projeto, foi um entrevistado que se dispôs a participar, porém demonstrou muita timidez em sua fala e se limitou a responder apenas algumas perguntas.

Os terceiros entrevistados foram Abner, estudante de comunicação social, e Fabrício Cardoso, *designer* gráfico. Ambos participam do projeto desde crianças e permanecem há mais de 10 anos no local, ora como participante, ora como instrutor e bolsista do projeto. A entrevista deles foi feita em conjunto e sofreu constantes interferências devido ao barulho produzido no local.

Por fim, ressalta-se que, uma das entrevistadas, a coordenadora do Projeto Conexão Felipe Camarão, Vera Santana, apesar de ter sido procurada várias vezes, presencialmente e por e-mail, somente no último mês da pesquisa aceitou participar do estudo e a responder as perguntas. A entrevista com Vera Santana foi realizada em 2015, na sala que fica localizada em um prédio comercial da cidade, onde funciona a coordenação do projeto que é por ela desenvolvido em Felipe Camarão.

#### 4.7 ENTREVISTAS NA FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA

Na Fundação Fé e Alegria é possível verificar uma maior abertura à participação e à colaboração na pesquisa. Não houve dificuldades para os entrevistados aceitarem participar.

A Fundação Fé e Alegria é a única organização pesquisada que possui sede própria no bairro. As demais organizações pesquisadas funcionam em locais alugados. É recente a construção do espaço destinado às atividades oferecidas à população do local. Cabe destacar que tudo é organizado e bem limpo, o que torna o espaço bastante atrativo e procurado. Sempre existem crianças que compõem uma lista de espera para ser atendidas, caso ocorra uma vaga para participarem.

Entrevistou-se no mesmo momento a coordenadora da Fundação Fé e Alegria no Rio Grande do Norte, Raimunda Cadó, simplesmente Cadó como gosta de ser chamada e conhecida. Ela possui graduação em Serviço Social. Emanuel possui graduação em Ciências



Sociais. Foi uma entrevista bastante extensa, onde os entrevistados responderam todas as perguntas e ainda continuaram com outras reflexões que consideravam apropriadas sobre o tema pesquisado.

Talvez tenha sido esta a melhor entrevista. Nas páginas seguintes, onde os temas serão analisados, é possível verificar que, apesar de compreenderem que as organizações sociais do “Terceiro Setor” são funcionais aos interesses do capital, os entrevistados reconhecem que muitas organizações desempenham um trabalho sério, fazem uma reflexão crítica sobre a expansão do “Terceiro Setor” em Felipe Camarão e acrescentam que o bairro ainda é muito carente de serviços sociais básicos e indispensáveis. Por terem sido tão abrangentes em suas respostas, priorizou-se analisar com mais atenção e dedicação a entrevista e não entrevistar outras pessoas na mesma organização.

#### 4.8 ENTREVISTAS NA ONG VISÃO MUNDIAL

Na ONG Visão Mundial as pessoas são bastante receptivas. Primeiro, por ter sido o local onde a pesquisadora foi voluntária e estagiária. Segundo, por manter o contato através de visitas e da participação em atividades da organização.

No local ocorreu a entrevista com os educadores sociais, que também são pais de crianças atendidas pelo projeto e uma parcela deles também mora no bairro de Felipe Camarão. Na ONG também aceitaram participar a coordenadora e um profissional responsável pela área financeira/administrativa.

Primeiro entrevistou-se a educadora social, função que consta na carteira de trabalho desses entrevistados. Luciana, formada em letras. Trabalha na ONG desde o ano de 2006, ou seja, ela é uma das funcionárias mais antigas, tendo participado do mapeamento inicial e das inscrições das crianças beneficiárias.

O segundo entrevistado foi Stanley Marques, formado em pedagogia. É também coordenador do setor de educação da organização, é pastor evangélico no bairro e desempenha as funções de educador social. Este entrevistado também é o idealizador da Trupe Canta Vento, uma organização teatral que se inicia no local. Ele é em determinadas situações o representante ou colaborador da Associação Abraçar, organização coordenada e gerenciada pela Igreja Evangélica Ministério Internacional Rhema, ou seja, é uma pessoa que possui muitas atribuições e que dialoga permanentemente com a igreja evangélica.

O terceiro entrevistado foi João Carlos, estudante de administração. Trabalha há pouco tempo na ONG. É o profissional responsável pela prestação de contas e pela parte

administrativa da organização. É por meio dele que as informações são enviadas para o escritório central da Visão Mundial no Brasil, que funciona na Cidade de Recife/PE. O entrevistado é um dos idealizadores e coordenadores do Instituto Reforma, que será adiante apresentado. Ele consegue manter um diálogo muito próximo com a igreja evangélica, especificamente com a Igreja Presbiteriana Independente, sendo mais um evangélico que atua no “Terceiro Setor”.

Após as entrevistas concedidas por Stanley e por João Carlos, que remeteram à ligação estreita da ONG com a igreja evangélica, buscou-se compreender se existe uma relação entre a expansão do “Terceiro Setor” em Felipe Camarão e o crescimento das igrejas evangélicas que ali atuam. Para entender melhor a associação do fenômeno religioso e a interferência do “Terceiro Setor”, convidou-se para uma entrevista o líder evangélico.

Uma das entrevistas, a que foi realizada com a liderança evangélica do bairro, tinha como objetivo inicial apenas auxiliar na compreensão da relação cada vez mais constante e presente das igrejas com as organizações sociais do “Terceiro Setor”. Mesmo assim, essa entrevista, com Leandro Virgílio, presidente da ALEF, produziu dados bastante interessantes, principalmente na parte final de análise das entrevistas e dos dados obtidos.

A quarta entrevista obtida na Visão Mundial foi com Rosângela, que é educadora social no local, já atua na organização há mais de dois anos, começou como prestadora de serviços e só depois foi contratada com o registro na carteira de trabalho. A entrevistada também participou, ainda quando adolescente, do projeto desenvolvido no bairro pela UFRN, que era denominado Engenho de Sonhos. Desde então, Rosângela esteve participando de atividades e projetos oferecidos pelo “Terceiro Setor”. Além disso, atua diretamente na igreja católica do bairro, nessa área de desenvolvimento e participação social.

A quinta entrevista com a coordenadora da ONG Mírian Oliveira, é socióloga e há mais de duas décadas atua em diferentes projetos sociais. Desde o ano de 2009 foi contratada pela Visão Mundial para ser coordenadora do projeto Saúde e Qualidade de Vida. Posteriormente, assumiu a coordenação geral. Em regra, os entrevistados da ONG Visão Mundial conseguiram responder todas as perguntas apresentadas. Na ONG as entrevistas ocorreram em salas separadas e em dias diferentes, não houve interferências ou problemas durante a pesquisa.

#### 4.9 ENTREVISTAS COM OS LÍDERES COMUNITÁRIOS

Como foi descrito, durante o processo de construção da pesquisa de campo, verificou-se a necessidade de compreender a relação existente entre as organizações sociais do “Terceiro Setor” e os líderes comunitários. Percebeu-se, no primeiro momento, que esses líderes comunitários, apesar de já terem tido um contato próximo, esse contato ou aparente diálogo com os líderes comunitários se limitava a momentos específicos. Por isso, convidou-se os principais líderes comunitários para participarem da pesquisa. Em regra foi questionado como ocorria a participação desses líderes nessas organizações sociais do “Terceiro Setor”.

Os líderes entrevistados foram: Marcos Raimundo, Gilmar, Cirilo, Paulo Lira e João Maria. Todos os líderes afirmam que já participaram de atividades dessas organizações do “Terceiro Setor”. Assinalam que no momento inicial de instalação dos projetos sociais, os líderes comunitários são convidados a participarem das primeiras reuniões, a apresentarem o projeto aos moradores. Contudo, acrescentam que somente são úteis e funcionais aos projetos sociais na fase inicial. Depois do estabelecimento das organizações, esses líderes são afastados e sequer são convidados a participarem das atividades.

#### 4.10 A ANÁLISE DAS ENTREVISTAS E OS TEMAS SELECIONADOS

A seguir será apresentada a análise das entrevistas, previamente transcritas, cujo conteúdo foi separado por temas. Utilizou-se essa metodologia para melhor expor os resultados da pesquisa.

No processo de interpretação, buscou-se compreender as entrevistas relacionando-as ao referencial teórico estudado, observando também o contexto dos entrevistados dentro da organização pesquisada. O trabalho de campo gerou uma grande quantidade de dados. A primeira etapa consistiu na transcrição das entrevistas, o que já demandou um esforço; a segunda etapa, crucial, consistiu na análise das entrevistas, elaborando uma síntese dos principais temas, com o cuidado e o rigor exigidos numa pesquisa acadêmica, sempre observando o distanciamento necessário entre o objeto de estudo e o pesquisador.

O texto resultante dessa tarefa é abaixo descrito e busca apresentar fundamentalmente as reflexões sobre os conflitos e contradições entre as organizações sociais do “Terceiro Setor” que atuam em Felipe Camarão.

4.11 CARACTERÍSTICAS DO “TERCEIRO SETOR”: assistência, filantropia, benemerência, favores e autoajuda

#### **4.11.1 O início da atuação das organizações sociais do “Terceiro Setor” no bairro de Felipe Camarão**

Nesse tópico foram selecionados trechos das entrevistas que retratam o processo de surgimento e de expansão das organizações do “Terceiro Setor” em Felipe Camarão. A partir do registro de como ocorreu esse processo de “onguização” segundo a visão dos moradores do bairro, dos líderes comunitários e dos participantes desses projetos, demonstra-se como as ONGs ganharam facilmente espaço no bairro, o que revela seu aspecto ideológico. Ou seja, é uma tentativa de experimentação social que reproduz em Felipe Camarão a nova lógica do capitalismo, da suposta autonomia do indivíduo, da valorização a autoajuda, do assistencialismo.

Nesse processo de “ideologização” as pessoas de Felipe Camarão não revelam tanta resistência, já que desde a sua infância estão sendo parte desse processo no “Terceiro Setor”.

Não é mérito do “Terceiro Setor” a sua expansão em Felipe Camarão, vários fatores contribuíram para que o bairro se tornasse um alvo fácil, um território a ser apropriado por essas organizações. Nesse sentido, como foi mencionado no primeiro capítulo, o bairro foi formado por imigrantes do interior do Estado que vinham para a capital em busca de melhores condições de vida, além disso, no processo de urbanização da cidade várias famílias que moravam em favelas e irregularmente no centro da cidade e em bairros mais próximos foram removidas, uma higienização foi feita na década de 70 e 80, destinando esses moradores para Felipe Camarão, um bairro mais distante do centro urbano e com esse contexto foi se tornando cada vez mais periférico.

Conforme já mencionado, no bairro as pessoas não têm uma tradição de luta social, em sua maioria, a população é formada por pessoas despolitizadas que migraram do interior para a capital, nesse processo, não foram incentivadas ou não tiveram a oportunidade de se organizarem comunitariamente.

A população de Felipe Camarão está predominantemente incluída no setor de serviços, especialmente no hoteleiro e no telemarketing, entre outras atividades do setor terciário.

Então, a consciência de classe dessas pessoas não foi construída para o embate, para o enfrentamento e questionamento da sociedade, foram formados para servir e acreditar na

ideologia do capital, que lhe é mais atrativa, isso revela a fragilidade dos vínculos sociais desses moradores.

Outro aspecto que merece ser acrescentado é o pouco tempo de formação do bairro, como foi apresentado no segundo capítulo. Destaca-se neste processo, a implantação da Fundação Bradesco, que foi inaugurada no ano de 1988. Essa escola iniciou no bairro a “colonização”<sup>8</sup> da ideologia do “Terceiro Setor”, que facilmente foi expandida, nenhuma resistência foi apresentada, pelo contrário, a população é grata a essa instituição, muitas vezes mencionada como uma ilha em Felipe Camarão, local que desperta talentos esquecidos.

Uma das perguntas frequentes nas entrevistas realizadas era sobre a necessidade ou não da existência de organizações do “Terceiro Setor” em Felipe Camarão. Todos os entrevistados defenderam a necessidade dos projetos sociais, segundo eles, os projetos sociais são desenvolvidos no bairro por vários fatores que são favoráveis à ampliação do “Terceiro Setor”.

Mírian, uma das entrevistadas, acrescenta que a existência de tantas organizações do “Terceiro Setor” não pode ser pensada isoladamente. Para a entrevistada, um dos fatores que mais chamam a atenção é as características sociais da população. É bem verdade, que Felipe Camarão é um dos maiores bairros periféricos da Cidade de Natal/RN. Além disso, ela acrescenta que a mídia local durante muitos anos reproduziu a imagem de estigma: “Felipe Camarão é um bairro violento, perigoso, pobre”.

Primeiro eu acho que tem a questão do estigma da comunidade e pela realidade que se vive em Felipe Camarão. Se você olhar para o segmento da juventude e uma das coisas fundamentais é ter o olhar de cidadão, eu acho que isso no bairro é uma demanda que vai ressurgindo. Eu não acho que exista uma pobreza extrema, mas a gente sabe que existe. Eu não sei se falta uma leitura mais crítica, porque eu penso que em Felipe Camarão existem (sic) várias instituições que tem uma ação. O que falta, na minha opinião, é uma ação mais conjunta que haja um maior impacto na comunidade. Teria que ter uma contrapartida maior da comunidade para que houvesse um resultado mais impactante dessas instituições. Procura muito é o estigma que tá na mídia e de fato muitas eu não sei qual é a intencionalidade. Talvez seja para fazer o nome se projetar, porque tem todo um estigma de que o bairro

---

<sup>8</sup>A palavra colonização/colonialismo é utilizada numa concepção mais ampla, para descrever como as organizações do “Terceiro Setor” propagam a cultura ou a ideologia gerencialista. Nesse processo de “colonização” as ONGs precisam dominar, subjugar ou até mesmo eliminar as resistências ou aspectos culturais do antigo modo de percepção da realidade capitalista.

As organizações do “Terceiro Setor” realizam um processo de colonização, quando tomam decisões em outros locais, as “metrópoles”, principais capitais onde os projetos são elaborados e aprovados. Posteriormente implementam seus projetos nas “colônias”, que são hoje os bairros populares, as periferias, na pesquisa realizada, essa colonização ocorreu em 1988, quando as pessoas ainda estavam formando o bairro, uma fundação com muitos recursos se instalou no local e modificou os rumos daquela população, tornando-os em dóceis beneficiários.

tem altos índices de violência. Então isso chama atenção de projetos sociais e tem gente que até estrutura uma ONG. **Não sei com qual intencionalidade, mas eu acho o seguinte que o que interessa na verdade, seria o que já existe de ferramenta dentro da comunidade que se somarem tem como impactar. Eu corro o risco de dizer que Felipe Camarão não precise tanto assim de instituições, porque já existe um número considerável de instituições desenvolvendo trabalho aqui.** Penso dessa forma e outro segmento que tem na comunidade que ao mesmo tempo não está são as igrejas dependendo da sua vertente, da sua doutrina o olhar que se tem para a comunidade. Algumas já têm um olhar diferenciado. O que a gente chama de missão integral que se ver como agente de transformação social. O grande bum dessa comunidade seria as igrejas. Não precisa tá trazendo tantas ONGs para dentro da comunidade. (Mírian, coordenadora da ONG Visão Mundial).

No bairro de Felipe Camarão, como já foi descrito no trabalho, existem várias organizações sociais do “Terceiro Setor”, dentre ONGs, fundações, associações. Para Mírian já existem organizações suficientes no local. O que falta é a atuação conjunta e planejada dessas entidades.

Novamente se reflete sobre a funcionalidade e a instrumentalidade dessas organizações para com o projeto neoliberal. Como foi demonstrado na fala do entrevistado e dos entrevistados a seguir citados, na pesquisa realizada e na observação de campo, o bairro não precisa de mais organizações do “Terceiro Setor”, pois no local já existem muitas organizações que se propõem a atuar nas questões sociais. Identifica-se que existem na verdade contradições e disputas no “Terceiro Setor” e que essa fragmentação de ações, polarização de projetos sociais, se expressam no agravamento da questão social.

Mesmo assim, ainda existem os que defendem a existência e a permanência dessas organizações. Outro entrevistado, que trabalha na Visão Mundial, assinala que: “eu não sei como estaria. Eu não sei o que seria de Camarão hoje sem essas entidades...” (Stanley). Ou seja, a maioria dos entrevistados que trabalham no “Terceiro Setor” consideram de suma importância a existência das organizações, justificando que o bairro ainda precisa de serviços sociais básicos e que pela emergência de algumas situações aquela população não poderia esperar mais por ajuda.

O não diálogo dessas organizações que em tese possuem uma atuação com o fim comum, ou seja, cuidar do social, não consegue realizar a finalidade descrita. Apenas colaboram para a reprodução do individualismo e do apassivamento social em um bairro que historicamente se manteve calado, sem participação política e social. Essa “ideologia onguizadora” ou ideologia do “Terceiro Setor” da resolução dos problemas sociais e do trato

da questão social por outra via, que não é a estatal, constitui-se em um processo de formação e manipulação ideológica que mais prejudica uma população carente do que a transforma.

Não podia ser diferente, o surgimento da caminhada pela paz, realizada anualmente, se associa às várias tragédias que ocorrem no bairro, assim explica João:

Em 2001 e explodiu em 2005. Começou a caminhada da paz com a Escola Maria Queiroz quando havia muitos acidentes na pista na BR 226. Morreu um aluno da escola e “tocaram” fogo na pista, “vandalismo” para que o governo visse e tomasse as providências. Briguei com a polícia federal, DNIT e agora a pista é diferente. Eu era o doido na época, mas agora todo mundo quer tirar uma “casquinha”. A caminhada da paz vai ter como tema a construção da escola de segundo grau, hospital da zona oeste e concurso da guarda. (João Maria, líder comunitário).

O líder comunitário relembra, em sua entrevista, várias histórias tristes que ocorreram no bairro e que marcam a vida de tantas pessoas. Sobretudo, repercutem na mídia local, que produz e reproduz a cultura do preconceito contra o bairro e os moradores. João ressalta que, na sua militância, primeiro como servidor público da saúde, que busca constantemente melhorias nos hospitais locais, posteriormente, como morador de Felipe Camarão, que sem receber auxílio financeiro de políticos ou de ONGs consegue realizar anualmente a Caminhada pela Paz, ele afirma que acredita em mudanças e que almeja melhorias.

João relembra do início da luta por melhorias no local. Primeiro, algo que prejudicava significativamente os moradores do bairro era a falta de fiscalização e de sinalização na BR 226 que existe ao redor do local.

Segundo João, muitas pessoas simples e trabalhadoras morreram tentando atravessar a BR, mas, no local não existia sinalização, fiscalização e iluminação suficiente. Assim, os acidentes eram constantes, marcando parte da BR como a “curva da morte”, identificando a rotina de mortes no local.

O líder ressalta que no início dos protestos, cerca de 10 a 15 anos atrás, os moradores e algumas lideranças locais já chamavam a atenção do poder público. Em parte interditavam a BR, queimavam pneus e chamavam a mídia local para alertar as autoridades uma providência. João lembra ainda, que na época, muitos ignoravam aquele movimento, que chamavam de “vândalos”, “desocupados”, mas, João e outras pessoas do bairro que estavam em busca de mudanças conseguiram atrair a atenção das autoridades. Há pelo menos 5 anos o número de acidentes diminuiu consideravelmente, além disso, hoje a BR no trecho que circula parte do

bairro, se encontra sinalizado e com fiscalização eletrônica (lombada eletrônica e radar), algo que há anos era apenas reivindicações, hoje melhorou a circulação de pessoas e de carros no local. A Caminhada da Paz conta com a participação marcante das escolas municipais e estaduais, além de outras organizações sociais que decidem ou não participarem, já que todas as organizações do bairro são convidadas para fazerem parte desse momento de comemoração.

Em 2001 começamos apenas com uma escola e foi aumentando, o tema era a violência contra o cidadão e o sucateamento da educação, houve uma polêmica muito grande, o governo quis barrar a caminhada da paz, com isso ficou marcado. Me perguntam se eu não tinha medo de morrer, mas eu posso dizer que um gestor mandou invadir a minha casa. Eu posso dizer que apanhei, fui vítima de violência por ter me envolvido em caminhada da paz. (João Maria, líder comunitário).

O entrevistado ressalta que, na sua militância, já houve momentos tensos, de enfrentamento e de resistência, que já tentaram silenciar a sua voz, mas, ele diz que permanece firme e que não teme represálias. A Caminhada pela Paz é previamente planejada, sempre um tema é destacado, para chamar a atenção dos moradores do bairro e, sobretudo, para chamar a atenção do poder público.

A última caminhada que eu fiz foi em 2013, porque em 2014 houve eleição. Tinha mais de 1800 pessoas na rua, tínhamos três escolas públicas, três agrupamentos da polícia militar e a guarda municipal. (João Maria, líder comunitário).

Para demonstrar que a Caminhada pela Paz não é associada a nenhum político ou partido político, João Maria explica a necessidade de separar o Movimento da política. Na sua visão, o bairro por ser um grande colégio eleitoral, conforme os dados apresentados no segundo capítulo. Muitos políticos somente direcionam a atenção para o bairro na época das eleições e tentam a todo custo fazer propaganda da sua imagem. Para evitar essa vinculação política, não favorecendo quem já está no poder e aquele que busca ingressar na carreira política.

Conforme a apresentação dos dados da pesquisa é possível verificar que pelo menos um movimento foge à regra da ideologia do “Terceiro Setor”, ou seja, a Caminhada pela Paz, é uma iniciativa popular e que não faz parte do “Terceiro Setor”. A sua organização se diferencia das organizações que existem no bairro, pois não valoriza a autoajuda, a filantropia,



a ideologia do possibilismo, ao contrário, pelo engajamento político de seus organizadores, tornou-se um movimento político e despertador da participação popular.

Mesmo em um bairro onde o “Terceiro Setor” possui o discurso dominante, é possível verificar a existência de um movimento de resistência, que tenta se afastar do processo da pequena política, que, consubstanciado pela linguagem e ideologia onguizadora, tem contribuído para o apassivamento da população de Felipe Camarão.

João Maria afirma que não se vincula a nenhum político, nem mesmo ao vereador que mora no bairro. O que ele expressa não é uma negação à política, aos partidos políticos, às eleições, não é um discurso que nega o Estado. Da sua forma, o entrevistado realiza no bairro um movimento de resistência política, assinalando que não é funcional a qualquer organização ou agremiação partidária, que a sua funcionalidade primordial é ao povo e ao resgate da organização política comunitária.

Com a Caminhada pela Paz, João Maria vem realizando há anos, quase sem apoio financeiro, o trabalho de um militante empenhado e comprometido com a sua população. A Caminhada é um movimento político, que visa denunciar o que ocorre no bairro, visa chamar a atenção das autoridades e dos moradores, em um lugar que urge por transformações sociais e seu povo não aguenta mais esperar.

Bem diferente do Movimento pela paz, outra organização que surgiu e permaneceu durante alguns anos no bairro foi o Engenho de Sonhos, realizado em parte pela UFRN, através de um projeto de extensão universitária. Ocorreu há pelo menos 10 anos, envolveu alguns jovens da Zona Oeste da Cidade, onde se concentra boa parte da população mais carente e localizam-se os bairros periféricos. Assim, o Engenho de Sonhos passou a realizar suas atividades em Felipe Camarão. A entrevistada Rosângela, que hoje trabalha na ONG Visão Mundial fez parte do grupo de jovens.

Eu comecei através de reuniões que havia no bairro cerca de dez anos. Acho que eu tinha uns vinte e três anos de idade. Foi nas reuniões junto com o posto de saúde. Foi quando surgiu o Engenho de Sonhos. Aí agregava muitos jovens de cinco bairros e aí eu fui, aí eu participei um ano ou foi dois anos do Engenho, tanto em capacitações e lideranças. Também eu participava como as cinco zonas oeste, Cidade Nova, Cidade da Esperança, Guarapes e Bom Pastor. A gente se reunia duas vezes por semana para pensar estratégias, capacitação para os jovens, para não ficarem ociosos em casa, para não pensarem em fazer coisas erradas. Crime já existia, mais não tem o tanto que tem hoje. (Rosângela, funcionária da ONG Visão Mundial).

Convém ressaltar que em Felipe Camarão os agentes de saúde são atuantes. Eles se organizam em grupo e coletivamente pensam em estratégias para a melhoria da saúde no bairro e para lutarem por melhores condições de vida. Não é recente essa organização. Comumente são chamados para participarem e também organizam eventos no local. Além disso, o posto de saúde, por se localizar em uma área central do bairro e por contar com uma estrutura, o local é usado para a realização de eventos e de reuniões. Não poderia ser diferente com o Engenho de Sonhos, que realizou muitas reuniões e atraiu os jovens do local para participarem de reuniões no Posto de Saúde.

A gente começava a chamar a partir do seu fundamento. Por exemplo, eu era da igreja e começava a chamar os jovens da igreja. Tinha fóruns, encontros da juventude. Eu participei do EPA - Encontro Potiguar de Adolescente, participei do ENA - Encontro Nacional de Adolescente, participei de um fórum no Rio Grande do Sul, participei de várias outras coisas. (Rosângela, funcionária da ONG Visão Mundial).

Como já foi assinalado em outros parágrafos, a igreja, seja a católica ou a evangélica, comumente é associada às organizações do “Terceiro Setor”. Através delas, adolescentes e jovens são convidados e atraídos para fazerem parte de outras organizações. A entrevistada ressalta que, no primeiro momento, não existia um espaço disponível em Felipe Camarão para a realização do projeto, que os jovens se deslocavam para o bairro de Cidade da Esperança.

Com a entrevistada não podia ser diferente, até hoje ela é fortemente vinculada com à igreja católica. Desde a sua adolescência esteve envolvida com os projetos sociais, depois de ter participado como parte desse público alvo, pessoas que estão na linguagem das ONGs em “situação de vulnerabilidade social”. Ela hoje faz parte de outra organização, não mais na condição de atendida ou beneficiária, ela agora trabalha, é colaboradora de um projeto social.

As atividades desenvolvidas no Engenho de Sonhos, como as que são prioritariamente desenvolvidas pelos projetos sociais, são atividades fragmentadas, fragilizadas, focalizadas, tais como: cursos, oficinas, conversas e outras atividades (curso de fotografia, artesanato).

Os autores citados no primeiro capítulo ressaltam que não é de interesse do “Terceiro Setor” realizar mudanças estruturais, pois não possuem estrutura para isso. Além do mais, as obras desenvolvidas pelas organizações sociais jamais vão conseguir ocupar inteiramente o papel do Estado como o único responsável em promover políticas públicas.

Outra organização que atua há mais de 20 anos no bairro, é a Fundação Bradesco, escola de primeiro e segundo grau, inaugurada no ano de 1988, mantida com recursos do

Banco Bradesco. A Fundação Bradesco, que já conta com mais de 25 (vinte e cinco) anos, somente em Felipe Camarão, classifica-se como uma escola filantrópica e de utilidade pública, atende prioritariamente pessoas que moram no bairro e que não possuem boas condições financeiras.

A Fundação Bradesco quando chegou a Felipe Camarão era um terreno baldio e transformaram em fundação. **Quando a Terramar começou a se reunir na casa de Manoel Marinheiro ela não sabia nem caminhar eu fui quem pegou na mão e levei. Outras chegaram de repente como a Visão Mundial e as entidades comunitárias era o conselho, criaram a associação de moradores e foram sendo criado (SIC). Assim, o interessante é que as entidades só tinham líderes na época de eleição e depois somem e o poder político considera um líder que tá conduzindo dez pessoas que é um cabo eleitoral.** Mas a entidade comunitária é que tem reconhecimento, o trabalho mostrado em fotografias, o verdadeiro líder vai interagir entre a comunidade e poder público lutando pela causa local. É um conselho que tem relatórios. (João Maria, líder comunitário).

Autores como Carlos Montañó (2010, p. 150-152), Maria Célia Paoli (2003) e Júlio Ramon Ponte (2012) expressam claramente uma crítica ao modelo gerencial de intervenção social que as empresas afirmam realizar a responsabilidade social empresarial. Para os autores, é contraditório acreditar que uma empresa tem interesse de realizar obras sociais. Trata-se na verdade de um mecanismo, de uma estratégia do capital, ajustado e implementado pelo modelo econômico neoliberal de intervir em questões que devem ser de exclusiva responsabilidade estatal.

Para Montañó (2010, p. 150), parte do debate sobre o “Terceiro Setor” “envolve a aceitação, como premissa, implícita ou explícita, porém inquestionada, tanto da sociedade da escassez como da crise fiscal do Estado”. É que os defensores do “Terceiro Setor” não limitam a crise do Estado apenas ao aspecto financeiro. Eles vão além, afirmam que o problema é o da burocracia e de má gestão dos recursos. Acreditam que uma empresa é mais eficiente em gerir recursos e aplicá-los, podendo, até mesmo investir no social. É nesse argumento que o discurso que defende a responsabilidade social ganha espaço, na defesa do modelo gerencial de gasto dos recursos públicos. Ponte (2012) assinala que:

O campo da Responsabilidade Socioempresarial e do chamado Terceiro Setor, marcados pelo esvaziamento do espaço genuinamente público e pela incidência, quando muito, de uma democracia representativa de baixa intensidade, cumpre importante papel na domesticação das possíveis querelas, restringindo o espaço dessas contendas aos limites das empresas e das tradicionais esferas do poder estatal, cujo acesso é limitado ao grupo

composto por sua própria burocracia e à classe política. (PONTE, p. 93, 2012).

O discurso da responsabilidade social privada tem em suas raízes a confirmação de que o mercado é o vencedor. Ora, se não bastassem as reformas e contrarreformas realizadas no Estado brasileiro, os neoliberais não estavam satisfeitos, passaram a intervir no trato da questão social, pois viram que o *marketing* social é um negócio lucrativo e em potencial crescimento.

Em 2001, a Associação Companhia Terramar idealizou o Projeto Conexão Felipe Camarão, passando a atuar em Felipe Camarão. Coordenado por Vera Santana, que vislumbrou, anos atrás, uma boa oportunidade para desenvolver um projeto social, que, para a ideologia propagada pelo “Terceiro Setor” é extremamente necessário em um bairro carente.

Antes de desenvolver o projeto, já existiam no local manifestações culturais que eram realizadas sem nenhuma pretensão financeira, com crianças e adolescentes que moravam próximo da residência de Manoel Marinheiro. Ele e sua esposa Iza, além de outros familiares, amigos e vizinhos, dançavam o Boi de Reis. Aquilo fazia parte da realidade deles e sem pensar em dinheiro ou exposição na mídia continuavam a reproduzir a cultura popular.

Ocorre que aquele movimento cultural logo chamou a atenção de outras pessoas que não eram do bairro. Uma delas, Vera Santana, historiadora, que já morou no Rio de Janeiro, habituada com os projetos sociais, percebeu em Manoel Marinheiro e na sua dança, uma forma de desenvolver um projeto social, assim fez.

O Conexão Felipe Camarão atua desde o ano de 2001 na área cultural. Já aprovou vários projetos e editais, através do BNB, BNDES, MINC, Petrobras, Fundação Itaú Social, COSERN, Instituto Ayrton Senna, entre outros investidores e patrocinadores.

Nas entrevistas o tema do patrocínio foi constantemente mencionado. Segundo a coordenadora do Conexão, o processo entre a organização e o patrocinador ocorre da seguinte forma:

A Petrobras vem aqui em seguida ver o projeto e fica estarelecida em ver o movimento que era aqui. Mais a frente a Petrobras convidou a gente para ser patrocinado, mas antes houve outro edital, eu fiz esse projeto, eu escrevi para o BNDS e a gente ganhou. (...) O que acontece, a Petrobras convida a gente para o patrocínio porque já tinha documentado aqui, e a partir daí fomos convidados ao patrocínio. **Isso não foi uma coisa dada, porque através da lei de incentivo tem que mandar um projeto para o ministério da cultura. Eles aprovam e daí é uma negociação entre renuncia fiscal da Petrobras e o Ministério da Cultura.** Não é um dinheiro que chega. É um dinheiro que está no Banco do Brasil e o Ministério da Cultura vai controlando. Também eles têm livre acesso à conta. São várias exigências tanto da lei de incentivo como a Petrobras. **Agora todo ano tem as**

**contrapartidas que são os resultados, tem que provar o que fez, até mais do que fez porque se não, não há o patrocínio no ano que vem, tem que mostrar o que avançou.** Estou falando dessas políticas de editais porque foi assim que nós conseguimos. Se não fossem elas, não estaríamos até hoje. Nós concorremos a tudo e continuamos concorrendo porque nada cai do céu, tipo lei de incentivo do Estado, COSERN e aí se analisado e de acordo somos aprovados. Políticas de editais é bom porque são democráticos. (Vera Santana, Conexão Felipe Camarão).

Esse depoimento é a essência da dinâmica do chamado “Terceiro Setor”, que se materializa na busca incessante por patrocínio. Nesse sentido, esse processo se aproxima da dominação abstrata e objetiva do dinheiro, na perspectiva de Marx.

O patrocínio dos projetos sociais é em parte realizado pelas empresas, que são beneficiadas pela dedução fiscal. Outra parcela dos recursos é proveniente do fundo público. As organizações do “Terceiro Setor” não são sustentáveis, pois sempre dependem da aprovação de editais e de projetos para continuarem as atividades. A entrevistada orgulhosamente retrata que a sua organização sempre consegue aprovar os projetos e que os patrocinadores até chegam a procurar a organização para investir.

Retomando ao processo inicial de funcionamento do projeto, o entrevistado, João Maria afirma que nos momentos iniciais, de planejamento e de inauguração do Conexão Felipe Camarão, ele foi um dos líderes comunitários convidados para participar de reuniões, para apresentar o bairro e as principais pessoas que estariam envolvidas no Projeto. Como também destaca o vice-presidente do Conselho Comunitário, que também participou desse processo inicial:

Sim, tem muitas que entraram aqui há muito tempo em torno de dez anos e teve uma que realmente a gente se identificou um pouco que foi a Visão Mundial quando chegou aqui, a Visão Mundial foi trazida pelo presidente do conselho (Marcos) quem tomou a frente de tudo, foi quem recebeu eles juntamente com o centro social José Félix. Nós fomos convidados para participar de todas as ações deles no início, após estarem montados no bairro, se estruturarem, aí esqueceu a gente, colocou a gente de lado. Tanto que a gente fez indicações de algumas pessoas para trabalharem nessa ONG, assistentes sociais, pessoas do bairro, voluntários e a partir desse teste da fundação deles, eles descartaram tanto o presidente do conselho (Marcos), e mais algumas pessoas que estavam. (Gilmar, vice-presidente do Conselho Comunitário de Felipe Camarão).

Logo após a fixação do Projeto, os coordenadores deixam de procurar e até tentam afastar esses líderes comunitários dessas organizações. Oportunamente, quando esses líderes comunitários são úteis ao projeto, eles são cooptados, pode ser oferecido como, por exemplo:

um cargo, uma remuneração ou alguma ajuda de custo, para que aquele líder se mantenha conformado, seja útil de acordo com o interesse da organização.

A situação é bem descrita na fala do entrevistado.

Eu fui convidado a participar da construção do Conexão que já estava construído não me recordo o ano. Eu também tinha uma convivência muito boa com o NAM, não me recordo de data, não me recordo da instalação de nenhuma. Hoje a Fundação não é mais a mesma, a maioria dos alunos que começou tinha que fazer uma reciclagem grande e depois abriram para todos os bairros. Enquanto isso muitas pessoas da comunidade ficaram de fora. Eu sempre contestei isso, mas ela foi uma **bênção nesse (sic) bairro**. A maior instituição do ensino do nordeste instalado no bairro, melhorou muito, educou muito as pessoas. Quem estudou lá saiu completo. A escola boa, equipada, gestores excelentes. A relação entre eles e os pais. Eu nunca fui convidado para ir lá mesmo tendo uma filha que estudou lá. A diferença é que a Fundação não aceitava rebeldia por parte do aluno e comunicava ao pai a escola pública não faz isso. (Cirilo, líder comunitário).

Nas palavras do entrevistado, mesmo sendo presidente do Conselho Comunitário, no período de inauguração de muitas dessas organizações sociais, ele não se recorda quando a maioria delas passou a funcionar no bairro.

Um dos aspectos de destaque na fala do entrevistado, Cirilo, é no que se refere à atuação da Fundação Bradesco e da sua existência no bairro. Segundo ele, inicialmente era boa a atuação da Fundação, pois somente as pessoas que moravam no local podiam ser alunos. Depois, na visão do líder comunitário, a abertura de vagas para outras pessoas que não moravam no bairro começou a prejudicar a atuação das organizações, que a cada ano deixava de atender pessoas da comunidade. Na visão do entrevistado, se a Fundação Bradesco foi fundada em Felipe Camarão, ela deveria somente atender pessoas daquele local, que mais precisam, que são mais carentes e que não podem custear uma escola privada, sequer, conseguem pagar o transporte para se locomover para outras escolas públicas que ficam fora do bairro.

Mesmo com esse descontentamento, o entrevistado afirma que a Fundação Bradesco é “uma bênção no bairro”, que “quem estudou lá saiu completo”. O entrevistado diz que uma de suas filhas estudou no local, que percebeu mudanças significativas na educação da filha e que ficou feliz em ter essa oportunidade de educação no bairro. Segundo ele, essa escola é “uma bênção no bairro”, ou seja, os fatores positivos sobressaem às críticas aparentes que o entrevistado mencionou no início da sua fala sobre a escola e, sobretudo, sobre a forma de funcionamento e organização que ocorrem atualmente.

No primeiro capítulo da pesquisa ressaltou-se através da revisão teórica dos autores, como foi funcional e instrumental a expansão do “Terceiro Setor”, especificamente, para as empresas capitalistas, que passaram a desenvolver a responsabilidade sócioempresarial.

As empresas vislumbraram a intervenção social como um bom negócio, primeiro no aspecto financeiro, pois as próprias empresas passaram a defender através do discurso gerencial, que sabem administrar e investir melhor os recursos, assim, por meio da isenção fiscal e das deduções, conseguem destinar os impostos e tributos, que deveriam ser pagos ao Estado e por ele geridos. Na atual lógica do mercado, cada vez mais são as empresas interessadas em ingressar nesse bom negócio, passam a investir em fundações privadas, em apoiar projetos sociais e destinam uma parcela, até mesmo, sem fiscalização ou prestação de contas, para as ONGs. Segundo, com o desenvolvimento da responsabilidade social empresarial, é possível fazer o marketing social, de disseminar a imagem de uma “empresa cidadã”, como bem destacam Paoli (2003) e Ponte (2012), já apresentados no primeiro capítulo.

Não poderia ser diferente a atuação das empresas em Felipe Camarão, pois desenvolvem prioritariamente ações focalizadas, escolhem um determinado público alvo, geralmente, crianças e adolescentes, para participarem de oficinas, de cursos, palestras, atividades pontuais e pouco substanciais, os temas escolhidos são também bem previsíveis, como a educação e a cultura. Ponte (2012, p. 110) é conclusivo ao afirmar que, “Cabe ressaltar, inclusive, que os olhares sociais das empresas e de seus voluntários muito raramente conseguem traduzir o beneficiário de suas ações sociais como um público portador de direitos sociais...”.

Carlos Montaña (2010) apresenta importantes reflexões sobre o “Terceiro Setor”, sobretudo, uma intervenção crítica ao padrão de intervenção social. Para ele, as reformas realizadas no Estado foram notadamente orientadas pelo modelo econômico neoliberal, que definiu uma estratégia de atuação. “Assim, no Brasil, entre a reforma administrativa, a reforma da Previdência e as privatizações desenvolveu-se uma “publicização” fora do Estado, que exigiu a criação de “organizações sociais”, que passaram a receber as atividades de que o Estado vai se desvencilhando” (MONTAÑO, 2010, p.152).

A filantropia e o assistencialismo marcam a atuação dessas organizações. As pessoas do bairro já reproduzem a cultura do favor, da autoajuda, do recebimento de ações gratuitas. Não se reconhecem como sujeitos de direitos ou como cidadãos. Como ressalta a entrevistada, Luciana, que trabalha na Visão Mundial no início da atuação da ONG Visão Mundial, as pessoas iam com frequência solicitar ajuda, pediam dinheiro, pediam alimentos, roupas,

medicamentos, ou seja, pensavam que no local era distribuída cesta básica, os pedidos eram diversos.

Hoje até que muito não. Eu não sei se é que estão mais conformados. Eu acredito que até mais conformados do que até entendendo a proposta, porque pra eles é realmente mais prático pedir ter aquela assistência imediata, mas a gente explica é que a **Visão Mundial não é uma instituição assistencialista, né?** Nós tínhamos até um recurso que era pra situações de risco, quando a gente identificava um caso assim, né? Que a criança precisava de um remédio e que no posto não tinha, que precisava de urgência mesmo ou que estava sem comida nenhuma. A gente tinha o recurso pra repassar alimentação, fruta, remédio. Hoje a gente não tem. A gente mostra muito que a proposta da Visão Mundial não é essa e muitos aceitam, se conformam, mas outros não. (Luciana, funcionária da ONG Visão Mundial).

É bem verdade, que nos anos iniciais de atuação da Visão Mundial em Felipe Camarão, existia uma parte do recurso financeiro que era destinado para resolver alguma situação de risco. Assim, o educador social, durante as visitas às crianças inscritas e participantes do projeto, identificava uma situação de risco, quando retornava à organização, a situação era verificada e o coordenador da organização, ainda entrava em contato com o coordenador geral do projeto. Como eles falam, a gerência em Recife, somente depois era aprovada ou não a ajuda, que deveria ser imediata.

A ONG Visão Mundial já fez a doação de alimentos, de cesta básica, de medicamentos, de brinquedos, de material escolar, era também distribuído para os participantes dos cursos e oficinas um lanche, não faltavam atos e ações que apenas colaboravam para reproduzir a cultura do assistencialismo, entre a organização e os participantes do projeto.

#### **4.11.2 Caracterização das ações do “Terceiro Setor”: focalizadas, específicas, fragmentadas, transitórias.**

O encerramento das atividades da Visão Mundial no bairro já foi programado para o mês de setembro de 2015, ou seja, 9 (nove) anos após o início das atividades no bairro. A saída dessa organização só foi recentemente comunicada para a população do bairro, especificamente para as mais de 2 mil crianças e adolescentes inscritas no projeto.

A justificativa é a de que os recursos estão diminuindo, além do argumento de que é melhor investir em projetos na zona rural, já que a unidade que existe em Felipe Camarão é



uma das poucas que funcionam na zona litorânea e na região urbana, além de ser distante da sede que coordena todos os projetos, hoje, localizada na cidade de Recife/PE.

A ONG justifica o término do projeto de uma forma gerencial para os seus funcionários e demais participantes, usando analogicamente o exemplo de uma empresa, como se o que estive em jogo fosse o sucesso ou não de um negócio. Esquecem que estão se relacionando com pessoas, que se proporam a atuar em assuntos próprios da questão social e somente baseados em argumentos de inspiração gerencial decidem encerrar as atividades no bairro, sem ouvir a população atendida pelo projeto.

Essa questão é da instituição mesmo, porque na instituição está acontecendo reordenamento. Eu acredito que não é nenhum caso de Felipe Camarão não precisar. A gente sabe que precisa é mais a necessidade mesmo da instituição tá se ordenando, tá se alinhando e assim, como é que eu posso dizer, **a instituição também tá passando por uma dificuldade**, essa foi uma forma também de unir forças e melhorar um pouco mais o trabalho em algumas áreas que talvez precise mais que Felipe Camarão. (Luciana, funcionária da ONG Visão Mundial).

A ONG Visão Mundial já atua no Brasil há décadas. Argumenta para os seus funcionários e participantes que enfrenta um período de dificuldade. Essa dificuldade é na realidade, como eles classificam, financeira. Informa que os “patrocinadores” ou os “padrinhos” das crianças estão repassando poucos recursos. Alegam ainda que o gasto com a folha de funcionários compromete boa parte da renda destinada aos projetos sociais.

A questão da territorialidade, porque tem algumas regiões aqui, a região nordeste que lá tem algumas áreas que tem mais de um PDA, então assim, para o impacto de suas atividades é melhor, porque não deixa de ser um trabalho em rede, na minha opinião. E aqui não, **em Natal ele tá em uma área mais distante de Recife e talvez pra eles trabalharem com os recursos que tem hoje e que tá muito difícil manter o patrocínio de fora pro Brasil**. Então lá ficaria mais fácil. Lá fica mais fácil teoricamente falando. (Luciana, funcionária da ONG Visão Mundial).

Importante observar na fala da entrevistada, que trabalha na ONG há mais de 9 (nove) anos, como a ideologia do “Terceiro Setor” consegue atingir sua finalidade, pois convence todos que estão ao seu redor com suas belas palavras e estratégias de atuação. Vão além, tocam na sensibilidade e nos sentimentos das pessoas, como instrumento essencial de convencimento.

Essa fala revela bem as marcas da ideologia onguizadora na forma de pensar e de atuar das pessoas. Ora, a entrevistada sabe que em breve estará desempregada, que mais de duas mil crianças e adolescentes de Felipe Camarão não serão contempladas com o projeto e os investimentos a ele direcionados. Mesmo assim, permeada pelo sentimento e pela ideologia da autoajuda, se preocupa com o próximo, com outras crianças que na linguagem da organização são mais carentes e precisam da ajuda da ONG nesse momento.

Diferentemente das outras organizações pesquisadas, A ONG Visão Mundial recebe recursos internacionais para manter os projetos. O funcionamento ocorre da seguinte forma: os “padrinhos”, como são chamados os patrocinadores do projeto, doam dinheiro ou presentes para uma criança. Na maioria das vezes essa criança atendida, não é do seu país. O projeto desenvolvido em Felipe Camarão recebe recursos de patrocinadores que moram na Austrália.

**A criança e o padrinho, eles não conhecem o endereço um do outro. A gente faz essas mediações através de cartinhas.** Alguns mandam presentes para essas crianças, principalmente agora na época de novembro, dezembro chega (sic) muitos presentes para essas crianças. Mas na sua maioria é através de uma carta. Alguns têm a visão que a gente fica com esses brinquedos, fica com os presentes, fica com o dinheiro. Tem essa visão também dentro da comunidade, não as crianças, mas algumas mães. A gente explica que esse financiamento, **que esse dinheiro do padrinho é investido. Ele não é entregue na mão da criança, ele fica no programa, o programa prepara essas atividades e invés de ser um recurso pra uma criança só é distribuídas pra mil e trezentas crianças que estão inscritas atualmente, mas na sua maioria as crianças, por incrível que pareça elas não tem essa relação de troca de objetos, presentes com os seus padrinhos, mas a relação de escrever.** (Stanley, coordenador do setor de educação da ONG Visão Mundial).

No início das atividades do projeto, as práticas assistencialistas eram mais acentuadas. Segundo o relato dos entrevistados, a ONG entregava material escolar, embora não houvesse necessidade dos objetos. Além disso, já foi distribuído medicamento, alimento, muleta, brinquedos. A organização procurava suprir as necessidades que surgiam. Prioritariamente era atendida a criança inscrita no projeto. Se ainda houvesse recurso, outra criança do bairro poderia ser beneficiada.

Em contraponto, o outro entrevistado, que não é funcionário de nenhuma organização do “Terceiro Setor”, reflete criticamente sobre a atuação e a permanência dessas organizações no bairro. Para ele, as promessas iniciais dessas organizações são gigantescas. Prometem resolver tudo, chegam com boas, ou melhor, maravilhosas intenções. O entrevistado sabe bem do que estão falando, pois a maioria das organizações sociais antes de

se instalarem no bairro sempre procuravam a ajuda do Conselho Comunitário ou de líderes comunitários para terem maior visibilidade e aceitação nos meses iniciais do projeto.

**Não gosto de ficar em cima do muro, nem em meio termo. Eu acho que é muito pouco a atuação das ONGs aqui no bairro para o que a gente precisa. Têm várias: a Visão, a Fé e alegria. Eu pensei que melhoraria muito, mas até aqui é muito pouco para quem se instalou pensando em fazer um trabalho social no bairro. Não avalio negativo, mas eu penso que o interesse delas não é com o bairro não. Eu penso que é para crescer alguém que tá por trás dessa organização, é quem tá pro trás é quem se beneficia.** (Cirilo, líder comunitário).

Para o líder comunitário, que há décadas mora no bairro e se envolve diretamente com as lutas sociais, já é habitual comprovar como as ações dessas organizações sociais do “Terceiro Setor” são limitadas, pontuais, fragmentadas. Na sua concepção, as organizações são bem-vindas, contudo, ele reconhece que o trabalho realizado ainda é pequeno e em nada muda ou transforma a realidade social do local, que essas organizações se contradizem, no discurso inicial prometem agir intensamente, se dizem abertas ao diálogo e a participação, mas, quando se instalam e conseguem envolver ideologicamente as pessoas, o discurso se distancia notoriamente das práticas realizadas.

As falas dos líderes comunitários são marcantes, revelam a preocupação de pessoas que não recebem nada para se organizarem socialmente e para lutar por uma comunidade historicamente esquecida pelo poder público. Além disso, o líder do Movimento pela Paz traz para o debate e para a nossa reflexão outro fator que colabora para a compreensão da expansão do “Terceiro Setor” em Felipe Camarão.

**Porque é o terceiro colégio eleitoral e todos têm interesse político. O clube de mães não funciona, mas na época eleitoral diz que funciona. O centro desportivo tem um líder que trabalha só com times de futebol. O conselho comunitário era pra ter só um líder, mas têm vários e então eles se criam como se tivesse dividindo o bairro. As unidades de saúde têm a unidade um, dois e três, como se tivessem dividindo o bairro. Só tem um bairro que é Felipe Camarão.** (João Maria, líder comunitário).

Segundo João Maria, as fundações, especificamente as coordenadas e patrocinadas pelos políticos, buscam atuar em Felipe Camarão, pois sabem que em uma comunidade carente de serviços sociais essenciais, qualquer um que oferecer ajuda e auxílios será bem votado. Constantemente no local, são reproduzidas as práticas de filantropia e de benemerência, que são apenas paliativas, mantendo-se o círculo de reprodução de

desigualdade e de exclusão social. Um bom exemplo dessa prática assistencialista antiga e precária é realizada pelo vereador do bairro, Adão Eridan, que desde o ano de 1996 se elegeu e continua se reelegendo como vereador, que percebeu as vantagens em montar e patrocinar uma fundação, em um local vizinho a sua casa.

Durante muitos anos a Fundação Maria Neuzelides de Andrade<sup>9</sup>, nome da mãe do vereador, essa organização oferece aulas para crianças. Era na verdade um jardim de infância. Nesse local também estava disponível, em alguns dias da semana, um advogado para atender as pessoas do local, que comumente procuravam libertar alguém que estava preso, ou procuravam resolver assuntos práticos como pensão alimentícia e causas envolvendo direito do consumidor. Nessa fundação também estava à disposição dos moradores do bairro um ônibus, bem antigo, dirigido pelo irmão do vereador, que leva as pessoas para os enterros, ou ainda, para passeios de escolas ou de igrejas.

Outra ação notoriamente conhecida e desenvolvida por essa fundação era o ato de doar para as pessoas mais carentes do bairro caixão. Sim, caixão de defunto, era comumente doado. Bastava alguém se dirigir até o local e alegar que não tinha condições de enterrar seu parente, que o vereador do bairro oferecia a essa família o caixão. Essa prática foi durante anos comum, várias vezes tive a oportunidade de acompanhar velórios nos quais o caixão havia sido doado pelo vereador, que ainda, durante o velório desse morador do bairro se dirigia até o local para prestar suas condolências.

Na Fundação do vereador Adão Eridan, como até hoje é conhecida, havia também uma ambulância, bem precária, que prestava socorro aos moradores do bairro. O espaço da fundação, como já foi acima mencionado, é localizado no espaço vizinho a casa do vereador. Nesse local várias pessoas usavam no fim de semana o espaço (que é amplo e coberto) para realizar festas (batismos, aniversários, casamentos). Além disso, o espaço também serve como centro de velório, para aquelas pessoas que não possuem condições de pagarem o centro de velório e também não querem levar os corpos para serem velados nas casas. Rapidamente apresentaram-se as inúmeras utilidades da fundação do vereador, que mesmo de forma precária, continua funcionando até hoje, unindo o útil ao agradável, de um lado a população extremamente carente e esquecida pelo poder público encontra amparo assistencial através do vereador, do outro lado, essa situação e essas trocas de favores são boas para a imagem do vereador no bairro e para a sua atuação política.

---

<sup>9</sup> É possível saber o interesse do político em desenvolver um projeto social, pois em Felipe Camarão existem 24.249 eleitores, correspondente a 4,62% do eleitorado da cidade.

Nas falas, os entrevistados também acreditam que as organizações do “Terceiro Setor” buscam intencionalmente desenvolver suas ações no bairro, por se tratar de um local periférico e carente de obras sociais.

Porque é um bairro periférico, violento, a criminalidade é mais visível por aqui o bairro é acomodado, não todas, mas algumas famílias são acomodadas. (Rosângela, funcionária da ONG Visão Mundial).

Desde então, desse primeiro contato com o “Terceiro Setor”, a entrevistada manteve-se relacionada com os projetos sociais, posteriormente passou a atuar em atividades da pastoral, que acontecem na capela da igreja católica, próximo à sua casa. Mais recentemente foi contratada pela ONG Visão Mundial, exercendo a função de educadora social, trabalhando especificamente no setor de patrocínio, que juntamente com outros funcionários, realiza visitas nas casas das crianças e adolescentes que ainda estão inscritas no projeto. A entrevistada é direta ao afirmar que uma parcela significativa da comunidade é acomodada e que pouco ou em nada interferem nas ações que são desenvolvidas pelo “Terceiro Setor”.

Outro entrevistado, que também trabalha na ONG Visão Mundial, defende em seu argumento que o bairro ainda precisa da atuação de mais organizações do “Terceiro Setor”, mesmo reconhecendo que no local já existem outras organizações que já se propõem a realizar projetos sociais. Como bem se verifica na fala do entrevistado, o foco de atuação dessas organizações é o público das crianças, que segundo o discurso deles estão em situação de vulnerabilidade social e precisam urgentemente ser “abraçadas” por um projeto social amigo.

Porque é **um campo muito vasto né?** Há uma necessidade muito grande, **há uma carência muito grande e o bairro de Felipe Camarão precisa ser estruturado.** Então é um campo onde precisa ser explorado. Hoje tem muitas ONGs aqui no bairro e mesmo assim não é suficiente, porque existe muito trabalho a se fazer, muita coisa a ser explorada. Existem muitas crianças a serem atendidas né? Existem muitas situações a serem mudadas, transformadas pra que o bairro realmente seja transformado também. **Então assim, mesmo existindo a quantidade de ONGs que já existem hoje no bairro, ainda há uma necessidade muito grande, há uma carência muito grande.** Então assim, é um lugar muito propício pra esse tipo de atividade. né? Já que as ONGs trabalham diretamente com comunidades em risco, então o bairro de Felipe Camarão é totalmente adequado pra essa realidade. (João Carlos, funcionário da ONG Visão Mundial) (Grifos nossos para destacar o elemento fundamental do depoimento do entrevistado).

O entrevistado expressa mais de uma vez, em sua fala, a necessidade de que mais organizações sociais passem a atuar no bairro. Não é por acaso que na fala do entrevistado a sua visão de mundo fica transparente. João trabalha no setor administrativo da Visão Mundial e é também um dos coordenadores e idealizadores do Instituto Reforma, que ainda não é formalizado como organização social, mas, que já desenvolve atividades usando a sede da igreja presbiteriana e que se articula com outras organizações do bairro, no Comitê de captação de recursos, para atuar no local. Sua fala também revela o preconceito social inculcado em muitas pessoas do bairro e facilmente reproduzido, pois classificam constantemente o bairro como violento, de risco social, que por isso precisa de intervenção social de organizações sociais do “Terceiro Setor” que estão com intenção de mudar essa realidade.

A entrevistada abaixo, que em boa parte da sua vida participou direta ou indiretamente de projetos sociais, afirma que, apesar de uma parcela significativa do bairro ser passiva e não participativa, existem pessoas no local que não acreditam no trabalho desempenhado pelas ONGs e pelas demais organizações do “Terceiro Setor”, pois estão desacreditadas nas mudanças sociais que possam ocorrer.

Eu fiquei um pouco abalada, não porque eu trabalho na ONG. Eu vejo muita gente assim. Tem umas famílias que falam mal mesmo, mas tem umas que gostam da ONG. Pra mim, eu não tenho muito que falar da parte externa, mas a parte interna um pouco me preocupa. Eu acho que o que falta, pelas visitas que eu faço é porque a Visão Mundial já perdeu a credibilidade o seu brilho de antes está ofuscado. Quando se faz uma oficina vem o mínimo de criança, muita gente não acredita, quando eu vou visitar as pessoas dizem assim “isso ainda existe”. (Rosângela, funcionária da ONG Visão Mundial).

Ela fala mais especificamente sobre a organização na qual trabalha e à qual ainda é vinculada. Por realizar constantemente visitas nas casas das crianças e adolescentes inscritas no projeto, Rosângela escuta críticas das pessoas, principalmente daquelas famílias que moram mais distante da sede da organização, que até chegam a pensar que a ONG Visão Mundial não existe mais no bairro.

Isso ocorre, como já foi acima descrito, pelo fato de que a ONG vai encerrar suas atividades em Felipe Camarão, em setembro de 2015. Contudo, há praticamente um ano as atividades e oficinas direcionadas para as mais de duas mil crianças e adolescentes inscritos deixaram de existir ou passaram a ocorrer de forma pontual, que sequer conseguem abranger os que moram próximos a sede.

Mírian, coordenadora do projeto social da Visão Mundial em Felipe Camarão, assinala que, foi com tristeza que receberam a notícia da finalização das atividades do projeto. Nas informações fornecidas pela organização, o argumento é da dificuldade em obter patrocínio para a manutenção dos custos.

Eu gostaria de falar sobre o papel da Visão no bairro. Foram dez anos de caminhada, dez anos de atuação, deflagrando um processo sócio-político na comunidade. Não é pouco tempo, mas não é tempo suficiente para um processo de transformação. Lamento a saída da Visão do bairro de Felipe Camarão. Acho que a comunidade demanda. Ela solicita mais. Penso que o programa teria um papel ainda a se cumprir aqui. Acho que ainda não seria o momento de sair pelos processos que já vinham sendo deflagrado (sic) na comunidade. Eu continuo acreditando que existe uma importância das ações da sociedade civil organizada. Ela tem um papel importante a se cumprir no país de um modo geral. A Visão Mundial está no Brasil todo cumprindo seu papel. A minha esperança é que tenha ficado legados e atores sociais que venha (sic) dar continuidade a esse (sic) trabalho em Felipe Camarão. (Mírian, coordenadora da ONG Visão Mundial).

A entrevistada reconhece que a permanência do projeto no bairro seria necessária por mais alguns anos. Não reduz o que foi desenvolvido em nove anos de atuação, apenas reconhece que para mudar ou alterar uma realidade social dez anos ainda é um período curto. Ela acredita que as mudanças sociais ocorrem processualmente e que se houvesse investimentos e interesse, outras ações poderiam ser realizadas para mudar o bairro.

Acredito que Visão Mundial poderia ficar mais uns seis anos em Felipe Camarão para consolidar algumas coisas que nem foram iniciadas, só fomentadas pelo próprio programa. Mas tem que ir passando o legado para outras instituições. A gente tem que estar atento para fazer a análise da conjuntura. As políticas contemporâneas vêm mudando muito. Precisamos de modelos de política. A reforma política que tá vindo aí, mas precisamos entender o mecanismo das políticas para fazer uma intervenção de qualidade e sempre trazer o papel do estado em xeque mesmo. Sempre trazendo a luz o que não está sendo contemplado e o cidadão sempre tem que estar sendo mobilizado, articulado para que se inquiete em entender que é preciso exercer uma cidadania e tem que ser ativa, crítica e reflexiva para uma mudança. (Mírian, coordenadora da ONG Visão Mundial).

A coordenadora defende, a partir do depoimento acima, a importância da ONG no bairro. Acrescenta que as necessidades sociais ainda são visíveis e que precisam ser respondidas. Nesse aspecto, associa que devido à pouca ou ineficaz presença do Estado em Felipe Camarão, a Visão Mundial cumpriu o papel de formar e capacitar as pessoas para

participarem mais. Assevera que o projeto desenvolvido de formação sócio-política colaborou para ampliar o processo de participação política, acrescentando que este foi um “legado” deixado para a população e para os moradores.

Mírian defende a existência das organizações do “Terceiro Setor”. Para ela, a Visão Mundial é uma ONG que realiza um importante trabalho no país. Segundo a entrevistada, esse é um dos papéis desenvolvidos pela sociedade civil organizada.

Na sua fala descrita alguns parágrafos acima, João, que também representa o Instituto Reforma, acredita que apesar de já existirem muitas organizações do “Terceiro Setor” em Felipe Camarão, ele defende e acredita que muitas outras podem ser criadas, pois existe uma carência social que ainda não foi atingida.

Os entrevistados, especificamente os que trabalham nas organizações do “Terceiro Setor”, sempre remetem a números, a metas, a estatísticas. Tratam as pessoas como números. Não importa atingir as pessoas e verificar segundo os critérios qualitativos. O que importa são os números, a quantidade e o resultado, que são características típicas do processo de racionalização da sociedade do capital, a construção de metas imensuráveis.

A gente percebe uma omissão muito grande, né? Que sem tem muito pouco em relação às políticas públicas pra contribuir pra comunidade, principalmente o nosso bairro, né? Um bairro que é marginalizado e para os que estão de fora é visto como uma das péssimas opções, então assim, não se tem muito o olhar do poder público para o bairro de Felipe Camarão. Acredito também pra outras comunidades, não só o bairro de Felipe Camarão, mas outras comunidades também têm praticamente a mesma realidade e que não tem o olhar do poder público. Acho também que a gente sabe que o acesso à educação, o acesso à saúde, o acesso ao mínimo possível que o Estado tem que ofertar para os cidadãos. Mas infelizmente há uma negligência muito grande nesse sentido e também assim, as ONGs elas não podem assumir essa responsabilidade. Elas podem e com certeza devem contribuir pra que essa situação seja diferente, mas o que não tem condições é das ONGs assumir essa responsabilidade que o Estado tem, até porque também economicamente o Estado tem bem mais capacidade de transformar a realidade das comunidades do que as próprias ONGs. Então assim, há uma omissão muito grande em relação pra o que deveria ser feito pra que nós tivéssemos outra realidade. (João Carlos, funcionário da ONG Visão Mundial).

Mesmo com o seu argumento de defesa para que mais organizações do “Terceiro Setor” passem a atuar no bairro, o entrevistado reconhece que as ações desenvolvidas pelas organizações sociais são limitadas, fragmentadas, pontuais, que jamais uma ONG pode assumir responsabilidades que competem exclusivamente ao Estado desenvolver. Afirma, ainda, que mesmo com esse trabalho assistencial desenvolvido pelas organizações do



“Terceiro Setor”, somente com a ação do Estado no bairro é possível pensar em mudanças sociais, que alterem decisivamente questões sociais que precisam de respostas urgentes do poder público. Pelo menos nessa parte, em afirmar a fragilidade das ações do “Terceiro Setor”, o entrevistado tem isso como claro na sua fala, apesar de na sua prática defender a existência de mais ONGs.

#### 4.12 OS ASPECTOS POLÍTICOS E IDEOLÓGICOS DO “TERCEIRO SETOR” EM FELIPE CAMARÃO

##### **4.12.1 Contradições e disputas: o (não) diálogo entre as organizações sociais do “Terceiro Setor” que atuam em Felipe Camarão**

Nas entrevistas realizadas, os entrevistados sempre afirmam que dialogam com as demais organizações do “Terceiro Setor” que atuam no bairro. Em parte, essa afirmação é verdadeira, pois existem as organizações que convidam outras organizações para participarem de atividades. Ocorre que, essa participação é realizada em momentos pontuais e bem específicos, como a Caminhada pela Paz – que ocorre uma vez por ano.

Essa participação, ainda tímida, é também verificada no desfile cívico do bairro, em uma passeata em homenagem ao dia da mulher, ou seja, a participação, que, remetem ocorre em momentos bem específicos e pontuais, não é realizada com habitualidade. São participações que pouco ou em nada atingem o público atendido pela organização.

Um bom exemplo da falta de diálogo entre as organizações do “Terceiro Setor” em Felipe Camarão ocorreu e vem ocorrendo, como por exemplo, a tentativa de criação de uma rede social no bairro, que, apesar de ser criada não funcionou, por falta de adesão das organizações convidadas.

A iniciativa de criação de uma rede social no bairro foi da ONG Visão Mundial. Na época, no ano de 2008, estava organizada em núcleos. O núcleo de formação sócio-política, impulsionado pela organização em rede, convidou as organizações do bairro para participarem de encontros, eram convidados, em sua maioria líderes comunitários, coordenadores das organizações, professores e algumas pessoas do bairro.

Os convites eram realizados por meio de ofícios, dirigidos aos coordenadores e responsáveis das organizações. Na maioria das vezes, os encontros ocorriam aos sábados, para não interferir nas atividades já planejadas de cada organização. Outro aspecto que merece ser destacado, no que se refere ao local das reuniões, que ocorriam na sua maioria na sede de uma

igreja, na Igreja Presbiteriana Independente, já que o espaço era amplo e acomodava muitas pessoas, além da estrutura física que permitia separar as pessoas em grupos ou não.

Pois bem, no início, como novidade no bairro, as organizações convidadas participavam do encontro, enviavam representantes e sugeriam encaminhamentos. Convém ressaltar, também, que os encontros iniciais foram destinados para a formação sócio-política dos participantes, com dinâmicas, palestras e rodas de conversa que permitiram aos participantes um conhecimento mínimo sobre a importância de se organizarem, quais eram os limites de atuação de uma organização popular.

Ao longo dos encontros, os participantes foram diminuindo, muito embora fossem convidados, não justificavam a ausência ou enviavam substituto. O plano da ONG Visão Mundial de construção de uma rede social foi rapidamente frustrado pela não participação das demais organizações que existiam no bairro. Como descreve Emanuel, esse processo de formação de uma rede social foi realizado há pouco tempo atrás:

Felipe Camarão especificamente ele tem uma riqueza muito grande de iniciativas, de organizações, de movimentos sociais e tal, mas é um processo realmente fragmentado, pouco integrado. Em determinado momento, eu não sei precisar quando, na oportunidade que a gente teve há dois anos começou, iniciou-se um processo de discussão sobre redes, sobre integração em rede dos movimentos. Houve um depoimento lá que dizia da tentativa de uma construção de uma rede chamada “rede social de Felipe Camarão” e que essa rede, por vários motivos, terminou se enfraquecendo, se arrefeceu e não foi pra frente, então nós... A nossa contribuição no momento foi de restaurar esse processo de integração dos movimentos e pra isso disponibilizamos a infraestrutura, o processo de facilitação, de articulação. Propomos a ideia de um planejamento das ações da rede. (Emanuel trabalha na Fundação Fé e Alegria).

Algumas organizações, que até hoje participam e realizam um diálogo com as demais instituições do bairro, manifestaram interesse em participar da construção da rede social. Cabe destacar que a Fundação Fé e Alegria sempre busca atuar em parceria com outras organizações do bairro, sejam elas do “Terceiro Setor” ou de iniciativa pública.

Outra entrevistada, Mírian, da Visão Mundial, ressalta que:

Quando eu cheguei ao programa no ano de 2009, foi para coordenar um projeto específico, chamado saúde e qualidade de vida. As coisas já estavam em andamento, o processo desde início não foi de cara um processo de trabalho em rede. Até onde eu sei era “cada um no seu quadrado”, mas não existia, nem fluía o diálogo entre essas instituições que estavam na mesma comunidade, o mesmo público com propostas muito parecidas, com ações conjuntas eu não vi muito. Quando eu cheguei no programa foi deflagrado

um processo de construção de uma rede chamada rede social Caminhos do Sol, que dentro do processo de dois anos de discussão dessa rede com algumas instituições governamentais dentro do processo, mas na sua grande maioria não-governamentais fazendo essa discussão, mudou-se para rede social Felipe Camarão por entenderem que a rede social é da comunidade e não do programa da Visão Mundial. Agora é lógico que o programa da Visão Mundial foi o ponta a pé inicial mobilizando, articulando dando o suporte para constituição dessa rede a partir dessa ação do PDA - Caminhos do Sol fez com que as pessoas entenderem a se fortalecerem no coletivo de instituições. Antes isso não existia, mas a partir dessa iniciativa acabou (sic) acontecendo ações mais conjuntas com as instituições. (Mírian, Coordenadora do Projeto da Visão Mundial).

Inicialmente, Mírian revela em sua entrevista que até chegou a questionar o motivo da existência de tantas organizações sociais no mesmo bairro, contudo, a dinâmica de funcionamento de um projeto social é intensa, constantemente os profissionais são cobrados e o envio de relatórios é uma prática comum, o que impede e até dificulta a atuação profissional crítica e reflexiva do funcionário. Assim, mesmo identificando inicialmente a dificuldade para manter diálogo e a realização de um trabalho conjunto com outras organizações no bairro, aos poucos, esse questionamento foi sendo esquecido, quando a realidade prática exige outras respostas.

Por mais que existam várias organizações sociais do “Terceiro Setor” que atuem em Felipe Camarão, essas organizações realizam suas atividades separadamente, com um público específico, em determinado período.

A fala de Mírian expressa bem essa realidade, que apesar de usar uma expressão comum, ela sintetiza o que foi verificado durante toda a pesquisa, que cada organização social do “Terceiro Setor” age da seguinte forma: “cada um no seu quadrado”. Ou seja, o conflito e a contradição dessas organizações se expressam diariamente na realização de suas atividades, na ideologia que transmitem e reproduzem, sobretudo, no processo de fragmentação e de apassivamento social de uma população que historicamente se mantém a parte dos processos decisórios e de participação popular.

Nesta direção, Montaño (2010, p. 181) afirma que a função que está por trás do “Terceiro Setor” se reproduz através de mecanismos de conformação social que são incutidos nas pessoas. Esses mecanismos podem ser verificados na atuação das organizações estudadas em Felipe Camarão.

Relacionando a fala da entrevistada ao referencial teórico apresentado no primeiro capítulo, destaca-se que o “Terceiro Setor” é funcional à reprodução do conformismo, do

apassivamento e do enfraquecimento das lutas sociais, sobretudo, do reconhecimento dos cidadãos como pertencentes a uma classe social.

Retomando a análise das entrevistas realizadas, destaca-se que o processo de construção de uma rede social se originou na Visão Mundial, dentro do projeto de formação sócio-política, desenvolvido no bairro. Esse processo de construção coletiva não começou por acaso ou sem o devido planejamento.

Convém ressaltar que os funcionários contratados pela Visão Mundial, naquele período de 2005 a 2009, possuíam uma formação acadêmica e social, que pode ser um dos fatores que ajudam a compreender porque uma ONG pensava em trabalhar conjuntamente e em dialogar com as pessoas do bairro e com outras organizações do “Terceiro Setor” que desenvolviam as mesmas atividades.

Como foi descrito na pesquisa, a ONG Visão Mundial começou a atuar em Felipe Camarão no ano de 2005, realizando primeiro uma pesquisa e mapeamento no local, inscrevendo as crianças e adolescentes para participarem das futuras atividades. No ano seguinte, começou a realizar as atividades e oficinas. Dentre os funcionários contratados nesse período de 2005 a 2009, destacam-se algumas pessoas, pela sua área de formação e militância social que desenvolviam.

Na ONG, foram desenvolvidos vários projetos, que através de eixos formativos buscavam trabalhar conjuntamente com a comunidade. Os principais projetos foram o de formação sócio-política, o de educação, o de economia solidária e o de saúde e qualidade de vida. Assim, através desses projetos, a ONG desenvolvia oficinas e outras atividades para as crianças e adolescentes inscritas, bem como, para os pais e demais moradores do bairro.

Dentre os funcionários que atuavam no período, destacam-se: Midiam Araújo (formação em letras), Divaneide Basílio (socióloga e atual Secretária de Juventude do Estado do Rio Grande do Norte, militante e filiada no Partido dos Trabalhadores, participante da Rede de Jovens do Nordeste) Renata Marques (socióloga), Silas Araújo (advogado) Mírian Oliveira (socióloga), dentre outros profissionais que também trabalharam no desenvolvimento desse projeto.

Esses funcionários eram militantes em sua maioria, seja como filiados de partidos políticos ou do sindicato dos professores. Certamente a presença e a atuação desses profissionais não foi o único fator, mas, ajuda a pensar e a explicar o motivo que somente uma organização do “Terceiro Setor” em Felipe Camarão almejasse construir um processo coletivo de participação.

Divaneide Basílio, que coordenou o projeto no bairro, foi uma dessas pessoas que possuía uma militância política muito forte, que dialogava com outras organizações do bairro e que também se situava em outras localidades. Possuía e até hoje expressa essa facilidade em dialogar com vários grupos sociais. Além disso, sua participação na Rede de Jovens do Nordeste deve ter contribuído para que o processo de construção de uma rede social em Felipe Camarão fosse organizada.

Mírian assevera que, apesar da ideia de construção de uma rede social ter sido bem aceita pela maioria das organizações - entre elas, a entrevistada destaca as organizações não governamentais -, a permanência da rede social foi algo que não se efetivou, pois cada organização voltou ou continuou a realizar o seu trabalho de forma individual.

Apesar da proposta de atuação coletiva ter sido frustrada, Mírian destaca que hoje percebe mudanças, que já consegue fazer atividades conjuntamente com organizações parceiras, sempre refletindo que é um processo que está apenas no começo e que pode ser ampliado com a participação de outras organizações.

Relacionando ao que foi apresentado no primeiro capítulo, verifica-se que uma parcela dos líderes e dos militantes foi atraída pela ideologia do “Terceiro Setor”, no processo de cooptação.

Nesse sentido, convém esclarecer que a cooptação dos militantes se manifesta quando estes se tornam em meros técnicos de gabinete, quando realizam uma gestão centralizada nas organizações do “Terceiro Setor”, quando atuam em cidades diferentes – fragmentando as lutas – quando aplicam a gestão da iniciativa privada para tratar a questão social. São de fato meros elaboradores de projetos sociais, como bem retrata Fontes (2010).

Voltando à análise das entrevistas e do debate da rede social, o entrevistado afirma que apesar de a ideia inicial ser favorável para o bairro, o senhor Cirilo, na época, presidente do Conselho Comunitário, também foi convidado para participar da rede social. Quando questionado sobre esse processo de organização e diálogo entre as organizações do bairro, o líder comunitário relata como ocorreu esse processo preliminar, revelando, em sua reflexão, porque essa proposta não funcionou.

Na época, eu era presidente do conselho e recebi o convite para participar. A proposta era que as entidades e algumas pessoas do bairro participassem, não podiam deixar o conselho de fora, eu participei mais de um ano, mas nunca essa rede foi armada. Primeiro ponto, as pessoas acham que o conselho não faz nada, até as pessoas que participavam dessa rede eles pensavam assim, que as entidades não funcionam, e que as pessoas só fazem as entidades pra si e isso não é verdade. Eu achei até meio que as pessoas estavam fora da

realidade, porque eles planejaram que essa rede seria em todo o bairro e fracassou. O fracasso maior foi a pessoas que estavam a frente. Eram pessoas que não tinham noção da realidade do bairro. Primeiro era uma entidade que ia mexer com tudo do bairro saúde, educação, segurança ia se erguer em cima dos problemas do bairro. Não funcionou porque as pessoas que estavam a frente não tinha (sic) Afinidade com o problema da comunidade. A prática vale muito, não é só a teoria que influi muito nas questões que envolvem a comunidade... (Cirilo, líder comunitário)

Na fala do ex-presidente do Conselho Comunitário, muitos elementos podem ser destacados. Primeiro, o objetivo inicial de construção de uma rede social no bairro era muito amplo. Uma ONG almejava propor para as demais organizações sociais e líderes comunitários do bairro um modelo único de organização. Segundo, o alvo da rede social era o de atuar nos problemas sociais do bairro, como saúde, educação, segurança. Terceiro, quando o entrevistado afirma que: “não funcionou porque as pessoas que estavam a frente não tinham afinidade com o problema da comunidade”, algumas considerações precisam ser traçadas. É bem verdade que os coordenadores, organizadores, professores e demais funcionários das organizações sociais do “Terceiro Setor” que atuam em Felipe Camarão não conhecem a realidade do bairro. São pessoas que apesar de possuírem formação acadêmica, não sabem os problemas sociais do local, muito menos, quais as reais necessidades daquela população.

Além disso, os projetos e programas desenvolvidos pelas organizações do “Terceiro Setor”, em sua maioria, são pensados e planejados antes mesmo dessas organizações se fixarem no bairro. São elaborados em gabinetes, por técnicos que são especialistas em editais de financiamento.

Eu acho muito fechado, **para criar uma entidade que deveria ser tão importante para o bairro, tinha que ser mais divulgada, descentralizada**, palestra com as escolas, as entidades do bairro para esclarecer o objetivo, os pontos das unidades de saúde, é interessante onde se concentra o maior número de pessoas da comunidade é nas escolas, nos postos de saúde. Porque concentrou, eu convidei para fazer no conselho, mas não queriam. Eles faziam na Visão e nas igrejas evangélicas. Eu perguntei se todos eram evangélicos, fizeram uma vez na igreja católica e não fizeram mais. Nem sei se ainda existe. Acho que existe faltou uma divulgação para a comunidade. (Cirilo, líder comunitário)

Na fala do líder comunitário, Cirilo, que durante várias vezes foi escolhido e eleito pela população para ser presidente do Conselho Comunitário do bairro, segundo ele, as organizações que atuam em Felipe Camarão ainda permanecem fechadas para a comunidade,

no sentido de ampliar a participação efetiva das pessoas, para convidá-las durante o processo de escolhas e decisões.

Além disso, as organizações do “Terceiro Setor”, que afirmam dialogar entre si, por vezes somente convidam e mantêm esse aparente diálogo com outras “organizações parceiras”, ou seja, um grupo restrito de organizações que possuem interesses semelhantes, que dependem do apoio de outra organização para continuar existindo no bairro e desenvolvendo suas ações limitadas e pontuais.

Ainda segundo o líder comunitário, existe a necessidade de divulgar as ações que são desenvolvidas pelas organizações, abrangendo espaços coletivos como as escolas, os postos de saúde, o Conselho Comunitário, espaços coletivos do bairro que reúnem diariamente pessoas e que outras circulam com mais facilidade.

O questionamento do líder comunitário, ainda durante a tentativa de funcionamento da Rede Social Felipe Camarão, era sobre o local de realização das reuniões, que na maioria das vezes ocorria na sede da ONG Visão Mundial e outras vezes nas sedes de igrejas evangélicas, especificamente, na sede da Igreja Presbiteriana Independente.

Isso, de fato, já era um elemento que afastava ou não atraía as demais organizações que, apesar de convidadas não participavam, ou, se participavam, em pouco tempo deixavam injustificadamente de fazerem parte do grupo. Não havia nas reuniões da rede social a circulação dos espaços de reunião.

**Fui convidado, para tudo como representante da comunidade por fazer parte do conselho, porque o conselho é a maior instituição do bairro. Porque é o povo que elege. Participei da estreia deles no bairro e de outros eventos...** No NAM eu participei. Quando eles vieram para aqui, eles convidaram todas as entidades. Se instalaram e ficaram pedindo que o conselho participasse e a gente ajudou. Eles tinham matagal ao redor e foi o conselho que ajudou através de amizade, com as máquinas para cortar o mato, para aplanar aquilo ali e sempre eles convidavam para os eventos, mostravam o que estava acontecendo a presença deles com a comunidade é grande, agora a conexão pelo amor de Deus. (Cirilo, líder comunitário).

O líder comunitário, como já foi descrito nos parágrafos anteriores, atuou durante muitos anos como presidente do Conselho Comunitário. Até hoje continua participando de reuniões e debates que envolvem os problemas sociais do bairro. É reconhecidamente um militante, da sua forma. Mesmo com as limitações da idade e as condições financeiras, ele continua ativo e incomoda sim, alguns coordenadores de projetos sociais que não possuem nenhum comprometimento com aquele local e muito menos com as pessoas que ali vivem.

A ONG Visão Mundial convidou as demais organizações do bairro para participarem e formarem a rede social, que coletivamente recebeu a denominação de Rede Social Felipe Camarão, mas, a continuidade da proposta de diálogo e de articulação coletiva se mostrou um problema ao longo das reuniões. Segundo Mírian:

Na verdade, quando eu cheguei o processo estava se dando e a gente se engajou no processo. Uma das questões que foi muito complicado a dar continuidade, porque a gente continuou sendo animador desse processo. Quando a gente começou a reunir as instituições e dissemos que não podia ser sempre o PDA a ser o animador, mas que a gente precisaria fazer de maneira compartilhada, que periodicamente uma instituição poderia assumir aquele momento de articulação e de mobilização, mas que o PDA<sup>10</sup> estaria sempre no suporte disso, me pareceu que isso enfraqueceu um pouco essa mobilização. Eu não sei se isso passa pela a cultura das instituições, de suas agendas para dentro delas mesmas, porque uma coisa que pesou muito foi que a rede passasse a ser parte da agenda institucional de cada instituição que estava compondo a rede social. Mas enfim, esse quórum a cada reunião foi esvaziando e o programa por sua vez continuou mobilizando, mas passou a não obter respostas e o próprio programa já começou a ser avisado que iria passar por um processo de transição de encerramento e isso acabou tornando o processo mais frágil porque o programa ficou mais frágil nesse sentido. Eu penso que são elementos que foram contribuindo para o enfraquecimento desse processo de articular mobilizar da rede. Tivemos uma conversa com a Fundação Fé e Alegria que ela poderia abraçar essa rede e assumir esse papel de articular, mobilizar porque ela já vinha com uma proposta de articular uma rede de política comunitária. E eles aceitaram a dar continuidade a rede social Felipe Camarão. Esse processo está parado, porque a gente não tem recebido nenhum comunicado. (Mírian, Coordenadora do Projeto da Visão Mundial).

Mírian, que participou diretamente desse processo, quando em 2009 passou a assumir a coordenação geral do projeto no bairro, assinala que, apesar da Visão Mundial ser a animadora do processo, ou seja, a organização que convida as outras organizações, a que dispõe de estrutura física, de materiais, de alimentação e da contratação de profissionais para mediar as reuniões, essa responsabilidade não foi compartilhada com as outras organizações que também estavam nas reuniões e que aparentemente demonstravam interesse em participar.

A participação das organizações sociais do “Terceiro Setor” e de outras organizações que também estão presentes em Felipe Camarão foi sendo enfraquecida. Como bem destaca a entrevistada, a cada reunião a quantidade de pessoas que participava era menor, o processo de formação e de funcionamento da rede social sempre objetivou a participação coletiva, mas,

---

<sup>10</sup> Projeto de Desenvolvimento de Área – PDA, realizado pela ONG Visão Mundial.



nenhuma entidade até o momento tomou para si a responsabilidade de continuar com essa proposta, de investir tempo, dinheiro e deslocar seus funcionários em prol da construção de um trabalho coletivo.

Outro fator que aparece na fala da entrevistada e que merece destaque, que também pode ser acrescentado como um dos fatores que desarticulou o funcionamento da rede social foi a notícia da saída do projeto desenvolvido pela Visão Mundial no bairro, que desde o ano de 2013 foi anunciado para as organizações, sendo confirmada a data no ano de 2014. Assim, muitas organizações que participavam desse processo coletivo, já de frágil articulação, foram desmobilizadas e perderam o interesse de participar quando souberam da data de fechamento da ONG, que ocorrerá no mês de setembro de 2015.

Emanuel, sociólogo, trabalha há muitos anos na Fundação Fé e Alegria. Destaca que, apesar da ideia inicial da rede social não ter funcionado conforme o planejamento inicial, acredita que de alguma forma esse processo de organização coletiva permanece, citando como exemplo a construção do comitê de captação de recursos, onde muitas organizações que participaram do processo de construção da rede social continuam até hoje buscando alternativas para se organizarem coletivamente:

Nesse sentido, isso de certa forma teve um efeito de que essa rede começou a funcionar, principalmente por entidades que até hoje resistem, que nesse momento quem faz essa liderança mais forte é a Visão Mundial. Quer dizer, eles têm um projeto específico de construir um comitê de mobilização de recursos, só que isso tem sido feito de forma não distante das dificuldades, de forma articulada, assim de forma democrática, bem participativa, chamadas todas, todas são chamadas a participarem. E das entidades que eu sei, que nós sabemos que tem se mantido nessa tentativa de integração dos movimentos, eu citaria a Fé e Alegria – o movimento de educação popular fé e alegria – a Visão Mundial, o Conselho Comunitário, a Betel que é uma entidade do movimento evangélico, o NAN. (Emanuel, Fundação Fé e Alegria).

As organizações que timidamente iniciaram uma tentativa de trabalho em conjunto, com reuniões, encontros e oficinas de formação e que até hoje permanecem trocando informações nesse sentido são a Visão Mundial, a Fundação Fé e Alegria, mais recentemente o NAM e outras pequenas organizações com vínculos religiosos.

Apresentam-se nesta pesquisa outras organizações do “Terceiro Setor” que também atuam no bairro de Felipe Camarão. Uma delas é o Conexão Felipe Camarão, que notoriamente é conhecido na mídia local e até na imprensa nacional. Como a organização que

atua em nome da defesa, da promoção e do desenvolvimento da cultura popular. Segundo a coordenadora do projeto, o diálogo e a participação com as outras organizações é pontual:

**Não é uma coisa muito fácil, porque a nossa política social brasileira não caminha para isso. É cada um correndo para segurar as suas responsabilidades, mas temos tentando, eu acho que também não só a gente tem tentando, as outras instituições tentam fazer ações conjuntas. Fazemos de vez em quando, mas não é uma constante. Isso aí é uma lacuna que precisamos avançar mais.** Não estou responsabilizando as instituições, acho que é uma coisa do cotidiano que vai atropelando e **cada um vai tentando se salvar para poder se manter, porque as atividades são muitas, mas a gente já caminha para essa direção.** Esse (sic) ano nosso planejamento está voltado para fazer essa interação, tanto com as escolas públicas na qual (sic) já começamos com as reuniões pedagógicas, começamos a levantar os temas, quanto com as instituições que estão lá. Não haverá avanço se não houver isso, **a comunidade só vai avançar se houver essa interatividade. Não tem outro caminho. Não conseguimos ver, é difícil, mas esse é o desafio.** (Vera Santana, Conexão Felipe Camarão).

Várias vezes nas falas dos entrevistados, bem como durante o processo de desenvolvimento da pesquisa e do estudo de campo, essa foi a organização mais difícil de estudar. Primeiro, não há uma regularidade de funcionamento da organização, que fica localizada numa área central do bairro, com um amplo espaço e de fácil acesso, mas, somente em determinados meses do ano, em parte, no segundo semestre do ano, o local funciona com mais regularidade. Segundo, por não possuir um horário fixo de abertura do local, que por vezes ocorre somente no turno da tarde, em outros dias, bem raramente à noite, tem somente uma frequência nas oficinas realizadas no sábado, no turno matutino.

Durante a realização da pesquisa e do estudo de campo, com a observação participante, foi possível acompanhar as oficinas realizadas no sábado, que reúnem crianças, adolescentes e jovens, que conjuntamente recebem explicações de um instrutor e tocam as músicas que são próprias do repertório da cultura popular do local.

Além disso, convém destacar também que durante o período de execução da pesquisa foi possível realizar a entrevista com alguns participantes do local, com alunos que desde criança estão fazendo parte do projeto e conhecem bem a realidade de uma ONG.

A coordenadora desse projeto foi procurada e em diversas oportunidades adiou a realização da entrevista, somente no último mês da coleta de dados concedeu a entrevista, sendo esta, uma participante fundamental para melhor compreender os conflitos e contradições que ocorrem no “Terceiro Setor” em Felipe Camarão.

Como foi descrito, somente três organizações do “Terceiro Setor” foram pesquisadas, apesar de outras tantas desenvolverem as mesmas ações em Felipe Camarão. Dessas organizações, destaca-se que a Fundação Fé e Alegria e a ONG Visão Mundial conseguem realizar algumas atividades conjuntamente. Se classificam como “organizações parceiras” e mantêm um diálogo entre a coordenação e os participantes. Contudo, o Conexão Felipe Camarão é a organização que se mantém afastada das outras organizações. O Entrevistado é claro ao afirmar:

**Tivemos só uma ação conjunta que foi o seminário de educação**, que foi uma ação conjunta como o PDA, onde Vera esteve presente nesse momento. Mas nunca houve uma agenda comum. Nesses cinco anos só nesse seminário e nessa roda de conversa, **mas agenda comum nunca houve não**. Entre coordenações, onde vamos discutir uma agenda comum, isso nunca houve. Com Fé e Alegria, por exemplo, sempre se discute, com o Betel, o Nam tem até um grupo. **Com o Conexão não existe isso, só são essas coisas pontuais mesmo**. (Stanley, ONG Visão Mundial).

Nesse sentido, uma das falas que revela a ausência de diálogo do Conexão Felipe Camarão, não somente com as demais organizações do “Terceiro Setor”, como também, isso essencialmente é verificado, a falta de diálogo entre essa organização e as pessoas das comunidades, o que envolve os líderes comunitários e outras pessoas que também possuem engajamento político, como bem retrata o entrevistado Cirilo, em seu depoimento abaixo reproduzido:

O Conexão funciona com o apoio de terceiros, eu não participei. Participei apenas da primeira reunião que fizeram para eles mostrarem que haveria mais uma entidade. Pedi apoio a toda comunidade. A gente perguntou qual seria a participação do conselho. Eles disseram que já havia uma equipe de jornalista, psicólogo. Essa foi a primeira e última participação da Conexão. Eles mesmos marcaram os esquemas. **Eles de lá pra cá não convidaram mais. Agora se eles precisam renovar ou conseguir recurso aí eles convidam. O convívio deles com a comunidade é um grupo pequeno, agora pra renovar contrato armam um circo é palco. Quando passa tá lá as portas fechadas ninguém mais nem ver, então é desse jeito...** (Cirilo, líder comunitário).

Essa é uma das organizações do bairro que consegue divulgar com muita facilidade suas ações na mídia, sempre noticia a realização de eventos, a coordenadora, por exemplo, Vera Santana, o nome que sempre está ligado à imagem do Conexão, já participou de vários programas televisivos.

Sem dúvida, a coordenadora do projeto possui uma capacidade de articulação com a mídia muito boa, contudo, no seu principal espaço de trabalho, na sede do Conexão Felipe Camarão, no bairro de Felipe Camarão, sua presença é pontual, seu diálogo com os participantes do projeto é direto, sua relação e interesse em estabelecer parcerias e diálogos com as demais organizações do “Terceiro Setor” no local, com os líderes comunitários e com qualquer outra pessoa que minimamente possa representar uma ameaça à ideologia apregoadada pelo seu discurso, não existe.

Para os entrevistados, que fazem parte do Conexão, existe um diálogo entre as organizações do “Terceiro Setor”. Mas, de fato, o diálogo entre as organizações ou a participação entre elas, é muito limitado, ocorre em momentos pontuais ou nem ocorre.

Os entrevistados revelam a ocorrência de momentos de conflitos e contradições nessa relação de diálogo entre as organizações. Especificamente, um momento chamou a atenção dos entrevistados do Conexão Felipe Camarão:

O NAM eu acho que foi mais difícil por problemas que a gente teve lá. Eles têm uma filarmônica. Isso foi em 2012. Vinham alunos para cá sem a gente chamar pra vir e **aí houve um desentendimento com o maestro que é meio ciumento. A gente teve que fazer que eles não pensassem isso. Até porque a gente tem que deixar uma coisa clara: as crianças do Conexão não são das escolas, elas são do bairro e ninguém vai segurar elas aqui.** Só que assim as vezes tem um pensamento diferente deles com o nosso Eles pensam que os jovens são de lá. Para nós são do bairro, até porque uns daqui foram pra lá ter aula, mas a gente acha isso ótimo e meio que passou. (Abner, participante do Conexão Felipe Camarão).

Na percepção do entrevistado, ele acredita que o instrutor da outra organização, que também desenvolvia uma oficina semelhante a do Conexão Felipe Camarão, teve uma reação de ciúme. Por está imerso desde a sua infância no projeto social e pela ideologia que lhe foi ensinada, ele não consegue perceber que esse momento revelou claramente um conflito ou disputa pelo público atendido.

Relacionando ao que já foi apresentado no primeiro capítulo, as organizações do “Terceiro Setor” precisam também oferecer ou prestar respostas aos seus patrocinadores, então, quanto maior o número de crianças atendidas, maior será o recurso destinado. Não é do interesse de uma organização ficar dividindo o seu público alvo com outro projeto, principalmente se as crianças moram no mesmo local e dispõem de um período para participarem.

Outro entrevistado apresenta outra concepção para essa ausência de diálogo. Emanuel, da Fundação Fé e Alegria, destaca que existem algumas organizações que buscam dialogar com outras organizações, mas admite que esse processo de articulação coletiva em Felipe Camarão ainda é um desafio, pois, um dos problemas iniciais é o da liderança. Existem coordenadores de projetos que tem uma habilidade e uma preocupação em trabalhar em conjunto, outros, no entanto, não tem o menor interesse nesse sentido.

Tem um detalhe importante que tem um peso muito grande nessa dificuldade da roda caminhar, de desenvolver um processo de integração. Você tem algumas entidades, alguns movimentos que têm consistência e que tentam fazer o trabalho. Porém, por outro lado, você tem dentro de Felipe Camarão e outros bairros, mas principalmente Felipe Camarão... A gente tem várias iniciativas de entidades que são lideradas por uma pessoa e essa pessoa tem perspectiva política, interesses políticos imediatistas, mas clientelista e aí fica difícil. Porque você quando monta uma rede tenta iniciar um processo de construção de uma rede, é preciso todo, uma percepção, um interesse de participação e de abrir mão de determinadas coisas. Como você falou, cada entidade tem sua perspectiva de trabalho, de trabalhar em uma determinada área de atuação, não especificamente como um conjunto igual, né? Mas aí essas pequenas entidades lideradas por lideranças clientelistas, elas terminam dificultando o trabalho, fechando o trabalho, dificultando fazendo com que a roda não se movimente. (Emanuel, Fundação Fé e Alegria).

Os entrevistados, em sua maioria, afirmam que dialogam com as organizações que atuam no bairro. Nesse sentido, com a entrevistada Luciana, que trabalha há mais de nove anos na Visão Mundial, também revelou em seu depoimento como foi a experiência da rede social.

... A Visão Mundial trouxe a ideia de criar uma **rede aqui no bairro com a participação de todos os atores locais**, mas o desafio foi muito grande, porque a gente percebeu que quando a Visão Mundial se propunha a articular, movimentar, mobilizar não era grande, porque a ideia da Visão Mundial ela não é, como eu posso dizer, não era coordenar essa rede e sim participar. E aí percebeu que é muito difícil e tanto que não conseguiu consolidar essa rede. (Luciana, funcionária da ONG Visão Mundial).

Existem muitos motivos e fatos que podem ser analisados, que ajudam a compreender a falta de adesão das organizações, que apesar de serem convidadas para fazerem parte da rede social, não têm aderido à ideia. Um dos motivos, como bem disse a entrevistada, pode ter sido em receio de legitimarem uma única organização do bairro, como organização gestora ou coordenadora. Isso, por si só, pode ter sido uma justificativa para o afastamento das demais organizações, que comprovam com isso que não se preocupam com os interesses coletivos do bairro, e sim com a prevalência de interesses individuais.

A entrevistada foi questionada se existe alguma estratégia para dialogar ou trocar experiências, se a Visão Mundial tem como prática enviar ofícios ou se vão até a própria instituição, para se conhecer porque as outras instituições não se fizeram presentes. Buscou-se questionar nesses anos de experiência como educadora social no bairro, quais foram os fatores que contribuíram para o não funcionamento da rede social.

Até participavam do debate, das reuniões, mas quando era pra uma ação não participava, eu acredito pela agenda mesmo, era muito difícil juntar todo mundo. **Cada um com os seus interesses é complicado dizer**, assim foi, foi assinado até um documento lá que todas essas pessoas se comprometeram tá atuando na rede, mas na prática não funcionou. (Luciana, funcionária da ONG Visão Mundial).

A fala da entrevistada revela que, mesmo com a intenção de serem participativas, de afirmarem que existe diálogo e participação entre as organizações do “Terceiro Setor” que atuam em Felipe Camarão, na prática, as organizações atuam de acordo com seus interesses, com suas metas, com os seus planos. Ou seja, o discurso não condiz com as práticas dessas organizações na comunidade.

É importante ressaltar que existem organizações que tentam manter esse diálogo, que até almejam realizar um trabalho coletivo no bairro, a Fundação Fé e Alegria é uma dessas organizações, que até apoia as crianças inscritas no seu projeto participarem de outras organizações, que também atuam no bairro:

Sim. Primeiro que não tem nenhuma restrição e em segundo lugar as parcerias elas são extremamente bem-vindas. Justamente por isso a ideia de construir redes pra fortalecer essas parcerias, porque o próprio atendimento, o nosso espaço de atendimento tem algumas fragilidades, algumas lacunas e aí você precisa então ter que articular, fazer articulação com outras entidades que possam ter essa fragilidade para dar uma fortalecida nessa entidade para fazer a troca. Eu não citei por esquecimento, mas nós temos, por exemplo, uma parceira forte com a unidade de saúde básica três. Então nessa parceira é muito forte, muito interessante ao grupo de idosos. E o grupo de idosos não nasceu só dentro da Fé e Alegria. Na verdade, a UBS tinha um grupo de idosos, com um número de quantidade de pessoas muito boa e terminou que a gente faz um movimento de ida e vinda: nossos vão pra lá fazem atendimento, fazem momento de palestras de acompanhamento de nossos idosos, de trabalho socioeducativos, essas coisas. (Emanoel, Fundação Fé e Alegria).

Os funcionários e participantes das organizações do “Terceiro Setor” em Felipe Camarão até reconhecem que falta o diálogo entre as organizações, que deveriam somar forças e estipularem coletivamente ações mais abrangentes no bairro.

O que eu sei só entre elas mesmas, só dentro de cada uma, elas não são parcerias uma com as outras. Causa um grande mal para a comunidade porque a gente não sabe o que está acontecendo, quais benefícios estão trazendo. Ninguém sabe de nada. Eu faço reuniões, convido as instituições, distribuo quarenta convites, só aparecem cinco ou seis. Convido oitenta igrejas evangélicas, só aparecem três e a igreja católica não aparece. (João Maria, líder comunitário).

A falta de diálogo ou o diálogo aparente entre as organizações do “Terceiro Setor” refletem negativamente na comunidade, que é diretamente atendida por esses projetos sociais. Como foi assinalado na fala do entrevistado, existem as organizações que convidam, que até almejam realizar um contato ou parcerias com outras organizações, mas, logo percebem que não é o intuito da grande maioria trabalhar coletivamente na comunidade. Além disso, os próprios moradores do bairro não sabem da dimensão dessa falta de diálogo e de interesse de agirem coletivamente.

As escolas Maria Luíza e Maria Queiroz são pioneiras, Fundação Bradesco... Umas não participam porque é de João, a Terramar não me convida porque sou polêmico, sempre tem essa cultura. A Visão Mundial é ligada não comigo, só com conselho. A Fé e Alegria é ligada a fulano. Então sempre tem essa visão. O NAM não é ligado comigo é com outra pessoa. Tem igrejas que não participam porque dizem que não participam de coisas do mundo é de dentro do bairro. (João Maria, líder comunitário).

O entrevistado revela todo seu inconformismo com essa situação. João Maria, organizador da Caminhada pela Paz, traduz na sua militância, de líder comunitário, os anseios de mudança, mas, ele tem em sua caminhada constantes obstáculos. Primeiro, a Caminhada pela Paz não se reconhece e não é formalizada como uma ONG, uma fundação, uma organização social. É na verdade um movimento social de bairro, organizado por um grupo restrito de moradores, que se reúnem pontualmente para definirem estratégias de pacificação no bairro. Segundo, a atuação da Caminhada pela Paz tem seu dia de destaque anualmente, no dia do aniversário do bairro. Terceiro, não recebe verbas de empresas ou de órgãos públicos, é uma atividade de militância, que com poucos recursos chegam a convidar todas as organizações do bairro para se unirem em defesa da paz.

Assim, no comitê, né? Existe. Agora assim, fora do comitê eu não lhe dizer, mas no comitê pelo menos a gente tá sempre em contato, a gente se comunica bastante pelos os e-mails, tem um grupo no WhatsApp pra ficar mais fácil a comunicação e aí realmente tem funcionado, a intenção é que isso continue, que isso não venha à morrer. O PDA já vai se encerrar em setembro e a ideia é que as instituições continuem o seu trabalho, sempre fortificando o comitê pra continuar desenvolver as ações em conjunto. É um dos principais objetivos desenvolver ações em conjunto o comitê, é reunir as instituições para desenvolver um só trabalho, entendeu? Até mesmo facilita essa questão de um com outro, às partes. (João Carlos, funcionário da ONG Visão Mundial).

Quando questionado sobre a existência do diálogo entre as organizações que atuam no bairro, o entrevistado, que trabalha no setor administrativo da ONG Visão Mundial e também é um dos coordenadores do Instituto Reforma. João afirmou que percebe apenas a existência de um diálogo entre as organizações que compõem o Comitê de Captação de Recursos, que ocorre apenas em uma reunião mensal, organizada para este fim. Além disso, essas “organizações parceiras” da Visão Mundial dialogam por outro meio. Esse bem mais frágil e de pouca relevância para a atuação das organizações.

Não se trata de criticar ou de restringir o uso das redes sociais, da *internet* e das novas tecnologias, que certamente ampliaram a comunicação entre as pessoas. Ocorre que, para facilitarem a comunicação e economizarem tempo, boa parte do diálogo estabelecido entre os participantes do comitê de captação de recursos é realizada através das redes sociais, o que distancia a participação de pessoas que não dispõem dessa tecnologia, diminui o contato entre os participantes e até mesmo o debate e a reflexão de ideias. Nesse sentido, o contato pessoal e coletivo para a tomada de decisões é importante e deveria ser retomado, com o estabelecimento, pelo menos, de reuniões periódicas e presenciais, se o propósito for o planejamento e execução de ações coletivas e conjuntas.

Segundo a compreensão de Emanuel, da Fundação Fé e Alegria, que defende a atuação das organizações do “Terceiro Setor”, existem as organizações que trabalham, como também, existem as que somente dizem que trabalham, conforme o depoimento abaixo reproduzido.

É que eu sou sociólogo, mas eu sou definido por natureza orgânica assim, eu compreendo o seguinte, trazendo um pouco daquele painel de entidades, dos movimentos, da natureza, da tipologia desses movimentos. Quer dizer, você tem de fato algumas entidades que eu compreendo em dois grupos: entidades que trabalham, que são extremamente um grupo que é clientelista que



trabalha de uma forma extremamente rasteira, imediatista, você tem o segundo grupo que faz um trabalho mais assistencialista no sentido de fazer, de propor atividades e implementar algumas políticas sociais, algumas atividades voltadas para o atendimento também imediato da população sem essa perspectiva clientelista e de aproveitamento imediato da situação, mas sem nenhuma perspectiva de transformação social. Esse é o segundo grupo é muito mais de assistência, de atender as pessoas e dar conta das dificuldades imediatas daquelas pessoas. Existe outro terceiro grupo que é o grupo das entidades que sim propõem uma transformação social. Evidente que essa transformação social ela tá no âmbito do capital, ela não tá no âmbito da transformação social para além do capital como dizia o nosso amigo Mészáros. Ela é uma proposta de enfrentamento à realidade imposta pelo neoliberalismo. (Emanuel, Fundação Fé e Alegria).

Para o entrevistado, sua atuação não se restringe apenas a criticar o sistema, o modelo econômico vigente, que valoriza a ideologia do “Terceiro Setor”. Emanuel reconhece que as organizações do “Terceiro Setor” são funcionais à manutenção do neoliberalismo, ao mesmo tempo reconhece que existem organizações que fazem um trabalho importante e que sem elas muitas crianças e adolescentes estão desamparadas.

Os entrevistados Emanuel e Raimunda Cadó, ambos da Fundação Fé e Alegria, são os que apresentam em suas falas uma postura mais crítica à funcionalidade do “Terceiro Setor”. O primeiro sociólogo, a segunda assistente social, eles demonstram que além de uma formação acadêmica e política, não se esqueceram durante a sua prática profissional a importância do Estado para a sociedade.

Muito embora trabalhem em uma organização do “Terceiro Setor”, sabem que outras organizações que atuam no mesmo bairro desempenham um papel instrumental para o modelo econômico, de apassivamento das classes, de distanciamentos dos espaços de luta e de privatização ou perda de direitos sociais. Eles seguem na luta, com uma postura crítica e de enfrentamento.

Durante as entrevistas umas das falas foi essencial, logo abaixo é transcrita. Raimunda Cadó, coordenadora da Fundação Fé e Alegria, apresenta uma importante reflexão sobre o “Terceiro Setor”:

Antes disso eu queria fazer um destaque. Assim quando a gente fala das entidades acho que é importante qualquer trabalho e acho que a academia precisa incentivar pra que quem olhar ao conjunto das entidades, reconheça uma complexidade enorme, porque mora uma diversidade sem par. Não tem como simplesmente você dizer que o chamado, o que ele se denominou de terceiro setor e botam todas as entidades, como se elas fossem um conjunto uniforme de intencionalidade política pedagógica, de visão e de missão institucional de forma alguma. Você tem aquelas que são totalmente imediatistas sim, que tem seus interesses particularistas que alimentam essa

cultura da persona sabe? Que não tem o menor interesse que não seja acessar recursos, seja lá de que fonte, seja lá que tipo de negociação esteja envolvido. Isso é um tipo porque quem tá liderando essa instituição tem interesses particulares. Tem outras que estão na perspectiva do médio prazo. Avançou mais um pouquinho, consegue alcançar uma coisa, dialogar com as questões que são colocadas de modo geral e de fundo, de política, de Estado e de necessidades dessas pessoas e muito mais. As que não avançam muito não consegue entender que pra avançar e pra ela ter uma intervenção consequente ela tem que liberar, ela tem que se liberar de recorte miúdo daquele aspecto administrativo em si, da gestão em si. E você tem um terceiro tipo e outros tantos que eu só estou trazendo do geral é aquela que tem, que já se virou bastante do personalismo, do clientelismo já se livrou, inclusive faz toda política contra isso, né? Que também já se pauta na perspectiva de futuro da sociedade, de civilização, já se enxergam a longuíssimo prazo. Já pauta sua intervenção institucional por aí. Já consegue enxerga elementos que o tempo todo vai fazendo com que ela diga é isso aqui, não é isso aqui, ao longo prazo e não só concentrar. Em Felipe Camarão você tem esse conjunto de entidades. Você tem o Fé e Alegria, que eu julgo estar no terceiro, com todas as dificuldades que a gente enfrenta. A nossa perspectiva e a nossa visão é essa de sociedade, de civilização, de intencionalidade político pedagógica. Você tem aquela que tá concentrada na pessoa que foi presidente do conselho que criou uma ONG por exemplo. Não estou dizendo, nominando quem seja ou coisa do tipo e que ali ver uma oportunidade de acessar, lá em Felipe Camarão tem dessas e tem de um tipo de outra que não avança muito. Mas tá atendendo duzentos, duzentos e duzentas, quinhentas crianças. Tem outras que nem sequer recebem aluna de mestrado pra uma entrevista desse tipo (sic), porque não quer de forma alguma compartilhar o seu conhecimento, não quer, quem entende que aí compartilhou conhecimento, tá perdendo espaço. Então precisa levar em conta as intencionalidades e os tipos de entidades existentes. (Cadó, coordenadora da Fundação Fé e Alegria)

A reflexão apresentada pela entrevistada é crucial para o debate sobre a ideologia do “Terceiro Setor”. O debate sobre o “Terceiro Setor” no Brasil foi ampliado na década de 90, pois foi nesse período que o país vivenciou profundas e intensas reformas. Como foi descrito no primeiro capítulo, Behring (2013, p. 271) sustenta que houve uma contrarreforma do Estado, ocasionada pela desestruturação do próprio Estado e pela perda de direitos, dentre eles, os direitos sociais que foram aos poucos sendo privatizados ou oferecidos como favores pelas organizações do “Terceiro Setor”.

Para Lúcia Neves (2010) o Estado capitalista neoliberal no Brasil redefiniu também a sua arquitetura e a sua dinâmica, realizando uma reforma na sua aparelhagem, com vistas a metamorfosear o Estado de Bem-Estar Social – produtor de bens e serviços – em um Estado gerencial, responsável pela instauração da chamada “sociedade do bem-estar”.

Na revisão teórica apresentada no primeiro capítulo, uma significativa parte dos autores citados defende a atuação do Estado, eles acreditam que “O Estado ainda tem grandes

potencialidades para funcionar no sentido de desfazer as iniquidades e desigualdades geradas pelo mercado”. (MESTRINER, 2011, p. 297).

Contudo, na linguagem predominante do “Terceiro Setor”, o Estado sozinho é ineficiente para cuidar da questão social. Críticas ao papel do Estado dominam o discurso emergente de intervenção social, como bem reflete Carlos Montaña (2010).

A entrevistada, Mírian, afirma que o “papel do Estado é discutível”:

O papel do Estado é discutível em qualquer lugar do país, no que se refere à política pública. O Estado penso que ele é **ineficiente na efetivação de política pública através do Estado. É insuficiente no seu papel de atuação. Ainda deixa muito a desejar, na interface disso. O Terceiro Setor tem muito papel de cobrar na efetivação das políticas públicas.** Elas existem, outras são discutidas, outras precisam ser fortalecidas, mas quando a gente traz para efetivação dentro da comunidade, a gente sabe que isso é uma constante busca que a eficiência das políticas públicas deixa muito a desejar e que é a obrigação do Estado cumprir. Porque a gente paga impostos e como retorno queremos políticas públicas efetivadas, na saúde, na educação, segurança pública, na habitação seja onde for. A comunidade por sua vez ainda não percebe o seu papel que poderia ser preponderante nesse controle. Então assim o Terceiro Setor... É como se as ONGs e o papel do Estado fosse ficar fazendo essa interlocução, quando olha para a comunidade capacitá-la, entender o papel de cidadania e para questão do Estado está cobrando através de assentos em conselhos em fóruns, tá cobrando do estado que ele cumpra com seu papel. Eu penso que o determinado Terceiro Setor, essa departamentalização da sociedade também é coisa discutível. Mas existem os papéis. Ainda é muito importante essa interlocução, esse papel facilitador entre estado, sociedade civil. Esses organismos organizados para que faça essa ponte. Agora ainda há uma necessidade muito grande de se trabalhar as comunidades para que entendam isso e cobrem. Quando elas entenderem não faz mais sentido o papel do Terceiro Setor. Não é que deva deixar de existir o Terceiro Setor não estou discutindo isso, mas a comunidade abraçando essa causa ela mesmo é quem vai cobrar. Como a gente vive em um modelo que é preciso porta voz, é muito o importante o papel do Terceiro Setor fazendo essa interlocução entre o estado e a comunidade. (Mírian, Coordenadora do Projeto da Visão Mundial).

Na fala da entrevistada é possível verificar como o discurso que defende a eficiência no trato da questão social é forte, a defesa das organizações sociais do “Terceiro Setor”, quando são apresentadas como únicas e legítimas interlocutoras entre o Estado e a sociedade civil.

Neste sentido é comum e frequente a identificação da ONG com o movimento social. Para a entrevistada o papel do “Terceiro Setor” é cobrar a efetivação de políticas pública. O discurso da “ideologia onguizadora” associa o papel do “Terceiro Setor” aos movimentos sociais, caracterizando-o como o interlocutor da sociedade civil.

Esse discurso que busca legitimar o “Terceiro Setor” como movimento social se confunde com o processo de intensas lutas sociais que ocorreu no Brasil nas décadas de 70 e 80, discussão apresentada no primeiro capítulo, embasada na leitura do livro *O Brasil e o capital-imperialismo*, da historiadora Virgínia Fontes (2010), que especialmente nos capítulos 4 e 5 traz valiosas reflexões para a compreensão das transformações que ocorreram no país nas três últimas décadas.

O discurso do capital, que adota o modelo gerencialista, muito bem apregoadado pelo modelo econômico neoliberal, ultrapassou a esfera da empresa capitalista e dos detentores do capital. Como já foi descrito no primeiro capítulo, o “Terceiro Setor” é funcional aos interesses do capital e à manutenção das relações de dominação e exploração, de esvaziamento do debate político e cabível no processo de apassivamento e conformação social.

A crítica ao Estado é constante na ideologia que foi disseminada nas últimas décadas. Discurso que se aproxima do modelo neoliberal, no qual aponta que o Estado gasta muito no trato da questão social e que não consegue realizar políticas públicas eficazes. É nesse território de crítica ao papel do Estado que o “Terceiro Setor” se apropria para crescer e propagar sua ideologia.

Retomando as reflexões sobre o (não) diálogo entre as organizações que atuam em Felipe Camarão, novamente, os líderes comunitários revelam em suas falas que sempre buscam estabelecer diálogos e parcerias com as organizações do “Terceiro Setor” que atuam no bairro, mas, na maioria das vezes, após o contato inicial com o Conselho Comunitário, essas organizações passam a atuar isoladamente, como destaca Gilmar:

Difícilmente cada um atua de causa própria. Difícilmente eles procuram diálogo com outras instituições (...). Na realidade às vezes havia convites e às vezes não é feito entre eles mesmos. O próprio conselho comunitário convida muitas entidades pra conversar com a gente, participar de projetos, reuniões e realmente a aceitação deles é muito pouca em relação ao conselho. A gente convida e eles nunca aceitam. (Gilmar, vice-presidente do Conselho Comunitário de Felipe Camarão).

A fala do entrevistado expressa o afastamento das organizações do “Terceiro Setor” das demais organizações sociais que já existiam no bairro. Essas últimas foram criadas pela comunidade para atuar na defesa dos direitos e na resolução de conflitos existentes no local. Ainda sobre esse assunto, Marcos Raimundo acrescenta que:

Bem eles procuram fazer mais esse trabalho de diálogo, tá inserido em grupos e participando ativamente justamente no momento que eles sentem que tá perdendo espaço ou no momento ao qual (sic) eles têm que fazer uma avaliação para apresentar aos seus patrocinadores que existe realmente um trabalho e uma interação com a comunidade, mas na realidade eles só trabalham muito entre si, entre eles. Eles não abrem espaço para nada e muitas das vezes esse trabalho que eles fazem lá deixa a pessoa em dúvida com o trabalho das demais entidades do bairro. **Eles confundem as pessoas. Às vezes até manipulam, mostrando ações que só fazem de imediato. Mas só são ações que chegou naquele dia e acabou. Não é uma coisa que seja continua que vá beneficiar realmente o morador.** Naquele momento ali é de alegria e de festa, mas é só aquilo ali e o trabalho que eles fazem é totalmente diferente. É que não vai bem além pensando no que vai acontecer no futuro. (Marcos Raimundo, presidente do Conselho Comunitário de Felipe Camarão).

A mesma preocupação aparece na fala de Marcos Raimundo, atual presidente do Conselho Comunitário, que por várias vezes foi procurado pelos coordenadores e gestores das ONGs, que almejavam no primeiro momento se instalar no bairro e ter alguém que apresentasse a comunidade. Ele cumpriu diversas vezes esse papel, já que há alguns anos desenvolve uma militância no local, sendo reconhecido como líder comunitário, até que recentemente foi eleito presidente do Conselho Comunitário. Foi Marcos Raimundo que também apresentou os funcionários e coordenador da ONG Visão Mundial aos demais moradores de Felipe Camarão. Com o passar do tempo, essas organizações deixam de procurar auxílio dos líderes comunitários e passam a agir do seu jeito.

#### **4.12.2 A participação e a (não) participação política dos moradores do bairro nos projetos sociais**

A população de Felipe Camarão não foi ensinada, muito menos educada para questionar, se posicionar politicamente ou participar. Pelo contexto histórico de formação do bairro, pessoas que foram colocadas à margem da sociedade, relegadas à vala comum do assistencialismo, se limitavam a trabalhar para proverem sua própria subsistência. Com baixa remuneração e pouca escolaridade, são facilmente atraídas a participarem de projetos sociais, pois, seu perfil socioeconômico é o que se adequa aos benefícios e favores oferecidos pelas ONGs e fundações.

Hoje é possível perceber a ampliação, ainda que tímida, da população, com maior envolvimento dos cidadãos quanto às questões sociais. Felipe Camarão é um dos bairros, como dito anteriormente, mais populosos de Natal/RN, um dos maiores da Região Oeste da Cidade, com mais de 75 mil habitantes.

Na última década (anos 2000), algumas transformações sociais ocorreram no local, os moradores do bairro facilmente apontam como percebem as mudanças sociais que ocorreram, como por exemplo, a ampliação das casas, reformas e melhorias, que modificaram a aparência de residências que não haviam concluído a construção. É possível verificar o aumento do comércio local, do poder de compra das pessoas, do estabelecimento de lojas, farmácias, supermercados, escritórios, uma realidade que foi sendo aos poucos modificada.

Além disso, muitos moradores do bairro começaram a cursar uma universidade e outros cursos técnicos. O que não era visto, tornou-se rotina, os ônibus saírem com um bom número de estudantes à noite, muitos desses jovens eram excluídos socialmente, com a expansão do ensino superior<sup>11</sup> no país, outra realidade foi verificada.

Convém destacar que, apesar das mudanças sociais que foram acima apontadas, ainda que tímidas, merecem ser descritas e reconhecidas. Contudo, a marca da exclusão social e da pobreza, ainda é constante nesse bairro. Por isso, por outros fatores, as organizações sociais do “Terceiro Setor” ainda veem nesse bairro, um terreno fértil para realizarem seus projetos sociais.

Na atuação das organizações sociais do “Terceiro Setor”, os moradores do bairro são o público-alvo, sem esse público, que é previamente selecionado pelas organizações, não existiriam os projetos sociais, certo. Além disso, as organizações sociais escolhem previamente os participantes dos projetos, geralmente, as crianças e os adolescentes são os mais preferidos, na maioria dos projetos pesquisados, a prioridade de atendimento é desse público-alvo, que, segundo as organizações, são os que estão em vulnerabilidade social e mais propensos a sofrerem violência. Em parte, esse argumento é aceito, em parte, o argumento é questionável.

Escolher crianças e adolescentes, como público-alvo de um projeto social é uma estratégia das organizações sociais que primeiro conseguem aprovar mais projetos para essa faixa etária, nos editais comumente se destina recursos a crianças e adolescentes; segundo, as crianças e adolescentes são um público mais fácil de trabalhar, de se convencer, estão em processo de formação e mais facilmente conseguem absorver a ideologia onguizadora, da filantropia e da autoajuda.

A faixa etária hoje que a gente atende é de **crianças e adolescentes**. O projeto está iniciando. Como a gente está iniciando, o trabalho vem sendo desenvolvido com muita calma, a gente tá pensando, a gente tá elaborando

---

<sup>11</sup> O processo de ampliação do número de vagas nas universidades, através do Programa Universidade para Todos – PROUNI e do Financiamento Estudantil – FIES podem ter contribuído para o acesso ao nível superior.

agora, a gente tá planejando agora. Então, **na medida do possível a gente tá começando a expandir a proposta**, né? Existe uma proposta muito interessante que é de expandir com certeza o trabalho e aí desenvolver outras atividades relacionadas à área de cultura, esporte e educação. (João Carlos, funcionário da ONG Visão Mundial).

A pesquisa realizada com os entrevistados buscou verificar compreender e verificar como ocorre a participação dos moradores do bairro nas organizações sociais, pois somente com pessoas, com participantes, com esse público-alvo, o “Terceiro Setor” consegue realizar seus projetos de intervenção social, as pessoas são fundamentais. Contudo, essa participação experimentada pelos participantes é limitada e condicionada às regras de cada organização.

Assim, os entrevistados afirmam que oportunizam a participação da população nas atividades, que os convidam para opinarem, que acham valiosa a presença deles. Ocorre que essa participação oferecida ou permitida é limitada e condicionada pelas organizações. A população é convidada para participar de reuniões, de rodas de conversa, de cursos e oficinas, mas não é convidada para interferir na gestão da organização, na contratação de pessoas, na elaboração e planejamento de atividades, muito menos para direcionar os recursos que são recebidos.

Entre as organizações pesquisadas, destacam-se diferentes formas de participação da população, na ONG Visão Mundial, a comunidade tinha um contato mais próximo com a organização. Primeiro, existiam diariamente educadores sociais, os funcionários da ONG, que realizavam visitas nas casas das crianças inscritas no projeto; segundo, cursos, oficinas e palestras eram realizados na sede da organização, isso, durante um período aproximou a comunidade e a organização; terceiro, realizam o planejamento das atividades em conjunto com o público-atendido. Assim, antes do Ano Fiscal – AF<sup>12</sup>, as crianças e adolescentes, os pais e líderes da comunidade eram convidados para participarem do planejamento das atividades, uma estratégia de aproximação da ONG com a comunidade, que durante alguns anos funcionou muito bem.

A entrevistada ressalta que, nesse processo de transição da ONG Visão Mundial, a população se afastou e deixou de participar.

Hoje eu acho que nem tanto. Eu acho também que a comunidade se afastou um pouquinho também, por essa situação que a gente tá vivendo de transição, essa fase mudou muita coisa. A gente não consegue mais como antes mobilizar tanto às famílias. Mas que é proposto é, convidado, é

---

<sup>12</sup> Na Visão Mundial denomina-se Ano Fiscal, o período correspondente a um ano, que começa no dia 1 de outubro e termina no dia 30 de setembro do ano seguinte.

chamado os poucos que participam. Mas não é uma participação que a gente gostaria, poderia ser melhor. (Luciana, funcionária da ONG Visão Mundial).

Na realidade, no último ano, a Visão Mundial realiza somente atividades burocráticas, além do processo de cancelamento dos cadastros das crianças e adolescentes inscritas no projeto.

Em contraponto, os líderes comunitários destacam que a participação da população do bairro é baixa, é despolitizada e sem força política para modificarem a realidade social. O entrevistado, Cirilo, sabe descrever bem essa realidade, pois, quando estava à frente da presidência do Conselho, encontrava inúmeras dificuldades para mobilizar coletivamente os moradores. Na sua visão, ainda permanece o individualismo e a baixa consciência política dos moradores para lutarem e reivindicarem seus direitos.

**A população é ludibriada. Nós somos enganados. Esse político daqui só veio e enganou a comunidade, eu pergunto sempre, qual foi o benefício que ele trouxe para a comunidade com cinco mandatos?** A não ser ele e a família dele? Ele trouxe uma arruma de gente do interior. Tudo analfabeto igual a ele e aposentou na câmara com R\$ 3.000,00 (três mil reais). Ele beneficiou só a família, deveria ter brigado mais pelas causas sociais da comunidade. E correr mais atrás, mas ele tinha um galpão que chama de fundação. Aquilo é um curral que serve para ludibriar as pessoas. (Cirilo, líder comunitário).

Como foi acima descrito, o bairro de Felipe Camarão é bastante populoso. Abrange notadamente realidades sociais desfavoráveis, comuns às periferias das cidades. A população ainda convive com o descrédito das instituições políticas e dos políticos, pois, somente com os votos dos moradores do bairro é possível eleger um vereador, como há quatro campanhas é eleito o Vereador Adão Eridan. Contudo, as mudanças sociais são pequenas, a desigualdade social prevalece e somente se aprofunda.

**A população de Felipe Camarão é um pouco alienada com políticos. A população se ilude com favores. As pessoas se iludem com a doação de um bujão de gás. Caixão que é da SEMTAS. Felipe Camarão precisa de ações, postos de saúde funcionando. Então aquele que vai contra isso, é agitador, polêmico e esse vereador não tem um projeto. Tem o professor Walker. Ele foi o segundo mais votado e não gastou nada. Diziam que não iam votar nele porque ele não tinha R\$ 20,00 (vinte reais) para dar, não tinha um caixão. O ministério público melhorou muito, mas ainda tem que combater essa questão de favores. O político tem que apresentar projetos, a própria empresa de ônibus que tem no bairro sucateada, massacrando os outros, cadê ele?** (João Maria, líder comunitário).



Os líderes comunitários que foram entrevistados revelam a insatisfação política, ressaltam a pouca ou praticamente inexistente atuação do vereador que foi eleito pela população do bairro, acrescentam que a população ainda é alienada.

Ora, uma população que no seu processo de histórico de formação foi excluída, foi esquecida durante anos pelo poder público, que é carente de intervenção política e, sobretudo, de efetivas ações do Estado, é um alvo fácil dos políticos oportunistas, mentirosos e corruptos. O discurso de demonização do Estado prevalece e de descrédito profundo da política, o que aumenta o abismo social e aprofunda os problemas sociais.

É essa população que facilmente é convencida e manipulada pela “ideologia onguizadora” do “Terceiro Setor”, que, gentilmente acolhe, aceita essas pessoas e lhes oferece uma possibilidade de vida. É assim que ocorre, o discurso da autoajuda, do assistencialismo e da filantropia é aceito e pouco questionado, pois, ali, em Felipe Camarão, boa parte das pessoas continua esperançosa, pela fé cristã que nutrem acreditam que um dia uma organização social vai abrir as portas e ajudá-las a melhorar de vida.

#### 4.13 A LÓGICA DE FUNCIONAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E A REPRODUÇÃO DO “DISCURSO ONGUIZADOR”

##### 4.13.1 Gestão e organização do “Terceiro Setor”

Nesse tópico busco discutir sobre a gestão e a organização do “Terceiro Setor”. Antes os líderes comunitários, as lideranças, os participantes estavam nas ruas, faziam parte dos movimentos sociais. Com a expansão do “Terceiro Setor”, a contrarreforma do Estado na década de 90, a aplicação do receituário neoliberal, conforme foi assinalado no primeiro capítulo, todo esse processo afastou durante um bom tempo os militantes das ruas, houve um apassivamento dos movimentos sociais. Com isso, facilmente, muitos líderes foram cooptados pelas organizações do “Terceiro Setor” e até mesmo por órgãos governamentais.

Como educadora social nosso papel é identificar. **A gente identifica e passa pra coordenação de patrocínio que ela tem muito esse papel mesmo de passar as informações para o escritório de apoio em Recife** e aí ver quais medidas serão tomadas. Já tivemos caso de ter que acionar mesmo o conselho tutelar, tivemos mesmo que ir visitar crianças nas instituições que estão recolhidas. Mas o nosso papel como educador hoje é muito na identificação e aí a gente traz pra coordenação e tenta ver. (Luciana, funcionária da ONG Visão Mundial).

Os coordenadores dos projetos sociais que são desenvolvidos em Felipe Camarão, em sua maioria, não trabalham no bairro. Muitos somente visitam os projetos, participam de atividades específicas. Eles estão na maioria do tempo nos escritórios, em outros locais, até mesmo, em outra cidade, estão gerenciando de “fora” a aprovação de projetos sociais, a mobilização e a captação de recursos.

Nesse sentido, é necessário retomar as reflexões apresentadas por Virgínia Fontes (2010). Segundo a autora, na década de 80 houve uma conversão mercantil-filantrópica, que foi prioritariamente realizada pelas ONGs. Assim, os reflexos e os desdobramentos da década de 90 ainda continuam sendo colocados em prática pelas organizações do “Terceiro Setor”.

Já foi descrito na pesquisa, especificamente no primeiro capítulo, que as ONGs se afirmavam como uma novidade histórica, mas não foram, já que nas décadas de 70 e 80 várias organizações sociais foram constituídas.

O que se verifica diante de tantas mudanças, uma pelo menos pode ser exemplificada no papel desempenhado hoje pelas coordenadoras das organizações pesquisadas. Em sua maioria são técnicos de gabinete, que trabalham em escritórios e se distanciam dos espaços de luta, de enfrentamento e, sobretudo, dos movimentos sociais.

Algumas das coordenadoras, que nos parágrafos a seguir serão descritas, desempenham, em sua maioria, a função de assessoras, de técnicas de gabinete, são educadas e educam em favor da reprodução da ideologia da autoajuda, da filantropia e do apassivamento social.

A ONG Visão Mundial é coordenada por Mírian Oliveira, que é a pessoa responsável pelo projeto em Felipe Camarão. Contudo, a maioria das decisões e a elaboração do projeto são tomadas em outro local, no escritório da Visão Mundial, localizado em Recife/PE. Lá, o coordenador regional e o nacional deliberam sobre o funcionamento das atividades nos demais projetos que estão presentes no Brasil. Além disso, existe uma coordenação regional no Estado do Rio Grande do Norte, pois, além da atuação da Visão Mundial em Felipe Camarão, com o Projeto de Desenvolvimento de Área – PDA Caminhos do Sol, existem outros projetos no Estado, que são desenvolvidos em interiores.

O Projeto Conexão Felipe Camarão é coordenado por Vera Santana, que trabalha em um escritório e somente se dirige para o local do Projeto, em Felipe Camarão, quando vai orientar ou coordenar alguma atividade, prioritariamente, executa suas atividades no escritório, longe da comunidade que atende.

A Fundação Fé e Alegria, que tem como coordenadora aqui em Natal, Raimunda Cadó, que é uma das pessoas mais atuantes nos projetos sociais, possui uma postura ética e política bem diferenciada das demais coordenadoras. Ela também não trabalha na unidade da Fundação que existe em Felipe Camarão, seu local de trabalho é o escritório da organização, que também fica em um edifício no centro da cidade.

Ao tratar deste tema, Virgínia Fontes (2010, p. 255) assevera que houve um processo complexo de conversão mercantil-filantrópica da militância, ou seja, que muitos dos militantes dos movimentos sociais foram cooptados pelo “Terceiro Setor” e, ao invés de realizarem um trabalho combativo, se prestam “a serviço de” reprodução de uma ideologia que somente afasta as pessoas das ruas, dos movimentos, dos partidos políticos, tornando-as técnicos de gabinetes. Esse é um dos exemplos de como ocorreu a cooptação de líderes, de pessoas atuantes e questionadoras.

O que ocorre, em parte, é uma modificação do perfil desse militante, que agora deve se adaptar às regras e ao modelo estabelecido para que seja contratado por uma ONG. É esse assessor, técnico ou profissional que as organizações sociais do “Terceiro Setor” almejam contratar. Esse processo violento e brutal representa uma ameaça para a luta de classes, pois consolida a profissionalização da assessoria prestada aos movimentos sociais e ao “Terceiro Setor”.

É bem verdade que as pessoas precisam sobreviver, trabalhar e ganhar dinheiro para se manter em uma sociedade capitalista. Assim, muitos militantes, antes combativos, aceitam as propostas oferecidas pelo “Terceiro Setor” e passam a fazer, a reproduzir e até mesmo a acreditar em toda ideologia disseminada.

Em alguns momentos, os líderes até esquecem que um dia estavam nas ruas, que cumpriam um papel social importante, que buscavam mudanças. Hoje, são profissionais que estão diante de uma difícil decisão: continuam empregados ou saem dessas organizações para questioná-las. Muitos decidem continuar, pois as propostas financeiras e a falsa ilusão de melhoria da condição de vida são mais atrativas. Uma brilhante reflexão sobre essa ideologia do “Terceiro Setor” é apresentada por Carlos Montaña (2010), que já foi citado oportunamente no capítulo inicial desta pesquisa.

Essa ideologia perpassa os múltiplos aspectos da sociedade. Especialmente, os funcionários dessas organizações são rapidamente conquistados pelo discurso e pelas práticas do “Terceiro Setor”.

No processo de conversão mercantil filantrópica (FONTES, 2010, p. 255), os militantes dos movimentos sociais foram, em parte, cooptados para atuarem nas organizações

sociais. Ocorre uma inversão do número de membros, aumenta-se substancialmente o número de funcionários e de voluntários no “Terceiro Setor”. Enquanto isso, o número de participantes atuantes nos movimentos sociais regride. Esse processo é acentuado na década de 90 e até hoje continua se expandindo.

Refletindo sobre as entrevistas realizadas nesta pesquisa, verifica-se esta cooptação dos militantes, que foram trabalhar em órgãos do governo e em organizações do “Terceiro Setor”. Esse processo é prejudicial para a democracia, “este relacionamento é dócil, despolitizado e despolitizador, funcional ao projeto neoliberal de reestruturação sistêmica” (Montaño, 2010, p. 273). Mais uma fala, abaixo descrita, expressa essa alteração de significação de papel. As pessoas não se reconhecem como militantes pertencentes a uma classe social, com um ideal comum, são tão somente técnicos sociais, ou melhor, técnicos de gabinete, especializados em desenvolver e aprovar projetos sociais.

**Pronto, aqui na Visão mundial eu não trabalho diretamente com o social.** Por exemplo, com o patrocínio eu trabalho na rua mesmo com as crianças. Aqui eu faço mais a parte administrativa financeira e não faz muito tempo que estou aqui trabalhando na Visão Mundial. Faz uns seis meses eu trabalho aqui mais na parte burocrática. Tem o comitê de mobilização que inclusive eu ESTOU acompanhando também, realizando o comitê que reúne algumas instituições do bairro de Felipe Camarão. Então essa é a parte que eu acompanho mais em termos de social, em relação ao comitê. Mas em relação às outras atividades da Visão Mundial eu não acompanho porque não dá em relação da rotina administrativa financeira da Visão Mundial. (João Carlos, funcionário da ONG Visão Mundial)

O entrevistado, João, que trabalha na Visão Mundial e também faz parte do Instituto Reforma, afirma que “não trabalha diretamente com o social”. Ora, ele diz que realiza uma atividade administrativa e financeira na ONG. Chega até a ser curiosa, se não fosse lamentável a sua afirmação, pois, trabalha em uma ONG que desenvolve um projeto social. No entendimento desse entrevistado, o trabalho desenvolvido por uma organização social é subdividido. Pois bem, essas organizações sociais do “Terceiro Setor” possuem a sua própria lógica de organização, contratam diferentes profissionais para realizarem pretensamente obras sociais. Existem inúmeros profissionais que não se identificam ou possuem qualificação técnica/profissional minimamente necessária para atuarem em projetos sociais, pessoas que por manusearem papéis, por calcularem dados, somarem números, acreditam que não estão trabalhando com o social e sim, em uma obra social.

Deixam com isso de dedicarem a atenção e o cuidado na realização de obras sociais, que são de suma importância para as pessoas atendidas, que facilmente são convencidas com

a “ideologia onguizadora”, com a possibilidade de serem atendidas por uma ONG. É preocupante ouvir e ler o depoimento de uma pessoa que trabalha em uma ONG e que ao mesmo tempo diz que não trabalha com o social.

#### **4.13.2 A linguagem dos entrevistados: apropriação, reprodução e divulgação da linguagem que favorece a ideologia do “Terceiro Setor”**

A “ideologia onguizadora” possui uma linguagem própria, que através dos seus termos e palavras consegue convencer as pessoas, que passam a reproduzir, sem muitos questionamentos e com muita facilidade a linguagem da autoajuda, do voluntariado, do possibilismo e da crítica ferrenha à ineficiência estatal.

Expressões como “responsabilidade social” ou “responsabilidade socioambiental”, “voluntariado”, “solidariedade”, “cidadania empresarial”, “empresa cidadã”, “empreendedorismo” fazem verdadeiro furor no discurso da mídia hegemônica, como exemplifica Vitullo (2012, p. 8). Nessa mesma perspectiva Fontes (2010, p. 296) afirma que o uso de categorias como “empoderamento”, “colaborador”, “parceiros”, “sustentabilidade”, “onguização”, servem para educar para o consenso e disciplinar as massas trabalhadoras.

Dentro das organizações do “Terceiro Setor” é diariamente reproduzida através das falas, dos manuais dos projetos, dos participantes e das relações sociais ali estabelecidas, uma linguagem própria do “Terceiro Setor”.

Nota-se que um vocabulário é comum entre essas organizações e os seus participantes, uma linguagem que não veio de outro planeta, e sim, das estratégias de convencimento e de manipulação do capitalismo, que se amoldou facilmente na linguagem das pessoas movidas por essa lógica, que mais esconde, exclui e explora as pessoas, em todos os aspectos de suas vidas, que extrapola os limites do mercado de trabalho e passa a atuar na manipulação da esfera privada das pessoas.

As organizações sociais do “Terceiro Setor” em muitos aspectos se assemelham a empresas capitalistas: a lógica do lucro e da exclusão é necessária, o capital como vetor principal para o funcionamento dos projetos sociais que almejam cuidar da questão social.

No mercado de trabalho existem palavras que foram trocadas, conceitos que assumiram outro termo, mas não perderem o seu significado, hoje, temos: o empregado, o operário, chamado de colaborador, agora ele faz parte de uma equipe e é também responsável pelo sucesso do empreendimento.

Na realidade, o empregado, o operário, não deixou de fornecer sua força de trabalho ao detentor dos meios de produção, não deixou de ser proletário porque é chamado como colaborador, não saiu da sua classe social ou da sua condição financeira de simples assalariado ao receber um nome bonito e gracioso de colaborador. Para Virgínia Fontes o capital renova as modalidades tradicionais de exploração:

Subalternizam-se as mais incipientes formas de organização popular, direcionadas para “gerenciamento de força de trabalho”, processo potencializado pela formatação atual do Estado. As contrarreformas do Estado penalizaram desigualmente os trabalhadores, por se apoiarem nas massas expropriadas que elas próprias produziram. (FONTES, 2010, p. 296).

Pois bem, existem muitas outras expressões que são adaptadas às novas formas de produção e de reprodução do capital, que estrategicamente confunde as pessoas para continuar explorando. Qualquer um pode ser um associado, quando na verdade é mais um explorado.

Pronto, há pouco tempo a gente teve uma capacitação sobre família cuidadora que foi justamente pra tratar desses assuntos para a questão da violência. A gente tem muita capacitação na questão da metodologia que a Visão Mundial oferece que é o **cluster**<sup>13</sup>, um lugar seguro. A última que a gente fez não é uma metodologia. Na verdade é uma estratégia que é a família cuidadora, muito de levar pra famílias delas estarem observando melhor as crianças e o cuidado com as crianças e assim a gente sempre passa por capacitações. Se for em relação às atividades, a gente tem algumas metodologias de leitura. (Luciana, funcionária da ONG Visão Mundial).

Dentro da ONG Visão Mundial, a linguagem do capital, ou melhor, do capital-imperialismo, utilizando-se a expressão descrita por Virgínia Fontes (2010), não poderia se manifestar de forma diferente. Uso de siglas, de palavras em inglês, forma como é organizada o nome e o sobrenome das crianças cadastradas - que é padronizado segundo o idioma dos patrocinadores.

Os entrevistados usam abreviações, siglas, é habitual falar assim: “RC do PDA” (Stanley), “RC da Criança” (Luciana), “MJPOP” (Stanley).

Na ONG Visão Mundial é muito comum. Os entrevistados já falam habitualmente usando siglas, que é uma estratégia própria da instituição, envolver todos na sua linguagem e

---

<sup>13</sup> *Cluster* palavra em inglês que significa agregado de computadores, um conjunto de computadores. Comumente os funcionários da ONG Visão Mundial usam expressões em língua inglesa, nesse sentido, a palavra cluster foi usada em um dos treinamentos e capacitações entre os funcionários. Pretendem adotar essa metodologia nos projetos sociais, que consiste em agrupar os projetos sociais em uma determinada região geográfica, associando palavra em inglês a um agregado de projetos sociais que serão coordenados por um núcleo central.

na sua ideologia. Nas entrevistas outras palavras em inglês foram comumente faladas, já fazem parte do repertório linguístico ali expressado.

Em nenhum momento a crítica é ao idioma ou à língua inglesa. O grande debate é como as palavras são usadas e como o contexto da sua reprodução é deslocado. De tanto verificarem formulários e relatórios padronizados com exigências da língua do patrocinador, os funcionários passam a naturalizar e a reproduzirem algo que não é comum à sua realidade, numa relação mecânica que não permite pensar em que e como esse processo irá repercutir na vida deles.

Mais uma característica do discurso gerencial de trato da questão social: regras das empresas são adaptadas e colocadas em prática no “Terceiro Setor”. Uma delas é a alienação no que é produzido, pois, devido à dinâmica de funcionamento das organizações sociais, o que se preza é a quantidade e não a qualidade, os números são mais atrativos para eles.

Noutro aspecto, os entrevistados revelam nas suas falas extrema gratidão aos projetos sociais, dizem que “trouxeram qualidade de vida”, que são organizações boas, ou seja, as organizações sociais do “Terceiro Setor” conseguiram envolver as pessoas, conseguiram atingir seus objetivos de convencimento e aceitação no bairro.

Porque é um bairro grande e rico em cultura e as pessoas vêm buscar proveitos não como **a Fundação Bradesco, que trouxe qualidade de vida para nós. Mas teve algumas organizações que chegaram ali como oportunistas**, igual a um político. Dizem que é um bairro carente e é fácil de instalar. (João Maria, líder comunitário).

A entrevistada Rosângela, que participou desde jovem dos projetos sociais, como o Engenho de Sonhos e atualmente é funcionária da ONG Visão Mundial, diz que “abri minha mente”, “uma pessoa liberta”, conforme o relato abaixo.

**Eu abri minha mente.** Acho que o jovem hoje só quer saber de facebook, não quer saber de estudar, de se capacitar. A diferença é que antes eles buscavam que o jovem fosse melhor, **uma pessoa liberta sei lá**, porque hoje a maioria estão se matando não pensam mais em batalhar, buscar seus objetivos. Pra mim isso foi ótimo. Eu não me arrependo de nada daquele tempo. **Eu abri mais a minha mente e vou buscar dos meus sonhos.** Não só dos meus. Um dia estávamos falando de um projeto que precisa de recurso. Mas naquela época não tínhamos o recurso e mobilizávamos, conseguíamos tinda eu sei que o dinheiro ajuda, mas não é tudo. (Rosângela, funcionária da ONG Visão Mundial).

Na visão e percepção de muitos jovens atendidos pelas organizações sociais, eles se tornaram pessoas melhores depois da oportunidade que receberam, quando foram selecionados e fizeram parte desses projetos sociais. Existe o sentimento de gratidão. Segundo muitos entrevistados, se não fosse aquele projeto social a vida de muitos beneficiários teria tomado outros rumos.

No Projeto Conexão Felipe Camarão, os entrevistados também expõem em suas falas o sentimento de gratidão que possuem. Quando questionados sobre a importância do projeto, eles são claros em afirmar o quanto se identificam. Para exemplificar as falas, descreve-se a de um dos entrevistados:

Eu só consigo, além do básico de aprender a tocar um instrumento. Para mim foi a menor, talvez a consciência social e política que o projeto foi formando em mim, em ter uma visão de Felipe Camarão diferente, da visão que a maioria das pessoas tem. A possibilidade de conhecer certas pessoas, escritores, autores que no início não era importante e que hoje já reconheço o que elas fizeram e muito mais. É uma pergunta que é fácil e difícil de responder, **eu não sei seria o que sou hoje sem o projeto**. (Abner, participante do Projeto Conexão Felipe Camarão).

As organizações sociais usam de todas as estratégias para convencer os participantes e a comunidade onde atuam. Prioritariamente, buscam atender nos projetos sociais crianças e adolescentes. Somente nos últimos anos verificou-se, através da pesquisa de campo e da observação participante, que algumas organizações direcionaram atividades para os jovens.

O Conexão é uma escola de educação integral, mas não em existir. Ela que está dentro das escolas que essas ações sejam apropriadas pela educação a nível nacional. **Para mim o crescimento foi gigante porque eu não tinha consciência cultural antes do projeto** e eu só vim pensar em faculdade aqui, isso assusta as pessoas. Quando digo que não pensava em faculdade no ensino médio, eu não ouvia falar na escola, mas aqui eu ouvia falar de universidade, é tanto que eu entrei na Fundação Bradesco era preparação para o ENEM e não em universidade federal. **Aqui a gente via todas as possibilidades, os padrinhos filosóficos: Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Anísio Teixeira.** A gente tem uma base muito boa pra pensar qual é importância e levar pra faculdade. Não pensar a nossa vida só no capitalismo: quero ter minha casa, meu carro querer algo mais para as pessoas também. **O Conexão foi o local que (sic) eu abri meus olhos para isso.** (Fabrício, participante do Projeto Conexão Felipe Camarão).



Como se verifica, na fala do entrevistado, as organizações sociais do “Terceiro Setor” são vistas, em sua maioria, como potencializadoras, como descobridoras de talentos e como uma boa oportunidade de melhor divulgação da imagem do bairro na mídia.

No Conexão Felipe Camarão, prioritariamente as crianças são inscritas no projeto através das escolas, ou seja, o público alvo são as crianças já matriculadas e que frequentam com regularidade a escola. Os entrevistados Abner, Ozawa e Fabrício, são exemplos dessa forma de seleção. Quando há praticamente dez anos foram atraídos por um anúncio na escola onde estudavam, eles em média estavam com dez anos de idade.

Assim, eu já consigo ver isso hoje, até as experiências que o projeto teve nesses anos e que a gente já serviu de referência não só para o Estado, como para o Brasil. Eu vou levar comigo aonde eu for. **Eu posso dizer onde eu estiver que eu sou fruto de uma comunidade que tem uma riqueza muito grande**, mas **faltava alguém pra potencializar essa riqueza**, inclusive eu mesmo não conhecia e eu sou estudante de comunicação, mas eu passei na cultura. Talvez em uma carreira acadêmica eu possa citar os exemplos, **eu posso ser exemplo**. (Abner, participante do Projeto Conexão Felipe Camarão).

Outro entrevistado, que também descreve como ocorreu o contato inicial com a organização, diz que:

**Não foi por vontade própria que vim**. Desde pequeno eu tinha gosto pela música... Vi uma matéria do Conexão, quando duas oficinas aconteciam no Clara Camarão. Aí me interessei. (Ozawa, participante do Projeto Conexão Felipe Camarão).

É uma boa estratégia das organizações sociais atender crianças e adolescentes. São mais numerosos, aceitam com mais facilidade as regras impostas e comumente são atraídas para as atividades, questionam menos e ainda estão em processo de desenvolvimento social e de formação do caráter, por isso, reproduzem com mais facilidade ao atingirem a idade adulta a ideologia do “Terceiro Setor”.

#### **4.13.3 As relações de trabalho no “Terceiro Setor”: vínculos precários e a expansão do voluntariado**

As relações trabalhistas são precarizadas dentro do “Terceiro Setor”. A maioria dos profissionais envolvidos na realização dos projetos sociais não possui um vínculo formal, no

que se refere especificamente ao respeito a legislação trabalhista, que determina a assinatura da carteira de trabalho – CTPS.

Grande parte dos profissionais que atuam nas organizações do “Terceiro Setor” apenas é contratada, em contratos por tempo determinado, podem possuir ou não uma renda fixa, tudo é flexível. A esse respeito, já foi discutido no capítulo inicial quando foi citado Carlos Montaña (2010, p. 273), que descreve este processo como “uma verdadeira terceirização dos movimentos sociais”.

Os educadores sociais, articuladores comunitários, instrutores e professores das oficinas, coordenadores e facilitadores (como são comumente denominados) têm seus direitos trabalhistas violados. As regras que são postas em prática no ato da contratação se acentuam no dia a dia dentro das organizações.

Na entrevista realizada na ONG Visão Mundial, buscou-se aprofundar essa reflexão, já que a organização está prestes a finalizar sua atuação, com isso surge uma importante preocupação em todos os funcionários que ali atuam. Assim perguntou-se à entrevistada como tem sido esse processo de transição, já que em alguns meses todos aqueles funcionários estarão desempregados.

Uma coisa que a instituição preza é pagar todos os nossos direitos. Assim de certa forma eu acho melhor sabe, **eu vou ficar desempregada e ter um tempo para me organizar, do que de repente você ter uma demissão e você ser descartada.** Nesse sentido assim eu acho que a Visão Mundial preza muito é uma saída planejada, não é feito de qualquer jeito e assim na medida do possível eu estou tranquila. (Luciana, educadora social na ONG Visão Mundial).

É importante destacar que a ONG Visão Mundial é uma organização que possui muitos recursos, que recebe ajuda financeira de países europeus e até patrocínio da Austrália. Situação bem diferente de outras organizações sociais, que não contam com tantos recursos e deixam os funcionários em situações trabalhistas precárias.

Contudo, nem tudo é perfeito no funcionamento e na organização financeira dessas organizações. De todo modo, as organizações do “Terceiro Setor” foram criadas dentro do processo de reestruturação produtiva do capital, assim, é comum verificar a existência de contratos de trabalho por tempo determinado, terceirização, vínculos precários, baixos salários. Isso faz parte do funcionamento das organizações, por mais que exista uma que tente fugir à regra, outros elementos da precarização do trabalho sempre vão surgir, porque é inerente à lógica do capital.

A Visão Mundial, oportunamente, quando lhe foi conveniente, já terceirizou a contratação de seus funcionários. Alguns anos atrás, esses funcionários eram contratados através de uma “instituição parceira”, ou seja, a CTPS dos profissionais era assinada com o nome de outra organização. Sendo este um dos motivos de baixa na carteira da entrevistada.

A intenção da Visão Mundial quando chega no bairro é fazer o repasse de recursos para que uma organização que já existe naquele local administre como seu conselho gestor, com suas coordenações. Mas, isso foi tentado aqui no bairro, mas infelizmente não foi possível. **Então na minha carteira foi dado baixa duas vezes por outras instituições e agora atualmente pela Visão Mundial.** Já estou há cinco anos com a carteira assinada. (Luciana, educadora social na ONG Visão Mundial).

A intenção da organização pode até ser viável, mas a sua funcionalidade ao modelo neoliberal de precarização dos direitos trabalhistas e de terceirização dos funcionários continua se expressando. Atinge pessoas bem-intencionadas, que acreditam que estão ajudando e que em nome do social podem até terem alguns direitos reduzidos. Mais um elemento da ideologia da autoajuda e do altruísmo individual.

No primeiro capítulo, apresentou-se o que está por trás do “Terceiro Setor”, através da revisão teórica realizada após a leitura dos autores, principalmente de Carlos Montaña, Virgínia Fontes e Elaine Behring, ressaltando-se a relação entre Estado, mercado e sociedade civil.

Nesse sentido, não poderia ser diferente. Existem impactos e interferências nos direitos dos trabalhadores que estão vinculados ao “Terceiro Setor”. Assim, como houve no Estado uma reforma gerencial (supostamente) voltada para o “cidadão-cliente” e para a democracia; uma “reforma para a cidadania” (MONTAÑO, 2010, p. 40). As reformas também atingiram os direitos trabalhistas e repercutiram nas contratações dos funcionários das organizações sociais.

A concorrência que existe no mercado e que determina as regras de contratação foram adaptadas, moldadas e descritas numa linguagem convencível para o “Terceiro Setor”. No cerne das contratações, os fundamentos do projeto neoliberal continuam se reproduzindo. Em todas as organizações do “Terceiro Setor” que foram pesquisadas, prevalece a contratação realizada através de contrato por tempo determinado, o pagamento de baixos salários e outras formas de precarização que serão resumidamente descritas.

Primeiro, na Visão Mundial, no início do projeto, uma significativa parcela das pessoas era contratada como prestadores de serviço. Isso significa, com contrato por prazo

determinado. Segundo, outra parcela das pessoas era voluntária ou estudantes universitários que realizavam extensão universitária no local. Assim, a organização não precisava desembolsar nenhum valor. Terceiro, parte dos funcionários era imediatamente contratada e havia o registro na CTPS. Isso ocorria com os coordenadores de projetos, instrutores ou responsável pela administração. Como se verifica, os principais cargos eram também privilegiados financeiramente e tinham seus direitos trabalhistas assegurados.

A fala da entrevistada é exemplificativa: “... tudo foi pago, não o seguro desemprego porque automaticamente que era dada baixa a gente era contratado novamente”. (Luciana, educadora social na ONG Visão Mundial).

Outra prática recorrente, que merece ser descrita, ocorria quando a Visão Mundial atuava com uma instituição parceira. O repasse do salário dos funcionários era realizado primeiro à instituição parceira, que posteriormente realizava o pagamento ao funcionário, uma nítida relação de terceirização trabalhista que ocorria e os trabalhadores sequer percebiam ou questionavam. Isso acarretava a perda de direitos e de verbas. Como foi descrito pela entrevistada, ela chegou a ficar sem receber o seguro desemprego, pois a sua demissão de fato não ocorreu, a ONG somente mudou os dados e continuou o contrato.

Todo esse processo pode causar no trabalhador sérios danos de não reconhecimento, de alienação, de privatização de direitos, de desqualificação profissional, entre outros. Estamos diante a mercantilização da filantropia descrita por Virgínia Fontes (2010, p. 257), da subalternização da força de trabalho.

A lógica da empregabilidade adotada na empresa capitalista é também seguida através de uma linguagem dócil nas ONGs. Continuando a análise das organizações pesquisadas, destaca-se que na Fundação Fé e Alegria também existe uma parcela de pessoas que é funcionária, com o mínimo de direitos trabalhistas assegurados e outra parcela que é de voluntários, de prestadores de serviço e de estudantes universitários.

Já no Projeto Conexão Felipe Camarão, a unanimidade dos pesquisados trabalha através de contrato por tempo determinado e com bolsas de incentivo. Não são aceitos voluntários, pelo seguinte motivo, segundo a coordenadora:

**A política de voluntário é uma tragédia, não funciona, é para estragar tudo, porque se o voluntário fosse uma pessoa de classe média alta que tivesse condição de manter a vida ele estaria lá cumprindo todos os horários tinha um plano de trabalho,** mas acontece que não é assim. Chegam, quero ser voluntário, pergunto qual é o interesse ou é a faculdade que mandou, ele fica ali só pra terminar o curso e vai embora, não soma ou vai um dia e dez não. O projeto quebra no planejamento. **Então não**

**funciona esse voluntário para a gente, não tem continuidade, tem que ter a disponibilidade de ir às escolas, de encontrar famílias...** (Vera Santana, Conexão Felipe Camarão).

Na concepção da entrevistada, o voluntário tem que ter disponibilidade integral para atuar no projeto, com horários e dias fixos. Para ela somente o voluntário de classe média teria essa disponibilidade, de atuar e não ter nenhum interesse ou retorno financeiro. A concepção apresentada assusta, segundo a qual os voluntários que estão em outra classe social, especialmente, aqueles que moram no bairro atendido pelo projeto vão em busca de uma oportunidade como voluntários para conseguir um emprego na ONG. Ela ainda acrescenta que:

Esse voluntário que vai um dia e cinquenta não, não acrescenta, pode acrescentar para ele, mas para o projeto não. Porque quebra, se a gente tem um grupo de gestão que é o coletivo, que está lá, que são os meninos que cresceram e estão entrando como profissionais convidados, nós pagamos para elevar a qualidade da oficina, isso é diferente, porque eles têm um compromisso e a gente tem o direito de cobrar. Cobramos a interatividade dos meninos que cresceram no projeto, imagina o voluntário. (Vera Santana, Conexão Felipe Camarão).

Contraditoriamente à lógica de funcionamento do “Terceiro Setor”, que valoriza e incentiva a participação do voluntário, este projeto é a única organização pesquisada que não aceita voluntário.

Eu comecei aqui só com um incentivo de uma bolsa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para continuar como monitor. Eles viram a necessidade de inserir em outras oportunidades de trabalhos maiores. **Eu entrei como articulador de comunitário pra auxiliar na formação, para terem uma consciência total de relações públicas. A gente vai até as escolas, mostra o projeto. Quem paga é Petrobras, ela paga a ONG e a ONG tira de sua planilha para a gente trabalhar. Hoje eu tenho um cadastro de micro empreendedor, também por uma necessidade minha como prestador de serviço em *design* gráfico e recebo como prestador de serviços pela ONG também. Todo ano, em cada projeto, a gente tem um período de espera que vai até metade do ano.** Hoje a gente recebe R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais), além dos descontos que todo salário tem de impostos. (Fabrício, participante do Conexão Felipe Camarão).

Na sociedade capitalista existe um exército reserva de trabalhadores, pronto para se submeter às regras do mercado e para receber o que é oferecido, sem aparente questionamento

ou negociação. O “Terceiro Setor” também faz parte dessa lógica, desse processo que é instrumental e funcional à reprodução da ideologia do capital.

No depoimento do entrevistado surgem importantes elementos a serem observados, sobretudo, práticas que devem ser reprovadas dentro e fora do mercado de trabalho. Primeiro, os participantes do projeto social são recrutados para participarem quando ainda são crianças, depois essas crianças são domesticadas, toda a ideologia e discurso “onguizador” é incutido nelas.

Depois, se tornam adolescentes e, posteriormente jovens. É nessa etapa, quando jovens são considerados úteis para as organizações sociais. Ora, eles cresceram naquele local e ninguém melhor do que estas crianças, que foram “caridosamente” adotadas e cuidadas pelas organizações para serem os prestadores de serviço e voluntários.

A coordenadora do projeto afirma que só é possível estabelecer contrato de trabalho por tempo determinado, justificando que:

Não tem. É contrato por prestação de serviço, até porque não tem outra forma, não existe. Porque se eu tenho R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) para trabalhar, se eu multiplicar por dez vezes a cada mês, por R\$ 715,00 (setecentos e quinze reais) e se eu for tirar os encargos “todinhos”, eu nem pago a eles e nem tem dinheiro para o projeto. Isso é uma coisa horrível das ONGs, então a gente trabalha com a prestação de serviço. Eles recebem o valor integral. Teve um ano que o nosso patrocínio foi R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), você acha que é muito? Mais não é. (Vera Santana, Conexão Felipe Camarão).

Brilhante estratégia das organizações, pois, pagam uma remuneração baixa, com contratos provisórios e precários, sem a garantia de direitos trabalhistas e sociais básicos. O trabalho dessas pessoas não é reconhecido, é tão somente explorado e expropriado pela lógica do capital.

Na verdade, boa parte dos entrevistados do Conexão Felipe Camarão até se sentem orgulhosos, pois, na concepção deles estão colaborando para o desenvolvimento social do bairro, de suas famílias e da comunidade que pertencem.

Outro motivo de orgulho é de serem “de alguma forma”, direta ou indiretamente, remunerados por uma grande empresa, como foi descrito na fala do entrevistado. Ele recebe essa bolsa por intermédio da Petrobras.

Outro entrevistado da mesma organização revela “O nosso projeto tem um apoio importante, que se não fosse não dava para trabalhar, que é o da Petrobras como patrocinador

do nosso projeto. Pra mim é o melhor patrocínio que nós temos.” (Alisson, instrutor no Projeto Conexão Felipe Camarão).

Curiosamente, em uma das visitas de campo, ainda durante a pesquisa de campo e da observação participante, tive a oportunidade de presenciar uma cena, que se relaciona perfeitamente a discussão apresentada nos parágrafos anteriores. Em uma das reuniões, no Projeto Conexão Felipe Camarão, a coordenadora, Vera Santana, em um dos momentos acrescentou que era melhor receberem uma bolsa, do que trabalharem como caixa de supermercado para obter o mesmo valor.

Verifica-se que na relação estabelecida entre as partes há uma clara reprodução do discurso gerencial, de competição dos indivíduos e de precarização do trabalho ali desempenhado por esses entrevistados, que, seguramente ainda não perceberam como são manipulados pelo discurso dócil de transformação social disseminado pelo “Terceiro Setor”.

Esses jovens que fazem parte dessas organizações não aprendem um ofício, não são capacitados profissionalmente para ingressarem no mercado do trabalho. Como foi destacado em vários parágrafos, as atividades oferecidas pelo “Terceiro Setor” são fragmentadas, focalizadas, pouco substanciais. Não se questiona a importância de atividades culturais, das oficinas de música, de dança e de pintura, comumente oferecidas nas organizações.

O processo de domesticação promovido pelas organizações do “Terceiro Setor” em Felipe Camarão se expressa de várias formas e, especificamente na produção da força de trabalho.

Os jovens que foram “carinhosamente abraçados” pelas organizações sociais não estão desenvolvendo habilidades específicas para serem incluídas no mercado de trabalho, não aprendem um ofício, sequer sabem a dimensão da luta de classe, da importância da associação de trabalhadores e das lutas que constantemente são travadas na sociedade, pois estão sendo formados e formatados pela ideologia do “Terceiro Setor” e pelo discurso onguizador.

São jovens que estão vinculados às organizações pesquisadas através de contratos provisórios. Questiona-se para onde esse jovem será encaminhado ou inserido após a sua passagem pela ONG? Muitos continuam nessas organizações, não conseguem se desvincular delas, aceitam manter o mesmo vínculo de trabalho precário para sobreviver, são os voluntários em potencial formação.

De fato, as organizações sociais do “Terceiro Setor” contribuem para as fragilidades na formação do público atendido. Assim, o mercado de trabalho aproveita facilmente jovens trabalhadores que foram doutrinados ideologicamente para serem passivos, colaboradores,

proativos e subordinados, pois não foram ensinados a pensar e a lutar por uma sociedade melhor, para além do capital.

#### 4.14 OS NOVOS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA E AS SUAS EXPRESSÕES NA SOCIEDADE CIVIL

##### **4.14.1 A apropriação e privatização da cultura popular pelo “Terceiro Setor”**

O bairro de Felipe Camarão, apesar dos seus problemas sociais, possui expressões próprias da cultura popular. No local, já moraram Manoel Marinheiro e Chico Daniel, hoje, considerados mestres da cultura popular pelo Ministério da Cultura. Manoel Marinheiro morou durante décadas em Felipe Camarão. Juntamente com sua família e moradores do bairro mantiveram viva a dança do boi de reis, o espaço para confeccionar e guardar as roupas e demais objetos era a residência dele, com a ajuda da sua esposa que costurava todas as roupas, fantasias e adereços. Chico Daniel também viveu no local até a sua morte. Sua arte era tocar rabeca e ensinar outras pessoas, tanto a tocar como a confeccionar o instrumento.

Esses dois artistas populares, que somente recentemente foram reconhecidos, faziam o que gostavam e, até mesmo sem recursos improvisavam sua arte e habitualmente realizavam apresentações nas ruas do bairro. Foi no começo dos anos 2000, que Vera Santana, juntamente com Mestre Marcos<sup>14</sup>, conheceram o trabalho de Manoel Marinheiro. Posteriormente começaram a realizar visitas à sua residência e reuniões constantes com algumas pessoas do bairro.

O Projeto Conexão Felipe Camarão foi idealizado e planejado por Vera Santana, que até hoje também coordena a Associação Terramar, organização que foi fundada para captar recursos e realizar ações sociais, específicas do “Terceiro Setor”.

A proposta inicial era de expandir o trabalho de captação e mobilização de recursos da Associação, para que projetos sociais sobre educação, arte e cultura fossem desenvolvidos na cidade. Contudo, no ano de 1999, Vera Santana conhece o artista Manoel Marinheiro, observa que, na época, nenhuma organização do bairro apoiava a cultura popular, nem mesmo as escolas. Uma delas, se localiza na mesma rua em que morava Manoel Marinheiro.

Esse distanciamento e falta de apoio foi identificado por Vera Santana, que na época também já mantinha um bom relacionamento de amizade com o músico Carlos Zens e a sua esposa Antônia. Então, conjuntamente começaram a se articular e a realizarem reuniões na

---

<sup>14</sup> O professor de capoeira é conhecido como Mestre Marcos.



casa de Manoel Marinheiro. Aos poucos, ganharam confiança não só do artista popular de Felipe Camarão, como também da sua família e dos demais moradores que começaram a se aproximar das reuniões. Em seguida, no ano posterior, para ser mais precisa, Vera Santana submeteu o projeto a um edital, que estava aberto para apoiar e patrocinar projetos sociais. Assim, sucessivamente, ano após ano, outros editais foram aprovados e o Projeto continua abrangendo muitos patrocinadores e investidores.

Convém destacar que a relação entre Vera Santana e Manoel Marinheiro foi se tornando estreita, construindo-se confiança e parceria entre eles até o fim da vida do artista, que faleceu em 2002. A partir de então, o Conexão Felipe Camarão começou a receber apoio financeiro e a aprovar editais, abrindo no local o que eles denominam uma casa de cultura.

Em Felipe Camarão, o projeto Conexão Felipe Camarão é a única organização social que “controla” a obra de Manoel Marinheiro e Chico Daniel, que grava as músicas deixadas pelos artistas, que guarda os pertences das danças, que faz publicidade em nome dos artistas e que ainda coordena as decisões dos familiares, isso no que se refere à obra deixada por Manoel Marinheiro.

Pois bem, na análise deste tema busca-se refletir sobre a apropriação da cultura popular por uma organização do “Terceiro Setor”. Trata-se na verdade da privatização da cultura popular em nome do “desenvolvimento social”. Contudo, essa dita conservação e transmissão da herança cultural é realizada de forma não espontânea. É limitada pelos interesses de um grupo e é privatizada periodicamente nos editais para receberem patrocínios.

A reflexão que se faz é se o que continuou a ser realizado com a obra de Manoel Marinheiro e Chico Daniel ainda é cultura popular, ou se tornou uma cultura de massa, patrocinada, privatizada e economicamente rentável para um grupo.

É bem verdade que um grupo pequeno viu na obra deixada pelos artistas populares uma perspectiva rentável e brilhante, percebeu que as manifestações artísticas daquela comunidade se enquadrariam perfeitamente em um projeto social. Assim o fez, desde a fundação da ONG, que se reconhece como uma associação. Inúmeros editais foram aprovados para que a cultura popular no bairro fosse desenvolvida.

Contudo, no bairro existe outro grupo que ainda desenvolve a cultura popular. Mas, esse grupo não é contemplado com os investimentos que são recebidos pelos projetos sociais. A Tribo de Índios Tabajara, coordenada por seu criador, o artista popular Paulo Lira, não recebe patrocínio de nenhuma empresa ou dos órgãos públicos, não recebe ajuda financeira ou outro tipo de ajuda de nenhuma organização do “Terceiro Setor” que atua no bairro.

Paulo Lira conduzindo a Tribo de Índios Tabajara, conseguiu ser campeão do carnaval em Natal/RN. O artista desenvolve um trabalho de dança, de confecção das alegorias e das fantasias durante todo o ano, utilizando o espaço cedido do clube de mães do bairro. As crianças, adolescentes, jovens e adultos contribuem para a realização desse trabalho social e cultural.

Quando entrevistado sobre outras expressões da cultura popular no bairro, Paulo Lira remeteu aos dois artistas mais conhecidos no bairro:

Conheci Manoel Marinheiro foi uma pessoa muito bacana. Veio aqui pra essa (sic) comunidade. Se instalou aqui. Depois veio Chico Daniel e fazia seus festejos ali em frente à capela da cruz da cabocla. Ali **quando veio à Conexão dona Vera Santana o levou pra lá**, e depois que ele faleceu dona Iza ficou no projeto, mas era uma pessoa que fazia o trabalho de resgate da cultura. Tanto ele quanto Chico Daniel foram pessoas que realmente nós tiramos o chapéu. (Paulo Lira, líder comunitário).

O entrevistado revela a importância dos artistas populares para Felipe Camarão, como eles desenvolveram um trabalho de resgate da cultura popular, que era transmitida através das encenações artísticas realizadas em via pública. Nessa mesma fala, o entrevistado revela que, após a aproximação com Vera Santana, tanto Chico Daniel, como Manoel Marinheiro foram levados para o Conexão Felipe Camarão. O que aconteceu foi a privatização de uma obra popular e pública. Antes a dança do boi de reis e a arte de tocar rabeca eram realizadas nas ruas do bairro, depois, essas manifestações artísticas foram levadas para uma ONG que disciplinou regras e condicionou aquele espaço como o local da cultura popular.

Hoje, Paulo Lira, este artista popular do bairro, não recebe nenhum apoio das organizações que foram criadas e são mantidas para preservar a cultura popular no bairro. Ou seja, existem organizações do “Terceiro Setor” que atuam em Felipe Camarão, que se intitulam como organizações e como projetos sociais que preservam a cultura popular, mas, na realidade, existe apenas uma parte da cultura popular que é preservada. Trata-se da privatização da cultura popular em nome da finalidade social do “Terceiro Setor”.

Na realidade são muito poucas entidades que valorizam a **cultura popular** e tem outra que eu não quero citar nomes que faz um trabalho seguinte. **A senhora que é coordenadora mora lá no centro da cidade, dormindo no ar condicionado e infelizmente usa as crianças pra fazer um trabalho com cultura e se fecha, pra que nós de fora não venha a ver e que muitas vezes poderia até fazer denúncias, talvez denúncias graves. Mas são coisas que eu venho me preocupando ultimamente em fazer a minha pequena parte**, a minha pequena contribuição e vou deixando. Por exemplo,

espaço para se trabalhar, pra montar coreografia. Existe um programa da escola aberta nos finais de semana, só que o único colégio que abre as portas na realidade é o colégio Djalma Maranhão, porque se nós formos num desses colégios municipais vão dizer que vão depreder o colégio. Ora se eu estou levando um grupo pra ensaiar uma coreografia ninguém vai depreder o colégio, se envolver, ter um foco justamente nesse trabalho. (Paulo Lira, líder comunitário).

Na fala do entrevistado é possível perceber e, sobretudo, refletir em nome de quem e a favor de quem a organização Conexão Felipe Camarão trabalha. Se por um lado privilegia apenas dois nomes da cultura popular do bairro, que certamente possuem sua importância cultural, por outro lado essa organização fecha suas portas para desenvolver apenas o que lhe é mais satisfatório e rentável.

Outro aspecto que merece ser refletido na fala do entrevistado é quanto à ausência de espaços públicos no bairro para se desenvolver as manifestações artísticas. O entrevistado expressa até a sua revolta, pois as escolas públicas que existem no bairro não abrem suas portas para a Tribo de Índios Tabajara. Somente uma escola, a Escola Djalma Maranhão, apoia a realização de atividades no local, que abre as portas para ensaios e apresentações. As demais escolas que existem no bairro se recusam a ceder o espaço, que em tese é público, para que este grupo possa ensaiar ou confeccionar as fantasias.

Isso revela uma aparente contradição, os diretores e coordenadores das escolas alegam que ao abrir a escola para outros grupos, as pessoas podem danificar a escola e trazer prejuízos. Contudo, esse argumento é completamente colocado em descrédito, pois, o Conexão Felipe Camarão e outras organizações do “Terceiro Setor” usam constantemente o espaço das escolas públicas que existem no bairro, realizam atividades, reuniões e ainda, usam as crianças que foram para a escola para participarem de atividades da organização. Assim, os alunos dessas escolas são o público-alvo das atividades do projeto que, sabiamente, representam números para serem apresentados aos patrocinadores.

É mais fácil incluir as crianças que já estão dentro das escolas, que vão com frequência regular assistir as aulas. Assim, são dois pesos diferentes. Para um grupo cultural do bairro, formado por pessoas simples e sem recursos ou patrocínios, a escola não permite a entrada, do outro lado, para uma ONG que possui uma estrutura maior e que apresenta suas ações em rede televisiva nacional, a escola abre suas portas e permite que seus alunos participem.

Anualmente, a organização social Conexão Felipe Camarão realiza uma apresentação cultural. A estrutura é organizada fora do espaço da organização ou na frente da Capela da

Cruz da Caboca. Esse evento é realizado no mês de novembro ou início de dezembro. Como conclusão das atividades realizadas durante todo o ano, são convidados vários grupos culturais, artistas populares conhecidos em âmbito nacional. Também é o momento de apresentar a orquestra que ensaia nas dependências da organização e a dança do boi de reis.

O evento organizado pelo Conexão Felipe Camarão é patrocinado por empresas e por órgãos governamentais. Na realidade é armado um verdadeiro circo, um evento de proporção expressiva, com vários escritores, pesquisadores, cantores e artistas convidados, com nomes da cultura popular conhecidos em todo o Brasil. Mas, outros grupos que também promovem a cultura popular no bairro são esquecidos e sequer são convidados para se apresentarem.

Na última edição, no ano de 2014, o evento contou com a participação de Lia de Itamaracá, importante artista popular no cenário nacional. Essa mesma organização que defende a transmissão da cultura popular deixou de valorizar a cultura popular do bairro, pois a Tribo de Índios não foi convidada:

Não, **esse ano não nos convidaram**, quando vieram se instalar aqui principalmente o Conexão na época eu era presidente do conselho comunitário foi no ano de 2000 por aí, 1999 para 2001. Quando chegaram aqui nós demos apoio, tivemos uma reunião junto com o seu Cirilo e foi feito um trabalho com Chico Daniel que ainda era vivo, com Manoel Marinheiro. E este ano me convidaram pra um cortejo onde eu fui com um pequeno grupo de índios e à noite fizemos uma apresentação no palco, **mas raramente nos convidam, mas quando nos convidam estaremos lá**. (Paulo Lira, líder comunitário).

A história se repete em Felipe Camarão. No começo, as lideranças do local, os grupos que existem organizados, são procurados pelos coordenadores e idealizadores das ONGs, para apresentarem o bairro, para manter o diálogo de apresentação com a comunidade. Depois de instaladas, as ONGs e demais organizações do “Terceiro Setor” se afastam desses líderes locais, deixando-os de lado e até esquecem que em um determinado momento essas pessoas foram úteis.

A coordenadora do Conexão se justifica, ressalta que o projeto também enfrenta dificuldades e que não pode abranger todas as manifestações culturais do bairro.

Na comunidade acham que por termos o nome da Petrobras, temos recursos, mas eles não sabem. Dizem que tem dificuldade em se organizar por não participarem de políticas de editais, mas muitas vezes as pessoas não sabem nem escrever o projeto. A gente não sabia não. Foi juntando, querida, procurando quem queria fazer junto. Isso aqui não foi bolinho não, mas a gente continua devendo aluguel e ninguém procura a gente para saber como

é que a gente vai. Sabemos a dificuldade, mas a gente não tem o lugar. Se tivéssemos o lugar seria ótimo. Nós abrigaríamos. Mas aquele lugar é alugado e não nos cabe. É um galpão que a gente transformou em várias salinhas e estamos lá e qualquer hora a gente vai para rua. A gente não tem um lugar, uma sede. A gente tem uma sede alugada e que estamos devendo todo ano. A gente fica devendo três meses, sem patrocínio quatro. Tá aí para pagar e o proprietário não quer saber disso não. Ele quer o recurso e eu fico louco que tem que pagar água, luz para não cortar. Quem é que paga? (Vera Santana, Conexão Felipe Camarão).

Outro entrevistado quando questionado sobre a cultura popular do bairro, revela que parte da cultura popular foi privatizada, que se tornou moeda de troca de uma determinada organização, que, mesmo após o reconhecimento da arte e da herança cultural deixada por Chico Daniel e Manoel Marinheiro, existem no bairro outros grupos que não são apoiados, como por exemplo, a tribo de índios. Segundo João Maria, líder comunitário da Caminhada pela Paz:

Se as ONGs dessem apoio à Tribo de Índios era (sic.) bom. Eles têm os recursos. Bancos financiam essas ONGs, mas não financiam as entidades públicas. Já peguei muitas vezes ele pedindo a cola um a outro, a pena para poder ir para avenida... Mas muitas vezes ele é criticado e temos uma empresa, mas não investem... **O nosso bairro é cego igual à justiça. É também por conta da cultura de oportunismo. As ONGs têm medo de apoiar, a Tribo de Índios de Paulo é sempre campeã. É porque eles têm medo de perder o título e passar a ser só de Paulo...** Que muitas vezes ele coloca do próprio bolso, porque os comerciantes não o apoiam. (João Maria, líder comunitário).

Algumas considerações sobre a fala do entrevistado, João Maria da Caminhada pela Paz. O entrevistado expressa sua insatisfação com as organizações sociais do “Terceiro Setor” que atuam em Felipe Camarão. Primeiro, essas organizações só realizam e apoiam as manifestações culturais e sociais que se enquadram nos seus interesses. Segundo, verificam que existem outros grupos no bairro que precisam de apoio e incentivos, mesmo assim, não se preocupam minimamente em oferecer ajuda. Terceiro, a fala do entrevistado revela a tese principal da pesquisa, que é debater e refletir sobre a disputa e as contradições que existem entre as organizações do “Terceiro Setor” que atuam em Felipe Camarão. De acordo com a compreensão do entrevistado, as ONGS não apoiam outros projetos e grupos culturais que existem no bairro com o receio de perderem seu espaço, que querem individualizar e privatizar aspectos culturais que pertencem a uma coletividade.

#### 4.14.2 O papel das igrejas evangélicas na expansão do “Terceiro Setor” em Felipe Camarão

É possível verificar uma relação estreita entre os líderes evangélicos e os coordenadores das organizações do “Terceiro Setor”. Líderes das igrejas, isso de forma bem tímida, no que se refere à igreja católica, sempre estão atuando em conjunto com as ONGs e Fundações que existem no bairro.

A religião e essas organizações do “Terceiro Setor” que facilmente são disseminadas no bairro cumprem um importante papel ideológico. Não é por acaso que em Felipe Camarão existem tantos templos evangélicos: são mais de 103 (cento e três), além do significativo número de organizações do “Terceiro Setor”, que atuam conformando a população do local.

O discurso da igreja promove a alienação, a falsa ideia de criação de uma elite, que se julga moralmente superior às demais classes sociais. Dentro das igrejas é estabelecida a estratificação social, e se apregoa a teologia da prosperidade, a concentração de riqueza e comumente associam a pobreza ao pecado.

Nessas igrejas, o trabalho manual não é valorizado. Todos se comportam na mesma perspectiva do *management*, ou seja, gerencialista. São fiéis que se tornarão homens e mulheres de negócios, que vão ocupar os melhores cargos e profissões. Basta tão somente acreditar e se esforçar que um dia vão vencer. Podem até parecer absurdas todas essas afirmações, contudo, a ideologia do acúmulo de riqueza e da prosperidade milagrosa se propaga numa velocidade muito grande. As igrejas que reúnem o maior número de fiéis são as que valorizam o discurso da teologia da prosperidade.

A religião associada às organizações do “Terceiro Setor” dissemina facilmente a autoajuda, a filantropia, o apassivamento social, reforça o discurso dominante. Certamente, a expansão do “Terceiro Setor” e das igrejas evangélicas, em Felipe Camarão, desempenha conjuntamente, um papel ideológico naquela população, de apassivamento e de conformismo social. Não é por acaso que as suas ações são associadas.

Como foi descrito acima, são mais de 80 igrejas evangélicas que atuam no bairro, com uma população de mais de 75 mil habitantes. Felipe Camarão é mais um bairro periférico, onde, além das igrejas, especificamente evangélicas, o “Terceiro Setor” se expande facilmente. Essas organizações passam a fazer parte da história do bairro e marcam a vida de centenas de pessoas através de uma ordem ideológica.

Com tantas igrejas evangélicas, os líderes religiosos decidiram criar uma associação, para conjuntamente realizarem suas ações, denominada Associação dos Líderes Evangélicos

de Felipe Camarão – ALEF. Esta é formada por pastores evangélicos e outras lideranças, que comumente se reúnem e traçam estratégias para trabalharem, agora, não somente dentro das igrejas. Buscam realizar o que chamam de “missão integral”. Então, comumente, realizam obras sociais que envolvem os fiéis e a comunidade local.

Por isso, mais recentemente, outra igreja, a Presbiteriana, vislumbrou outra oportunidade de inserção social no bairro. Por isso, estão em processo de formalização do Instituto Reforma. A ALEF foi uma grande incentivadora desse processo, pois realiza encontros e seminários específicos sobre a temática, ensinando os líderes evangélicos a captarem recursos e realizarem obras sociais no bairro. O entrevistado menciona em sua fala como surgiu a ideia de criação do Instituto:

Sim, a gente já pensava nessa proposta, mas a gente não tinha muito conhecimento a respeito. Existe um seminário da **ALEF - Associação de Líderes do bairro de Felipe Camarão** e aí no ano passado eles fizeram o SEDEC, que é o seminário intensivo lá na igreja presbiteriana de Felipe Camarão. E eles trouxeram praticamente essa abordagem, trazendo um exemplo do Instituto Solidário que é uma ONG lá em Recife. E aí eles trouxeram o presidente do instituto e o gerente executivo e eles trouxeram toda bagagem deles, todo conhecimento que eles tinham a respeito disso. E aí a gente casou uma coisa com a outra. A gente já tinha a ideia, mas não sabia como fazer. E aí aos poucos a gente foi amadurecendo, veio o comitê, a gente se envolveu com o comitê e aí as coisas vem acontecendo naturalmente e a gente vem caminhando... (João Carlos, funcionário da ONG Visão Mundial).

A ONG Visão Mundial é uma organização cristã humanitária. Desde a sua fundação sempre realizou trabalhos associados à religião. A sua atuação em Felipe Camarão não poderia ser diferente. Inicialmente, foi através de uma reunião realizada com líderes evangélicos que se ressaltou a necessidade, segundo eles, de se realizar um trabalho social no bairro. Como afirma a entrevistada, que desde a fundação do projeto no bairro trabalha no local:

A ALEF na verdade, pelo o que eu sei, foi o centro social através da pessoa de Marcos Raimundo, que hoje é o presidente do conselho e de alguns pastores. Pelo que eu sei a princípio era pra ter levado o PDA pra Mãe Luíza e aí o **líderes evangélicos** fizeram uma pesquisa e conseguiram trazer pra cá. Mostraram que Felipe Camarão na época estava mais precisando do que o outro bairro. (Luciana, funcionária da ONG Visão Mundial).

Pois bem, durante todos os anos de permanência da Visão Mundial em Felipe Camarão, esta sempre esteve associada aos líderes evangélicos e à igreja evangélica, seja na realização de reuniões, que usavam o espaço das igrejas, como no processo de seleção e contratação dos funcionários, que eram, em sua maioria, selecionados primeiro nas igrejas, além da participação semanal de líderes evangélicos abrindo as atividades da organização, através do momento conhecido como “devocional”.

Outra organização que é associada com a igreja, dessa vez com a igreja católica, é a Fundação Fé e Alegria, que também, desde a sua organização inicial é vinculada à religião cristã. Recebe recursos da Ordem dos Jesuítas do Brasil, mantendo fortes vínculos e ensinamentos cristãos entre os funcionários e as crianças e adolescentes atendidas.

Já foi descrito que em setembro de 2015, a ONG Visão Mundial deixará de realizar suas atividades no bairro de Felipe Camarão. Assim, foi iniciado alguns meses atrás o processo de transição, onde, outras organizações sociais, que são parceiras da Visão Mundial, se reuniram e montaram o Comitê de captação/mobilização de recursos. Entre essas organizações e líderes, mais uma vez, os evangélicos são maioria e continuam a tradição cristã da organização.

Bom, acho que as mesmas que agora estão nesse comitê de sustentabilidade o Fé e Alegria, o NAM, a Fundação Bradesco... Ela estava num processo bem bacana. Não sei como é que está hoje. As unidades de saúde, as três inclusive essa capacitação de família cuidadora, todas as três participaram. As escolas, as igrejas - principalmente a igreja presbiteriana independente-, o **Ministério Rhema** e a presbiteriana, a **Capela Santo Antônio**, que é a igreja católica. (Luciana, funcionária da ONG Visão Mundial).

Como destacou a entrevistada, Luciana, as igrejas evangélicas são as que mais participam e se interessam por esse processo de transição da ONG. Entre elas destacam-se: a Igreja Presbiteriana, que recebe recursos da Mackenzie e busca formalizar o Instituto Reforma; a igreja Ministério Internacional Rhema, que também mantém uma organização, denominada Associação Abraçar. Além da Capela Santo Antônio, como única representante dos católicos, sendo que todas elas são cristãs.

Como se verifica, a atuação e a ampliação do “Terceiro Setor” em Felipe Camarão se relacionam profundamente com as práticas cristãs e com a atuação das igrejas evangélicas, que são maioria no bairro. Concentram muitos fiéis, conseguem realizar ações ao mesmo tempo e em diferentes locais do bairro.



Essa não é uma realidade nova, muito menos um fenômeno social exclusivo de Felipe Camarão. Em diferentes bairros periféricos do país, a religião evangélica ganhou espaço e conseguiu atingir milhões de fiéis, que se identificam com o discurso e com a ideologia disseminada nas igrejas, que propagam a teologia da prosperidade e de igualdade entre as mais diferentes classes sociais, no que concerne à condição religiosa. Os evangélicos descobriram no “Terceiro Setor” uma boa oportunidade para eles. Além de expandirem a sua ideologia, através da religião, podem também realizar obras sociais, como bem descreve o entrevistado:

**O conhecimento com essas organizações do terceiro setor foi através da igreja**, que a igreja é parceira da Visão Mundial e aí eu comecei ter uma ligação maior através da Visão Mundial, participando de capacitações e algumas atividades que a Visão Mundial disponibilizava. E aí foi despertando o interesse nessa área social, de conhecer mais a respeito. (João Carlos, funcionário da ONG Visão Mundial).

Assim, grande parte das igrejas evangélicas que existem em Felipe Camarão também desenvolvem obras sociais. A meta agora é outra, não se resume em apoiar ou serem apenas parceiras de outras organizações. Agora, essas igrejas e seus líderes almejam criar organizações sociais, para desenvolverem em todos os sentidos as obras sociais na comunidade. Criam associações e institutos com projetos que unem a fé e o trabalho social, como foi realizado pela Igreja Presbiteriana, com o Instituto Reforma, a Igreja Rhema, com a Associação Abraçar. Na linguagem dos líderes evangélicos, essas igrejas podem transformar o bairro:

Tem igrejas que vieram **transformar o bairro**, que fazem o trabalho de resgatar a comunidade. Tem igrejas que estão preocupadas com a comunidade. Quando chegou ali se instalou, conquistou junto conosco. O exemplo da igreja presbiteriana, que em frente a ela tinha um sítio e o pastor, juntos nós demos as mãos e conseguimos duas escolas. Demos as mãos conseguimos saneamento básico. Conseguimos reformas de escolas junto com o apoio das igrejas evangélicas. As igrejas fizeram um trabalho que era para o governo fazer. (João Carlos, funcionário da ONG Visão Mundial).

A concepção dos evangélicos é de que através da ação coletiva, mais destacadamente, a ação do indivíduo, através do voluntariado, da filantropia e da ação social, as igrejas evangélicas podem transformar a realidade do bairro. Esquecem que somente

através da ação do Estado é possível transformar e modificar uma realidade social em sua totalidade.

O Instituto Reforma, que ainda está em processo de formalização, é em parte mantido por doações da Universidade Presbiteriana Mackenzie, além de doações de fiéis da igreja, que existe no bairro.

O Mackenzie, ele faz parte da Universidade Presbiteriana Mackenzie e é uma ação do departamento social da universidade. E aí ela realiza esse movimento uma vez por ano e todos os anos tem. Nós conhecemos esse trabalho e achamos interessante trazer pra comunidade. A igreja presbiteriana desenvolve essa ação uma vez no ano com o apoio do **Mackenzie** e aí a ação se torna o Mackenzie voluntário. O Mackenzie apoia com toda a parte de divulgação – camisas, bonés. E aí a instituição que resolve aderir à ação fica responsável em desenvolver o projeto, o que vai ter, quais serviços vão ser oferecidos. A intenção da igreja, né? É, por perceber a necessidade que o bairro tem de alguns serviços, de algumas necessidades que existem. E aí procura-se desenvolver esse trabalho pra **contribuir com a comunidade**. (João Carlos, funcionário da ONG Visão Mundial).

A fala do entrevistado revela como são as atividades desenvolvidas. São, em sua maioria, atividades pontuais, fragmentadas e com forte viés assistencialista, que pouco colaboram para a melhoria da vida das pessoas ou podem ser associadas a direitos constitucionalmente assegurados ao cidadão.

Em 2014, no início do ano, na verdade **o trabalho mesmo ele começa dentro da igreja**. Então já tendo atividades com crianças e adolescentes. Então a gente percebeu que deveria haver uma instituição que amparasse de forma direta essas crianças e adolescentes. E chegou um ponto que a igreja não suporta mais, no sentido da acomodação, de ter pessoas suficientes pra conduzir o trabalho. E aí a gente viu essa necessidade e começamos a investir nessa questão de migrar para o Instituto Reforma. (João Carlos, funcionário da ONG Visão Mundial).

As obras sociais desenvolvidas pelas igrejas evangélicas, em sua maioria, são realizadas dentro desses templos. Buscam com isso aumentar o número de fiéis, ampliar o discurso cristão, usando a estratégia da realização de obras sociais. O entrevistado destaca que, o objetivo das igrejas e da ALEF é ampliar o número de projetos sociais. É incentivar cada vez mais essas igrejas a realizarem obras sociais.

**O ideal é que todas se reunissem pra fazer, em um só propósito**, mas não é muito à realidade, né? Nem são todas as igrejas. Hoje, no bairro de Felipe Camarão, são mais de cem igrejas somente nessa comunidade, mas nem todas, inclusive eu acho, que vou ser mais ousado: nem a maioria desempenha esse tipo de trabalho. Não sei se é por falta de conhecimento em relação a essa área ou se realmente tem outros focos, mas uma das formas que a gente encontrou realmente de aproximar, de se aproximar com outras denominações através dessa proposta foi **a ALEF. Consegue reunir diversas denominações em um único propósito**. Então, uma das nossas estratégias é participar da ALEF e assim divulgar através da ALEF o trabalho. E daí a gente consegue alcançar outros grupos, outras denominações. (João Carlos, funcionário da ONG Visão Mundial).

A observação e a pesquisa de campo foram etapas necessárias. Primeiro, para verificar no dia-a-dia, nas relações e na troca de informações, como ocorre esse processo de ampliação da igreja evangélica em Felipe Camarão. Segundo, através da pesquisa e das entrevistas, verificou-se como o discurso dos líderes evangélicos legitima a prática do assistencialismo e da filantropia entre os fiéis e a comunidade atendida.

Conforme a análise do relato acima descrito, o relacionamento das igrejas evangélicas e de seus líderes foi destacado na maioria das entrevistas. Para a melhor compreensão dessa relação entrevistou-se Leandro, líder evangélico e coordenador da ALEF.

Para ele, já existem muitas organizações do “Terceiro Setor”. Na sua perspectiva, as mudanças não são vistas no bairro em virtude da polarização das ações.

Primeiro a gente tem que reconhecer que é muito patente a contribuição dessas ONGs, projetos, das igrejas que também atuam, o que eles têm dado à comunidade. Porém, são iniciativas polarizadas. Assim como nós temos dificuldades de promover cooperação entre as igrejas, também me parece que é muito difícil e eu não sei o que está impedindo isso. **Me parece que há uma dificuldade em promover uma cooperação entre esses agentes, porque é meu projeto, a minha ONG, é o meu financiador, é o meu parceiro, é o meu prédio**. A gente percebe que não funciona como uma rede e infelizmente em Felipe Camarão há uma marca de que muitos projetos são aventureiros. A Fundação *Kellogg* teve que mudar toda a sua estrutura de financiamento porque tinha projetos em cinco bairros da zona oeste, dentre eles Felipe Camarão, **que alcançou resultados ínfimos. Acho que a polarização nos prejudica no sentido que temos que identificar se o projeto é sério. Se vem somar eu acho que são boas iniciativas**. (Leandro, presidente da ALEF).

Essa “polarização” descrita pelo entrevistado pode ser mais bem exemplificada. Quando diz que as ações das ONGs, das igrejas e dos projetos sociais são polarizadas, na verdade afirma como as organizações sociais desenvolvem atividades pontuais, fragmentadas,

sem interação com outras organizações, pois prevalece o não diálogo no “Terceiro Setor”. Cada um procura desenvolver a seu modo um trabalho social, não observam as necessidades do local e de como um trabalho conjunto poderia efetivamente provocar mudanças.

Descreve ainda a existência de projetos “aventureiros” que chegam e praticamente não interferem em nada no bairro. Existe um conjunto de características que marcam a atuação dos projetos desenvolvidos. Alguns duram poucos meses, mudam o local das atividades, existe uma rotatividade dos instrutores.

Como bem descreve Leandro, existe uma competição entre as organizações pelo público atendido, pelos patrocinadores, pelos parceiros. Enfim, tudo que possa contribuir para expandir a organização pode ser alvo de disputa. Diante esse cenário de contradições e disputas no “Terceiro Setor”, a população de Felipe Camarão é afetada.

O entrevistado é categórico ao afirmar que somente o trabalho das ONGs não será suficiente para mudar a realidade social:

**Talvez o nosso bairro seja o que mais tem ONGs em Natal. Se apenas o trabalho de ONGs e projetos sociais fosse suficiente para transformar o bairro, o nosso bairro estaria transformado.** Bairros maiores como Nossa Senhora da Apresentação não têm a metade do que o nosso bairro tem. **A gente tem boas ONGs, mas a polarização, a dificuldade de se trabalhar em parceria e de entender parceria para além da questão financeira, é como sonhar juntos, é cooperar juntos. Claro que existem algumas iniciativas como a Visão Mundial, que desde começo se empenha para criar uma rede social.** Mas eu acho que a polarização existente elimina nossos esforços. Embora tenhamos projetos excelentes, o bairro é bem melhor se comparado há quinze anos. Isso é fato, no entanto, o passo seguinte é uma ação séria, coesa. Que nos permita ter agendas comuns em prol da comunidade. (Leandro, presidente da ALEF).

Os evangélicos em Felipe Camarão descobriram o “Terceiro Setor”. Perceberam como esse é um terreno fértil para disseminar o discurso e a ideologia da autoajuda, bem como para captar e gerir recursos. Tudo em nome das obras sociais e da “missão integral da igreja”, que tem como ideologia transformar o bairro, quando na verdade, por mais que sejam boas práticas, que efetivamente ocorram, que tenha o trabalho e a dedicação de pessoas bem-intencionadas, tudo isso só colabora para promover o conformismo social.

Para Leandro a missão integral da igreja pode ser assim descrita:

A missão integral da igreja não é só a igreja fazendo obra social. A missão integral da igreja ultrapassa a missão social. Consiste em levar o evangelho todo para o homem todo e para todo o ser humano. O evangelho todo é porque acreditamos que o evangelho ele tem implicações sociais,

econômicas, espirituais. Então o evangelho não pode ser reduzido apenas à área social e nem pode ser reduzido apenas à pregação. A célula a igreja precisa entender sua missão em uma forma ampla, integral. Entender que esse evangelho não para nas questões individuais, pessoais. Ele tem a implicação para a vida em comunidade, implicações éticas, para o ser humano todo. (Leandro, presidente da ALEF).

Os evangélicos estão sendo formados por essa ideologia da missão integral, que nas mais diversas áreas da vida em sociedade a igreja passa a interferir. Para Leandro, apesar de existirem muitas igrejas, ainda há possibilidade de crescimento. Segundo sua análise:

... Percebemos que em algumas regiões do bairro, há locais que (sic) faltam igrejas. Em uma determinada região tem vinte igrejas e em outra tem uma ou duas. Assim como há uma má distribuição de renda, também há uma má distribuição de igrejas. Cem igrejas seriam suficientes para servir o bairro. Mas essa má distribuição ainda deixa espaço para o crescimento de igrejas no bairro. (Leandro, presidente da ALEF).

Por isso as igrejas passam a se reproduzir em Felipe Camarão e cada vez mais atuam na área social. Contudo, ainda sobre esse tema se pode analisar e refletir que apenas uma parcela, ainda pequena, das igrejas evangélicas que atuam no bairro desenvolve algum trabalho social.

Para Mírian, apesar de existirem muitas igrejas, a maioria delas ainda não aderiu ao “Terceiro Setor”.

A maioria das igrejas não tem a compreensão. Ainda estão muito nessa teologia da prosperidade. Precisamos entender que há um contingente populacional muito grande e nunca vai atingir cem por cento. Mas se as igrejas acordassem para isso, teria um impacto grande, porque há muita gente dentro das igrejas. Posso te dizer que as instituições que estão no comitê são bem-intencionadas. Que olham para comunidade com o olhar da transformação. Mas há algumas que a gente não sabe até onde, qual é a real intenção desses projetos na comunidade. (Mírian, coordenadora da ONG Visão Mundial).

O que ao mesmo tempo sugere uma reflexão: ainda bem que até o momento somente algumas igrejas despertaram o interesse em atuar conjuntamente com outras organizações sociais do “Terceiro Setor”, pois se futuramente as organizações do “Terceiro Setor” continuarem se expandindo no bairro e se associando com as igrejas e líderes evangélicos, o processo ideológico de conformismo social e de apassivamento seria ainda mais preocupante em Felipe Camarão.

Na concepção de Leandro, existem alguns fatores que explicam a pouca adesão das igrejas. Para ele:

Tem um grupo neopentecostal que adota uma teologia que chamamos teologia da prosperidade. Então esse grupo não tem nenhuma identificação com ALEF, justamente porque tem outra visão a respeito da questão da pobreza. **Para eles, a pobreza está ligada ao pecado e que é só se converter que vai prosperar. Não concordamos com isso. Para nós a pobreza é consequência do pecado social da injustiça, da miséria. Há um pecado individual, pessoal, mas há um pecado social. Para tratar o pecado individual, nós evangelizamos. Mas para tratar do pecado social, nós temos que tratar das questões estruturais que provocam a injustiça, a desigualdade. A violência esse grupo não se identifica muito com o que a ALEF faz. (Leandro, presidente da ALEF).**

Para o entrevistado, três grupos de igrejas existem em Felipe Camarão. O primeiro grupo, da “teologia da prosperidade”, não adere à ALEF, não se aproxima de obras sociais e considera a pobreza “um pecado”. Esse grupo de igrejas, apesar de serem as mais recentes no bairro, reúne um grande número de fiéis. O segundo grupo é formado pelas igrejas tradicionais, como a Igreja Presbiteriana, a Igreja Batista, a Igreja do Brasil, a Congregacional. O Terceiro grupo é formado pelas igrejas pentecostais, como a Assembleia de Deus, a Igreja Deus é Amor.

Na concepção do entrevistado, de acordo com a doutrina adotada pela igreja, ela terá mais ou menos predisposição em realizar obras sociais ou a atuar conjuntamente com o “Terceiro Setor”. De modo geral, as igrejas que adotam a “teologia da prosperidade” não se preocupam em interferir nas causas sociais, por compreenderem que esse processo é resultante do pecado, sendo responsabilidade do indivíduo mudar a sua história, basta somente se esforçar. A ideologia do “Terceiro Setor” associada ao crescimento das igrejas evangélicas em Felipe Camarão revela perspectivas preocupantes:

**Essas igrejas com as quais nós trabalhamos, elas são mobilizadas, capacitadas para atuarem na comunidade. Há igrejas que têm escolas, que têm projeto de jiu-jitsu, igrejas que criaram institutos para atuarem na comunidade, igrejas que trabalham com cultura e arte, com crianças em vulnerabilidade social com isso.** A ALEF vai aos poucos aumentando uma rede de serviços a partir das igrejas locais. Acreditamos no potencial da igreja local, porque é a única capaz de lidar com a pessoa pelo restante da sua vida. Uma ONG não pode fazer isso. Uma escola ou uma empresa, geralmente uma escola, só atua com a criança enquanto ela está no tempo escolar. Ou uma ONG anda com aquela criança enquanto ela faz parte do projeto daquela ONG. Mas a igreja tem a capacidade de andar com as pessoas por dez, vinte, trinta anos. Acreditamos que a igreja tem um

potencial de trabalhar usando os recursos locais porque ali já tem muitos voluntários, pessoas, jovens que podem trabalhar serem mobilizadas com isso. A gente não precisa trazer recursos de fora para realizar muitas coisas. Também ela tem a capacidade de desenvolver o empoderamento, a participação, a dignidade, a autoestima. Enfim, então a gente acredita muito na igreja local e que ela sozinha não pode fazer muita coisa. Tem que haver diálogo, relacionamento com outras ONGs, com outros espaços. E ficamos felizes porque percebemos que mais e mais a igreja vem sendo mais percebida ou sendo acolhida nesses espaços, que antes era não era bem vista. (Leandro, presidente da ALEF).

Na prática, as pessoas de Felipe Camarão até precisam de obras sociais, contudo, a população precisa antes de tudo da atuação do Estado e da efetivação de políticas sociais, para que a universalidade de cidadãos seja atendida e as mudanças sociais realmente passem a ocorrer. Enquanto isso, uma população de mais de 75 mil habitantes convive com a espera. Podem um dia, se houver interesse de uma das 103 (cento e três) igrejas evangélicas, realizarem uma obra social. Entre o possibilismo e a garantia de direitos, a população permanece silenciosa e passiva em face da ausência de uma organização política comunitária para enfrentar os problemas sociais.

#### **4.14.3 A criação de um comitê de captação e mobilização de recursos**

No início da pesquisa do Mestrado, a temática sobre a criação de um comitê de captação de recursos não havia sido pensada ou sequer divulgada entre as organizações do “Terceiro Setor” que atuam em Felipe Camarão. Somente no ano de 2014, algumas organizações se reuniram e pensaram em criar conjuntamente esse comitê.

O comitê de captação de recursos foi idealizado pela ONG Visão Mundial. Então, a coordenação da organização, juntamente com outros funcionários do local, convidou membros de outras organizações do bairro.

Mírian, coordenadora do Projeto PDA – Caminhos do Sol, da ONG Visão Mundial, assinala que o processo de construção de um comitê de captação e mobilização de recursos surgiu logo em seguida da notícia de finalização do projeto em Felipe Camarão. Conforme já foi mencionado, foi uma decisão do escritório da Visão Mundial, em Recife/PE, que o projeto seria finalizado. A notícia foi informada em 2013. Esperava-se assim, que no ano de 2014 as atividades fossem de fato encerradas, contudo, ficou decidido que o projeto permaneceria no bairro em um processo de transição e de finalização até o mês de setembro de 2015, data do encerramento do ano fiscal da organização.

Nesse sentido, pensou-se como o processo de transição e de finalização do projeto ocorreria, para que não representasse uma ruptura abrupta. Pensou-se em capacitar, formar, incentivar e organizar um grupo de projetos que existem no bairro, para que logo após o encerramento das atividades oferecidas pela Visão Mundial, as crianças e adolescentes inscritas no projeto sejam direcionadas para outros projetos sociais que também atuem naquela localidade.

Surgiu assim a ideia da criação de um comitê de captação e mobilização de recursos. Quando questionada sobre a existência de atividades conjuntas e de parcerias com outras organizações sociais do “Terceiro Setor”, Mírian relata que desde o começo do projeto no bairro sempre buscaram realizar um diálogo com outras organizações sociais. Para isso, usavam os espaços coletivos que estavam disponíveis no bairro, como as parceiras iniciais. Pode-se destacar: as escolas – em sua maioria municipal – as igrejas – em grande parte evangélica – e as unidades de saúde. Foram esses os espaços conquistados inicialmente nesse processo coletivo que foi estabelecido. Segundo Mírian:

Com relação a isso, o caminho do programa sempre foi assim, sempre foram realizadas atividades em espaços de parceiros desde início, nas igrejas, nas escolas, nas unidades de saúde. Sempre foram feitas atividades em conjunto, atividades lúdicas, pedagógicas, mobilização nas ruas. Quando soubemos do processo de encerramento do programa, tivemos um cuidado de chamar os parceiros para informar e discutir a questão da sustentabilidade, de estarem juntas e de se fortalecerem conjuntamente. Em 2014 sabíamos que o programa estava no fim, convidamos várias instituições e como todas não atenderam o chamado... Na estruturação do comitê de mobilização e captação de recursos temos seis instituições, com o foco principal trazer capacitação para que elas estejam preparadas para fazerem captação de recursos com o foco na sustentabilidade de suas ações, de entender que estando juntas, é mais viável. Mas para isso as instituições precisam saber o que é sustentabilidade, o que é *marketing* e que tem que entender que sozinho não se faz isso. Por isso a história do comitê. Ele existe desde 2014. Estamos passando a bola para outra instituição, mas o PDA não sai de cena até setembro de 2015. Ficou discutido que a cada seis meses uma instituição assume esse papel: a Fundação Fé e Alegria, a Associação Betel, o NAM, o Instituto Reforma, o Transfortatame e a Tropa Trupi Conta Vento. São essas seis com foco na criança e no adolescente. (Mírian, Coordenadora do Projeto da Visão Mundial).

É importante destacar que somente as pessoas previamente convidadas podem participar do comitê. Em regra, são os coordenadores dos projetos sociais, das ONGs, pastores e líderes evangélicos.



O comitê de captação de recursos foi pensado estrategicamente pela Visão Mundial, que após nove anos de permanência em Felipe Camarão encerrará suas atividades. Em 2014 existiam mais de duas mil crianças inscritas no projeto. Certamente, apenas uma minoria participava com habitualidade das atividades, mas, de alguma forma essas centenas de crianças foram acompanhadas e monitoradas por esse projeto.

Com a data marcada para encerrar as atividades, a ONG Visão Mundial começou no ano de 2014 a “desligar” seus inscritos. O processo de desligamento, como eles falam, é realizado pelos educadores sociais, que visitam cada uma dessas crianças em suas residências. Na ocasião, informam que a ONG não permanecerá no bairro e que aquela criança vai ser retirada dos cadastros do projeto, que não terá mais atividades, oficinas ou visitas programadas após setembro de 2015.

Assim, a coordenadora da ONG Visão Mundial e demais educadores sociais que compõem a organização participaram de oficinas e de palestras. Nessas etapas formativas foram ensinados a elaborar projetos sociais e a captar recursos, surgindo a partir de então a ideia de criação de um comitê para captar recursos. Busca-se com esse comitê ensinar os participantes a elaborar projetos sociais e a captar recursos para desenvolver ações sociais na comunidade. Ensinam a sustentabilidade de um projeto social no capitalismo. Nesse sentido, afirma João Carlos:

O comitê de mobilização de recursos, ele existe desde ano passado e aí é um projeto da Visão Mundial. É uma atividade da Visão Mundial reunir essas instituições do bairro de Felipe Camarão para formar esse comitê. E aí formou-se o comitê e a intenção é capacitar cada instituição para que futuramente elas saibam fazer a captação de recursos para sua própria sobrevivência. Hoje quem participa é Fé e Alegria, Associação Betel, Instituto Reforma, Trupe Conta Vento, o NAM acredito que são essas. (João Carlos, funcionário da ONG Visão Mundial).

Esse comitê de captação de recursos foi pensado estrategicamente pela Visão Mundial para articular os principais líderes do bairro e coordenadores de outras organizações sociais parceiras, para juntos se capacitarem sobre a captação de recursos para projetos sociais. A intenção desse comitê é, em suma, ensinar os participantes, em sua maioria líderes evangélicos, a preparar um projeto e submetê-lo a um edital, para conseguir captar recursos e patrocínio para o desenvolvimento de atividades.

A relação das igrejas evangélicas com a expansão e permanência do “Terceiro Setor” no bairro é um tema analisado em outro tópico e que aparece mais uma vez na fala da entrevistada. Ela revela quem são as pessoas que participam do comitê:

... a **Visão Mundial está encerrando o trabalho aqui no bairro, está tentando, foi montado um comitê de sustentabilidade** e aí a pessoa responsável é Mírian, a coordenadora. Stanley também participa muito desse comitê, dessas reuniões que aí pelo que eu sei são algumas instituições bem participativas. O NAM, o Fé e Alegria, as unidades de Felipe Camarão eu acredito. Mas assim é muito difícil, porque na prática não funcionou como era proposto, né? E era muito difícil até manter as reuniões, a rotina de cada um com seus interesses, foi muito complicado. (Luciana, funcionária da ONG Visão Mundial).

A entrevistada, Luciana, que trabalha na ONG Visão Mundial desde o início das atividades em Felipe Camarão, admite uma preocupação quanto ao funcionamento e continuidade do comitê de captação de recursos. A funcionária da ONG relembra que já foram pensadas outras formas de se organizar coletivamente várias organizações do “Terceiro Setor” que atuam em Felipe Camarão, mas na prática foram tentativas frustradas.

Ainda no começo das reuniões do comitê algumas organizações, apesar de convidadas, deixaram de participar ou não foram. Algumas apresentaram justificativas, outras simplesmente deixaram de ir. Como informa o entrevistado, João (Instituto Reforma, também trabalha no setor administrativo da Visão Mundial):

Quem saiu foi a Associação Abraçar – da Igreja Rhema. Tem outro projeto, mas eu não lembro o nome, que é do pastor Silvestre, que ele atua ali no quilômetro seis, naquela região. Tem o Lar Fabiano, mas que também não é tão frequente, tá bem distante assim. Acho que foram só essas que mandaram até então. (João Carlos, funcionário da ONG Visão Mundial).

Mesmo sendo consideradas organizações parceiras, algumas organizações não tiveram interesse em participar do Comitê. Existem várias razões para essa falta de interesse. Primeiro, pode ser mais lucrativo captar individualmente o recurso; segundo, participar de um comitê com várias organizações com interesses diversos pode limitar ou reduzir a autonomia na tomada de decisões; terceiro, as organizações podem acreditar que um comitê não seja capaz de trazer bons resultados e possa ao final resultar em perda de tempo.

Do outro lado, estão os que não são convidados a participarem do Comitê de captação de recursos, como revela a entrevistada Rosângela:

Não, eles não deixam participar. Quem participa é Miriam e outras ONGs, nem todas. Porque assim, até eu fui questionada sobre o porquê não participar desse comitê. A maioria das pessoas que é o braço lá de cima, como a unidade de saúde, não foi chamada. Só algumas por aqui. Se tiverem diálogo, eu nem sei, porque são chamados e não dão as caras. Mas a gente não tem acesso a eles. (Rosângela, funcionária da ONG Visão Mundial).

A entrevistada afirma que somente os coordenadores dos projetos sociais e os líderes da comunidade, em sua maioria os pastores evangélicos, são convidados e podem participar das reuniões do comitê. Esse comitê de captação de recursos, como o próprio nome já diz, é mais uma estratégia do “Terceiro Setor” para continuar financiando os projetos. Essa forma de organização e captação de recursos deixa à margem a comunidade, retirando-os dos espaços de debate e de tomada de decisões. Privatizam aspectos sociais e espaços públicos.

Comumente, a população não é chamada ou incentivada a participar dos espaços de representação, que envolvem a organização popular e uma participação equitativa. Somente em alguns momentos, em situações pontuais, quando é de interesse das organizações sociais, a população – ou seu “público-alvo” – é convidado a participar.

Podemos fazer uma analogia com o mercado, onde se afirma que cada um é livre para concorrer e para ter a sua oportunidade. Assim, também são característicos estes momentos de participação da população nas organizações sociais: somente ocorrem pontualmente e dentro das possibilidades já previamente estabelecidas.

Se a população fosse ensinada, educada e incentivada, o processo de participação popular já teria sido ampliado. Decisões coletivas e fortemente políticas teriam sido colocadas em prática. Enquanto isso, muitos desses espaços que são públicos em sua classificação, passam a ser privatizados e controlados por determinadas organizações e grupos. Nestes espaços prevalecem os interesses de uma minoria, sendo uma contradição permanente e de difícil conciliação, entre o público e o que pode ser privatizado.

Dando continuidade à análise das entrevistas, descreve-se como o comitê de captação e recursos se organiza:

Nós temos um plano que foi montado com assessoria, um plano para que fosse cumprindo. E aí nós nos reunimos a cada mês pra tentar colocar em prática aquilo que estava designado no plano de mobilização... Vão retornar agora em fevereiro as reuniões, mas elas são mensais. Já nos reunimos aqui, mas agora a gente tá preferindo reunir no espaço das outras instituições. As últimas vezes foram no NAM, já nos reunimos também na Associação Betel. E aí a gente vai fazendo um rodízio até mesmo pra envolver e para que os

outros também conheçam às outras instituições. (João Carlos, funcionário da ONG Visão Mundial).

Mensalmente, os participantes do comitê se reúnem e elaboram estratégias de atuação. As reuniões ocorrem em espaços diferentes, sempre na sede das organizações ou das igrejas que participam. Nas entrevistas é possível verificar que o principal interessado na criação do comitê foi a ONG Visão Mundial, que convidou outras organizações parceiras para comporem o comitê:

É que na verdade é assim como se trata da questão de captação de recursos então é algo mais específico e nem todo mundo trabalha com a captação de recursos, **embora que a intenção da Visão Mundial fosse que todos participassem, né?** Quando eu digo assim captação de recursos que existe realmente, por exemplo, a Fé e Alegria, eles estão investindo na implantação do SINCONV<sup>15</sup> para poder fazer a captação de recursos através do comitê de mobilização de recursos. Então assim, também teve a questão do interesse. **Hoje quem participa são essas instituições, mas a maioria das instituições do bairro de Felipe Camarão foram (sic) convidadas. Inclusive o interesse da Visão Mundial era que todas participassem, mas até mesmo as atividades, as atribuições, a cada instituição até mesmo não permite que as pessoas venham a participar.** Nós já tivemos algumas mudanças das instituições. No início eram outras instituições. Algumas ainda permaneceram, mas algumas já saíram e aí entraram outras. Então assim, houve um pouco de mudanças do comitê até mesmo devido à participação também. (João Carlos, funcionário da ONG Visão Mundial).

Na percepção do entrevistado, a participação e a não participação das organizações do “Terceiro Setor” nesse comitê de captação de recursos é reduzida a uma análise simplista, de que as outras organizações não participam em virtude das atividades já programadas e de outros compromissos. Na realidade, a dimensão dessa participação é mais ampla, não pode ser reduzida a um único fator. De fato, os coordenadores e gestores das organizações sociais sabem que precisam de recursos para funcionarem. Contudo, sabem ao mesmo tempo que precisam se firmar no bairro e fazer seu nome, que precisam manter os patrocinadores e o público que já conseguiram convencer.

Assim, participar conjuntamente com outras organizações que também atuam em Felipe Camarão pode ser arriscado. Podem perder espaço e isso refletir negativamente no desenvolvimento do projeto. E, sobretudo, constitui um risco para o que será apresentado para

---

<sup>15</sup> Sistema de Convênios do Governo Federal.

As transferências de recursos federais feitas pela União para entidades privadas sem fins lucrativos devem estar obrigatoriamente cadastradas no Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV) a partir de 16 de janeiro. A determinação está no decreto nº 7.641, de 25 de julho de 2007.

o patrocinador. Dessa forma é mais vantajoso continuar na zona de conforto, desenvolver seu projeto e “contar com a sorte” de aprová-lo em mais um edital. É assim que funciona: primeiro o interesse individual da organização, depois, o interesse coletivo da população e, por último, a preocupação limitada, fragmentada e fragilizada com a questão social.

Eu participo representando uma instituição, o Instituto Reforma. Ainda não está legalizado. Inclusive a gente está nesse processo. É um projeto iniciado por algumas pessoas lá da **Igreja Presbiteriana do Brasil**. A aprovação do estatuto na assembléia. Para decisão de diretoria, nós temos o projeto com as aulas de jiu-jítsu, que é uma das atividades hoje mais importantes do instituto. Então eu participo do comitê representando o Instituto Reforma. (João Carlos, funcionário da ONG Visão Mundial).

O entrevistado revela na sua fala uma preocupação demasiada em legalizar a organização, ou seja, o Instituto Reforma, que ainda se encontra no processo de formalização e legalização, para que tenha estatuto, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, termos e regras previamente ajustados perante a Igreja Presbiteriana, que é diretamente vinculado e recebe colaborações financeiras para desenvolver as ações. Cabe ressaltar que, sem a formalização, a organização social não aprova um projeto submetido a um edital público ou privado. Nestes termos, a formalização é a etapa essencial para posteriormente captar e mobilizar recursos.

A preocupação do entrevistado não reside apenas em fazer o que eticamente, socialmente e juridicamente é correto no processo de formalização de uma organização social. O interesse é no intuito de obter o CNPJ, somente assim é possível submeter o projeto em algum edital público ou privado para receber os recursos financeiros.

Ainda refletindo sobre a temática dos recursos nas organizações do “Terceiro Setor”, sabe-se que existe uma preocupação de algumas pessoas do bairro em discutir sobre os investimentos recebidos e sobre a sua aplicação. Principalmente os líderes comunitários, pensam sobre isso, pois foram eles, em sua maioria, que apresentaram o bairro e as pessoas estratégicas do local aos coordenadores e gestores das organizações sociais.

A Fundação Fé e Alegria tem sede própria no local, segundo a coordenadora Cadó, o projeto, como qualquer outro projeto do “Terceiro Setor”, também encontra dificuldade para continuar financiando as atividades.

Isso é de regra geral, todas as entidades, independentes dessa tipologia aí, elas passam por uma extrema dificuldade de manutenção aos ciclos que tem disponíveis, né? Então o Fé e Alegria, ela se instaura não com um prazo

determinado, eu vou ficar aqui numa comunidade. Diferente da Visão que chega e diz: eu tenho um programa e em dez anos, depois disso eu monto meu acampamento em outro canto, o Fé e Alegria não funciona dessa forma. Ela se instala sem prazo determinado. No entanto, no ano que vem ela pode tá fechando. Se ela não conseguir, tiver a capacidade de mobilizar recursos das mais diversas ordens pra alimentar seu trabalho, ela fecha. Como já fechou em outros lugares. Para dar continuidade, significa isso, não é um montante não de recurso tanto, mas sabe que recursos humanos ele leva um bom percentual do orçamento e você só faz se você tiver recursos humanos, né? Se você não tiver recursos pra pagar salários de profissionais com o mínimo qualidade pra fazer um trabalho consequente, não funciona. Então, por enquanto a realidade nossa é que nós temos acesso anual, mandamos o projeto esse ano. Não sabemos exatamente ainda. Estamos aguardando. Que é de acesso de recursos da filantropia que é da companhia de Jesus... A perspectiva de busca ativa de recursos é assim que funciona. (Cadó, coordenadora da Fundação Fé e Alegria).

Segundo Cadó, a Fundação Fé e Alegria recebe recursos financeiros da Companhia de Jesus, que é uma organização de âmbito nacional. Assim, anualmente, o projeto desenvolvido em Felipe Camarão é submetido à aprovação de recursos. Além disso, diferentemente de outras organizações do “Terceiro Setor”, a Fundação Fé e Alegria não se instala em uma localidade com um prazo determinado, com data para o início e para o fim das atividades, como ocorreu com a Visão Mundial no bairro.

Outro aspecto que diferencia a atuação da Fundação Fé e Alegria, além de não ter determinado o prazo de atuação no bairro, ela recebe recursos da Companhia de Jesus, que é uma ordem franciscana. Além disso, outros recursos são provenientes do CEBAS – ou seja, da assistência social. Desse modo, a Fundação Fé e Alegria não trabalha com a captação de recursos da iniciativa privada, nem busca apoio nas empresas que se autointitulam como “empresas cidadãs”.

São recursos da isenção fiscal, conta patronal, filantropia Fé e Alegria tem o CEBAS. E por ter o CEBAS ele tem acesso a recursos da filantropia da Companhia de Jesus. E dessa forma, com esse recurso, a assistência, a assistência social, que é o do que a gente vive, ela desenvolve esse trabalho. (Cadó, coordenadora da Fundação Fé e Alegria).

A Fé e Alegria busca desenvolver um trabalho contínuo na comunidade, contudo, o projeto só permanece se houver recursos financeiros suficientes para isso. O que sempre é um motivo de preocupação, pois a incerteza perdura nos meses que antecedem à aprovação dos recursos. Isso também reflete no público atendido pelas organizações, que não tem nenhuma garantia se vão ou não continuar no projeto.

A prestação de contas da Fundação Fé e Alegria é diretamente com os órgãos do Estado brasileiro que controlam esse tipo de trabalho. Portanto, Fé e Alegria deve prestar contas ao Ministério do Desenvolvimento Social, como a mantenedora dos jesuítas que faz esse repasse de recursos, que faz a parceria do Fé e Alegria pra isso, que se chama ANEAS - Associação Nacional de Educação e Assistência dos jesuítas. Eles prestam contas diretamente com o Ministério Público, do Ministério de Desenvolvimento Social, entende? Todos os usuários de Fé e Alegria são registrados dentro do seu quadro de usuários e é prestado contas ao Ministério do Desenvolvimento Social, mês a mês. O conjunto de atividades e monitoramento é extremamente exigente do processo de trabalho. (Cadó, coordenadora da Fundação Fé e Alegria).

Convém também destacar que não se busca nesta pesquisa apontar ou classificar as organizações do “Terceiro Setor” que são “honestas” ou “desonestas”, as que efetivamente trabalham e as que não trabalham. Mas, destacadamente a Fundação Fé e Alegria realiza parcerias diferentes. Primeiro na forma de financiamento e na captação de recursos, pois não recebe dinheiro de empresas. Além disso, por mais que o objetivo da pesquisa seja demonstrar a funcionalidade e a instrumentalidade do “Terceiro Setor” para com o projeto neoliberal, ainda existem organizações que estão inseridas nessa lógica, mas que tentam combater a ideia de afastamento do Estado, da responsabilização dos indivíduos, que busca desenvolver um trabalho de formação sócio-política com as pessoas atendidas.

A captação de recursos é um tema fundamental para o “Terceiro Setor”. Como foi descrito no primeiro capítulo, as ONGs se apresentam na sua própria denominação como Organizações Sociais Não Governamentais. Em tese não recebem recursos públicos, pois estão a parte do Estado.

Contudo, a denominação dessas organizações do “Terceiro Setor” possui uma imprecisão e apresentam uma aparente contradição: ao mesmo tempo em que se dizem a parte do Estado, as ONGs recebem recursos públicos e estabelecem parcerias públicas. Nessa lógica e dentro de uma sociedade capitalista as organizações sociais do “Terceiro Setor” precisam de recursos e só conseguem se manter se forem financiadas ou patrocinadas. Conforme vimos no primeiro capítulo, quando foi apresentada a crítica ao “Terceiro Setor” e a sua funcionalidade ao modelo econômico vigente, o autor Carlos Montaña ressalta:

Como sua própria denominação sugere, as organizações sem fins lucrativos, as fundações filantrópicas, as associações comunitárias, parecem não desenvolver uma atividade geradora de lucro. Se assim fosse, estaríamos falando de empresas vendedoras de serviços, no âmbito do mercado, e não de organizações do chamado “terceiro setor”. Na maioria dos casos, elas

também não geram receitas suficientes para se manter em operação; assim, essas organizações têm extrema necessidade em captar recursos fora de suas atividades fundantes. Essas atividades e sua característica de “gratuidade” levam a uma falta de auto sustentabilidade tal que a captação de recursos, ou *fundraising*, torna-se não apenas uma atividade essencial da organização, mas ainda pode passar a orientar a filosofia e a condicionar a sua “missão”. (MONTAÑO, 2010, p. 206-207).

Como foi descrito, as organizações sociais do “Terceiro Setor” vivem essencialmente da mobilização e captação de recursos. Inicialmente, no Brasil, essas organizações recebiam em sua maioria recursos oriundos de doações internacionais, outra parcela significativa dos recursos era disponibilizada através da igreja católica.

Atualmente existem várias fontes para a obtenção de recursos. Ainda é possível verificar no país organizações que são patrocinadas com recursos internacionais, como por exemplo, a ONG Visão Mundial, que é patrocinada por doadores que moram na Austrália. Sem olvidar que outra parcela expressiva de recursos é proveniente do Estado, que através da dedução de impostos permitiu a ampliação da responsabilidade social empresarial.

Existem outras reflexões que podem ser realizadas quanto ao investimento e aos recursos recebidos pelas organizações do “Terceiro Setor” que atuam em Felipe Camarão. Procurou-se ouvir os líderes comunitários do local. Em grande parte, os entrevistados revelam sua insatisfação quanto à permanência e a forma de atuação das organizações. Relatam que, no primeiro momento, os coordenadores das organizações sociais até procuram ajuda da liderança local, porém que posteriormente os líderes, apesar de terem cumprido um importante papel, não são mais desejáveis dentro das organizações.

Por exemplo, o senhor Cirilo, que foi presidente do Conselho Comunitário de Felipe Camarão e por várias vezes esteve à frente das organizações dos moradores. Também foi procurado pelas organizações sociais que almejavam se instalar no local. Ele lembra que muitas organizações depois de instaladas e já desenvolvendo os projetos sociais, esqueceram que um dia procuraram apoio junto ao Conselho Comunitário. Na fala assim diz:

**Quem participa lá é um pequeno grupo, mas a comunidade em si não sabe, não sabe quanto entra, quanto sai, o quanto eles aplicam. Eles só sabem que estão desenvolvendo um trabalho social. A não ser que você sabe, você já participou de alguma palestra, sobre investimento, você já viu? Não tem. Eu sei que entra muito dinheiro nesse do Conexão. Eu dou um doce se alguém souber que ela prestou conta. Ninguém sabe. É um trabalho que eles fazem não para beneficiar a comunidade, é uma pessoa que tem por traz. Digo com certeza. (Cirilo, líder comunitário).**



Na percepção do líder comunitário, as organizações sociais do “Terceiro Setor” somente procuram as lideranças do bairro quando é conveniente. Quando atingem seus interesses, esquecem-se de apoiar e de convidar as pessoas que realmente compreendem os problemas sociais do bairro.

O entrevistado afirma que a população do bairro desconhece quanto dinheiro é recebido e quanto é efetivamente usado, que não há uma prestação de contas à comunidade que é atendida pelo projeto.

Nesse mesmo sentido, o outro líder comunitário entrevistado afirma que:

**Não. Eles não divulgam, eu já participei de uma e quando alguém ia dar uma opinião eles não gostavam, por isso, eles tiraram,** cortaram a comunidade. Hoje a mesma situação das ONGs está ocorrendo nas escolas. Quando eram públicas, a comunidade fazia parte. Hoje, as escolas são dos gestores. São os donos que têm o recurso e passam a ser independentes. Têm escolas que estão fechando por não terem alunos. Estão sendo como as ONGs também. (João Maria, líder comunitário).

João é um conhecido líder comunitário no bairro. Também foi um dos líderes procurados pelas organizações sociais quando almejavam se instalarem no bairro. Estas organizações sociais usaram o conhecimento e a influência dos líderes comunitários para ganharem espaço e confiança da população. João Maria não poderia fugir à regra. Pouco depois, as organizações também deixaram de convidar este líder.

Certamente, um dos motivos que explica o afastamento é o seguinte: os líderes comunitários estavam ou poderiam passar a incomodar com questionamentos às organizações. Para evitar o problema, simplesmente descartam quem um dia foi útil. O modelo gerencial de organização capitalista é perfeitamente adaptado e colocado em funcionamento no “Terceiro Setor”.

Na prática, os líderes comunitários e outras pessoas da comunidade são interessantes e úteis apenas em um determinado momento para as organizações sociais. Quando os líderes comunitários e outras pessoas começam a participar efetivamente, quando possuem consciência política e reagem questionando essas organizações, logo, eles são afastados, esquecidos e sequer procurados.

Inicialmente, o gestor, organizador e/ou coordenador de uma organização social, mantém um contato prévio com o bairro, vai até o local, conhece lideranças comunitárias e outras pessoas que já são engajadas com a realização de obras sociais. Não existe uma regra única, muito menos uma receita de como ocorre a inserção dessas organizações no bairro.

Contudo, na maioria dos relatos e de acordo com o que foi verificado na pesquisa e nas entrevistas, alguém que mora no bairro e conhece os problemas sociais é procurado, para expor, apresentar o bairro, apresentar essas pessoas a outras lideranças locais, bem como, realizar a apresentação dessas pessoas novas aos futuros beneficiários dos projetos sociais.

Os entrevistados, em sua maioria, que já possuem uma atuação social e comunitária, como os líderes Gilmar, Marcos Raimundo, Cirilo e João Maria, que já atuaram ou continuam atuando no Conselho Comunitário, são unânimes em declarar que já foram úteis a essas organizações do “Terceiro Setor”, que em um determinado momento cumpriram muito bem esse papel de apresentar o bairro e as demais lideranças do local.

Contudo, após a efetiva instalação de algumas organizações esses líderes, antes convidados principais, saem de cena. Não são mais convidados a participarem de nada e se tentam interferir com questionamentos, devido ao papel social que assumiram perante a comunidade do bairro, são novamente esquecidos. O que se assinala é que a maioria das organizações realiza da sua forma as atividades, que não estão abertas ao diálogo e à participação de pessoas que minimamente são conscientes politicamente, como é o caso dos membros do Conselho Comunitário.

#### **4.14.4 O patrocínio público e privado no “Terceiro Setor” e a ampliação da responsabilidade social empresarial**

Na revisão teórica apresentada no primeiro capítulo desta pesquisa foi descrito o contexto histórico e social do Brasil, que, especificamente anos 90 houve uma visível expansão do “Terceiro Setor”. Trata-se de um novo modelo de cuidar da questão social, afastando-se o Estado da sua função e incluindo neste território organizações sociais.

Trata-se, na verdade, da resposta do capital à crise. Para Montaño (2010, p. 26), o projeto político-ideológico do modelo neoliberal produz uma série de reformas e contrarreformas ao Estado, intervindo no trato da questão social.

Ao analisarmos no capítulo inicial o padrão emergente de intervenção social, destacamos como o modelo neoliberal encontrou formas de disseminar sua ideologia. Foram os desdobramentos teóricos e intelectuais ocorridos na década de 90 que favoreceram, na concepção apresentada por Virgínia Fontes (2010, p. 227), a “difusão dos aparelhos privados de hegemonia, ainda que respondendo a fortes lutas de classe, concentrara-se nos setores burgueses dominantes, em função da truculência social predominante no trato da questão social”.

Ainda sobre o assunto, na interpretação apresentada por Lúcia Neves (2010), as ONGs são os novos aparelhos privados de hegemonia, como organismos que inicialmente tinham como finalidade principal a redefinição da relação entre o Estado e a sociedade civil.

O “Terceiro Setor” aparece nesse processo como a formação de um espaço social novo de conformação de novos cidadãos mediante a consolidação dos valores do individualismo, do empreendedorismo e do colaboracionismo. Como bem destaca Lúcia Neves (2010), são responsáveis principais pela difusão desses valores a escola, a igreja e a mídia, bem como, a difusão da responsabilidade socioempresarial, que assume um novo espaço dentro da velha questão social.

É nesse novo espaço que as empresas, entre elas, bancos, multinacionais, vislumbraram nesse setor uma boa oportunidade de realizarem negócios e de venderem os produtos. Surge assim, a responsabilidade social empresarial.

No primeiro capítulo foi abordada a emergência da responsabilidade social empresarial que é funcional à reprodução da ideologia do capital. Retomando o debate, destaca-se o que escreve Júlio Ramon Ponte (2012), que apresenta uma importante reflexão sobre o papel ideológico que começa a ser desenvolvido por “empresas cidadãs”:

O discurso da responsabilidade social privada tem em suas raízes a confirmação de que o mercado é o vencedor. Com efeito, não há como se contrapor a suas determinações, bem como inexistente a possibilidade de outra formação que não seja mediada pela concorrência do lucro e pelo lucro privado. Nesse cenário, as pessoas individualmente se projetam como protagonistas sociais, mobilizadas numa espécie de Sociedade Civil em que inexistente atividade política ativa. Emerge, então, a ação social do voluntariado que, em verdade, se configura como mais uma extensão do projeto neoliberal. (PONTE, 2012, p. 105).

Através da responsabilidade social empresarial, empresas, bancos e grupos econômicos se afirmam agora responsáveis socialmente. São empresas cidadãs que se preocupam com as questões sociais e com o futuro do país. Assim, em troca de deduções fiscais, afirmam realizar a responsabilidade social empresarial. Mais uma vez, através de uma estratégia “brilhante” do capitalismo, as empresas também podem colaborar para resolverem projetos sociais.

Em Felipe Camarão, não podia ser diferente: muitas empresas colaboram e financiam as organizações do “Terceiro Setor”. Primeiro, destaca-se a Fundação Bradesco, que não foi pesquisada neste trabalho. Contudo, não pode deixar de ser mencionada, já que há mais de 25 anos desenvolve um projeto social no bairro.

A expansão da responsabilidade social empresarial, como foi descrita no capítulo inicial, é funcional ao modelo econômico, pois apregoa o Estado mínimo e valoriza as determinações do mercado. O autor acima citado esclarece que:

Em verdade, o discurso aparentemente neutro da “tomada de consciência social” divulgado por empresas e ONGs “socialmente corretas” enseja a possibilidade de se ultrapassar as fronteiras das carências sociais sem a necessidade de conflito e mesmo sem a mediação do Estado como executor de políticas públicas. Neste cenário, a Responsabilidade Social Empresarial tenta se legitimar na arena do chamado Terceiro Setor, sem a precedência de uma discussão aprofundada sobre as verdadeiras origens das desigualdades sociais, bem como não há, na maioria dos casos, uma transparência quanto à origem e aplicação dos recursos. (PONTE, 2012, p. 106).

A ação social empresarial cumpre o seu papel ideológico no modelo neoliberal e é amplamente disseminada e apoiada no “Terceiro Setor”, que tenta a todo custo reduzir o papel do Estado e a sua intervenção no trato da questão social.

A maioria dos entrevistados defende a importância dos investimentos e dos patrocínios recebidos pelas empresas. Para eles:

Essa iniciativa das empresas... Eu gostaria que não fosse assim, a mais importante. Eu gostaria que fosse a iniciativa pública. Mas a situação é tão difícil que **uma empresa quando chega a fazer o devido repasse do patrocínio, ela tá fazendo duas coisas ou até mais de duas. Uma, ela tá elevando a marca dela na questão social e outra, acredito que ao não fazer aquela contribuição, que aquele dinheiro iria ao órgão público.** Acredito que aquele dinheiro não seria repassado da forma como é pra ser. A empresa além de pagar para o seu cronograma de área de trabalho, ela tem que pagar para o poder público que não faz o trabalho correto. (Alisson, instrutor no Conexão Felipe Camarão).

É esse papel ideológico que a Fundação Bradesco desempenha no bairro de Felipe Camarão há mais de 25 anos. Prevalece nos beneficiários e em significativa parcela da população que ali mora o sentimento de gratidão, de respeito, de valorização e de orgulho pelo bairro abrigar uma organização tão fundamental, pelo menos para eles, no desenvolvimento e formação das pessoas carentes que foram auxiliadas pela educação gratuita e de qualidade oferecida pelo Banco Bradesco.

O sentimento de gratidão da população de Felipe Camarão é descrito na fala do entrevistado:

Hoje nós temos uma escola, uma das escolas melhores do norte e nordeste que é a Fundação Bradesco e temos também os problemas sociais que deixam de não ter em qualquer uma comunidade. (Paulo Lira, líder comunitário).

Contudo, outras iniciativas que também existem no local não contam com a ajuda financeira das empresas, como destaca o líder do Movimento pela paz:

Só teve uma vez que tivemos patrocínio, que foi a empresa Conceição. De lá pra cá, eu sinto dificuldades porque os comerciantes locais não ajudam em nada. Eu peço apoio ao governo, a um de fora... Quem dá as camisas é a Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde do Município, a Secretaria do Trabalho e da Ação Social. É (sic) os órgãos do governo que dão as camisas. (João Maria, líder comunitário).

João Maria afirma que mantém com muita dificuldade o Movimento pela paz, que todos os anos conta com um recurso baixo para realizar a caminhada no dia de comemoração do aniversário do bairro. Ele diz que os comerciantes locais não costumam colaborar.

Sim, por isso que quando eu faço alguma reunião eu chamo eles. Já passei por humilhações ao pedir um lanche a um supermercado da minha comunidade. Então eu não peço nada a eles. **Eu só tenho apoio do governo do município e do estado.** Eu já tive mais apoio de um **jardim** do que um **supermercado grande**. E uma **empresa de ônibus**, eles ficaram chateados porque uma vez eu coloquei transporte de ônibus sucateado. Eu não recebo apoio deles porque eles sabem que eu vou criticar eles. A Secretaria de Segurança com a polícia, a SEMSUR com a tenda, o palanque da Secretaria de Saúde distribuindo camisetas, a CAERN dando água, a STTU vem com trânsito. Cada um vem com sua participação. Nós não queremos políticos, queremos apenas à população! (João Maria, líder comunitário).

A fala do entrevistado traz uma importante reflexão. Primeiro, os comerciantes locais, por não disporem de vultosos recursos financeiros, não colaboram diretamente para o financiamento de atividades desenvolvidas pelo “Terceiro Setor”. Segundo, ao mesmo tempo em que os pequenos comerciantes locais não investem na responsabilidade social, grandes empresas e bancos direcionam recursos para patrocinarem ONGs e fundações. Como já foi descrito nos parágrafos anteriores, os principais patrocinadores em Felipe Camarão são o Banco Bradesco, a COSERN, a Petrobras, o Banco Itaú.

Os recursos para a continuidade da realização da caminhada pela paz provêm mesmo da iniciativa pública ou de doações de associados. Pode ser este o único movimento social organizado no bairro que se apresenta como uma proposta contrária à reprodução do

“Terceiro Setor”, apesar de não ser contrário às organizações sociais pesquisadas. O líder comunitário descreve seu posicionamento, que não se limita apenas à defesa de direitos, mas, sobretudo, a de ser uma organização política responsável por incentivar a participação popular e regatar o papel do movimento popular.

Segundo o presidente do Conselho Comunitário, os recursos das empresas são destinados para as ONGs, que recebem patrocínio de empresas e verba pública.

Então o que se deve é os investidores dessas ONGs, **as empresas grandes. Aí é pensar duas vezes antes de se fazer investimento em uma ONG. É fazer um estudo de área dentro da própria comunidade e ver qual é a entidade ou ONG que tem um trabalho sério que ela possa ajudar, que tem um trabalho sério para aquilo ali. O governo, o dinheiro que ele tem pra investir em ONG ele tem investir nos seus órgãos públicos para que eles realmente funcionem** no bairro. O nosso bairro tão grande quanto é não tem um CRAS, não tem um PAIF, não tem nenhum setor da SEMTAS. Não tem nenhuma atividade desses órgãos sociais do governo, do município e do estado. O nosso bairro não tem. Mas deveria ter. Eles querem que as ONGs façam esse papel que para eles é mais econômico. Mas, por outro lado, perdemos muito com isso. (Marcos Raimundo, presidente do Conselho Comunitário de Felipe Camarão).

Ele é consciente ao afirmar que boa parte desses recursos que são direcionados para as ONGs e geridos pelos coordenadores deveriam ter outra destinação. É certo que as organizações sociais do “Terceiro Setor” recebem recursos da iniciativa privada, como também recebem recursos públicos.

As Organizações Não Governamentais afirmam que não fazem parte do Estado. Contudo, em sua maioria, dependem de recursos do Estado para se manterem e para desenvolverem suas atividades. O que revela uma contradição, pois negam o Estado, afirmam a sua ineficiência em gerenciar obras e serviços, ao mesmo tempo em que dependem diretamente de recursos públicos para financiar os projetos.

As reflexões apresentadas não se limitam a avaliar qual empresa é socialmente responsável, se ela tem ou não a intenção de ajudar. Pois se fosse apenas analisar o fenômeno nesta perspectiva, a da intencionalidade, do que é “justo” ou “não”, estaríamos reduzindo a complexidade da ideologia “onguizadora”. Uma ideologia que já foi disseminada no pensamento de uma coletividade, especificamente a parcela mais pobre da população, que ainda carece de direitos e está assoberbada por obrigações e deveres.

Estamos falando de cidadãos que ainda não se reconheceram como tais, de pessoas que estão distantes dos serviços sociais básicos. Diante de tantas contradições e desigualdades

sociais, estas pessoas são alvos fáceis para serem “abraçadas e contempladas” por um “bom” projeto social.

O bairro de Felipe Camarão que abriga organizações sociais do “Terceiro Setor” como a Fundação Bradesco, a Fundação Fé e Alegria, a ONG Visão Mundial, o Núcleo de Amparo ao Menor - NAM, o Projeto Conexão Felipe Camarão, a ONG Atitude e Cooperação, o Lar Fabiano de Cristo, o Instituto Reforma, a Associação Abraçar e a Fundação Maria Neuzelides ainda é um bairro carente de equipamentos sociais essenciais. Não dispõe de área de lazer, conta apenas com uma praça pública para mais de 75 mil habitantes, falta posto de saúde, falta o Centro de Referência em Assistência Social – CRAS, escolas, creches...

Existe algo inquietante ou pelo menos contraditório, pois de um lado faltam recursos e equipamentos públicos para que as políticas sociais sejam efetivas, de outro lado sobram organizações sociais do “Terceiro Setor”, “bem-intencionadas”, que prometem através do seu discurso mudar a realidade dessas pessoas, “transformar a realidade social”. São organizações, estas, que afirmam nas suas práticas a “ideologia onguizadora” da autoajuda e da filantropia, que aprofundam ainda mais a desigualdade social.

O grande problema é que historicamente sempre existiram muitas pessoas que direcionaram os moradores, que ensinaram como pensar, que ideologicamente convenceram a se colocarem ausentes da arena política, da organização social, da participação cidadã. Sempre existiram muitas pessoas dizendo o que os moradores deveriam falar, não ensinaram e não incentivaram essa comunidade a pensar, a refletir e a se posicionar criticamente para modificarem sua realidade social. Reproduzem em suas práticas o ciclo do possibilismo e do desejo de amanhã ser melhor. Convivem com expectativas e sonhos, mas não foram ensinados a lutarem e se posicionarem como autores da sua própria história.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos aspectos provocadores que motivou o desenvolvimento desta pesquisa foi o de compreender o que está por trás da ideologia do “Terceiro Setor”, seguido de outro, o de entender porque tantas organizações sociais buscavam estabelecer seus projetos no bairro de Felipe Camarão. Por fim, e não menos importante, buscou-se refletir sobre as contradições e disputas que ocorrem entre as organizações, para afirmar como esse processo ideológico é disseminado naquela população, promovendo o conformismo e o apassivamento social, notadamente observado, mas pouco questionado pelas pessoas que ali vivem.

Para fundamentar a elaboração do primeiro capítulo, que apresenta uma revisão teórica sobre “Terceiro Setor”, consultou-se as obras de teóricos e militantes que estudam o tema. Dada a diversidade da bibliografia, optou-se por selecionar os que se posicionam criticamente frente à ideologia disseminada na sociedade capitalista. Mais especificamente, foram escolhidos aqueles que refletem sobre a funcionalidade e instrumentalidade do “Terceiro Setor” para o modelo econômico neoliberal. Outros autores que apresentam um pensamento contrário também foram lidos e consultados, prezando por referenciá-los pontualmente.

Como foi apresentado, no primeiro capítulo da Dissertação, o capitalismo, à medida que foi se expandindo, passou a interferir nas múltiplas realidades sociais. As mudanças foram necessárias para a afirmação do modelo econômico. De fato, ocorreram expropriações nas áreas da cultura, economia, política e no Estado, reformulações na organização da economia que possibilitaram a acumulação do capital e a centralização do poder nas mãos da burguesia.

No Brasil, nas décadas de 70 e 80, ocorreram intensas lutas sociais. No debate apresentado por Fontes (2010) é possível compreender a dinâmica da luta de classes durante aquele período e a importância da sociedade civil nesse processo. Oportunamente, constituíam-se no período organizações, movimentos sociais, entidades ligadas à base empresarial e aos sindicatos, juntos organizaram lutas antiditatoriais.

Na emergência da ampliação dessas organizações e da sociedade civil, que conjuntamente reivindicavam a organização do Estado e o fim da ditadura, mecanismos criados pelo capital-imperialismo contribuíram para dissipar as lutas e ideologicamente minaram o processo. Nessa arena de lutas e de transformações, surgem as ONGs e outras organizações do que hoje se denomina “Terceiro Setor”.



O capital-imperialismo, nos moldes que se manifesta no Brasil, pode ser compreendido como a intensificação de expropriações primárias e secundárias, que possibilita a concentração de capitais, segundo Virgínia Fontes (2010). Mesmo no século XX e agora século XXI, as condições fundamentais para a acumulação capitalista continuam sendo a “expropriação e concentração de riquezas”.

Outra contribuição importante apresentada por Virgínia Fontes (2010) é a de analisar as ONGs como aparelhos privados de hegemonia, já que cumprem um papel ideológico na sociedade de apassivamento da sociedade civil.

Nos anos 90, as ONGs passam a crescer e se expandir no país. Primeiro foram financiadas pela filantropia internacional, depois passaram a conjuntamente a receber recursos públicos. Virgínia Fontes (2010) e Carlos Montaña (2010) afirmam que “a denominação mais confunde do que esclarece o fenômeno”, que existe uma imprecisão conceitual, são Organizações Não Governamentais que no seu nome se dizem não públicas, mas dependem de recursos do governo para se sustentarem.

O crescente aumento no número de ONGs no país produz uma consequência marcante: a interferência dessas organizações em ações que deveriam ser de inteira responsabilidade do Estado.

A pesquisa inicialmente buscou compreender o fenômeno que se tornou o “Terceiro Setor”, suas organizações e a responsabilidade social empresarial, através de reflexões e leituras que contribuíram para compreender os efeitos nas posições e no entendimento dos sujeitos dentro desse processo.

De acordo com o que foi dito no primeiro capítulo, analisou-se as interferências do “Terceiro Setor” na sociedade civil, identificando que as questões sociais não estão sendo respondidas adequadamente. Deste modo destacou-se a crítica apresentada por Fontes (2010), Montaña (2010) e Nogueira (2003). Os conceitos desenvolvidos por eles foram de grande valia para a compreensão do tema abordado, reafirmando a ideia de que as ações do “Terceiro Setor” tendem a ser focalizadas e fragmentadas.

Explorou-se também a funcionalidade e a instrumentalidade do “Terceiro Setor” para com o modelo econômico neoliberal, descritas por Montaña (2010). Pois suas ações, realizadas através da responsabilidade social empresarial, legitimam um discurso de autoajuda, culpabilizando as vítimas do sistema e enfraquecendo o conceito de cidadania, de acordo com (PAOLI, 2003) e (PONTE, 2012). Isso incide diretamente na perda e na privatização dos direitos sociais.

A crítica ao Estado e a sua aparente ineficiência para cuidar das questões sociais é visível. Os neoliberais, através do discurso gerencialista, difundem a ideia de que o setor privado pode ser mais eficaz na realização das atividades antes exclusivas do Estado. Conforme Behring (2013), ocorreu o processo de contrarreforma do Estado, com a privatização de empresas públicas, abertura do mercado ao capital externo, implementação do modelo econômico neoliberal, despolitização, enfraquecimento dos movimentos sociais e a diminuição do investimento público no trato da questão social.

Neste sentido, as reflexões valiosas descritas por Lúcia Neves (2010) sobre a nova pedagogia da hegemonia, contribuem para o entendimento dos aparelhos privados de hegemonia (FONTES, 2010) que moldam e disciplinam a sociedade civil, fortalecem o discurso da ideologia do “Terceiro Setor”, que se manifesta através de um processo de realinhamento ideológico de teóricos e de forças políticas nas relações sociais e de poder.

No segundo capítulo, demonstrou-se a realidade do bairro de Felipe Camarão, que está marcada pela crescente violência, em específico a juvenil, a insegurança e a elevação da pobreza. Evidenciando a contradição de um bairro que, em que pese abrigar tantos projetos sociais, tem a sua população em condições de extrema vulnerabilidade social, demonstrando como as ações são pontuais, focalizadas e que não modificam a realidade social.

Ao observar os índices econômicos, sociais e educacionais, fica claro que a população tem pouco acesso ao estudo e geralmente deve se submeter a subempregos ou atuar na informalidade. Os dados do último censo demográfico (2010) continuam demonstrando a situação social precária à qual uma população de 75 mil habitantes é submetida. Essas pessoas permanecem desmobilizadas e afastadas dos principais espaços de debate e de decisão, demonstrando como se expressa o processo de apassivamento e conformismo social que, em parte é difundido pelo “Terceiro Setor” e pelo afastamento do Estado.

Destacou-se também que muitas organizações usam o estereótipo do bairro para aprovar seus projetos e realizar as ações no local, justificando que buscam o desenvolvimento dessas pessoas. Mas, de fato, a população permanece silenciosa. Mesmo quando participa dos espaços promovidos por estas ONGs, ela não tem chances de se inserir no processo de tomada de decisões referente a medidas que venham melhorar as suas condições de vida.

Falta aos moradores a iniciativa de cobrar e de fiscalizar. Recebem as ações como um favor, uma benesse, uma ajuda, não se reconhecendo como sujeitos de direitos e deveres, que coletivamente podem opinar e interferir para que as melhorias ocorram em suas vidas. Ficam esperando, o que sem dúvidas constitui mais um exemplo da cultura do possibilismo,

abordada pelos autores citados neste trabalho. Os moradores de Felipe Camarão acreditam que o amanhã pode ser melhor, manifestam um dos elementos da ideologia do possibilismo.

No terceiro capítulo, apresentou-se à análise das entrevistas e as reflexões sobre as observações de campo, prioritariamente relacionou-se o referencial teórico descrito no primeiro capítulo.

Com a expansão do “Terceiro Setor”, após a década de 90, as organizações sociais incluídas neste campo, passaram a disseminar e a reproduzir na sociedade um “processo onguizador”, no qual “processo e discurso”, invadiram múltiplos e variados aspectos da vida social (VITULLO, 2012).

Na análise das entrevistas foram apresentadas as reflexões sobre como se manifesta as contradições e disputas entre as organizações sociais do “Terceiro Setor” que atuam em Felipe Camarão. Evidenciou-se através das falas dos entrevistados o motivo das organizações que estão mesma área geográfica e atuam com o mesmo “público-alvo”, ainda sim, diante tantos aspectos comuns, não conseguem realizar atividades conjuntas e, especialmente, não dialogam entre si.

As organizações sociais permanecem fracionando e fragmentando sua atuação, dividem a realidade social em setores. Como foi demonstrado, esse processo resulta no apassivamento, no anestesiamiento, no conformismo social e na desmobilização de uma população que historicamente se manteve afastada de uma organização popular sólida ou de mecanismos de participação popular.

Como foi descrito, priorizou-se por estudar uma fundação, uma associação e uma ONG, para analisar os dados e realizar a observação participante com qualidade, já que a realidade social ali estudada apresentava múltiplos aspectos que apenas numa pesquisa de Mestrado não seriam esgotados.

No terceiro capítulo ainda, abordou-se como funcionam e se constituem as três organizações pesquisadas, destacando como as coordenadoras, os funcionários e a população atendida se relacionam. Demonstrou-se como ocorre o processo de filtragem do público que participa das atividades promovidas por elas, como estão empregados os funcionários e “colaboradores”. Evidenciou-se como a permanência e a multiplicação dessas organizações é funcional para a reprodução do modelo econômico vigente, pois terceiriza as relações de trabalho.

No terceiro capítulo, apresentou-se ainda a análise das entrevistas, subdividindo em 11 (onze) temas os principais aspectos das falas. No primeiro tema foi descrito o início da atuação das organizações sociais do “Terceiro Setor” em Felipe Camarão, destacando a

atuação da Fundação Bradesco, que iniciou há 25 anos, o processo de conformação ideológica e de apassivamento da população. Apontou-se como o bairro é um terreno fértil para o surgimento de organizações sociais, que desenvolvem ações transitórias e pontuais.

O segundo tema confirmou as características do “Terceiro Setor”: ações focalizadas, fragmentadas e transitórias, que só atendem certo número de “carentes”. Destacou-se como se processa a seletividade do “público-alvo”, quem são os atendidos e a falta de perspectiva de continuidade desses projetos.

Descreveu-se sobre a funcionalidade e instrumentalidade do “Terceiro Setor” na sociedade capitalista. Sobre isso, cabe ressaltar: somente o Estado, através das políticas públicas, pode desenvolver ações de caráter universal, que atendam a todos sem distinção de idade, sexo e renda. Estes são os direitos sociais básicos, de educação, saúde e segurança, garantidos constitucionalmente.

O terceiro tema, que foi desde o início da pesquisa perseguido, apresentou como se manifestam as contradições disputas, o (não) diálogo entre as organizações sociais que atuam em Felipe Camarão. Nas falas dos entrevistados ficou evidenciado como as organizações sociais pesquisadas somente trocam informações em momentos pontuais, que não há o interesse de estabelecer projetos e parcerias entre elas.

Uma das entrevistadas foi bem sincera ao afirmar “que cada um fica no seu quadrado”. Apesar da linguagem ser simples, ela descreveu de forma resumida como é difícil estabelecer um projeto comum entre as organizações. Várias foram as justificativas apresentadas pelos entrevistados, que argumentaram a falta de tempo, de interesse de algumas organizações, de competição pelo público atendido.

De fato, não é uma característica das organizações do “Terceiro Setor” realizarem projetos coletivamente com outras organizações, por mais que estejam localizadas no mesmo espaço geográfico, que atendam as mesmas pessoas e até desenvolvam oficinas semelhantes. No dia a dia, as organizações tentam se manter em um processo contínuo de busca por patrocinadores e pela aprovação de projetos. Nesse processo de expansão e de renovação dessas organizações, a população atendida é prejudicada, pois se insere até involuntariamente num processo de reprodução do discurso onguizador, do possibilismo, do conformismo e da despolitização. Está a mercê de ser ou não “carinhosamente abraçada” por uma organização social.

O quarto tema apresentado foi substancial para comprovar como o processo de apassivamento social repercute na participação e na (não) participação política dos moradores do bairro, que em grande parte são atingidos pelo discurso dos projetos sociais. O discurso

onguizador de conformação de novos cidadãos se processa mediante a consolidação dos valores do individualismo, do empreendedorismo e do colaboracionismo, como ressalta Lúcia Neves (2010).

O quinto tema demonstrou a gestão e organização do “Terceiro Setor”. O referencial teórico estudado na pesquisa permitiu analisar com profundidade as entrevistas, destacando como a conversão mercantil-filantrópica da militância transformou parte dos militantes dos movimentos sociais em técnicos de gabinete, em profissionais especializados em gerir organizações sociais, em experientes técnicos que elaboram projetos sociais e esperam ansiosamente pelo próximo edital de financiamento.

Em Felipe Camarão, uma significativa parcela “público-alvo” desses projetos nunca participou de um movimento social. Só reconhecem e obedecem a linguagem do “Terceiro Setor”. Abordou-se também o posicionamento político das coordenadoras das organizações pesquisadas. Somente uma se destaca, pois está na contracorrente. É Raimunda Cadó, da Fé e Alegria, que ainda se mantém firme na luta e nos movimentos. As outras entrevistadas teriam sido seduzidas pelo discurso do “Terceiro Setor”. São técnicas de gabinete e parecem estar “a serviço da” reprodução de uma ideologia que critica o papel e a intervenção estatal no trato da questão social.

O sexto tema evidenciou a linguagem dos entrevistados: apropriação, reprodução e divulgação da linguagem que favorece a ideologia do “Terceiro Setor”. Os participantes e entrevistados fazem uso de expressões como “voluntariado”, “empresa cidadã”, “responsabilidade social empresarial”, “solidariedade”, “empreendedorismo”, “parceria”, “articulador comunitário”, “educador social”, entre outras. Passaram a fazer parte do discurso adotado pela coletividade, agora impulsionada pela autoajuda, pela filantropia e pela divisão da responsabilidade entre os indivíduos – a ideia de que cada um deve fazer a sua parte.

O sétimo tema abordou as relações de trabalho no “Terceiro Setor”: vínculos precários e a expansão do voluntariado. Uma realidade que é conhecida pela população local, mas, que de tão comum passou a ser naturalizada. As organizações sociais, apesar de afirmarem que são preocupadas com a sociedade, com o desenvolvimento comunitário, com a participação, legitimam nas suas práticas condutas semelhantes às de uma empresa capitalista, com vínculos precários, contratos provisórios, flexibilização e terceirização dos trabalhadores. Diluem a dimensão do conflito de classes, pois, segundo o discurso propagado, todos são “colaboradores”, “parceiros”, “socialmente responsáveis”, “você também pode somar”, “empoderamento dos cidadãos” ou ainda, “empowerment”. Na prática, as relações de

“exploração da força de trabalho” se materializam de forma similar ao que ocorre na esfera produtiva, em que os aspectos como submissão e subordinação são comumente perceptíveis.

O oitavo tema apresentou o processo de apropriação e privatização da cultura popular pelo “Terceiro Setor”. No qual, no “reino encantado das boas práticas” constantemente divulgado pelas organizações sociais, apenas alguns grupos são privilegiados pelos patrocinadores. Não é funcional para este setor abarcar todas as expressões culturais populares, somente algumas, as que permitem maior visibilidade são “contempladas”, “agraciadas” e gentilmente “patrocinadas”.

Pontuou-se na fala dos entrevistados como no bairro somente um grupo cultural recebe e concentra os recursos destinados à valorização a cultura popular. Em contraponto, outro grupo sofre com a falta de recursos, de espaço para se organizar. Uma de suas lideranças é um artista nato, que não é convidado ou percebido como um referencial na cultura do bairro. Fica o registro de como a seletividade das organizações do “Terceiro Setor” mais exclui, do que inclui. “Viva a competição e o individualismo, comuns ao mercado e facilmente perceptíveis no “Terceiro Setor””.

O nono tema descreve o papel das igrejas evangélicas na expansão do “Terceiro Setor” em Felipe Camarão. Como foi descrito no terceiro capítulo, somente após a realização da pesquisa de campo e das entrevistas foi possível identificar a vinculação estreita entre as igrejas e as organizações sociais, que especialmente em Felipe Camarão, são mecanismos de conformação social que atuam conjuntamente. Como bem reflete Lúcia Neves (2010), através do “Terceiro Setor” os responsáveis pela difusão desses valores, são a escola, a igreja e a mídia.

O bairro não poderia fugir a essa lógica, pois além de abrigar mais de 100 (cem) igrejas evangélicas, possui uma variedade de organizações sociais, todas prontas para “colaborar com o desenvolvimento social”, realizando a missão integral da igreja. Uma realidade que se apresenta preocupante, trágica e com pouca perspectiva de mudança em curto prazo, pois assim como o capitalismo, as organizações do “Terceiro Setor” não fogem à lógica do capital de se reinventar e continuar se reproduzindo mesmo diante das crises.

O décimo tema expôs o processo de criação do um comitê de captação e mobilização de recursos. Com o encerramento das atividades da ONG Visão Mundial, programado unilateralmente pela organização, foi colocada em prática uma estratégia para a continuidade do projeto social, a ser desenvolvido por outras organizações que já estabeleceram parcerias. Em tese, essas organizações estão sendo capacitadas para aprovarem projetos sociais, estão aprendendo a elaborar, planejar e organizar projetos, que em sua maioria buscam patrocínio

público para o desenvolvimento das ações. Essas organizações também possuem outra característica comum: a proximidade com as igrejas evangélicas.

O décimo primeiro tema retratou como ocorre o patrocínio das organizações pesquisadas e no que isso favorece a ampliação da responsabilidade social empresarial. Como foi dito, a ONG Visão Mundial é patrocinada por “padrinhos” que moram na Austrália, ou seja, os recursos são provenientes do exterior. A Fundação Fé e Alegria recebe recursos da Companhia de Jesus e do CEBAS, demonstrando forte envolvimento com aspectos cristãos. Já o Projeto Conexão Felipe Camarão é patrocinado por empresas. Neste local se expressa a responsabilidade social empresarial e como ela é atrativa para essas organizações. Dentre os principais patrocinadores estão a Petrobras, a COSERN e o Banco do Nordeste, sem olvidar dos recursos públicos que também são direcionados pelo Ministério da Cultura. É nessa esteira que se expande o padrão emergente de intervenção social, que é notadamente funcional à reprodução da ideologia do capital.

Assim sendo, nas entrevistas analisadas ficou evidenciada a fragmentação das ações, o não diálogo entre as organizações do “Terceiro Setor”, o distanciamento dessas organizações dos espaços de representação social que existem no bairro. Na verdade, o que ficou visível é que as organizações sociais não demonstram interesse em trabalhar coletivamente. Especialmente, apresentou-se uma análise das três organizações pesquisadas, para afirmar que a ONG Visão Mundial e a Fundação Fé e Alegria são organizações que buscam dialogar, que até já conseguiram realizar atividades conjuntas. Em contraponto, o Projeto Conexão Felipe Camarão é a organização mais fechada, que não demonstra interesse em fazer parte de qualquer espaço coletivo no bairro.

Sobre o Projeto Conexão Felipe Camarão, algumas considerações especiais são acrescentadas. Primeiro, o isolamento da organização e o pouco (ou nenhum interesse) em dialogar com outras organizações do bairro pode ser justificado pela forma como é patrocinada. Ou seja, pode existir esse interesse em realizar isoladamente as atividades para manter os patrocinadores, talvez tenha o receio de perdê-los. Segundo aspecto, a coordenadora do projeto é inegavelmente bem articulada em âmbito nacional, é experiente nos projetos sociais, conhece inúmeras experiências no Brasil, gosta de viajar e de trocar experiências. Ela acrescentou em sua entrevista que traz pessoas de fora para que o projeto seja visto. Terceiro aspecto, para a coordenadora é mais fácil determinar as regras do jogo, já que no projeto boa parte dos “articuladores comunitários” são crianças que cresceram no local e facilmente são atraídas pelo discurso que por ela é reproduzido. É difícil descrever ou explicar uma característica que justifique o distanciamento desse projeto, que claramente é o

que se destaca na mídia nacional como o mais atuante no bairro, ainda que na prática suas ações sejam pontuais e pouco substanciais.

Demonstrou-se também como é a relação entre as organizações pesquisadas e os líderes comunitários, especialmente com o Conselho Comunitário, que revela tensões entre essas partes. Os entrevistados, especialmente os líderes comunitários, que há anos desenvolvem um trabalho comunitário, afirmam taxativamente que grande parte das organizações sociais do “Terceiro Setor” não estabelecem diálogos ou parcerias. Para eles, essas organizações são fechadas e seletivas. Todos os líderes comunitários que foram entrevistados afirmam que somente foram úteis para as organizações em um determinado momento. Acrescentam que depois do contato inicial com o bairro, eles foram injustificadamente descartados.

É importante acrescentar que os projetos sociais são planejados e elaborados a partir de outra realidade e no bairro são apenas executados, sendo esse um dos fatores que ajudam a compreender porque muitas iniciativas não funcionaram. Apesar dos recursos destinados, não houve mudanças substanciais na realidade social.

As entrevistas possibilitaram aos moradores e participantes dos projetos a oportunidade de desabafar e expor aspectos do “Terceiro Setor”, que na sua prática são pouco ou quase nunca discutidos. Neste sentido, os moradores deveriam estar mais presentes nesses espaços, para se posicionarem e serem ouvidos. Trata-se de um projeto político ainda distante daquela realidade, que está imersa há décadas no discurso onguizador.

Na prática, as pessoas de Felipe Camarão, por mais que precisem sim de obras sociais, essas pessoas precisam primeiro da atuação do Estado e da efetiva realização de políticas sociais, para que a universalidade de cidadãos seja atendida e as mudanças sociais realmente passem a ocorrer. De tal modo, o estudo realizado e a observação participante permitem afirmar que as contradições e disputas entre as organizações estudadas interferem no processo de organização da população, que se materializa na seguinte frase: *“Estes pobres são meus, vai procurar os teus!”*.

Cada organização permanece realizando o seu trabalho, o seu projeto, com o seu público e com os seus interesses. A realidade pesquisada apresenta problemas difíceis de serem resolvidos. Apresenta ao mesmo tempo uma perspectiva de mudança, de luta e de organização popular, que é a Caminhada pela Paz. Apesar de timidamente tomar as ruas do bairro somente uma vez por ano, consegue se manter distante do discurso onguizador e da crítica ao Estado. A sociedade civil ainda continua firme, apesar de todas as tentativas de enfraquecimento. Ainda é um palco onde intensas lutas sociais podem ser travadas.



## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas públicas sociais e o Estado democrático**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- BAVA, Sílvio Garcia; PONTES, Lúcia. **As ONGs e as políticas públicas na construção do estado democrático**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, n° 50. p. 133-142. Abril de 2002.
- BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em Contra Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- BIANCHI, Sérgio. **Quanto vale ou é por quilo?** Brasil, DVD, 104 min., son., color, 2005.
- BORON, Atílio A. **A Coruja de Minerva: Mercado e democracia no capitalismo contemporâneo**. Tradução de Ana Carla Ferreira. Petrópolis- RJ: Vozes, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. Os Novos leviatãs e a Polis Democrática. In: SADER, Emir e GENTILI, Paolo (Org.). **Pós-neoliberalismo II: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- CHESNAIS, François. **Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CAVALCANTE, Eunádia; LIMA, Verônica. **Construindo o seu lugar**. Rio Grande do Norte: Editora da UFRN, 1995.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade Civil e Democracia: um debate necessário**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.
- FERRAREZI, Elizabete. **Estado e Setor público não estatal: perspectivas para a gestão de novas políticas sociais**. II Congresso Interamericano del Clad sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Venezuela: 16-18 de outubro de 1997.
- FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas e dados**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 de abr. de 2015.
- MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a Assistência Social**. 4. ed. São Paulo. Cortez, 2011.
- MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **O canto da sereia:** Crítica à ideologia e aos Projetos do Terceiro Setor. (ainda não foi lançado, o Autor enviou a versão inédita).

NEVES, Lúcia Wanderley (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital:** intelectuais para uma nova pedagogia da hegemonia. São Paulo: Xamã, 2010.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, nº 52, 2003, p. 185-202.

OLIVEIRA, Francisco de. **O surgimento do antivalor:** capital, força de trabalho e fundo público. Novos Estudos Cebrap, n. 12, São Paulo, 1985.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredos da cidadania no Brasil. In: SOUZA SANTOS, Boaventura de (Org.). **Democratizar a democracia:** os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Capítulo 8. p. 375-418.

PAZ, Rosângela Dias Oliveira da. **As organizações não-governamentais e o trabalho do assistente social.** Capacitação em serviço social e política social: Módulo II (reprodução social, trabalho e serviço social). Brasília: CEAD, 1999.

PONTE, Júlio Ramon. Novos complexos ideológicos do capital: a emergência da Responsabilidade Social das Empresas e do Terceiro Setor na contemporaneidade. In: VITULLO, Gabriel E. (org.). **A ideologia do “Terceiro Setor”:** ensaios críticos. Natal: EDUFRN, 2012. p. 91-115.

\_\_\_\_\_. **Democracia e Sociedade Civil:** nos labirintos do fetiche da Responsabilidade Socioempresarial. 13º Encontro de Ciências Sociais do Norte Nordeste, UFAL – Maceió (AL). 3 a 6 de setembro de 2007.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder e o socialismo.** 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

\_\_\_\_\_. **Poder político e classes sociais.** São Paulo: Martins Fontes, 1977.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família:** autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO. **História dos bairros de Natal.** Disponível em: <<http://www.natal.rn.gov.br/semurb/index.php>>. Acesso em: 23 de abril. de 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Organizações não-governamentais na América Latina:** seu papel na construção da sociedade civil. São Paulo em perspectiva V. 8, p. 6-14. 1994. Revista da Fundação SEADE.

VITULLO, Gabriel E. **Ascensão, auge e decadência do neoliberalismo na América Latina.** CADERNOS PET (UFCG): ARTIGOS ACADÊMICOS, v. 5, p. 31-48, 2011.

\_\_\_\_\_. (org.). **A ideologia do “Terceiro Setor”**: ensaios críticos. Natal: EDUFERN, 2012.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. Edição revisada. São Paulo: Boitempo, 2011.

**ANEXOS**

## **Roteiro de entrevistas**

### **Perguntas para os funcionários das organizações**

Qual o vínculo existente entre você e a organização? Você é contratado com carteira assinada ou só através de um contrato? (continuo perguntando, quanto tempo trabalha para a organização, quais as atividades que desenvolve, sobre a remuneração).

Na sua concepção essa organização é uma ONG, uma Fundação ou uma associação?

Você se comunica, troca experiências ou informações com outros educadores/instrutores das outras organizações que atuam no bairro?

Na sua oficina/curso você incentiva os alunos a participarem de outras atividades no bairro? Se a resposta for positiva – Como você faz isso e como pode verificar se a sua atuação foi importante para essa participação?

Sobre o Terceiro Setor, como você descreve as atividades que são realizadas, quais os pontos negativos e os positivos dessa intervenção social?

Como profissional como você tem contribuído para realizar essa obra social? Sua atuação é a mesma que foi planejada ou a execução da atividade é de acordo com o caso concreto?

Você acha que existe um diálogo entre as organizações sociais que atuam em Felipe Camarão? Como essa troca de experiência ocorre?

### **Perguntas para os participantes das organizações**

Quando você começou a participar das atividades dessa organização? (Continuo perguntando) Quem lhe convidou? Qual o interesse? Fizeram alguma seleção? Você assinou algo?

Como você se sente hoje participando dessa organização? Como essa organização foi importante na sua vida?

Você tem espaço para colaborar ou sugerir algo na organização? Essa sugestão foi aceita e colocada em prática?

Você acredita que as ações desenvolvidas pelas organizações são importantes para o bairro e para a sua vida? Como você me explicaria isso.

Você tem alguma opinião a respeito dos projetos que são desenvolvidos aqui no bairro? Você considera que as ações são válidas ou poderiam ser planejadas em conjunto com a comunidade?

Hoje você identificar transformações sociais no bairro? Você acha que as organizações contribuíram?

Você participa de mais de um projeto social? Existe alguma limitação para que você só participe de um projeto ou oficina?

### **Perguntas para os coordenadores**

Quando as atividades dessa organização começaram a ser realizadas no bairro? Antes de iniciar o projeto, vocês ou a equipe anterior realizaram alguma forma de contato prévio com líderes ou pessoas do bairro?

Na sua concepção esta organização é classificada como uma ONG, uma fundação, uma associação? Como a organização se classifica?

É possível realizar um diálogo, uma troca de conhecimentos e de informações com outras organizações sociais que também atuam no bairro? Existe um diálogo entre vocês ou uma cooperação? Se a resposta for sim, continuarei perguntando. Como esse diálogo ocorre, com ações, com atividades?

É possível um beneficiado por esse projeto social participar de outras oficinas em outra organização aqui do bairro, existe alguma limitação ou orientação nesse sentido?

Hoje como são os vínculos com as pessoas que trabalham nessa organização, elas são contratadas, são voluntárias? Como estão as condições de trabalho dos educadores?

Como as ações e projetos desenvolvidos por essa organização colaboraram ou continuam colaborando para mudanças sociais no bairro? Você poderia me dizer alguns exemplos?

Como é a relação dessa organização com o poder público? O Estado colabora com essas ações ou não?

Esta organização social recebe apoio financeiro de que órgãos, quem financia e como isso ocorre?

Este projeto vai permanecer no bairro por quanto tempo? Quem determina isso?

Vocês influenciam ou incentivam a participação da sociedade civil?

Quem pode atuar na organização como voluntário e como esse processo ocorre?

Qual a importância deste projeto para o Bairro de Felipe Camarão?

Vocês realizam parcerias com as igrejas que existem no bairro? Quem são os líderes com os quais vocês mantêm contato?

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado participante,

Você está sendo convidado para participar da pesquisa sobre a **“O Terceiro Setor em Felipe Camarão”**, desenvolvida por **Larissa Nunes Paiva**, aluna do Mestrado em Ciências Sociais - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRN, sob orientação do Professor Doutor Gabriel Eduardo Vitullo/UFRN. O objetivo central do estudo é: **estudar e analisar as relações entre as organizações do Terceiro Setor que atuam em Felipe Camarão.**

Os principais entrevistados da pesquisa são: os coordenadores das organizações do Terceiro Setor, os líderes comunitários e alguns participantes das organizações que atuam em Felipe Camarão. Os entrevistados estão sendo convidados para participarem desta etapa da pesquisa e são de suma importância para compreender como o Terceiro Setor se organiza e atua no Bairro de Felipe Camarão.

Caro entrevistado, sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa, para o desenvolvimento do estudo acadêmico e para o registro da história do Bairro.

Os participantes da pesquisa vão ser citados durante a análise das entrevistas, que vão ser transcritas e descritas na dissertação de mestrado, que terá a finalidade exclusivamente acadêmica.

Entrevistado, sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista/questionário à pesquisadora do projeto. A entrevista somente será gravada se houver autorização do entrevistado. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente 1h (uma) hora. As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais. Será utilizada parte das transcrições, que vão ser estudadas e analisadas na dissertação de mestrado, com o único objetivo acadêmico.

O benefício (direto ou indireto) relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de colaborar com o desenvolvimento da pesquisa acadêmica, fornecendo informações históricas e de experiências cotidianas sobre a organização e o desenvolvimento do Terceiro Setor em Felipe Camarão, sendo mais um trabalho que registra parte da história do Bairro e de



seus aspectos: histórico, social, econômico, político e cultural. Os resultados da pesquisa e das entrevistas serão divulgados na dissertação de mestrado.

**Orientador da dissertação e Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRN.**

Professor Doutor Gabriel Eduardo Vitullo/UFRN - ([gvitullo@hotmail.com](mailto:gvitullo@hotmail.com))

**Orientanda e pesquisadora**

---

**Larissa Nunes Paiva**, brasileira, estudante, inscrita no CPF sob o nº. 058.353.624-71, discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRN.

Contato: [larissa.nunes@hotmail.com](mailto:larissa.nunes@hotmail.com) - (84) 8842-2276 ou 9680-3612

**Entrevistado (a)**

---

\_\_\_\_\_, declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Natal/RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

(Assinatura do entrevistado (a))